



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE MEDICINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE PÚBLICA

FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA

REDE BRASILEIRA DE MULHERES CIENTISTAS (RBMC): UM ESTUDO SOBRE
ATIVISMO DIGITAL, EXPERIÊNCIAS E IDEIAS SOBRE GÊNERO NA SAÚDE
COLETIVA

FORTALEZA

2024

FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA

REDE BRASILEIRA DE MULHERES CIENTISTAS (RBMC): UM ESTUDO SOBRE
ATIVISMO DIGITAL, EXPERIÊNCIAS E IDEIAS SOBRE GÊNERO NA SAÚDE
COLETIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestra em Saúde Pública. Área de concentração: Políticas, Ambiente e Sociedade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmem E. Leitão Araújo.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B469r Bezerra, Francisca Elizabeth Cristina Araujo.
REDE BRASILEIRA DE MULHERES CIENTISTAS (RBMC) : UM ESTUDO SOBRE ATIVISMO DIGITAL, EXPERIÊNCIAS E IDEIAS SOBRE GÊNERO NA SAÚDE COLETIVA / Francisca Elizabeth Cristina Araujo Bezerra. – 2024.
237 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fortaleza, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Carmem E. Leitão Araújo.

1. Desigualdade de gênero. 2. Ciência. 3. Mídias Sociais. 4. Políticas Públicas. 5. Saúde Coletiva. I. Título.

CDD 610

FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA

REDE BRASILEIRA DE MULHERES CIENTISTAS (RBMC): UM ESTUDO SOBRE
ATIVISMO DIGITAL, EXPERIÊNCIAS E IDEIAS SOBRE GÊNERO NA SAÚDE
COLETIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestra em Saúde Pública. Área de concentração: Políticas, Ambiente e Sociedade

Aprovada em: 25/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Carmem E. Leitão Araújo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr.^a Maria Lúcia Magalhães Bosi
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr.^a Karina Barros Calife Batista
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSC/SP)

Prof. Dr.^a Juliana Guimarães e Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Rosângela Aparecida. Hilário
Universidade Federal de Rondônia/CDESS/PR

A todas as pessoas que apoiaram e são parte da construção deste trabalho.

Em especial, às mulheres que compartilharam do seu tempo e das suas histórias conosco; que não apenas fazem ciência, mas são parte da ciência.

AGRADECIMENTOS

Foi um caminho difícil até aqui, todos os *memes* de páginas da internet sobre a pós-graduação e saúde mental fizeram sentido e pela primeira vez, em meio a tantos desafios que já enfrentei, eu pensei em desistir (e não apenas uma vez). Portanto, primeiro, “hoje eu queria muito agradecer a mim porque eu não desisti”, parafraseando Anitta em discurso proferido em 2019.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Carmem Emmanuele Leitão Araújo, que me desafiou desde o início, me instigou a aprender, a traçar novos caminhos, a fazer novas descobertas, a acreditar no potencial que em muitas vezes cheguei a questionar e que quantas vezes você me ajudou a perceber que eu já tinha as respostas, só estava ansiosa e me cobrando demais para conseguir enxergar.

Às membras da banca - Prof. Dr.^a Maria Lúcia Magalhães Bosi, Prof. Dr.^a Karina Barros Calife Batista, Prof. Dr.^a Juliana Guimarães e Silva e Prof. Dr.^a Rosângela Aparecida Hilário – que de imediato aceitaram participar desse processo conosco.

Reforço o agradecimento a Prof. Dr.^a Karina Barros Calife Batista que esteve na banca de qualificação desta pesquisa, em 2022; e a Prof. Dr.^a Juliana Guimarães e Silva pela parceria no primeiro fruto desta pesquisa, o artigo que publicamos intitulado “Rede Brasileira De Mulheres Cientistas (RBMC) e o enquadramento da desigualdade de gênero nas mídias sociais”, assunto que também será detalhado a seguir.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública (PPGSP-UFC), o qual, mesmo diante dos desafios impostos pela Pandemia da Covid-19, das adaptações necessárias às aulas remotas e demais processos de aprendizagem, tornaram possível debates riquíssimos e aprendizados que estarão sempre comigo.

À Lenara por me tirar da quietude em que eu estava e me convencer a fazer a seleção para o mestrado e caminhar comigo, apesar de estarmos em programas distintos, sempre nos apoiamos e encontramos alternativas de trabalhar em conjunto. E aos colegas que tive a oportunidade conhecer, conviver, cada um de um jeito, colaborou e agradeço por sua atenção e apoio: Bruna Osterno (minha parceira no estágio, me deu abrigo e me fez companhia), Nágila Nathaly (correndo contra o tempo dos editais), Anderson Fuentes (ainda teremos outros momentos, nós

e a análise bibliométrica), Luana Bandeira (sua presença sempre é acolhedora – física e virtual), João Agostinho (O caminho foi mais leve e divertido com você), Lucía Perez (saiba que tem um lugar em Canindé sempre que precisar), Rômulo e Nicolás (sempre tão disponíveis, só não consigo imaginar como)

À Amanda Pinheiro, em especial, pois entramos juntas (sem nos conhecermos) e vamos sair juntas, compartilhando (leia-se vivendo) todos os *memes* possíveis, descendo e subindo todas as ladeiras que nos deparamos (metafóricas e literais). As disciplinas, trabalhos, encontros presenciais e virtuais, eventos, resumos, choros, risadas (de desespero, também), raivas, alegrias, conquistas, viagens, estadias na tua casa (bom dia, bom dia, bom dia); cada momento foi melhor porque você estava comigo nesse processo. Obrigada!

Às mulheres cientistas que participaram deste estudo, abriram não apenas um espaço em suas agendas, mas trouxeram um pouco de suas vidas, de suas trajetórias pessoais, políticas e acadêmicas; por vezes entrelaçadas, por vezes com narrativas violentas, já que estamos falando sobre desigualdade de gênero e essa se desdobra em diferentes formas e níveis de violência. Agradeço pela participação e ao mesmo tempo parabênzo pela coragem de ser quem são e traçarem o caminho que vêm percorrendo.

À Heleny Santos (coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas (CAPS ad) de Canindé) que, enquanto minha chefe, sempre foi extremamente acolhedora às minhas demandas; também, à Paula, às Camilas e à Iara que inúmeras vezes me ajudaram em meio a entrevistas, aulas e reuniões. Trabalhar e cursar o mestrado tornou o desafio maior, mas todas vocês tiveram um papel importante para essa conquista; apoiaram e comemoraram comigo cada momento desde a aprovação.

Ao meu pai, Nolberto, para quem ligo a qualquer momento, por qualquer motivo, para contar conquistas, compartilhar preocupações e ouvir seus conselhos. Obrigada por me apoiar e me incentivar, mas também alertar que eu preciso olhar mais para mim e para tudo que já conquistei. Saiba que não há um passo na minha caminhada pessoal, profissional e acadêmica que eu não retorne a você como exemplo, desde minhas primeiras lembranças de você estudando e preenchendo diários à noite. E ao meu irmão, Jannedson, que está comigo e me incentiva em todas as minhas iniciativas; nossa parceria é muito importante para mim.

Ao Maycon, meu companheiro de tantos anos, que não me obedeceu e foi assistir a defesa do meu trabalho de conclusão de curso na graduação em 2010. Obrigada por ter ido naquele dia, por ter me apoiado em cada escolha e emprego que passei (e desemprego também), cada cidade que trabalhei e estive distante, na ausência enquanto me dividia entre dois/três empregos, por me acompanhar e me auxiliar em tantas aulas que tive a oportunidade de lecionar, por trabalhar comigo aos finais de semana, por atravessar o estado tantas vezes comigo, por aguentar meu estresse de tantas noites acordadas, por todo suporte quando muitas vezes eu mal tive tempo de comer ou dormir. Obrigada por estar comigo quando eu disse que não precisava, quando eu achei que não precisava e quando eu disse que precisava, antes e durante o mestrado, todos os dias.

Por fim, a todos aqueles contribuíram de alguma forma, os aqui mencionados e tantos outros me apoiaram em orações, palavras de apoio, suporte para resolver algum problema, ouvir meu desabado ou compreendendo meus sumiços. Eu não desisti! Não desisti porque sou fruto da formação que recebi enquanto pessoa e isso reflete na estudante e profissional que me tornei. Minha família que desde muito cedo me ensinou o valor da educação e da persistência para que eu alcançasse meus objetivos e sobre quais objetivos buscar alcançar. Foi essa formação que me aproximou das pessoas que me fizeram conquistar uma rede de apoio que eu sequer imaginava ter e sou imensamente grata.

“A gente queima todo dia
Mil bibliotecas de Alexandria
A gente teima antes temia
Já não sabe o que não sabia”.

Alexandria
Humberto Gessinger

RESUMO

A desigualdade de gênero é um problema histórico, estrutural, complexo, que oprime, segrega e violenta mulheres de múltiplas formas, limitando suas existências. Com a pandemia da Covid-19, a situação das mulheres foi agravada por desafios próprios da situação de emergência em saúde pública e pelos desmontes de direitos ocorridos no período, ao tempo que ganhou espaço no debate público como forma de denúncia, reivindicação e pressão do Estado. Neste contexto, a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC) constitui-se como uma experiência inédita de ativismo digital. De natureza interdisciplinar, a RBMC agrega milhares de mulheres inseridas em diferentes campos do conhecimento, bem como vinculadas a diversas instituições de ensino e pesquisa do território nacional, incluindo professoras e pesquisadoras da Saúde Coletiva. A experiência da RBMC incita-nos a responder algumas questões: como a RBMC utiliza as mídias sociais para abordar questões de gênero e políticas para mulheres? Quem são as pesquisadoras do Campo da Saúde Coletiva que integram a Rede e como suas experiências pessoais, políticas e acadêmicas se relacionam às suas ideias sobre gênero, conhecimento e política pública para mulheres? O objetivo geral é compreender experiências e ideias de ativistas do campo da saúde coletiva sobre gênero, conhecimento e políticas públicas para mulheres, considerando a constituição e atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. Trata-se de um estudo multimétodos de natureza qualitativa que envolve Análise do Enquadramento (1ª fase) para mapear e analisar os quadros interpretativos e noticiosos nas interações da RBMC nas mídias sociais; e Análise de Narrativas (2ª fase) para compreender as experiências e ideias das pesquisadoras do campo da saúde coletiva com notória atuação na Rede. A primeira fase da pesquisa ocorreu com registro dos dados, desde seu lançamento (abril/2021) até abril de 2022. Apesar da alta concentração nas plataformas da RBMC, foram incluídos eventos com parceiros, convidados e divulgação de outras iniciativas em diversas mídias sociais. 767 publicações foram identificadas no período mencionado. Após identificados os quadros, de modo intencional, um deles foi escolhido para análise em profundidade, considerando sua centralidade para a RBMC, qual seja, “desigualdade de gênero”. Na segunda etapa, iniciada no segundo semestre de 2022, conferimos o cadastro de 3.609 pesquisadoras que integram a RBMC com a relação de docentes e discentes na Plataforma Sucupira. Assim identificamos 345 vinculadas ao Campo da Saúde Coletiva. Dentre essas, 21 foram selecionadas em função da participação em pelo menos 01 atividade da Rede (Notas Técnicas, *Lives*, Entrevistas, Vídeos, Projetos etc.) em seu primeiro ano de atuação. Antes do contato com as selecionadas, a pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil para apreciação e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (CEP/UFC) (Número do parecer 5.726.953). Os resultados mostram 05 quadros (*frames*): Movimento e Articulação; Saúde e Pandemia; Ciência e Educação; Política Pública, Estado e Direito; e Desigualdade de Gênero. Os quadros identificados constituem a comunicação estabelecida em redes sociais e meios de comunicação digitais. Eles revelam as interações e temáticas abordadas pela RBMC, revelando as questões interseccionais que os atravessam. O quadro “desigualdade de gênero”, nas mídias sociais, denuncia a deslegitimação da ciência e a Covid-19 como fatores agravantes da existência já vulnerabilizada (estrutural e historicamente); enfatiza violências que fragilizam políticas públicas, geram inseguranças e causam risco de morte; evidencia, principalmente, a gravidade em relação às mulheres pobres, negras e de territórios periféricos; conforma um aglomerado de esforços de pesquisadoras de distintos campos do conhecimento a fim de ampliar a visibilidade de questões de gênero e interseccionalidades, incidir na agenda pública e ratificar a não neutralidade científica. A análise das narrativas (2ª fase) evidenciou experiências pessoais com a desigualdade de gênero que demonstram a fragilidade das fronteiras entre público e privado;

pois violências, com certa variação, acompanham-nas em todas as etapas da vida, mas principalmente em relação à maternidade e a ocupação de outros espaços de sociabilidade que geram sobrecarga ao tempo que revelam a imprescindibilidade de uma rede de apoio. As experiências políticas revelam uma aproximação com movimentos feministas e de mulheres, ações pontuais e continuadas, partidárias e suprapartidárias, na participação e controle social e organizações da sociedade civil; bem como grupos de estudos e trabalhos acadêmicos, o que coloca também o uso do conhecimento que produzem como subsídio para as ações das quais participam. As experiências acadêmicas reforçam como a sobrecarga do cuidado em relação à maternidade impactam suas vidas e como o espaço acadêmico desconsidera essas questões; tal fato desencadeou críticas a uma forma de fazer ciência que reproduz um sistema de opressões interseccionais (gênero, étnico-racial, etarista, regionalista) e adoecedora, que as levam a ações estratégicas como preparação, recuo e articulações para uma ciência colaborativa. Inclusive, sobre como ser cientista ainda está atrelado a estereótipos tradicionais ao tempo pode promover uma ciência inclusiva e contra-hegemônica em suas conquistas; principalmente no campo da Saúde Coletiva, descrito como acolhedor às mulheres e as questões de gênero, apesar de suas tensões. A relação de gênero, saúde coletiva e políticas públicas para mulheres é tratada como relevante, o que demanda ocupação de espaços de poder e a aproximação entre estudos de gênero e saúde coletiva como fundamental para o enfrentamento dos retrocessos políticos e o vislumbre possibilidades que assegurem intervenções potentes via investimentos, políticas, concursos, seleções, editais e direitos que assegurem o acesso e a permanência de mulheres na ciência e políticas públicas de e com olhar de gênero. Entre experiências narradas, a RBMC congrega características de uma aproximação a partir de contatos e redes de profissionais, com potencial de canalizar conhecimentos e ideias confiáveis via ativismo digital acadêmico; mas também com contradições que podem afetar a participação das integrantes. O estudo contribui ao revelar representação das tensões, contradições e demandas históricas e interseccionais persistentes, particularmente no campo da Saúde Coletiva. A junção entre ciência e ativismo/mobilizações acadêmicas-sociais são potenciais para a implantação de uma agenda de políticas públicas focada na equidade de gênero e justiça social.

Palavras-Chave: Desigualdade de gênero; Ciência; Mídias Sociais; Políticas Públicas; Saúde Coletiva.

ABSTRACT

Gender inequality is a historical, structural, complex problem that oppresses, segregates and violates women in multiple ways, limiting their existence. With the Covid-19 pandemic, the situation of women was aggravated by challenges inherent to the public health emergency situation and the dismantling of rights that occurred during the period, at the same time that it gained space in the public debate as a form of denunciation, demand and pressure from the State. In this context, the Brazilian Network of Women Scientists (RBMC) constitutes an unprecedented experience of digital activism. Interdisciplinary in nature, RBMC brings together thousands of women working in different fields of knowledge, as well as linked to various teaching and research institutions across the country, including professors and researchers in Public Health. RBMC's experience encourages us to answer some questions: how does RBMC use social media to address gender issues and women's policies? Who are the researchers in the Public Health Field who are part of the Network and how do their personal, political and academic experiences relate to their ideas about gender, knowledge and public policy for women? The general objective is to understand the experiences and ideas of activists in the field of public health about gender, knowledge and public policies for women, considering the constitution and activities of the Brazilian Network of Women Scientists. This is a multi-method study of a qualitative nature that involves Framing Analysis (1st phase) to map and analyze the interpretative and news frames in RBMC interactions on social media; and Narrative Analysis (2nd phase) to understand the experiences and ideas of researchers in the field of collective health with notable work in the Network. The first phase of the research occurred with data recording, from its launch (April/2021) until April 2022. Despite the high concentration on RBMC platforms, events with partners, guests and dissemination of other initiatives on various social media were included. 767 publications were identified in the mentioned period. In the second stage, starting in the second half of 2022, we checked the registration of 3,609 researchers who are part of the RBMC with the list of teachers and students on the Sucupira Platform. Thus, we identified 345 linked to the Public Health Field. Among these, 21 were selected due to their participation in at least 01 Network activity (Technical Notes, Lives, Interviews, Videos, Projects, etc.) in their first year of operation. Before contacting those selected, the research was submitted to Plataforma Brasil for consideration and approved by the Research Ethics Committee of the Federal University of Ceará (CEP/UFC) (Opinion number 5,726,953). The results show 05 frames: Movement and Articulation; Health and Pandemic; Science and Education; Public Policy, State and Law; e Gender Inequality. The identified frames constitute the communication established on social networks and digital media. They reveal the interactions and themes addressed by RBMC, revealing the intersectional issues that cross them. After identifying the situations, we intentionally chose one of them for an in-depth analysis, considering its centrality to the RBMC, that is, "gender inequality". The "gender inequality" framework on social media denounces the delegitimization of science and Covid-19 as aggravating factors of an already vulnerable existence (structurally and historically); emphasizes violence that weakens public policies, creates insecurity and causes a risk of death; mainly highlights the severity in relation to poor, black women and women from peripheral territories; constitutes a cluster of efforts by researchers from different fields of knowledge in order to increase the visibility of gender issues and intersectionalities, influence the public agenda and ratify scientific non-neutrality. The analysis of the narratives (2nd phase) highlighted personal experiences with gender inequality that demonstrate the fragility of the boundaries between public and private; as violence, with a certain variation, accompanies them at all stages of life, but mainly in relation to motherhood and the occupation of other sociability spaces that generate overload while revealing the

indispensability of a support network. Political experiences reveal an approximation with feminist and women's movements, specific and continuous actions, partisan and non-partisan, in participation and social control and civil society organizations; as well as study groups and academic work, which also uses the knowledge they produce as support for the actions in which they participate. Academic experiences reinforce how the overload of care in relation to motherhood impacts their lives and how the academic space disregards these issues; This fact triggered criticism of a way of doing science that reproduces a system of intersectional (gender, ethnic-racial, ageist, regionalist) and sickening oppressions, which lead them to strategic actions such as preparation, retreat and articulations for a collaborative science. Including how being a scientist is still tied to traditional stereotypes and can promote an inclusive and counter-hegemonic science in its achievements; mainly in the field of Public Health, described as welcoming to women and gender issues, despite their tensions. The relationship between gender, collective health and public policies for women is treated as relevant, which demands the occupation of spaces of power and the rapprochement between gender studies and collective health as fundamental to confronting political setbacks and envisioning possibilities that ensure interventions powerful through investments, policies, competitions, selections, notices and rights that ensure the access and permanence of women in science and public policies from and with a gender perspective. Among narrated experiences, RBMC brings together characteristics of an approach based on contacts and networks of professionals, with the potential to channel reliable knowledge and ideas via academic digital activism; but also with contradictions that, in addition to bringing people together, can alienate members. The RBMC is important, but not yet essential, for strengthening gender studies in the Public Health Field; This is part of a collective construction, which, according to the narratives, needs to go further to adapt to the demands of the scientists involved and society, not excluding, but starting with face-to-face discussions, expanding institutional articulations, however, maintaining their autonomy. The study contributes by revealing a representation of tensions, contradictions and persistent historical and intersectional demands, particularly in the field of Public Health. The junction between science and activism/academic-social mobilizations are potential for implementing a public policy agenda focused on gender equity and social justice.

Keywords: Gender inequality; Science; Social Media; Public Policy; Public Health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tripé - Políticas Públicas para Mulheres	139
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Movimentações/publicações por período, unidades de análise, temas recorrentes e enquadramentos identificados, entre abril de 2021 a abril de 2022.....	62
Tabela 2 – Violências/negligências destacadas pela RBMC nas mídias sociais, de Abril/2021 a Abril de 2022.....	67
Tabela 3 - A ênfase da desigualdade de gênero na Ciência, de Abril/2021 a Abril de 2022.....	70
Tabela 4 – Dados brutos das entrevistas – tempo de duração e quantidades de páginas transcritas.....	78
Tabela 5 - Comparativo temático entre disciplinas, temas de grupos de pesquisa e áreas de interesse.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Associação Brasileira de Ciência
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANPOCS	Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
APUFSC	Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina
AVICO	Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/
Cedae	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CEP/UFC	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará
CNDM	Conselho Nacional de Direitos da Mulher
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ESF	Estratégia de Saúde da Família
ENPP	Encontro Nacional de Políticas Públicas
ENSP/FIOCRUZ	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GP	Grupos de Pesquisa
GT	Grupos de Trabalhos Temáticos
G20	Grupo dos Vinte
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBP	Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
IC	Iniciação Científica
IFCH/NICAMP	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IPEA	Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, +
MIM	Mecanismos Institucionais de Mulheres
NT	Nota Técnica
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCS	Programa Cidades Sustentáveis
PNAISM	Política Nacional de Atenção à Saúde Integral das Mulheres
PPG	Programas de Pós-Graduação
PT	Partido dos Trabalhadores
RBMC	Rede Brasileira de Mulheres Cientistas
REDE-TB	Rede Brasileira de Pesquisas em Tuberculose
SBMFC	Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
STF	Superior Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFABC	Universidade Federal do ABC paulista
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISSINOS	Universidade do Vale dos Sinos
UNIT	Universidade Tiradentes
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

1. INTRODUÇÃO	20
2. DESIGUALDADE DE GÊNERO E SAÚDE COLETIVA: ENTRE MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES, CIÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES	29
2.1. Desigualdade de Gênero e Feminismos	29
<i>2.1.1. Sobre as ondas feministas</i>	30
2.2. Políticas Públicas para Mulheres e Ativismo Digital	35
2.3. Mulheres, Ciência e Saúde: da Produção do Conhecimento aos Resultados	41
2.3.1. Saúde Coletiva e Gênero - Campos Justapostos?	42
<i>2.3.1.1. Sobre o Campo da Saúde Coletiva</i>	43
<i>2.3.1.2. Sobre o Campo de Gênero</i>	46
<i>2.3.1.3. Uma justaposição possível e necessária entre Saúde Coletiva e Gênero</i>	48
2.3.2. Mulheres na Ciência: desigualdade persistente e impacto nos resultados e vida das mulheres	50
3. METODOLOGIA E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	55
4. ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO (FRAME ANALYSES)	58
4.1. Monitoramento das Redes e Mídias Sociais e identificação dos quadros (frames)	61
4.1. Rede Brasileira De Mulheres Cientistas (RBMC) e o Enquadramento da Desigualdade de Gênero nas Mídias Sociais	65
5. ANÁLISE DE NARRATIVAS	75
5.1. Identificando o público-alvo: definição do processo de estratificação das participantes.	76
5.2. Do contato a realização das entrevistas	76
5.3. Dados brutos - quantificando	77
5.4. Perfil Sociodemográfico	78
5.5. Experiências Narradas, Análise de Conjuntura e Perspectivas Futuras: Mulheres, Saúde, Ciência e Políticas Públicas	81
5.5.1. Desigualdade de gênero e saúde das mulheres a partir de uma perspectiva interseccional	81
5.5.2. Experiências Pessoais com a desigualdade de gênero: borrando fronteiras entre o público e o privado	92
5.5.3. Viver é ato político: experiências políticas frente à desigualdade de gênero (e além)	97
5.5.4. Desigualdade de gênero na ciência: percepções e experiências	106
<i>5.5.4.1. Gênero e outras relações desiguais e interseccionais na ciência</i>	116
<i>5.5.4.2. Estratégias de Sobrevivência Acadêmica, Saúde Mental e Autocuidado</i>	125

5.5.4.3. <i>Ser Cientista e o ser cientista na Saúde Coletiva</i>	129
5.5.5. <i>Estudos de Gênero, Saúde Coletiva e Políticas Públicas para Mulheres</i>	135
2.5.5.1. <i>Diversidade na ocupação de espaços:</i>	138
5.5.5.2. <i>Estudos de Gênero e Saúde Coletiva:</i>	147
5.5.5.3. <i>Retrocessos Políticos e Possibilidades</i>	154
5.5.6. <i>A Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC):</i>	163
5.5.6.1. <i>Aproximação e Atuação</i>	163
5.5.6.2. <i>Definição e análise</i>	170
5.5.6.3. <i>Contradições e disputas</i>	174
5.5.6.4. <i>Próximos passos</i>	178
5.5.6.5. <i>RBMC - Gênero e Saúde Coletiva</i>	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS	193
APÊNDICES	225
APÊNDICE A – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	225
APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS	229
ANEXOS	231
ANEXO I – Parecer comitê de ética	231

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades vivenciadas por mulheres são complexas e atravessam diferentes momentos históricos. Na conjuntura da pandemia de Covid-19, a marginalização, violência, submissão e morte das mulheres ganham espaço no debate público. Não somente pelos desafios próprios da situação de emergência em saúde pública, mas também em função dos desmontes de direitos que caracterizam o período (Satyro, 2021; Biroli; Quintela, 2021; Matta *et al*, 2021). Assim, a emergência de políticas públicas adequadas para mulheres demanda a conexão de um sistema jurídico e de proteção social efetivo, o que as tornam ainda mais fundamentais (Matos; Andrade, 2021).

Aqui é importante lembrar que as denúncias de violência doméstica contra as mulheres aumentaram na pandemia da Covid-19, a partir do início das recomendações para distanciamento social (Marques *et al.*, 2020). Observou-se uma menor proteção social e a sobrecarga do cuidado doméstico que, em muitos casos, está associada à informalidade no mercado de trabalho ou ao desemprego (Satyro, 2021). A desproteção por parte do estado associada à exploração para manutenção do novo normal foi percebida pelo maior medo de infecção, menor acesso à testagem e mais assédio moral (Pimenta *et al*, 2021; Kropf *et al*, 2021). Espaços urbanos periféricos resguardam impacto significativo sobre as mulheres, de modo associam repercussões étnico-racial às de gênero (Fiocruz, 2020; Gaille; Terral, 2021; Bueno, Souto; Matta, 2021). A assistência disponível às mulheres quilombolas, assim como as indígenas (Valente *et al*, 2021) e mulheres com deficiência (Moreira; Dias, 2021) tornou-se um problema ainda mais preocupante.

Diante do agravamento dessas desigualdades já existentes, coletivos diversos se manifestaram em busca de alternativas para enfrentar a crise sanitária e humanitária. Vários grupos, organizações, associações e ativistas se organizaram em torno de pautas que se interligam mutuamente com objetivo de desenvolver uma “agenda solidária por justiça social” (Pimenta *et al*, 2021). Mulheres em suas pluralidades passaram a reivindicar intervenções diante de situações adversas, vislumbrando as consequências de um mundo pós-pandêmico (Pimenta *et al*, 2021; CFEMEA, 2022; Verdade; Fischer, 2021; AMB, 2020), na correlação entre produção do conhecimento e intervenção prática. Essas mobilizações nos fazem lembrar Setúbal (2013), quando assinala que a congregação de experiências de trabalho, culturais e políticas permite a construção de uma estratégia com potencial de viabilizar uma transformação da conjuntura social.

Neste trabalho ressaltamos uma experiência inédita em âmbito nacional, caracterizada pela articulação de cientistas e pesquisadoras que estabelecem um debate público a partir das mídias sociais sobre a questão das mulheres - a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC). Embora tenha surgido motivada pela necessidade de enfrentamento das consequências da pandemia da Covid-19 para as mulheres, a RBMC já se mostra como um coletivo relevante para a defesa da democracia, direitos e valorização do conhecimento científico para mulheres, mesmo em contexto pós-pandêmico.

A RBMC possui natureza interdisciplinar e intersetorial. Conforme os 3.609 cadastros disponíveis, para acesso público em seu sítio *online*¹, as mulheres que o constituem possuem vínculos em variadas instituições das cinco regiões do país e presença em todos os estados brasileiros; há, também, participantes que atuam em instituições internacionais de ensino e pesquisa. Em meio às integrantes é possível identificar diferentes níveis de formação em diferentes campos do conhecimento, como medicina, saúde, ciências biológicas, ciências sociais, ciências sociais aplicadas, artes e humanidades, engenharia e ciências exatas, etc. (RBMC, 2021a; 2021b). Há um Comitê Executivo com a função de articular, organizar, realizar e publicizar as atividades desenvolvidas pela RBMC, bem como as que estão em desenvolvimento e demais que vislumbram interesse. Sua composição, atualmente, conta com 31 mulheres cientistas, pesquisadoras, docentes e atuantes em suas respectivas áreas. Além do suporte de outras 9 mulheres que compõem o Comitê de Comunicação e o Apoio Técnico do Comitê de Comunicação (RBMC, 2022).

Conforme a sua carta de lançamento, a RBMC é uma iniciativa que emerge em um contexto crítico, onde mulheres cientistas se organizam em prol da vida das mulheres, tendo como foco o uso do conhecimento científico direcionado para políticas públicas para mulheres. Está explícita a intenção de oferecer suporte às ações governamentais, bem como em espaços de diálogo e reflexão junto à sociedade civil, a partir de três eixos: Mulheres, Ciências e Políticas Públicas (RBMC, 2021c). Há, também, o entendimento de que as mulheres compõem um grupo vulnerabilizado por condições sociais, econômicas, psíquicas, acúmulo/precarização do trabalho, cuidado com o outro, desemprego, violência doméstica e política, restrição de acesso à saúde, autonomia comprometida, misoginia, sexismo e racismo (RBMC, 2021c; 2022).

Desde seu lançamento oficial, em 23 de abril de 2021, via *live* por canal próprio no *Youtube*, a RBMC realizou vários eventos virtuais, parcerias e participações em ações de outros movimentos, emissão de notas técnicas, manifestações públicas, campanhas e mobilizações

¹ Ver: <https://mulherescientistas.org> (RBMC, 2024)

virtuais, considerando e respeitando o distanciamento e as particularidades impostas pela Pandemia. De modo geral, a Rede e suas ações vêm sendo notícia em portais de notícias, onde são abordados temas relacionados à saúde, violência, educação, assistência social e segurança alimentar, trabalho e emprego, moradia e mobilidade.

Além de ser um coletivo que realça a questão de gênero em um contexto de crise, a RBMC ganha relevância por notabilizar o fortalecimento da ciência em contexto de sua contestação. Apesar de o movimento antivacina e anticiência não ser um fenômeno novo, pois possui raízes no século XIX, e sempre, em situações de crise, faz-se presente indo de encontro às políticas sanitárias (Lucia; Fernandes, 2021). Com a Pandemia da Covid-19, esses movimentos crescem e despertam a atenção da sociedade, quando notícias são veiculadas com alertas sobre o risco do negacionismo científico, sobremaneira legitimado pelo presidente Jair Bolsonaro². Nesse contexto, as universidades e demais setores vinculados à educação e ciência e tecnologia do país vêm atuando para desconstruir notícias falsas associadas à negação da ciência, concomitante à própria construção de conhecimentos, muitos com o objetivo de pesquisar o impacto desses processos (ver: Nunes, 2020; Siqueira, 2020; Nussenzevig, 2020; Lucia; Fernandes, 2021; Escobar, 2021; Dias, 2021; Rathsam, 2021; Ufcspa, 2021; Pellanda, 2021; Leal, 2021).

Quando o conhecimento científico e as realidades de mulheres de diversos campos acadêmicos são requisitados pela RBMC, de modo a ressaltar preocupações múltiplas sobre a vida das mulheres à luz das evidências científicas, um “pensar situado” é requisitado, pelo nosso ângulo. Ou seja, descreditando a neutralidade da ciência, gera-se uma “força que impulsiona do que é percebido coletivamente e em cada corpo como possível”, posto que “um pensar situado é inevitavelmente um pensar feminista”; uma “perspectiva que singulariza uma experiência”. (Gago, 2020, p. 07-08). O que se acredita, portanto, é que, a RBMC não se apresenta alheia à realidade.

Outra questão que nos parece salutar é que as problemáticas que compõem as histórias das pesquisadoras, seja no campo científico ou para além dele, também atravessam posições, pois tanto sujeito, quanto objeto pesquisado, como quem pesquisa estão “saturados de história

² As decisões do Governo Federal, logo, do Governo Bolsonaro vêm levando os brasileiros a vivenciarem o impacto do processo de fragilização das políticas públicas (Oliveira; Fernandez, 2021). Isso significa ausência de direitos, violação de outros direitos já conquistados e prejuízos na qualidade de vida, situações essas, também, abordadas no livro “Governo Bolsonaro: retrocesso burocrático e degradação política” de Avritze, Kerche, Marona (2021). Tal contexto, quando associado ao negacionismo à ciência, como também ao anti-intelectualismo (Kakutani, 2018), em meio à Pandemia da Covid-19, tornam o Brasil um exemplo de descompasso e desequilíbrio entre as decisões governamentais, as políticas públicas e as evidências científicas acumuladas (Horton, 2020).

e plenos de possibilidades” (Martinelli, 1994, p. 16). Ou seja, quando a RBMC denuncia as desigualdades de gênero ou abordam a vida e saúde das mulheres, há um ponto de partida marcado pelas próprias experiências e vidas de mulheres, no caso daquelas que estão inseridas em diversos campos da ciência.

Também nos chama a atenção o fato de que, ao trazer as consequências da desigualdade de gênero num contexto de crises³ - sanitária, política, econômica e da própria ciência por meio do uso das mídias sociais, a RBMC torna-se uma experiência relevante de ativismo digital que precisa ser estudada.

Por ativismo digital, adotamos a definição que conjuga atuações em rede e na rede. Isto é, a partir de afinidades políticas, culturais ou ideológicas dos envolvidos, são ampliadas reivindicações, difundindo informações e discussões. Dessa forma, coletivos e sujeitos mobilizados e organizados arquitetam ideias e propostas políticas que transcendem fronteiras físicas, constituindo integrações potencializadas pela utilização dos espaços virtuais (Scherer-Warren, 2005; 2013). Contudo, quando relacionado ao movimento feminista, o ativismo digital considera ações não circunscritas ao ciberespaço, pois ressoam para além dele (Sarmiento, 2021), questionando a desigualdade de gênero na ciência tecnologia, arte, cultura eletrônica (Martinez, 2021) e demais espaços desafiados pelo feminismo em sua vertente contemporânea (Rocha, 2017), estando assim relacionado ao estudo aqui proposto.

Considerando o ineditismo da RBMC, não há, até o presente momento, estudos aprofundados sobre a Rede e a associação de suas pesquisadoras, seja no contexto geral das áreas envolvidas, ou em específico, às pesquisadoras do Campo da Saúde Coletiva.

Circunscritas nas inquietudes do campo da Saúde Coletiva, as questões que ganharam nossa curiosidade são muitas. Quais ações e estratégias da RBMC nas mídias digitais para o alcance de seus objetivos? Quais quadros interpretativos e noticiosos emergem das interações e constituem a comunicação estabelecida nessas mídias? Na RBMC, quem são as pesquisadoras do Campo da Saúde Coletiva? De que maneira as experiências pessoais, políticas e acadêmicas das pesquisadoras da Saúde Coletiva, que integram e atuam na RBMC, relacionam-se às suas ideias sobre gênero, conhecimento e política pública para mulheres? Como a RBMC contribui com a discussão relativas às questões de gênero na Saúde Coletiva? Nessa última questão, ponderamos a interação entre gênero e saúde coletiva, pois permite relacionar mulheres, vida e

³ Avritze, Kerche, Marona (2021) trazem um compilado de estudos que abordam o retrocesso democrático e a degradação política que caracterizam a realidade brasileira nos últimos anos. E que, apesar do agravo causado pela Pandemia da Covid-19, “não há um só aspecto, da economia às políticas públicas”, passando pela imprensa, justiça, relações internacionais, movimentos sociais, etc., “as marcas do desarranjo já existiam”, um desarranjo que caracteriza um contexto crítico diverso e com impacto sanitário, político e econômico.

bem-estar. Se entendidos como dois campos científicos, os dois possuem capacidades para recolocar em discussão as relações de poder que permeiam os contextos no qual as mulheres estão inseridas, inclusive nas circunstâncias que necessitam de atenção e cuidado à saúde.

Portanto, dentro desse contexto, o nosso objetivo principal é compreender experiências e ideias de ativistas do campo da saúde coletiva sobre gênero, conhecimento e políticas públicas para mulheres, considerando a constituição e atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. Em específico, queremos 1) Identificar a atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas nas mídias sociais em seu primeiro ano de atuação; 2) Analisar os quadros interpretativos que emergem a partir das interações estabelecidas pela Rede Brasileira de Mulheres Cientistas; 3) Caracterizar as pesquisadoras que integram a RBMC vinculadas ao campo da saúde; 4) Compreender as experiências pessoais, políticas e acadêmicas das integrantes com atuação notória na RBMC e vinculadas ao campo da saúde coletiva, bem como suas ideias sobre gênero, conhecimento e políticas públicas para mulheres; E por fim, 5) compreender como pesquisadoras da saúde coletiva atuantes na RBMC percebem a contribuição dessa experiência para a consolidação do campo temático gênero na saúde coletiva.

Para o alcance desses propósitos, um primeiro passo foi uma revisão narrativa da literatura⁴ (FCA/UNESP, 2015), onde identificamos a produção sobre os principais assuntos a serem abordados ao longo da pesquisa. Isso é relevante para auxiliar na estruturação do conhecimento sistematizado, de modo a permitir a construção de um caminho fundado em alicerce teórico. Assim, a revisão em questão é o que estrutura o capítulo “Desigualdade de gênero e Saúde coletiva: entre movimentos feministas e de mulheres, ciência e políticas públicas para mulheres” que se desdobra em três subtítulos importantes e correlacionados aos objetivos do estudo aqui proposto. Inicialmente, abordamos questões fundamentais das teorias feministas, são apresentadas questões enfrentadas pelas mulheres e as lutas que ocorreram ao longo do desenvolvimento da sociedade são sistematizadas e compreendidas como ondas (quatro), não padronizadas, não sequenciais ou estruturadas por consensos. Este primeiro subtítulo destaca ainda como a materialização da desigualdade de gênero por meio da discriminação, isolamento, silenciamento e outras violências contra as mulheres perpassam a história da humanidade. Assim, mostramos que a Desigualdade de Gênero, Feminismos e Movimentos de Mulheres organizam-se com base nas violências sofridas, na negação/ausência de direitos e proteção social às mulheres. Também fica sinalizado como estratégias de ação e

⁴ A revisão narrativa é adequada para fundamentar artigos, dissertações e teses, pois apresenta uma temática aberta e indicada para levantamento de produção, estruturação de “redes de pensamento” e articulação de conhecimentos em direção do/dos objetivo (os) proposto (s) (FCA/UNESP, 2015).

intervenção são atualizadas nas vivências e no desenvolvimento tecnológico da sociedade, por meio da ação de atrizes que resistem, contestam, reivindicam, produzem conhecimento e buscam intervir na realidade e promover mudanças. Numa associação entre conhecimento, ação, intervenção e resultados, muitas vezes, alcançados na materialização de políticas públicas⁵.

Na sequência, destacamos como essa articulação circunscreve a conquista de políticas públicas para mulheres e que consideram a questão de gênero no conhecimento produzido, planejamento, execução e beneficiárias. Partimos da ideia de que a presença de mulheres na ciência é um desafio, como em outros espaços. A desigualdade de gênero e a violência, em suas diferentes expressões, espaços e na ausência/negação de direitos são o que impulsiona mulheres a se organizarem, assim como expresso no primeiro capítulo. Os movimentos de mulheres, bem como os movimentos feministas fazem parte dessas conquistas, ao longo da história, do desenvolvimento da sociedade, do avanço tecnológico, assim como pautas são retomadas e atualizadas, as estratégias também passam por transformações. É frente às transformações, que antecedem a pandemia, mas que no contexto pandêmico são fortalecidas, que o uso das redes sociais e o ativismo digital ou ciberativismo se consolidam. No tópico, apontamos ainda que o ativismo digital vem possibilitando a troca de informações, a disseminação do conhecimento, o surgimento de novas iniciativas, como a RBMC, objeto do estudo, bem como a formação de redes entre organizações já existentes. As mulheres estão cada vez mais se fazendo presentes, interconectando-se, questionando a ausência do Estado e o descaso da sociedade como um todo para com elas, na defesa da saúde, da vida, da autonomia e da participação democrática⁶.

Na confluência entre conhecimento, intervenção e resultados, em sequência, são abordadas as relações entre Mulheres, Ciência e Saúde. No terceiro subtítulo, partimos da importância do conhecimento científico considerar atores, territórios, tempos históricos, desafios, possibilidades e diversidade entre quem produz e quem é beneficiado com essas produções. Quando pensamos em bem-estar de mulheres e garantia de vida, não há como

⁵ Louro (1997); Fraser (2013); Okin (1989); Biroli (2013); Welch (2012); Gago (2020); Schumacher (2018); Silva (2019); Pinto (2012; 2017); Marques (2019); Woolf (2012); Hooks (1981); Beauvoir (1967); Hanisch (1969); Brunoro (2017); Butler (2018); Davis (2016); Akotirene (2019); Collins e Bilge (2020); Rodrigues; Freitas (2021); Cochrane (2013); Peay (2005); Solnit (2017); Perez; Ricoldi (2018); Matos (2008; 2010; 2012; 2013; 2014); IBGE (2019); Matta *et al* 2021; ABRASCO (2020);

⁶ Yamamoto; Carvalho (1995); Behring; Boschetti (2006); Fraser (2006); Pitanguy (2008); Cisne; Gurgel (2008); Matos; Cypriano (2008); Bohn (2010); Paradis (2013); Scherer-warren (2013); Silveira; Braga; Penteado (2014); Matos (2014); Araújo (2016); Filho; Coutinho (2016); Souza (2016); Nascimento (2016); Rocha (2017); Mousinho (2017); Campos (2017); Reis (2017); Matos; Lins (2018); Menicucci (2018); Perez; Ricoldi (2018); Santos (2018); Belançon (2019; 2020); Pimenta *et al* (2020); Biroli (2020b); CEFEMEA (2021); Biroli; Quintela (2021); Sanchez (2021); Martinez (2021); Fonseca; Silva (2021); Facioli (2021); Melo; Pagel (2021); Sarmiento (2021);

desconsiderar saúde e gênero, portanto. Assim discorremos sobre Campos Científicos como espaços de poder, diversidade e disputas. Os campos de Saúde Coletiva e Gênero são considerados em suas constituições, articulações, mobilizações, lutas e tensões próprias de cada campo e suas intersecções. Ponderamos que há uma justaposição possível de conhecimentos, inclusive, necessária para a visibilidade e o atendimento das demandas das mulheres, considerando suas particularidades e especificidades na garantia de vida. Inclusive, como a desigualdade de gênero na ciência as distanciam da produção do conhecimento, impactando serviços, produtos, projetos, programas sociais em políticas públicas para mulheres vinculadas a áreas distintas⁷.

No terceiro capítulo, apresentamos o traçado metodológico para responder os objetivos propostos, logo as questões que nos inquietam. Buscamos estabelecer estratégias que buscam compreender processos e perspectivas sociais, além da sistematização e (re)organização do capital científico que orienta políticas públicas e sociais, em específico, para mulheres. A proposta implica, primordialmente, uma pesquisa qualitativa com uso de elementos quantitativos, o que demanda uma triangulação metodológica⁸ (Minayo, 2005), que envolverá a Análise do Enquadramento (Matthes; Kohring, 2008; Maia, 2009; Mendonça; Simões, 2012; Hangai, 2012; Bonone, 2017) e Análise de Narrativas (Onoko-Campos, 2011; Bastos; Biar, 2015; Nunes *et al*, 2017; Bauer; Gaskel, 2017; Ceccon *et al*, 2022).

Os dados coletados e analisados são apresentados ao longo do quarto e quinto capítulo. O capítulo quatro traz a Análise do Enquadramento, inicialmente com dados quantitativos em relação às interações e produções da RBMC nas mídias e redes sociais, principalmente em relação às suas plataformas no período que abrange seu primeiro ano de atuação (abril/2021 a abril/2022). Acompanhar essas movimentações, registrá-las e proceder com a análise possibilitou a identificação dos quadros (*frames*) que conformam a comunicação estabelecida

⁷ OMS (1946); Brasil (1986); Uchimura; Bosi (2002); Aquino *et al* (2003); Bourdieu (1983; 2004); Bobbio (2004); Lopes; Piscitelli (2004); Nunes (1994; 2006); Bosi; Uchimura (2007); Scavone (2007); Costa (1996; 2008); Matos (2008); Matos; Cypriano (2008); Villela; Monteiro (2009); Villela; Monteiro; Vargas (2009); Nunes *et al* (2010); Teixeira; Ferreira (2010); Bosi; Paim (2010); Bosi; Prado (2011); Schraiber (2009; 2012); Bosi (2012a; 2012b); Bayes (2012); Pinheiro; Couto (2013); Minella (2013); Leta (2003;2014); Escorsim (2014); Bandeira (2014); Cunha *et al* (2014); Ianni *et al* (2014); Silva; Ribeiro (2014); Lima; Santana; Paiva (2015); Almeida; Goldbaum; Carneiro (2015); Ferreira e Coronel (2017); Gomes (2017); Heerllt; Batista (2017); Freitas; Luz (2017); Assis (2018); Martin *et al* (2018); Deslandes; Maksud (2019); Biroli (2017; 2020a; 2020b); Conceição *et al* (2020); Conceição; Teixeira (2020); Vieira-da-Silva *et al* (2014; 2020); Silva; Paulino; Raimondi (2020); Gasparetto (2020); Queiroz (2020); Biroli; Tatagiba; Oliveira (2020); Knauth (2021); Oliveira *et al* (2021); Cunha; Dimenstein; Dantas (2021); Reis (2021); Funcap (2022); Lima *et al* (2022); ABRASCO (2022);

⁸ “A triangulação não é um método em si. É uma estratégia de pesquisa que se apoia em métodos científicos testados e consagrados”, o que contribui “para aumentar o conhecimento do assunto e atender aos objetivos que se deseja alcançar” (Minayo *et. al.*, 2005, p. 59).

em redes sociais e meios de comunicação digitais, são constituídos pelas interações e temáticas abordadas nos recortes analisados, revelando as questões interseccionais que os atravessam. No geral, identificamos 05 quadros, que são: Movimento e Articulação - o *modus operandi* da Rede; Saúde e Pandemia - traz reflexões e sugestões para o enfrentamento da crise sanitária, com críticas à atuação dos governos na pandemia de Covid-19, especialmente o Governo Federal; Ciência e Educação - aponta a atuação da RBMC em defesa do conhecimento científico e acesso à educação para todos, em diversos níveis; Política Pública, Estado e Direito - que aborda sobre a desigualdade social, ausência de políticas, fragilização das instituições estatais e desmonte de direitos no Brasil; Por fim, o quadro Desigualdade de Gênero - que frente à sua relevância, concentra a análise central deste capítulo, pois ressalta a vulnerabilidade das mulheres em diversos âmbitos e estruturas da sociedade, conecta-se à ciência, à pandemia às ações do Governo Federal, permitindo a visualização de demandas direta e indiretamente relacionadas às mulheres. No geral, mesmo frente às limitações físicas, os processos de interações digitais ratificam a possibilidade de aproximar indivíduos com interesses comuns, mobilizar capital político, formular novos repertórios e estratégias de luta.

Já o quinto capítulo é um mergulho nas narrativas de pesquisadoras e cientistas do campo da saúde coletiva. Porém, esse mergulho é precedido de uma caracterização que nos responde como chegamos as mulheres que originam essas narrativas e quem são elas, possibilitando perfilar uma diversidade que coaduna com os percentuais referentes à presença de mulheres na ciência (decrecente com base nos marcadores étnicos-raciais). Suas narrativas retratam análises sobre a ligação interseccional entre desigualdade de gênero e saúde; suas experiências pessoais, políticas e acadêmicas com a desigualdade de gênero como problemática social individual e coletiva que apresenta algum grau de influência na sua construção e posicionamento enquanto cientistas e no envolvimento com movimentos que reivindicam equidade de gênero, justiça e proteção social às mulheres (a exemplo da RBMC). Também, refletem sobre os estudos de gênero, saúde coletiva e políticas públicas para mulheres, desde as múltiplas crises recentes e possibilidades futuras; bem centradas na RBMC: aproximação, atuação, contradições e tensões, próximos passos e a contribuição possível para aproximar e fortalecer estudos de gênero na saúde coletiva.

Por certo, considerando o caminho percorrido, não se trata somente de reproduzir, transcrever, contar ou publicizar experiências vivenciadas e narradas por essas mulheres do Campo da Saúde Coletiva, mas possibilitar novos espaços de diálogo e visibilidade de suas vozes e dos conhecimentos por elas produzidos. E, a partir disso, (re)construir conhecimento que viabilize uma Saúde Coletiva relacionada à perspectiva de gênero, portanto uma ciência

não neutra, situada, que pondera fragilidades e possibilidades de arquitetar um sistema que considera mulheres diversas (relacionando suas singularidades e coletividades).

Está em questão a relação entre reconhecimento da realidade vivida por mulheres, da história relacionada à desigualdade de gênero e construção do conhecimento no fazer ciência (Leta, 2003; 2014), entre as cientistas e as pautas feministas e de direito da mulher (não restrita à reprodução) (Teixeira; Ferreira, 2010). Frente à necessidade de se considerar sujeitos, experiências e produção do conhecimento, tentamos ponderar pluralidades e especificidades no campo da Saúde Coletiva, atravessado pelas questões de gênero, e inevitável discussão sobre políticas públicas para mulheres. Assim, esta dissertação não se entranha em trajetórias, experiências, corpos, expectativas, recursos e memórias expressas em ações e narrativas.

2. DESIGUALDADE DE GÊNERO E SAÚDE COLETIVA: ENTRE MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES, CIÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

2. 1. Desigualdade de Gênero e Feminismos

Alguns grupos são privilegiados diante da subalternização de outros, produzindo e reproduzindo desigualdades e violências. No que se refere às mulheres, abraçamos a discussão relacionada à desigualdade de gênero em meio a um processo de construção e desconstrução social, com a ideia de que “papéis de gênero são totalmente absurdos” (Adichie, 2017, p. 12), especialmente pelo seu potencial de subalternização da mulher. Como diz Louro (1997), é preciso a consciência de que pensar em gênero exige pluralidade e envolve a compreensão e representação sexual introduzidas nas práticas sociais e materializadas como processos históricos, enquanto constituem a identidade dos sujeitos.

Há processos permeados por desigualdades estruturais diversas que se relacionam à sexualidade, ao gênero, à classe e à raça. Isso tem levado as feministas contemporâneas a resistirem e contestarem⁹ injustiças materiais e simbólicas que promovem e alimentam a exploração, o desrespeito, a marginalização e a exclusão das mulheres (Fraser, 2003).

Desigualdades e vulnerabilidades materializam-se por meio de ciclos distintos (Okin, 1989). Isso está relacionado ao poder enquanto problema (adquirido, conservado, perdido, exercido e defendido) (Bobbio, 2004), que demarca fronteiras, subjuga, domina, hierarquiza e organiza a produção social, restringindo preferências e possibilidades e ampliando horizontes. Nas palavras de Biroli (2013, posição. 382) “não é necessário haver restrição à liberdade, coerção ou controle direto de um homem sobre uma mulher para que existam obstáculos distintos ao exercício da autonomia para mulheres e para homens”.

O feminismo avança na redefinição do político. Ele favorece ampliar limites, transformar sentidos, sugerir e buscar mudanças (Louro, 1997). Há implicação ética de superação das desigualdades de gênero ao criticar relações de poder na vida das mulheres, politizando questões invisibilizadas frente aos debates políticos, identificando e questionando mecanismos de reprodução dessas desigualdades, hierarquias, subordinação e vulnerabilização das mulheres (Biroli, 2013).

⁹ A resistência é representada por um ato prático e a contestação por meio de um discurso/protesto crítico e verbal, “numa situação concreta, é difícil estabelecer onde termina a contestação e onde começa a resistência” (Bobbio, 2004), são formas pelas quais grupos historicamente excluídos e discriminados manifestam-se contra as opressões sofridas.

O feminismo também pode ser compreendido como uma configuração de movimentos que se cruzam e correlacionam preocupações com compromisso político. Apesar de um núcleo comum, há muitas singularidades nas diferentes leituras sobre os problemas relacionados às condições das mulheres nas sociedades. Por certo, não há uniformidades teóricas. Pelo contrário, é possível dizer que há feminismos marcados por uma divisão geracional que influencia demandas, argumentos e interesses, que são afetados por contextos e locais históricos diferentes (Welch, 2012).

Sendo uma configuração de movimentos, portanto, devemos sair da singularidade do termo e trabalhar com a concepção de pluralidade que esses movimentos representam. É indispensável nos remetermos aos feminismos das periferias, ao transfeminismo, ao feminismo indígena-comunitário, ao feminismo negro, ao feminismo popular, entre outros. Considerando suas diversidades, tensões, acordos e desacordos, mas também na capacidade de serem massivos e inclusivos (Gago, 2020).

Essas diferenças instituídas ao longo do tempo constituem e se organizam no que se convencionou a chamar de ondas. Essas ondas movimentam uma variedade de lutas e sujeitos que desafiam o conhecimento (heteronormativos, mas também entre si), teorizam, mobilizam-se e buscam pela garantia de direitos, não num processo dado, mas contínuo. A organização dos movimentos feministas em períodos, ondas (quatro), com início a partir do séc. XIX, oferece uma visão histórica, aproximada (por não haver um consenso) do caminho, das lutas, das pautas, relações, localizações e pressões diversas (Schumacher, 2018; Silva, 2019), conforme se apresenta nas próximas páginas.

2.1.1. Sobre as ondas feministas

Para entender as particularidades dos movimentos feministas, Célia Pinto (2012) enfatiza o dever de se considerar a história do movimento e os processos de luta que produzem e reproduzem uma reflexão crítica própria, relacionando militância e teoria (processo raro, para a autora), com base na particularidade de quem impulsiona a luta por direitos. Mesmo antes dessas lutas serem consideradas parte de movimentos, ou seja, antes da organização coletiva e em maiores proporções, mulheres já se rebelavam frente à ausência de liberdade e respeito às suas necessidades, particularidades e vontades.

Ao longo da história e desenvolvimento da humanidade, entre mulheres, mitos e deusas, as histórias nos mostram (ou omitem) a violência e o silenciamento que as mulheres têm de enfrentar. Desde Lilith, Hipátia de Alexandria, Dandara dos Palmares, entre inúmeras mulheres

que fizeram história, de alguma forma, ao recusarem o lugar que lhes foi imposto (Robles, 2006; Bemfeito *et. al.* 2021).

A organização dos movimentos feministas em quatro períodos nos dá uma visão sumária e histórica do caminho percorrido, da organização das lutas, de quem levanta essas pautas, de como ou se elas se relacionam e onde ocorrem desde o século XIX (Silva, 2019). Logo, enquanto marcos temporais, cada onda, tem de ser considerada uma síntese que escapa à totalidade dos feminismos enquanto movimentos políticos e coletivos organizados. Elas oferecem uma orientação para inicialmente compreendermos processos e movimentos, considerando como comportamentos e ações feministas, são parte da história das mulheres.

A primeira onda compreende os esforços de mulheres entre o século XIX e meados do século XX. Em termos de abrangência, teve início no Reino Unido e Estados Unidos, mas se expandiu para diversos países, dentre eles o Brasil. Nesse período há uma explícita luta por direitos civis e públicos, que já eram garantidos aos homens (alguns)¹⁰ (Gouges, 1791; Marques, 2019). Ao se questionar os papéis de submissão, passividade e a restrição ao lar, à vida privada, buscava-se igualdade de oportunidades. Porém, ainda, com um fundamento liberal e branco¹¹, segundo Silva (2019). A negação desses direitos também surge na idealização do que seria uma “boa mulher”- afável, meiga, sem opinião própria e pura (Woolf, 2012).

De início, a discussão não abrangia mulheres negras, as quais, em parte, estavam inseridas em lutas pelo reconhecimento como seres humanos e não como coisas (Hooks, 1981). Desse modo, a luta contra a escravidão também entra nessa fase do feminismo. Junto aparece a discussão sobre o acesso à educação de qualidade, portanto, para além dos direitos civis, os direitos políticos e sociais também estavam na pauta (Schumacher, 2018).

Os resquícios da primeira “onda” acompanham a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). As consequências da guerra demandam trabalhadores em diversas áreas e isso implica reconhecer a necessidade de incluir mulheres nesses processos. Há uma mudança visível na comunicação social que convocava pessoas para “servir à pátria” e essa convocação também era direcionada às mulheres, para atuar nos campos de cuidado, como enfermeiras e áreas afins. Isso passava uma mensagem de que mulheres também têm papéis (espaços) na vida pública (Silva, 2019).

¹⁰ A luta por igualdade foi marcante na busca direitos, porém, “nem todos os homens foram considerados iguais entre si para o exercício de funções públicas”, pois a igualdade não garante oportunidade a todos, mesmo sendo considerada fundamental para as democracias. Pois homens, dentre eles, negros, vulneráveis economicamente ou sem acesso à educação, assim como as mulheres, sofriam restrições de direitos e tratamento desigual (Marques, 2019, p. 09).

¹¹ O liberalismo tem como fundamento a liberdade individual em diferentes áreas da vida, como: econômica, política, religiosa, intelectual, etc. Essa liberdade busca se contrapor a atitudes coercitivas do Estado (Silva, 2019).

A segunda “onda” marca a segunda metade do século XX. Uma referência é a publicação do livro “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir, em 1949. Essa notável publicação aborda a relação e distinção entre sexo (biológico) e gênero (construção social), de forma a problematizar como os papéis sociais são impostos a partir dessas duas dimensões (Beauvoir, 1967). Nesta “onda”, acontecimentos da vida pessoal eram questionados e defendidos como formas de ação política, logo, “problemas pessoais são problemas políticos”, pois “não há soluções pessoais desta vez. Só há ação coletiva para uma solução coletiva” (Hanisch, 1969, p. 01). De forma inédita, alguns assuntos começam a ser abordados: liberdade sexual, direitos reprodutivos, exploração do corpo feminino e mulheres como objeto, imposições de como parecer e se comportar, exploração pela maternidade e casamento, violência sexual e estupro, crítica à pornografia (Silva, 2019). No Brasil, essas questões, em convivência com a temática da desvalorização do trabalho da mulher e da igualdade entre gêneros, emergem em contexto de forte restrição dos direitos civis em consequência da ditadura militar (Pedro, 2013; Schumacher, 2018; Zirbel, 2021; Cfemea, 2014).

Em sequência, o período conhecido como terceira onda transita pelas últimas décadas do séc. XX (Schumacher, 2018). Os anos 1980 chegou a ser entendido como pós-feminista (Faludi, 2001) com o argumento de que as conquistas da segunda onda transcenderam o objetivo da igualdade, de modo que seria desnecessário se preocupar ainda com essas questões. Para algumas, isso representou mais uma ofensiva aos direitos das mulheres por meio da tentativa de despolitizar os movimentos feministas (Faludi, 2001; Brunoro, 2017).

Em vista disso, Rebecca Walker, escritora, feminista e ativista norte-americana, em 1992, afirma: “Eu não sou uma pós-feminista, eu sou a terceira onda” (Walker, 1992, s/p). Ela faz alusão ao caso de Anita Hill¹², aos seus relacionamentos pessoais e às situações cotidianas que observava à sua volta. Ela se inquietava com as recorrentes tentativas de silenciamento que redefiniam a credibilidade e o poder pessoal e político das mulheres. E é nesse contexto de repúdio à concepção de pós-feminismo e tentativa de universalização das mulheres, que Walker (1992) se percebe como parte da terceira onda, a fim de transformar indignação em poder político (Walker, 1992, s/p; Brunoro, 2017).

Nos anos 1990, o movimento punk feminista (internacional e nacional) desafiava o neoliberalismo e o corporativismo burguês, abordava assuntos como estupro, sexualidade,

¹² “Anita Hill, mulher negra, que denunciou seu superior por assédio sexual no trabalho à comissão da mais alta instância judicial dos Estados Unidos que era composta por homens brancos, em 1991. Ver: <https://medium.com/lado-m/anita-hill-ela-decidiu-nao-se-calar-perante-os-estados-unidos-e-o-mundo-11306ef3a11a>

patriarcado e empoderamento, crítica à antipornografia e à proibição da prostituição, rejeitava moralismos e defendia a participação pública da mulher (Silva, 2019). Ele questionava e contestava essencialismos relacionados à sexualidade e gênero (Butler, [1990]2018), busca romper com assimetrias sociais enquanto fragmenta o discurso que busca universalizar a mulher (Davis, 2016; Silva, 2019). Ele ainda tenta corrigir falhas anteriores, com análises para além da distinção baseada no sexo.

Assim, o feminismo negro, que cresce e se fortalece nesta fase, ganha força ao articular e discutir “estruturas de racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado e etarismo” (Akotirene, 2019, p. 19). Com isso, reconhece-se que identidades femininas e outras formas de opressões (raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia, faixa etária e outras) “moldam-se mutuamente” nas experiências individuais e cotidiana (Collins; Bilge, 2020, p. 16).

O ativismo de mulheres negras brasileiras avançou na visibilidade, aumentou debate e lutas, mais fortemente, da segunda metade do séc. XX (e início deste) (Rodrigues; Freitas, 2021), perpassa da segunda para a terceira onda, associada à institucionalização do feminismo, surgimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) e mecanismos de políticas para as mulheres (conselhos, conferências, etc.) (Schumacher, 2018).

O ativismo digital e a tecnologia (Cochrane, 2013), bem como a busca por justiça social, direitos civis e liberdade espiritual (Peay, 2005) caracterizam a quarta onda do feminismo. O ativismo digital ou ciberativismo envolve coletivos que vivenciam a revolução na comunicação¹³ e com sua capacidade dialógica utilizam as plataformas digitais como espaços de organização, articulação e propagação de ideias que vão de encontro às questões (ainda) não resolvidas (LGBTfobia, gordofobia, misoginia, sexismo, machismo, racismo, violências doméstica e de gênero, entre outras, em diversos espaços) que silenciam mulheres a partir de abusos intelectuais, físicos, etc. (Solnit, 2017; Perez; Ricoldi, 2018; Silva, 2018; 2019).

Contudo, a quarta onda se movimenta de forma expansiva, agregando características das fases anteriores às possibilidades do mundo globalizado. Dessa forma, há um entrelaçamento de ativismos, tecnologias e participação social que ocasionou na aproximação entre movimentos feministas e Estado. Na América Latina, há uma relação mais direta com o Estado por meio da participação social e construção de políticas públicas, a internet/tecnologia torna-

¹³ Perez; Ricoldi (2018; p. 18-19) associam a revolução na comunicação às “novas formas de sociabilidade e mobilização política, via redes sociais”. Essa revolução se refere ao uso da internet e a mudança na comunicação mundial que reconfigura espaços geográficos e modifica as relações sociais, reestrutura laços sociais por meio de comunidades virtuais (Recuero, 2000).

se um meio e não a característica central das lutas travadas e conquistas alcançadas (Matos, 2014).

É nesse contexto que se estrutura um “campo feminista e de gênero” caracterizado por sua heterogeneidade, pluralidade e policêntrismo, com mulheres organizadas em movimentos estudantis, nas universidades, nas Organizações Não Governamentais, nos parlamentos, nos partidos políticos, nas organizações tanto nacionais quanto internacionais, e outros espaços possíveis (Matos, 2008; 2014).

Atualmente, algumas mulheres do Sul Global, em particular na América Latina e Caribe, adotam uma abordagem decolonialista, onde se desenvolvem críticas ao feminismo hegemônico do norte global (Matos, 2008; 2010; 2012; 2014; Perez; Ricoldi, 2018). Nessa perspectiva, inclina-se para uma concepção ampliada de direitos humanos e uma mobilização global de cunho social e política que relacionam pensamentos, teorias e movimentações levantadas pelas ondas anteriores (Matos, 2014).

O aprofundamento do debate interseccional em contraponto à exasperação do fundamentalismo contrário à autonomia das mulheres ganha destaque na agenda atual de pesquisa e militância feminina. Isso ganha mais expressão no uso das tecnologias virtuais e a retomada das ruas se tornam estratégias de resistência, a exemplo da Marcha das Vadias, a Marcha das Mulheres Negras, a Primavera Feminista, entre outras mobilizações (Schumacher, 2018). Essas mobilizações e organizações de mulheres, sejam pelos movimentos feministas, ou não, ocorrem pelo fato persistência da desigualdade de gênero em nosso cotidiano e agravada, por exemplo, ao afligir mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, mulheres negras e as que residem em territórios marginalizados (IBGE, 2021; Matta *et al* 2021).

Com a Pandemia, determinações limitaram ações presenciais (por um tempo), mas não distanciou as pessoas por completo. O ambiente virtual, que já era espaço relevante ao início da quarta onda feminista, continua importante para contatos, articulações, debates, conscientizações e lutas por direitos para mulheres. Talvez, um meio para que vínculos não sejam quebrados, para que a luta não enfraquecesse, onde mulheres e outros grupos organizados precisaram traçar e reforçar a luta à distância.

Estamos diante de uma situação na qual populações vulnerabilizadas estão sofrendo um impacto maior como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, negros e mulheres (ABRASCO, 2020; Matta *et al* 2021). Essas minorias tornam-se alvos de ações organizadas por grupos que visam à organização/reorganização social, cada qual com seus recursos, demandando a junção e correlação de conhecimentos feministas e científicos, para saúde e bem-estar desses grupos e, conseqüentemente, da população em sua totalidade.

A desigualdade de gênero, em suas manifestações, que fez despontar esses movimentos, ainda se faz presente, mutável, impactando mulheres em contextos e formas diversas. De fato, não podemos falar de feminismo, mas de feminismos, considerando a diversidade das mulheres, demandas e reivindicações em temporalidades distintas.

Por certo, é compreensível o dissenso sobre as ondas. De modo que, sem minimizar suas representações, mas considerando suas multiplicidades e particularidades, podemos considerá-las como conglomerados de marés interseccionais que se entrecruzam e seguem. Por vezes, conquistando direitos, em outras, ampliando a luta, adaptando-se aos desafios e possibilidades decorrentes do desenvolvimento da sociedade. O que nos faz ratificar o processo contínuo dessa luta.

2.2. Políticas Públicas para Mulheres e Ativismo Digital

A construção do conhecimento e das políticas públicas estão entrelaçados como espaços de luta das mulheres. As políticas públicas são a materialização do Estado por meio da proteção social frente a riscos sociais, amortecimento das crises e tentativa de promoção do bem-estar da população, ao legitimar suas necessidades. Essas políticas assumiram um lugar intrinsecamente ligado à cidadania, “são vistas como investimento e produtoras de um desenvolvimento mais justo e sustentável” (Menicucci, 2018, p. 19).

Essa proteção social, organizada a partir das políticas públicas e sociais, é como o Estado enfrenta a questão social¹⁴ em suas manifestações e expressões, ocorrendo, geralmente, de forma setORIZADA e fragmentada. Contudo, apesar da perspectiva que se relaciona à regulação de conflitos, “contribuíram para ampliar os direitos e a cidadania” (Behring; Boschetti, 2006, p. 193).

Há autores que usam a denominação de políticas públicas de gênero para se referir a

Políticas sociais que incorporam a questão de gênero, o que pode ocorrer com políticas voltadas exclusivamente para as mulheres, ou com políticas mais gerais que incluem as mulheres como beneficiárias em potencial, como é o caso de algumas políticas de combate à pobreza [...] ou pode ser um modelo no qual as mulheres são além de beneficiárias, formuladoras e executoras, ou seja, assumem um papel de sujeito no processo de formulação e implementação (Nascimento, 2016, p. 319).

¹⁴ “Expressões do processo do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade [...] É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão” (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 77). São “expressões das desigualdades sociais” (Santos, 2012), a exemplo do desemprego, violência, discriminação, exclusão, exploração, dificuldade de acesso a direitos, etc.

Atender às necessidades das mulheres e as incluir nos processos, ao ponto que as políticas públicas possam ser consideradas políticas de gênero, não é algo tão simples. Há desafios e reivindicações que demandam reconhecimento de necessidades simbólicas e culturais, a redistribuição de recursos numa relação entre classe e questões socioeconômicas e a representação política. Esse debate é levantado para atender desigualdades e opressões de grupos que demandam intervenções específicas, para desfazer a contraposição entre público e privado, com uma teoria democrática e de justiça social via “remédios” (Fraser, 2002; 2006).

Fraser (2002; 2006), em sua proposta, explica que os remédios para injustiças econômicas levam à reestruturação político-econômica por meio da Redistribuição (Ex.: Classe); para as injustiças culturais se faz necessária uma mudança cultural ou simbólica por meio do Reconhecimento (Ex.: Sexualidade); e para injustiças relacionadas à participação política, a Representação (dimensão político-representativa) garante condição para o alcance das demais dimensões), considera que chega a um sistema que une uma visão multidimensional para corrigir injustiças em um mundo globalizado (Matos; Cypriano, 2008).

Biroli e Quintela (2021) alertam para o fato de que dependendo da forma que o gênero é abordado nas políticas públicas, podem existir restrições de direitos, especialmente, quando há um viés moralista. Nesse caso, há o potencial de gerar sobrecarga, controle e regulação sobre os corpos e desejos das mulheres, reforçando papéis tradicionais. Sendo assim, uma ressalva para o Estado respeitar a autonomia das mulheres, incluí-las desde o conhecimento produzido, processos decisórios, planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas.

Por isso, a teorização da realidade das mulheres é importante para compreensão do impacto que o sistema patriarcal, machista, racista, sexista e estruturado em opressões causa a elas. Suas vivências, saberes e iniciativas fortaleceram a aproximação e interação com o Estado. Pois, para que suas demandas se tornem legislações e políticas públicas, faz-se necessário algum nível de institucionalização desses movimentos (Sanchez, 2021).

Na América Latina, entre 1980 e 2000 ocorreram processos democráticos e de liberalização, com avanços não lineares, guiados por lentes de gênero. As demandas relacionadas às pautas de gênero, as necessidades das mulheres encontraram oportunidades para se materializar enquanto leis e políticas públicas. Envolveram atores e agendas conflitantes em um contexto democrático, tendo o Estado como ator e mediador (Biroli, 2020b).

No Brasil, a Ditadura Militar foi um período de restrição de direitos e que dificultava ou até mesmo impedia essas relações. Porém, ao seu fim, na década de 1980, ocorre um período de abertura democrática que oportunizou a interlocução e penetração no aparelho estatal O

movimento feminista alcançou conquistas como conselhos, delegacias, programas de saúde e igualdade formal (Pitanguy, 2008). Nos anos 1990, apesar dos moldes do trinômio neoliberal (privatização, focalização e descentralização) que caracterizava as políticas sociais por meio de ações pontuais e fragilizadas (Behring; Boschetti, 2006; Cisne; Gurgel, 2008), emergem os mecanismos institucionais de mulheres (ministérios, secretarias, conselhos, comissões, comitês, fóruns, etc.) e, nesse sentido, foram e continuam sendo “catalisadores de demandas”, possibilitando a inserção e o relacionamento de movimentos de mulheres (e outras populações vulnerabilizadas já mencionadas), organizações não governamentais, redes feministas e coletivos nas instituições estatais, levantando a discussão sobre transversalidade de gênero na construção e implementação de políticas públicas (Paradis, 2013; Matos, 2014).

Em meio a agendas conflitantes e pautas não resolvidas, há aumento da mobilização e participação de mulheres no controle social, via conferências e conselhos, bem como, concomitantemente, outras ações/estratégias, não presenciais, mas que são parte e fortalecem a articulação. É nesse contexto que a internet se desdobra em “ferramentas eficazes para promoção da participação cívica e militância de grupos e movimentos sociais”, como uma dimensão “emancipatória e de empoderamento do cidadão” (Araújo, 2016, pág. 09).

Pois, o ativismo digital, para além de caracterizar o ativismo feminista e os movimentos de mulheres, é um instrumento de luta da quarta onda feminista (já mencionado), na América Latina (Matos, 2014), logo, também, no Brasil. Seja para ações organizadas e executadas no ambiente *on-line*, como para organização de ações *off-line*, o uso das redes sociais possibilita discussões nas quais junta pessoas e transmite conteúdos e iniciativas diversas, com potencial de contribuir para formação política de outros (Filho; Coutinho, 2016).

Nesse contexto, lutas foram iniciadas, denúncias foram feitas e conquistas foram alcançadas desde o início do ano 2000, via protestos e mobilizações, a exemplo da Marcha Mundial de Mulheres¹⁵ e a Marcha das Margaridas¹⁶ (Souza, 2016; Fonseca; Silva, 2021; Zirbel, 2021). Não restritas as primeiras edições, suas manifestações vêm ao longo anos acompanhando outras mobilizações e atualização das demandas

¹⁵ A Marcha Mundial de Mulheres contou com seis mil, em mais de 150 países, que produziram um documento assinado por 5 milhões de pessoas e entregue, simbolicamente, à Organização das Nações Unidas (ONU). Entre as reivindicações constava o enfrentamento à pobreza e à violência contra as mulheres (Zirbel, 2021).

¹⁶ A Marcha das Margaridas é uma estratégia de mobilização política das mulheres trabalhadoras rurais representadas pelos sindicatos rurais que se somam a diversas organizações e movimentos feministas rurais e urbanos e apresentam uma pauta de reivindicações ao Estado denunciando a situação de desigualdades em que vivem as mulheres no campo [...] O nome da Marcha faz referência a Margarida Alves, trabalhadora rural assassinada em 1983, a mando de usineiros no município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba (Fonseca; Silva, 2021, P. 10-11)

Entre 2003 e 2015, no decorrer dos governos petistas, ocorreu o fortalecimento da secretaria de políticas públicas para mulheres, maior cooperação com o movimento de mulheres, representando êxito para o movimento feminista (Bohn, 2010). Não restrito às mulheres, ocorreu também maior abertura para participação dentro e fora da estrutura estatal, que incluía mulheres, negros e LGBTQIA+, somado à intensificação de seus movimentos que buscam direitos e superação de desigualdades. (Perez; Ricoldi, 2018). Essa ampliação dos processos populares participativos, envolveu e desenvolveu uma “rede de políticas públicas de reconhecimento, antidiscriminatórias e de inclusão democrática” (Matos, 2016 *apud* Campos, 2017, p. 50).

Entre esses processos, destacamos as quatro Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (CNMP), as quais são marcos para a garantia de direitos das mulheres. Na 1ª CNPM, em 2003, foi discutido o desafio para a igualdade na perspectiva de gênero, a fim de propor diretrizes para um plano nacional e sua consequente ao presidente. Já na 2ª CNPM, em 2007, analisou a realidade nacional, os desafios para implantação do plano nacional idealizado na conferência anterior, avaliando ações, princípios e diretrizes já estabelecidos e reforçando a relevância da participação das mulheres nos espaços de poder. Em 2011, a 3ª CNPM teve como tema “a importância da autonomia para a igualdade das mulheres”, ratificando a discussão sobre políticas com esse fim nos domínios econômico, social, cultural e político. E na 4ª CNPM, em 2016, foram reivindicados “mais direitos, participação e poder para as mulheres”, para fortalecer a Política Nacional para Mulheres e garantir qualificação, controle social, informações e ações capilarizadas nas esferas nacional, estadual e municipal. Além dos avanços na representação de grupos tradicionais (indígenas, quilombolas, de matriz africana, ciganas e pessoas com deficiência) (Matos; Lins, 2018).

Nesse período que abrange as últimas duas conferências, o ativismo digital se fez presente, seja restrito a ações no ambiente virtual, ou transitando para o presencial como a primeira edição da Marcha das Vadias¹⁷ (2011), as Jornadas de Junho¹⁸ (2013) e a “primavera feminista¹⁹” (2015) que envolvem coletivos com pautas feministas, antirracistas, anticlasistas e

¹⁷ Após surgir em Washington, nos Estados Unidos, quando um policial justifica uma violência contra mulher em decorrência de roupas e comportamento, a revolta causada leva ao desenvolvimento do que ficou conhecido como a Marcha das Vadias (Oliveira; Otto, 2019).

¹⁸ Jornadas de Junho foi o nome atribuído a manifestações organizadas em 2013 por coletivos com pautas sobre feminismo, antirracismo, anticlassismo e ampliação dos direitos para a população LGBTQIA+ (Perez; Ricoldi, 2018)

¹⁹ O termo “Primavera Feminista” é analogia com a “Primavera Árabe” (movimentos no Norte da África e Oriente Médio, com início em 2010, questionando modelos econômicos neoliberais, regimes socioculturais, repressores e autoritários; os quais tinham como um de seus instrumentos o uso de mídias e redes digitais a fim de conscientização e mobilização (Martinez, 2021).

ampliação dos direitos para a população LGBTQIA+ (Perez; Ricold, 2018; Oliveira; Otto, 2019). Nos anos seguintes, entre 2015 a 2017, algumas campanhas online²⁰, nacionais e internacionais, abordaram assédio, abuso e violência sexual contra mulheres (Reis, 2017; Silva, 2019; Martinez, 2021).

Entre 2016 e 2017, o golpe que levou ao impeachment da presidenta Dilma coincidindo com a 4ª CNPM e essas mobilizações contra as violências que afligem mulheres contrariam pautas debatidas e reivindicações realizadas até o momento. A situação se agrava com “a extinção de secretarias e ministérios às quais estavam vinculadas as políticas para mulheres [...] cortes orçamentários ou deslegitimação progressiva das mulheres enquanto sujeitos políticos” (Campos, 2017, p. 52).

Em 2018, no Brasil, o #EleNão representou umas das maiores mobilizações feministas nacionais em rede, foram 160 cidades com o objetivo de impedir o avanço de Bolsonaro à presidência, alertar sobre o desmonte que já vinha ocorrendo e danos futuros. Foi uma tentativa de fazer frente às alterações das estruturas construídas pelas feministas e movimentos de mulheres nas últimas décadas. É incontestável o agravamento desde 2018, a partir do governo Bolsonaro. Pois, os movimentos sofrem e enfrentam uma perseguição moral (Belançon, 2019) associada a um comportamento antifeminista (*backlash*) que vem despontando (Aguar; Pereira, 2019 *apud* Belançon, 2020).

Ao tempo que observamos o crescimento e participação de mulheres nas mobilizações no ambiente virtual, na adesão às pautas ligadas aos Direitos Humanos, aos discursos feministas e antirracistas. A extrema direita cresce contrária a essas pautas e gera um paralelismo que alerta para o fato de que maior mobilização de mulheres “não implica necessariamente em conquistas sistêmicas para mulheres” (Facioli, 2021, p. 1). Tal argumento se justificativa no resultado das eleições em 2018, que apesar de grandes proporções, o #EleNão não barrou seu crescimento, além do avanço tímido das mulheres eleitas em grandes cidades. Assim, a conectividade das mídias parece não representar uma ocupação institucional significativa desses coletivos (Facioli, 2021).

Por certo, atualmente, não se pode negar os riscos que ameaçam a agenda da igualdade de gênero, bem como a democracia e o Estado de Direito (Biroli, 2020b), contudo, nem tudo pode ser desmontado, ao considerarmos os agentes de mudanças envolvidos dentro e fora do

²⁰ #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto, #AgoraÉQueSãoElas, #MulheresContraCunha, #PilulaFicaCunhaSai, #NãoTiraOBatomVermelho, #Feminicidio, #ElesporElas, #VamosJuntas?, #MexeucomUmaMexeucomTodas, #ChegaDeSilencio, #MarchadasMargaridas, #NenhumaMenos/#NiUmaMenos, #MeToo, etc (Reis, 2017; Silva, 2019; Martinez, 2021).

Estado, que movimentam na contramão do desmonte (Belançon, 2020). Pois, apesar dos (ainda) altos níveis de desigualdades de gênero, o enfrentamento dessa situação persistente “depende de uma coalizão de forças entre sociedade civil e Estado, através da ação dos movimentos sociais e políticas públicas de gênero eficazes” (Nascimento, 2016, p. 334).

A partir de 2020, na continuidade do desmonte das políticas públicas e com a Pandemia da Covid-19, o ativismo digital encontrou espaços para se consolidar. Só no ano de 2021, 16% dos brasileiros assinaram petições online, havendo campanhas bem-sucedidas frente à reivindicação de direitos e pressionarem os políticos enquanto defendem direitos e lutam por mudanças sociais (Tiinside, 2022).

No contexto pandêmico, determinados segmentos populacionais (negros, indígenas, sem-terra e sem-teto, quilombolas, assim como os grupos LGBTQIA+, etc.) tiveram/têm suas vulnerabilidades agravadas. Contudo, “são as mulheres, em suas diferentes faixas etárias, as que são desproporcionalmente mais atingidas pelos efeitos sociais da pandemia” (Pimenta *et al*, 2021, p. 166). Logo, são essas mulheres que se articulam e atualizam as formas de luta frente ao contexto pandêmico. Na emergência de uma reorganização política, ao tempo que o ativismo digital encontrou espaços para se consolidar (Tiinside, 2022), surgem formas de atuação, resgate de aprendizagens, redes de autocuidado e luta contra o autoritarismo (CFEMEA, 2022). Assim, trabalhar em rede torna-se uma tendência.

Os protestos provocaram transformações no comportamento político e social das pessoas, bem como formas alternativas de sociabilidade (Silveira; Braga; Penteado, 2014). Congregando experiências individuais e agenciando significados que se conectam a processos estruturais e desiguais para as mulheres, entrelaçando micro e macrocontextos da experiência contemporânea (Sarmiento, 2021; Mello; Pagel, 2021).

Entre redes sociais e as ruas, em um processo híbrido que borra as fronteiras teóricas e práticas, são mobilizadas vivências, reconhecimentos e conhecimento (Martinez, 2021). Não há uma narrativa oficial na disseminação de informações, conhecimentos e pautas feministas, mas há uma emersão plural dos feminismos. Com a ressalva de que solidariedade e o engajamento de diferentes pautas não é uma especificidade feminista (Sarmiento, 2021). Logo, podemos considerar como os movimentos e as mobilizações das mulheres são plurais. É nesse contexto que, em processos desterritorializados e colaborativos, a internet e as mídias digitais são “instrumentos de preparação cultural para a mudança, criando condições para o exercício de contrapoder” (Mousinho, 2017, p. 01).

É frente a persistência das desigualdades de gênero e aos agravamentos das vulnerabilidades que a sociedade se interconecta, mobiliza, estrutura-se em redes sem amarras

geográficas. É nesse processo que emergem novas configurações e reconfigurações sociais (Rocha, 2017). Estar conectado em rede, para movimentos organizados, é ir além de contatos, simplesmente, estabelecidos. Pois, conjuga um caráter multi-identitário, subredes, redes pluriorganizacionais (Scherer-Warren, 2013).

Na luta contra o desgoverno Bolsonaro na pandemia, diferentes coletivos²¹ articulam mulheres brasileiras (negras, camponesas, indígenas, estudantes e profissionais, vinculadas a partidos políticos ou não, etc.) contra a desigualdade, em defesa da vida, das políticas e pela proteção social das mulheres. Surgem outros, que compartilham dos mesmos interesses e agregam novas pautas, como a defesa da ciência, a exemplo da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC), que conta com apoio de pesquisadoras de diferentes áreas e distribuídas no território nacional, bem como cientistas brasileiras que atuam fora do país.

2.3. Mulheres, Ciência e Saúde: da Produção do Conhecimento aos Resultados

A produção do conhecimento sobre mulheres não se trata de generalizar e universalizar suas questões, mas, sobretudo, pontuar particularidades locais, geográficas, culturais, temporais, de classe, entre outras especificidades que circundam e estruturam a vida das mulheres. Isso se torna um desafio maior em democracias frágeis e com poucas universidades, pois acabam por gerar situações de exclusão ou proibição da participação de mulheres na produção do conhecimento e limitam fatores potenciais para gerar novas teorias, formas de ver o mundo, produzir justiça social, igualdade de gênero e bem-estar das mulheres (Bayes, 2012).

Bem-estar e saúde resultam da organização social (com potencial de gerar desigualdades), do contexto histórico, das lutas cotidianas, bem como o acesso a direitos básicos e fundamentais, dentre eles os serviços de saúde (Brasil, 1986). Então, seja no campo da Saúde Coletiva, no que se refere a busca pela promoção da saúde das pessoas, condições socioeconômicas e medidas de proteção social e médica (Nunes, 2006) e/ou no campo teórico de gênero com base na crítica a teorias que naturalizam exclusões e hierarquias de gênero e que não consideram a dominação masculina como problema (Matos, 2008; Biroli, 2017). Dessa forma, compartilhar de conhecimentos e recursos epistemológicos fortalecem a possibilidade

²¹ Articulação de Mulheres Brasileiras; Fórum de Mulheres do DF; Entorno Frente de Mulheres Negras do DF; Entorno Movimento de Mulheres Camponesas; Articulação de Povos Indígenas no Brasil; Setorial de Mulheres do PT; Secretaria de Mulheres do PSOL; Consulta Popular Movimento dos Pequenos Agricultores; Cirandas Pela Democracia; a partida; Secretaria de Diversidade da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia; Coletivo de Mulheres Jornalistas e Coletivo de Estudantes Indígenas e Mulheres da UnB lançam notas “Mulheres em luta contra o desgoverno genocida” em 2020. Ver: <https://ambfeminista.org.br/memorias/nota-mulheres-em-luta-contra-o-desgoverno-genocida-2020/>

de se dizer algo sobre o mundo que nos cerca, revelando hierarquias e processos desiguais de valorização (Biroli, 2017).

2.3.1. Saúde Coletiva e Gênero - Campos Justapostos?

Para falarmos em campos de conhecimento, ao se tratar de Ciência, recordamos da noção elaborada por Bourdieu ([1997]2004; 1983), o qual considera que para entendermos a ciência enquanto produção cultural, faz-se necessário ir além do contexto textual e social (relação entre texto e contexto). Isso seria um “erro do curto-circuito”, segundo ele. Sendo um universo intermediário entre esses contextos, o Campo Científico é estruturado por indivíduo, seus *habitus*²², capital científico²³ e instituições que, por meio das relações estabelecidas, produzem, reproduzem e difundem ciência, um espaço com relativa autonomia e leis próprias.

Bourdieu (2004;1983) classifica as disciplinas como uma diferença simples, que distingue os campos científicos. As pressões enfrentadas estão relacionadas aos problemas de conexões, bem como as resistências caracterizam sua autonomia. Dessa forma, o autor destaca a necessidade de escaparmos da “ciência pura”, destituída de necessidade social e da ‘ciência escrava’, submissa a todas as demandas político-econômicas, pois

O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações, etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve [...] Uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de refratar, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas [...] um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças (Bourdieu, 2004, p. 21-22).

Essa noção de Campo Científico tornou-se referência para outros pesquisadores estruturarem conhecimento, reconhecimento e difusão de saberes relacionados aos seus respectivos campos. A exemplo do Campo da Saúde Coletiva encontramos essa referência em Nunes *et al* (2010), Bosi e Prado (2011), Bosi (2012a; 2012b), Ianni *et al* (2014), Deslandes e Maksud (2019), Conceição *et al* (2020), Vieira-da-Silva *et al* (2020) e outros. Como também no Campo de Gênero podemos mencionar Matos (2008), Minella (2013), Ferreira e Coronel (2017), Gasparetto (2020), etc.

²² Bourdieu (2004; 1983) denomina como *habitus* os modos de ser dos agentes sociais (indivíduos).

²³ O próprio campo constitui uma forma de capital, o capital científico, que é uma espécie de capital simbólico estruturado pelos atos/construções que constituem conhecimento e reconhecimento pelos pares no próprio campo. O *Citation Index* é um exemplo de como “medir” esse capital (Bourdieu, 2004; 1983).

2.3.1.1. Sobre o Campo da Saúde Coletiva

Enquanto espaço de disputas em seu processo de constituição, a Saúde Coletiva constitui-se como campo que acompanha a organização da oferta das ações de saúde no Brasil. Embora tenha origens relacionadas ao projeto preventivista e outras experiências que buscaram repensar a Saúde Pública convencional e o modelo biomédico anteriores, congrega conhecimentos e práticas que se fizeram expressivas e institucionalizadas a partir dos anos 1970 (Nunes, 1994; 2006; Bosi; Paim, 2010; Bosi; Prado, 2011; Bosi, 2012a).

Em um trânsito que trafega por influências epistemológicas mútuas, a Saúde Coletiva está associada aos movimentos de reforma sanitária e democratização do Brasil, reforçando ideias relacionadas ao direito à saúde. Assim, constitui-se a partir de três princípios básicos: saúde das pessoas, condições socioeconômicas e medidas de proteção social e médica (Nunes, 2006).

A Saúde Coletiva está em permanente construção e reconstrução de saberes e práticas, envolve atores distintos e confluentes que constituem o pensar, o fazer e o ser (Bosi; Paim, 2010; Bosi; Prado, 2011). Assim, estabelece intersecções ampliadas com diferentes domínios disciplinares ou transdisciplinares a partir da exigência de objetos “com dimensões qualitativas e quantitativas; sujeito e estrutura; natureza e história; objetividade e subjetividade” (Bosi; Prado, 2011, p. 11).

Nunes (2006) define a Saúde Coletiva como um mosaico que une, analisa, filtra e reorganiza os problemas a partir das teorias que nos permitem compreendê-los e propor práticas que articulam estudo, pesquisa, análise, conhecimento, técnica e avaliação com foco na transformação social. Esse mosaico estrutura um campo extenso, diversificado e que envolve áreas discursivas como espaços de formação disciplinar básicos, que são: Epidemiologia; Política, Planejamento e Gestão; e Ciências Sociais e Humanas (Nunes, 2006; Bosi, 2012; Deslandes; Maksud, 2019).

A Epidemiologia é conhecida por se concentrar nos fatores, frequências e distribuições das doenças e agravos, desenvolvendo análises que variam de casos mais específicos até tendências gerais, avaliando o impacto para a vida e saúde da população. Por sua vez, a Política, Planejamento e Gestão da Saúde abordam os serviços de saúde, os processos de trabalho, a organização social e política da saúde a fim de aprimorar os sistemas e serviços de saúde, em sua consolidação como direito de todos. Já no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, a centralidade das pesquisas está nos modos de vida e nas relações (sociais, culturais, econômicas e políticas) entre sujeitos sociais e sociais que permeiam a Saúde Coletiva (UFF, 2019).

Importante ressaltar que a inserção das Ciências Humanas e Sociais promoveu ocorreu um redimensionamento epidemiológico e político de uma saúde pública até então presa aos ditames tecnicistas e tradicionais (Vieira-da-Silva *et al*, 2014; Vieira-da-Silva *et al*, 2020).

Sendo assim, a Saúde Coletiva pode ser entendida como um campo “inter, multi e transdisciplinar”, com relações que variam e se adaptam às possibilidades de análise (Nunes *et al*, 2010). Em outros termos, um “leque temático” que atrai e acolhe profissionais distintos, negocia com epistemologias diversas, entrelaçando-se a outros campos (Bosi; Prado, 2011). Tal fato possibilita pensar a saúde numa questão ampla (OMS, 1946; Brasil, 1896) e que caminha ao encontro do compromisso ético deste campo (Bosi; Paim, 2010), no qual se percebe o potencial de reverberar mudanças nas políticas e práticas de saúde ao produzir e disseminar capital científico que considera e se preocupa com os modos e a qualidade de vida das pessoas.

É através dos processos de saúde-doença que se conhece a realidade, no uso de métodos e técnicas cientificamente testadas e comprovadas proporciona a construção de estratégias e medidas específicas de prevenção e promoção de saúde, controle de doenças, construção de indicadores que podem dar suporte ao processo de planejamento, execução e avaliação de ações tanto da política de saúde (Uchimura, Bosi, 2002; Bosi; Uchimura, 2007), como das demais áreas.

Sendo um dos propulsores da institucionalização do campo da saúde coletiva, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), desde sua criação em 1979, desenvolve uma atuação com foco no treinamento, ensino e pesquisa no Campo da Saúde Coletiva, bem como no diálogo entre cientistas, serviços, organizações e sociedade civil. Sua atuação é ativa na “formulação e no monitoramento das políticas públicas de saúde, de educação e de ciência e tecnologia”. Tanto nos eventos que promove, no controle social, nos Grupos Temáticos de Trabalho (GTs)²⁴ e divulgação científica (ABRASCO, 2022, s/p).

Vieira-da-Silva (*et al* 2020) ressalta que nos últimos 20 anos há um processo de especialização dentro da Saúde Coletiva por meio da organização desses GTs que estão

²⁴ Os GTs são espaços críticos relevantes, por meio dos quais seus membros promovem debates e discussões relacionadas à saúde em instituições de ensino, pesquisa e serviços. Atualmente, a ABRASCO conta com 21 GTs: Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva; Bioética; Comunicação e Saúde; Educação Popular e Saúde; Informação em Saúde e População; Monitoramento e Avaliação de Programas e Políticas de Saúde; Promoção da Saúde e Desenvolvimento Sustentável; Racionalidades Médicas e Práticas Integrativas Complementares; Saúde Bucal Coletiva; Saúde do Trabalhador; Saúde e Ambiente; Saúde Indígena; GT Saúde Mental; Trabalho e Educação na saúde; Vigilância Sanitária, Deficiência e acessibilidade, Racismo e Saúde, Envelhecimento e Saúde Coletiva, Violência e Saúde, Saúde da População LGBTI+ e **Gênero e Saúde**. A produção que emerge desses GTs, dos eventos, das participações, das pesquisas e do diálogo entre técnicos e população representa o capital científico da Saúde Coletiva, dotado de diversidade e das tensões características do próprio campo (ABRASCO, 2022).

vinculados a ABRASCO, os quais desenvolvem para cada temática estabelecida estudos epidemiológicos, sobre políticas de saúde específicas e das ciências humanas e sociais.

A revista *Ciência e Saúde Coletiva* (1996), a *Revista Brasileira de Epidemiologia* (1998), ambos editados pela ABRASCO, como também a *Interfaces* (1997), *Revista de Saúde Pública* (1967) e *Cadernos de Saúde Pública* (1985) são exemplos de periódicos que se consolidaram como espaços científicos importante de divulgação desse capital, evidenciando consensos e dissensos que representem avanços sobre a área (Almeida, Goldbaum, Carvalheiro, 2015; Lima, Santana, Paiva, 2015; Martin, *et al*, 2018; Vieira-da-Silva, *et al*, 2020).

Suas publicações vêm abordando questões relevantes²⁵, dentre elas várias questões relacionadas à vida e gênero, especialmente tratando de questões de Gênero; Saúde do Homem; Saúde da Mulher; Parto e Nascimento; Aborto; Envelhecimento; Saúde na infância e na adolescência; Pessoa com Deficiência). É notória a diversidade de temáticas, o que comprova a interdisciplinaridade, bem como a atenção às especificidades das necessidades de saúde na Saúde Coletivas. Colocamo-nos, assim, de acordo com o pensamento de que a produção de capital científico da Saúde Coletiva é aquele “que mais articula o biológico e o social na saúde” (Conceição *et al* 2020, p. 02).

Como afirma Bosi (2012), a Saúde Coletiva pondera sobre a organização social e as necessidades sociais de cada tempo, conferindo alerta para as mudanças causadas por problemáticas que afetam as pessoas e exigem transformações dos indivíduos, bem como do Estado via políticas públicas e direitos com embasamento teórico e científico. Tal fato ratifica a ciência como construção humana, inacabada e aberta, resgatando alianças e estabelecendo

²⁵ A partir de sistematização de elaboração própria das principais questões abordadas pelas revistas (RSP, CSP, CSC, *Interfaces* e RBE), por meio de levantamento do conteúdo abordado nas edições publicadas, identificamos os seguintes temas: **Saúde e ambiente** (Saúde do Trabalhador; Meio ambiente e agrotóxicos; Qualidade de Vida; Estilo de vida e atividade física; Saúde bucal; Condições de vida; Sustentabilidade; Alimentação e Nutrição; Estética), **Ciclos de vida e gênero** (Gênero; Saúde do Homem; Saúde da Mulher; Parto e Nascimento; Aborto; Envelhecimento; Saúde na infância e na adolescência; Pessoa com Deficiência), **Prevenção da violência** (Suicídio; Violências, homicídios e acidentes; Desastres naturais), **Atenção à Saúde** (Ética e Humanização; Tecnologias Leves; Redes de Cuidado, Família e Comunidade; Programa Saúde da Família; Atenção Básica; Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica; Álcool, tabaco, Drogas lícitas e ilícitas; Sistema hospitalar; Saúde nas prisões), **Epidemiologia** (Doenças crônicas não transmissíveis; Obesidade, hipertensão e diabetes; Doenças infecciosas; Infecções Sexualmente Transmissíveis, Covid-19; Genética; Células-tronco), **Pesquisa e Avaliação** (Pós-graduação; Trabalho, Educação e Saúde; Pesquisa qualitativa; Informação e comunicação, informática e tecnologia em saúde), **Gestão do SUS** (Sistema Único de Saúde e Política de Saúde; Economia e Gestão da Saúde; Vigilância Sanitária; Medicamentos; Vacinas e Imunização; Financiamento; Sistemas comparados; avaliação e análise de políticas públicas; Democratização, movimentos sociais e Participação; Acesso à Saúde) e **Ciências Sociais e Saúde** (Vulnerabilidade; Sujeito, subjetividade e práxis na Saúde; Invisibilidade Social, Econômica, Étnica, Racial, Sexual, Etária e em Saúde; Direito à cidade; Pobreza e desigualdades sociais; Saúde Suplementar; Saúde e proteção social) (RSP, [1967]2022; CSP, [1985]2022; CSC, [1996]2022; INTERFACES, [1997]2022; RBE; [1998]2022).

novos acordos na Saúde Coletiva, ao mesmo tempo que promove a reflexão sobre o papel social dos intelectuais (Bosi, 2012).

Assim, é nessa articulação que se estrutura como espaço social de produção de saberes e práticas (Deslandes, Maksud, 2019), no qual são firmadas formas de tratar o coletivo, o social e o público enquanto estruturas práticas e conhecimentos teóricos e políticos. Sua composição interdisciplinar engloba paradigmas e direções distintas, a fim de estudar e propor com base na amplitude das necessidades de saúde e das tensões que a permeiam.

2.3.1.2. Sobre o Campo de Gênero

Os estudos de gênero no Brasil, na busca por superar limitações e invisibilidade, bem como sua legitimidade como campo, caminharam por meio de discussões sobre gênero nos movimentos ocorridos nos anos 1960 e suas elaborações teóricas, nos núcleos de estudos vinculados a diferentes instituições, principalmente, a partir dos anos 1970. Ocorreram discussões acadêmicas iniciadas nos anos 1980 e ao final dessa década a maior parcela das associações de pesquisa nacionais já apresentava grupos específicos para questões de gênero (Ferreira; Coronel, 2017). Na década de 90, os estudos já aparentam estruturar um campo bem estabelecido, apesar das disparidades (Costa, 1996)

Sua emergência e consolidação são fortalecidas por meio de espaços importantes e organizados para divulgação do conhecimento científico, a exemplo: da Revista Estudos Feministas (1992); do Cadernos Pagu (1993) do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); do Caderno Espaço Feminino (1994) do Núcleo de Estudos de Gênero, Violência e Mulheres (Neguem); do Cadernos de Gênero e Tecnologia (2004/2005), do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia (GeTec) do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/Paraná); e da Revista Feminismos (2013) do primeiro programa de pós-graduação no Brasil específico na área de gênero - o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), da UFBA (Lopes; Piscitelli, 2004; Costa, 2008; Minella, 2013; Ferreira; Coronel, 2017; Freitas; Luz, 2017)

No processo de fortalecimento e consolidação do campo de gênero, esses espaços de publicização do conhecimento (periódicos), desdobram-se em temáticas específicas, linhas de pesquisa e áreas de interesses que tornam o capital científico plural, no que se refere à questão de gênero. A diversidade em torno dessa questão, que se estende para além desses periódicos,

pode ser condensada em tendências, conforme proposto por Minella (2013), ao analisar as temáticas prioritárias no campo de gênero, a partir de um levantamento bibliográfico representativa de periódicos relevantes, livros e coletâneas, desenvolveu uma classificação das tendências e avanços teóricos, metodológicos e políticos.

A pesquisadora estabeleceu três tendências nas pesquisas: (1) “Participação das mulheres na academia, acesso ao ensino superior, às carreiras científicas, à produção científica e às associações”; (2) “Críticas à ciência, reflexões sobre o gênero na ciência, análises sobre os impactos da ciência e das tecnologias sobre o trabalho e a saúde das mulheres”; e (3) “História e trajetórias de cientistas e viajantes”. Destacando ainda as assimetrias entre os estudos que enfatizam o gênero entre homens e mulheres, a presença de intersecções entre gênero e gerações, análises socioeconômicas e a ausência de análises que enfoquem questões étnicas e raciais no centro das discussões (Minella, 2013, p. 122-123).

Considerando que estamos em constante processo de mudança, quebrando paradigmas preconceituosos e que impedem a participação de grupos oprimidos, como mulheres, é preciso levar em consideração a complexidade, a lógica paradoxal, a transdisciplinaridade e destradicionalização. Seja na instituição da cientificidade do conhecimento, bem como o entendimento e a construção de uma nova ordem social, com diferentes dimensões coexistentes, que não estão separadas e/ou opostas, que observa a individualidade e as diferenças entre homens e mulheres, “mas não como criaturas desiguais política e socialmente” (Matos; Cypriano, 2008, p. 30).

Nessa perspectiva que Mattos (2008, p. 01) busca desenvolver “contribuições em uma epistemologia propriamente feminista, bem como postular uma ciência com caráter multicultural e emancipatório”, estabelecendo, assim, o entendimento de um campo de gênero dotado de justiça social e democracia multiexplicativa, que permita espaços inclusivos e abrangentes.

Matos e Cypriano (2008) estruturam um quadro explicativo que permite uma visualização teórico-analítica dos níveis (micro, sociológico e político-filosófico), eixos (tradição à destradicionalização, micro ao macro, transversalização e transdisciplinariedade e padrões normativos - liberdade e autonomia, publicidade e paridade e contestação/controlado e interesse público), princípios (sexualidade e corpo, elementos da subjetivação/estruturação identificatória, conceito do campo de gênero, cidadania e ativismo social, direitos e movimentos, temporalidade, espaço, justiça social, injustiça, política, dimensão reflexiva e episteme) e conceitos/portais de transição (desejo e pulsão, ativismo/participação e gênero no público/privado e democracia e contingência) entre os níveis e como cada um age de forma

crítica e emancipatória dentro e para além da teoria feminista, em meio a um pluralismo normativo.

É nesse aporte teórico e na contribuição do campo de gênero feminista que está assinalada à capacidade humana, sem imposição de limites para sua compreensão e desenvolvimento, indo além, na busca por emancipação social, sendo assim um campo científico fundamental para a ponderação das justiça sociais em sua diversidade (Matos, 2008; Matos; Cypriano, 2008).

Os estudos de gênero ganham reconhecimento no pioneirismo do conhecimento construído, nas inovações tanto teóricas quanto metodologias e na difusão dessas produções (Costa, 1996). É fato o acúmulo de capital científico e simbólico que evidencia a relação entre ação política feminista e a formação do campo científico a partir dos estudos de gênero e feministas, com legitimidade associada às transformações sociais, culturais e políticas, que se tornam possíveis, ao abordadas pelo campo (Scavone, 2007).

2.3.1.3. Uma justaposição possível e necessária entre Saúde Coletiva e Gênero

Sendo os campos científicos espaços de construção do conhecimento e atravessados por relações de poder, então, conhecimento e capital científico são manifestações de poder que impactam nas contribuições e intervenções no mundo (Bourdieu, 2004 Bobbio, 2004, Biroli, 2020a; 2020b). Em suas ramificações, relacionam-se com outros, disputam espaços internos e externos, sendo permitido uma inter-multi-transdisciplinaridade dialógica com outros campos, como podemos perceber entre Saúde Coletiva e Gênero.

O campo de Gênero, em seu emergir e consolidação científica a partir dos espaços acadêmicos entrelaçados aos movimentos sociais (feministas e de mulheres), nas relações com o Estado, nas relações internas e externas, nas temáticas diversas abordadas, é dotado de características equivalentes também observadas no Campo da Saúde Coletiva. As tensões e aproximações entre ambos os campos, suas demandas, lutas, reivindicações, e conhecimentos produzidos nos chama atenção para capitais científicos não concorrentes, mas justapostos, caminhando ora entrelaçados, ora em paralelo.

Com o aumento nos estudos que relacionam mulheres, produção científica, processos sociais e enfoque de gênero, desde os anos 1960 aos 1970, os movimentos feministas passaram a se fazer presentes no âmbito acadêmico (Saboya, 2013). Como também, entre os anos 1970 e 1990, há uma relação entre feminismo, reforma sanitária, saúde sexual e reprodutiva, já como premissa da saúde como direito, pensando a saúde da mulher não restrita ao binômio mãe-filho,

da mulher enquanto sujeito, a partir de uma dimensão educativa, informativa e não coerciva. Dessa forma, “a academia se constituiu tanto como um espaço de construção de propostas políticas cientificamente respaldadas quanto como espaços de resistência em momentos agudos de repressão política” (Teixeira; Ferreira, 2010, p. 96).

Em 1995, pesquisadoras de diferentes áreas da saúde coletiva estruturaram um espaço inovador para consolidação do “campo dos estudos de gênero na saúde coletiva”, dialógico e propositivo. Essas pesquisadoras estavam motivadas pela politização de questões importantes para a vida das mulheres nas décadas anteriores. Elas contribuíram com a discussão sobre a relação entre os movimentos feministas, reforma sanitária, processo de democratização, etc. (Reis, 2021; ABRASCO, 2022). Organizam-se levando ao surgimento do GT Gênero e Saúde da ABRASCO ao articularem “demandas emergentes para a produção de conhecimento, formação de profissionais e atuação política no campo de gênero e saúde” (ABRASCO, 2022, s/p).

A relação entre gênero e saúde oriunda das referidas décadas e sua continuidade, bem como a diversidade que a compõem tornou-se fonte de publicações, simultaneamente, distintas e interseccionadas. Dentre as quais podemos destacar: Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva como campo da saúde coletiva (Aquino *et al*, 2003); Violências de Gênero no campo da Saúde Coletiva (Schraiber, 2009); O uso do gênero na Saúde Coletiva diante da incorporação de novos temas e saberes (Villela; Monteiro, 2009; Villela; Monteiro; Vargas, 2009); Necessidades de Saúde, Políticas Públicas e Gênero (Schraiber, 2012); Sexualidade e reprodução nas discussões de gênero e integralidade na atenção primária à saúde (Pinheiro; Couto, 2013); A violência de gênero como campo teórico de investigação (Bandeira, 2014); O debate entre violência de gênero e saúde coletiva (Escorsim, 2014); o lugar do debate de gênero e sexualidade na graduação em Saúde Coletiva no Brasil (Silva; Paulino; Raimondi, 2020); as implicações das questões de gênero e os direitos sexuais na saúde (Gomes *et al*, 2018); A questão de gênero e o processo de saúde doença de pessoas privadas de liberdade (Oliveira *et al*, 2021); A percepção e experiências de mulheres que atuam no campo da saúde sobre violências de gênero (Lima *et al*, 2022).

Podemos observar ainda a intercambialidade entre as temáticas trabalhadas em ambos os campos, não apenas focada no GT gênero e saúde da ABRASCO. A totalidade dos GTs da ABRASCO, periódicos influentes para a saúde Coletiva e das temáticas abordadas pelos periódicos de relevante contribuição para a consolidação do campo de gênero, já mencionados anteriormente.

Articular gênero com outras temáticas, interseccionais, para além do gênero, raça, classe e sexo, evidencia e problematiza o pertencimento social dos sujeitos de forma analítica e política (Knauth, 2021). Assim, consideramos a justaposição da Saúde Coletiva e Gênero e a diversidade de temáticas que tencionam e ultrapassam os limites desses campos científicos. Acreditamos que eles reverberam especificidades, autonomia, atores e capitais científicos relevantes, conflituosos, independentes e interdependentes, em diferentes espaços de saberes e práticas.

As interações ao longo da história são inquestionáveis e evidenciadas com o fortalecimento das lutas de ambos os campos e nas relações estabelecidas, entre aproximações, tensões e distanciamentos, na “significativa produção das ONGs feministas, especialmente, nas áreas de saúde, racismo, violência, na maioria das vezes, associadas à implementação de políticas públicas” (Scavone, 2007, p. 08).

2.3.2. Mulheres na Ciência: desigualdade persistente e impacto nos resultados e vida das mulheres

O mundo acadêmico, o qual se anuncia geralmente pela suposição de uma ciência neutra e isenta, é um espaço de exclusão e inclusão desigual de mulheres. É importante salientar que “o objeto das teorias feministas não é exatamente as mulheres, mas sim instituições, estruturas e relações de poder cotidiano nos quais aquelas são posicionadas desvantajosamente”, visto que, críticas teóricas são necessárias, contudo, é imprescindível nos preocuparmos com o papel político das teorias (Biroli, 2017, p. 04)..

Uma crítica frequente é a de que as mulheres foram colocadas à sombra dos homens na produção do conhecimento científico. Tradicionalmente os papéis reservados socialmente pelas mulheres foi o do cuidado. Por muitos anos, elas eram as interlocutoras, tutoras, esposas e filhas de homens da ciência; frequentaram colégios à margem e com aprendizado voltado, muitas vezes, para a vida doméstica. (Leta, 2013).

Assim sendo, historicamente, reforçou-se uma noção de complementaridade ou inferioridade das mulheres em relação aos homens, de modo a ofuscar ou apagar suas contribuições em vários campos do conhecimento. A epistemologia feminista vem para colocar isso em debate. A crítica ocorre por meio do reconhecimento da realidade, da história e construção do conhecimento, no fazer ciência (Biroli, 2017; 2020).

Os movimentos feministas aliados às teorias feministas, no que se refere a produção do conhecimento, são essenciais para desconstruir e reconstruir paradigmas, problematizar

situações enfrentadas pelas mulheres em suas carreiras profissionais, criticar barreiras e confrontar convenções e privilégios calcados na invisibilidade das mulheres e denunciar relações de poder imbricadas nas relações de gênero, dentro e fora da ciência (Biroli, 2020; Biroli; Tatagiba; Oliveira, 2020). Na ciência, desafiam as razões estruturais e sociológicas, a influência da divisão sexual do trabalho, as razões epistemológicas, as categorias analíticas e os modelos teóricos e metodológicos aceitos (Biroli, 2020). Pois os desafios, para as mulheres, são diferentes e maiores que os dos homens (Biroli; Tatagiba; Oliveira, 2020).

Teixeira e Ferreira (2010), quando pesquisam sobre a relação entre acadêmicas do Campo da Saúde Coletiva ao Feminismo, identificam que há uma relação intrínseca entre as cientistas e as pautas feministas (direitos das mulheres, saúde reprodutiva e para além dela). O contato com essas pautas ocorreu em situações diversas, como: na universidade, em eventos, no acesso a livros, nas relações familiares, nas discriminações vivenciadas por pessoas próximas, na participação em movimentos sociais, nas ações ligadas à militância partidária, no silenciamentos e violências decorrentes da ditadura militar. Por certo, vivências e experiências individuais, pessoais e coletivas dessas mulheres cientistas estão correlacionadas com a ciência que produzem.

Para analisar a presença da mulher na ciência brasileira, Leta (2003) observa dados da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Associação Brasileira de Ciência (ABC) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre os anos 1990 e primeira década dos anos 2000. A pesquisadora identifica a distribuição e a disparidade entre mulheres e homens por cargos, áreas do conhecimento, segregação hierárquica²⁶, entre outras questões. Assim, a trajetória percorrida pelas mulheres na ciência brasileira, no período em questão, reforça a necessidade de estarmos alertas ao longo caminho a ser percorrido.

Mais recentemente, diante do crescente interesse de estudos sobre a mulher na ciência, a autora retoma suas análises com ênfase na produtividade enquanto condição para o sucesso na carreira acadêmica e no desempenho entre homens e mulheres. Ao “investigar, inicialmente, quase 20 mil nomes e, posteriormente, mais de 50 mil”, concluiu que

Foi possível identificar que diferenças no desempenho de homens e mulheres na ciência brasileira podem existir, mas elas têm relação com a presença relativa deles no campo e, sobretudo, com o recorte que é dado às análises... as evidências não

²⁶ “Segregação hierárquica” é o termo que Margaret Rossiter, nos anos 1980, usou para definir fenômeno no qual mulheres têm chances remotas de ascender profissionalmente, ou o espaço já conquistado é perdido ao longo do processo de ascensão profissional (Leta, 2003).

sustentam a ideia de que as mulheres têm desempenho menor que os homens (Leta, 2014, p. 147).

Essas diferenças e as identidades ocorrem a partir das relações estabelecidas socialmente e papéis desempenhados nos espaços de convivência que estão relacionados ao “ser mulher e ser cientista”. Isso independe da área, estágio da carreira, idade e instituições em que as pesquisadoras estão inseridas. Pois, mulheres cientistas “se defrontaram com um conjunto de “barreiras” para seguir a carreira científica, que se referem: à dupla jornada de trabalho, à maternidade, à produtividade em pesquisa, à competição, ao preconceito e discriminação de gênero” (Silva; Ribeiro, 2014, p. 464).

Essas desvantagens despertariam menor interesse de mulheres serem cientistas? A partir de uma pesquisa nacional, realizada entre 2010 e 2011, Cunha *et al* (2014) identificaram que a intenção é pequena para ambos os sexos, sendo 16,9% entre meninos e 13,4% entre meninas. Embora a diferença seja pequena, esses dados se referem somente à intenção de pessoas que estão em fase de decisão sobre qual carreira seguir. Quando se trata de conseguir acessar a graduação e permanecer na carreira científica, os resultados já mencionados de Leta (2003; 2014), bem como outros, a exemplo de Grossi *et al* (2016) e Cunha *et al* (2014), Cunha, Dimenstein e Dantas (2021) citados a seguir, reforçam desafios e assimetrias acadêmicas entre gêneros.

Em análise realizada entre os anos de 1998 e 2003, constatou-se que as matrículas femininas eram 54% no Ensino médio, ultrapassaram as masculinas em 12,8% na Graduação, aumentaram 102,2% no Mestrado e 104% no Doutorado (para homens, entre mestrado e doutorado, o aumento foi de 67,2% e 69,2%, respectivamente) (GROSSI *et al*, 2016). Em 2016 as matrículas na Graduação eram 57,2% 2016 e no censo de 2017 as matrículas na pós-graduação estavam em 54%, com base nos dados do Ministério da Educação (Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021).

Em 2010, as mulheres representavam 50% dos 128,6 pesquisadores brasileiros (Grossi *et al*, 2016), reduzindo para 49% até 2015 (FUNCAP, 2022). Internacionalmente falando, entre 2009 e 2019, não há uma não uma mudança considerável sobre a presença de mulheres na ciência. Respectivamente, mulheres representaram somente 29% e 30% no mundo, afunilando para a América Latina, representaram de 46% e 45,1% (Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021). Assim, o Brasil se mantém próximo à média latino-americana,

Infelizmente, há um decréscimo em âmbito nacional no que se refere o acesso à Bolsas, principalmente, nas bolsas de produtividade, sendo fator importante para a permanência (ou não) de mulheres na ciência. Entre 2001 e 2002, o aumento foi, respectivamente, de 54,87%

para 55,10% em bolsas de iniciação científica, de 50,93% para 52,87% no mestrado, de 47,74% para 49,73% entre recém-doutores, de 32,07% para 32,25% nas bolsas de produtividade e uma redução de 48,60% para 48,38% no doutorado (CNPq, 2003 apud Leta, 2003). Entre 2013 e 2017, no geral, mulheres recebem em média 36% das bolsas (Assis, 2018).

É fato o desequilíbrio de gênero na ciência brasileira, além da pouca participação, há o decréscimo no avanço da carreira, como também denominado “efeito tesoura” (FUNCAP, 2022). São 25 anos de registro, podemos afirmar que os avanços aconteceram? Ou parecemos estagnadas, “dois passos para frente e um para trás”? Percebemos um aumento no acesso à graduação, mas que resguarda maiores dificuldades para mulheres negras e sobre indígenas são ainda maiores (mal atingiram 1% do percentual em um dos estudos analisados). Também há um aumento nas matrículas na pós-graduação, mas não incide no reconhecimento para acesso às bolsas, considerando que esse acesso, principalmente às bolsas de produtividade, permanece, praticamente, estagnado.

Essa amarra que observamos no trajeto acadêmico-científico das mulheres brasileiras, não deixa de ser preocupante, porque apesar de estarmos acima da média mundial, acompanhamos a média latina americana, porém são quase três décadas de alterações e conquistas, que aparentam ser extremamente limitadas.

Essas questões são constatadas por Cunha, Dimenstein e Dantas (2021, p. 83), ao afirmarem a persistência da desigualdade de gênero no sistema científico brasileiro, e para além da segregação horizontal, é também vertical, atravessa o avanço na carreira e a localização em áreas do conhecimento específicas, identificadas socialmente como femininas (chegando a 40%, como em Enfermagem, Psicologia, etc.), tem uma relação interseccional entre gênero, raça, classe e para além dessas; resultando de um sistema/estrutura social colonial e patriarcal.

Como também de um sistema científico enraizado numa pretenciosa objetividade e neutralidade que moldam os processos de acesso, permanência, avaliação e reconhecimento de pesquisadoras, pois, e acaba “por ocultar as variadas opressões e desigualdades existentes na trajetória acadêmico-científica de mulheres e homens e as disparidades latentes entre mulheres brancas, negras e indígenas” (Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021, p. 94)

Aqui não se nega os avanços, pois há conquistas substanciais. Entretanto, não é possível desconsiderar que as desigualdades de papéis entre gêneros permanecem, o que, evidentemente, aponta para desafios e obstáculos para alcançar equidade de gênero no mundo científico (Conceição; Teixeira, 2020). Torna-se imprescindível ratificar a imperativa inserção da perspectiva de gênero tanto nos processos formativos, como nos iniciais e continuados, para

assim problematizar questões de gênero (Heerdt; Batista, 2017) e desvantagens ocasionadas pelas relações de poder.

Além disso, é necessário evidenciar que “não existe a mulher como categoria universal e fixa, mas várias e diferentes mulheres, que aprendem a ser, pensar, agir e se reconhecer de determinado jeito de acordo com os contextos sociais, culturais e históricos em que estão inseridas” (Silva; Ribeiro, 2014, p. 464). Assim, não há como distanciar as pessoas da ciência, não há como a ciência ser neutra, porque as pessoas não são. Cada uma enfrenta condições específicas, de forma desigual. Tanto os números como os relatos que são objetos de estudo representam as desigualdades existentes.

Logo, em concordância com as reflexões já expostas²⁷, se considerarmos que não há neutralidade na ciência, o campo científico e o conhecimento construído também se dão a partir de sujeitos que são estabelecidos a partir das estruturas sociais nas quais estão inseridos, nas relações que estabelecem, nos papéis que desempenham, em como são afetados pelo mundo à sua volta.

É fundamental pensar que, não restrito a uma área de estudo ou localização geográfica específica, a ausência de mulheres na ciência implica resultados que também as desconsideram, com potencial de impactar negativamente suas vidas e de toda a sociedade. O contato com os produtos e serviços que resultam de estudos em área como saúde e biomedicina, doenças cardíacas, osteoporose, genética, sexo, células-tronco, envelhecimento, demografia e áreas afins desperta o interesse de pesquisadoras sobre o impacto na saúde das mulheres. Pois, quando nos referimos a resultados, estamos falando de diagnósticos, medicamentos, hormônios, automóveis e produtos e dados sobre segurança no trânsito, tecnologias, condições sociais, políticas, econômicas e culturais que impactam na criação de políticas públicas para mulheres e no combate a violência de gênero e outras demandas (Queiroz, 2020).

Diante da permeabilidade desigual de mulheres na ciência, a presença da perspectiva e da categoria de gênero em pesquisas é necessária. Isso é uma estratégia para tornar possível conectar “quem fala e o mundo que se fala” (Biroli, 2020, p. 34). Por certo, também observamos assim uma caracterização direta entre o Campo da Saúde Coletiva e o Campo de Gênero, já abordados. Uma relação indivisível entre descobertas científicas, conhecimento, resultados (em produtos voltado ao mercado de consumo, serviços e políticas públicas) e a saúde e bem-estar das mulheres.

²⁷ Leta (2003; 2014); Cunha *et al* (2014), Silvia; Ribeiro (2014); Grossi *et al* (2016); Heerdt; Batista (2017); Biroli (2017; 2020); Biroli, Tatagiba; Oliveira, 2020; Conceição, Teixeira (2020); Cunha, Dimenstein, Dantas (2021);

3. METODOLOGIA E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Quando nos dispomos a pesquisar sobre mulheres cientistas (pesquisadoras do Campo da Saúde Coletiva, em específico) que são parte de uma Rede que conjuga e compartilha saberes, propõem soluções e busca intervir nas políticas públicas a fim de reivindicar e garantir direitos e, conseqüentemente, alterar a dinâmica social por meio da desconstrução de um sistema cisheteropatriarcal; sem perder o rigor científico, também estamos em um ato político, que usa do conhecimento, da inteligência e da técnica para desafiar a política e o domínio do poder que violenta enquanto silencia, negligência e ignora mulheres e suas particularidades/diversidades.

Esta pesquisa busca proporcionar conhecimentos úteis (Gil, 2008). Por mais que existam vários estudos prévios relacionados à temática base, ou seja, sobre desigualdade de gênero, feminismo, mulheres na ciência, ativismo digital e políticas públicas para mulheres, busca-se gerar novos conhecimentos no que se refere a presença de pesquisadoras do campo da saúde coletiva na Rede Brasileira de Mulheres Cientistas, em específico, na relação entre suas experiências (pessoais, políticas e acadêmicas) e suas ideias sobre gênero, conhecimento e políticas públicas para mulheres.

Para que esse processo seja possível, identificamos a necessidade e uma triangulação metodológica

A triangulação não é um método em si. É uma estratégia de pesquisa que se apoia em métodos científicos testados e consagrados, servindo e adequando-se a determinadas realidades, com fundamentos interdisciplinares. Esta abordagem teórica deve ser escolhida quando contribuir para aumentar o conhecimento do assunto e atender aos objetivos que se deseja alcançar (Minayo et. al., 2005, p. 59).

Nessa perspectiva, o processo de construção das informações e análises se entrelaçam nas diferentes fases da pesquisa. O uso da Análise do Enquadramento (*frame analysis*), ocorreu na primeira fase da pesquisa, a fim de atender os objetivos iniciais, que são: Identificar a atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas nas mídias sociais em seu primeiro ano de atuação e analisar os quadros interpretativos que emergem a partir das interações estabelecidas pela Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. Logo, foi importante para conhecer as ações e estratégias da RBMC nas mídias sociais, o que está sendo dito e assim mapear e analisar os quadros (*frames*)

identificados e analisar como a RBMC se caracteriza, atua e estabelece conexões nas mídias sociais.

Esse processo inicial de monitoramento da RBMC nos levou a identificação das cientistas inscritas e a estratificação das que mantêm vinculação com o Campo da Saúde Coletiva ao cruzarmos esses dados com as informações da Plataforma Sucupira. Assim estabelecemos uma ponte para a próxima fase. Também reforçamos que o processo de monitoramento das ações da RBMC e Análise dos Enquadramentos, que não demandavam autorização do comitê de Ética, ocorreram com registro dos dados, desde seu lançamento (abril/2021) até abril de 2022, o que permitiu a análise do seu primeiro ano de atuação.

A segunda fase da pesquisa nos concentramos na Análise de Narrativas, ao estabelecer um contato mais próximo para, por meio de entrevistas, construir informações para analisá-las a fim de Compreender as experiências pessoais, políticas e acadêmicas das integrantes com atuação notória na RBMC e vinculadas ao Campo da Saúde Coletiva, bem como suas ideias sobre gênero, conhecimento e políticas públicas para mulheres e, também, compreender como pesquisadoras da Saúde Coletiva atuantes na RBMC percebem a contribuição dessa experiência para a consolidação do campo temático gênero na saúde coletiva. Essa parte, que demanda contato com seres humanos, tinha previsão de realização, também, para o segundo semestre de 2022, mas foi postergada até o segundo semestre de 2023, em decorrência do tempo de contato e agenda disponível das participantes.

Esta pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil para apreciação e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (CEP/UFC) (Número do parecer 5.726.953). Dessa forma, foram respeitados os aspectos exigidos da pesquisa com seres humanos estabelecidos na Resolução do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde nº 466/12 e de nº 510/2016. As participantes foram convidadas e consentiram a participação na pesquisa após a leitura, compreensão e anuência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Considerando, também, a Carta Circular nº2/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa que orienta os procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

A pesquisa está livre de conflito de interesses particular e/ou institucional, com o compromisso de publicizar o estudo, independentemente dos resultados obtidos. Com o acréscimo de que as informações coletadas ao longo da pesquisa ficarão armazenadas em pasta de arquivo do computador pessoal, sob responsabilidade do pesquisador.

A pesquisa não apresenta qualquer risco à integridade física ou malefícios aos sujeitos, a participação é voluntária, com autonomia e anonimato preservados, pois nenhum outro

participante terá acesso às informações. Riscos relacionados a possíveis constrangimento ou gasto de tempo para as entrevistadas ao contribuírem serão mitigados com orientações pertinentes e caso deseje, a coleta pode ser interrompida imediatamente.

Como benefício direto para a participante do estudo, destaca-se a possibilidade de reconhecimento de suas experiências e ideias sobre gênero, conhecimento e políticas públicas para mulheres e possíveis relações entre essas questões. E para além das suas experiências pessoais, políticas e acadêmicas passadas, a possibilidade de identificar como a atuação da RBMC contribui para a consolidação do campo temático gênero junto à saúde coletiva.

4. ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO (*FRAME ANALYSES*)

Com base em parte dos objetivos propostos, a abordagem analítica selecionada para o desenvolvimento da primeira parte desta pesquisa tem como base o Enquadramento, uma “ferramenta teórica apta a captar a dimensão simbólica interpretativa das relações sociais”, uma análise adaptativa, que pode abranger objetivos diversos como “campanhas políticas, reality shows, eventos públicos, movimentos sociais e conversas informais” (Mendonça; Simões, 2012, p. 187).

A proposta original do conceito é de Bateson, em 1954, no campo da psicologia, sobre interações e quadros de sentido, moldando interpretações e ações dos atores em três níveis de comunicação (denotativo – conteúdo, metalinguístico – elementos da mensagem e metacomunicativo – relação entre falantes). Assim, o autor considerou o enquadramento como sequência interativa, uma mensagem metacomunicativa, permitindo compreender o que está acontecendo para além da aparência imediata (Mendonça; Simões, 2012).

Em 1986, Goffman elabora a concepção de *frame analysis* no campo da microsociologia sistêmica, considerando como sequência interativa e cotidiana que organiza a experiência dos sujeitos no mundo. Apresenta *frame* como conjunto de princípios e são esses princípios que conformam o quadro (*frame*) e definem a situação, identificando e descrevendo acontecimentos e o envolvimento dos sujeitos neles (Mendonça; Simões, 2012).

Em 2004, Mauro Porto traz a possibilidade do uso e classificação do enquadramento noticioso (a partir de notícias, geralmente, construídas por jornalistas, considerando o padrão de apresentação, seleção, ênfase e organização dos dados) e enquadramento interpretativo (a partir da avaliação de temas e eventos realizados por diferentes atores sociais) (Mendonça; Simões, 2012).

Assim, os quadros (*frames*) identificados permitem identificar e analisar situações interativas entre atores envolvidos. Isso revela valores, trocas existentes, ligações entre relações e estruturas, vínculos, sentidos estabelecidos socialmente. No qual a experiência de cada pessoa ou coletivo é consequência de como ela enquadra a realidade à sua volta, o quadro atribui significado aos objetos e aos acontecimentos que a cercam”, permitindo a extração do sentido incorporado à experiência (Hangai, 2012, p. 01-02). Contudo, também permite identificar como nos movimentos sociais, os atores cívicos fazem uso estratégico (manifestações, campanhas, ações, etc.) do poder político e econômico para influenciar agendas políticas e enquadrar questões públicas que antes não tinham a visibilidade desejada (Maia, 2009)

Ao ponderarmos, a partir dos estudos de Mendonça e Simões (2012), Hangai (2012), Maia (2009) e Bonone (2017), dentro da complexidade característica da sociedade, consideramos que enquadrar é estabelecer um quadro (*frame*) e analisá-lo a partir de recortes e aspectos da realidade, torná-los visíveis, enfatizar questões que os unem, definir problemas e abrir possibilidade para ponderar e propor soluções. Essa análise é feita a partir do material selecionado, em suas diferentes formas e registros em meio às possibilidades de comunicação entre indivíduos e com a sociedade como um todo, no uso dos meios de comunicação.

Matthes e Kohring (2008), em seus estudos, para análise do conteúdo coletado, estabeleceram cinco tipos de abordagens metodológicas mais recorrentes na literatura sobre enquadramentos da mídia, que são: hermenêutica (interpretação de textos da mídia, identificando e estabelecendo a relação entre os enquadramentos e os elementos culturais), linguística (análise da seleção, localização e estrutura de palavras e sentenças), holística manual (análise qualitativa de alguns textos noticiosos e análise manual de conteúdo), assistida por computador (parecendo-se com a perspectiva linguística, porém processa informações com uso de computadores via algoritmo) e dedutiva (identificação, análise padronizada de conteúdo, frames genéricos não identificados por tema e previamente criados.).

Dessa forma, a apreciação de conteúdo se dá numa leitura crítica do que está dito, explícito ou disfarçado, envolve elementos quantitativos e qualitativos, permite definir unidades de análise (como periódicos ou portais selecionados) e categorias (quadros a serem analisados), considerando um recorte temporal, espacial, etc. Considerando termos, frases, repetições, imagens, situações, significados das mensagens emitidas. Com ênfase nos meios de comunicação aos padrões de apresentação, seleção, ênfase e exclusão que organizam o mundo. A questão é que não há modelos prontos, é a partir do objetivo que o método é desenhado incluindo instrumentos e técnicas para coleta sistematização e tratamento dos dados (Bonone, 2017).

Considerando que a RBMC possui suas redes sociais (canal no *youtube*, *instagram* e *facebook*) e site para produção e divulgação do seu conteúdo para a sociedade, mas também tem esse conteúdo divulgado a partir de outros portais noticiosos, serão articulados o enquadramento interpretativo (temas e eventos) e o noticioso, desenvolvendo uma análise da situação experienciada e do diálogo estabelecido. Os dois podem estar presentes no mesmo quadro, abrangendo afirmações da RBMC e o que é dito sobre ela, promovendo a possibilidade de uma comparação entre essas experiências.

Para o “enquadramento”, é necessário o estabelecimento dos quadros/molduras a partir de eixos e ou categorias que abrangem questões que se unem, são definidas e problematizadas

em determinados tempos e espaços. Portanto, quais quadros salientam e tornam evidentes as ações desenvolvidas pela RBMC, sua articulação e uso da mídia, redes sociais e tecnologia para dar visibilidade à questão de gênero, a fim de informar, promover debates e influenciar políticas públicas voltadas para mulheres.

Considerando o objeto, questionamento, objetivo proposto e o que é orientado pela metodologia adotada para coleta de dados, estabelecemos os seguintes critérios:

- Recorte temporal: considerando a recente criação da RBMC e o objetivo proposto neste estudo, serão analisados os primeiros seis meses de atuação (abril de 2021 a abril de 2022);
- Recorte espacial/mídia utilizada: todo o processo de mobilização interna, interação com a sociedade, parcerias e intervenções é virtual, assim serão analisadas as redes sociais (*Youtube, Instagram, facebook* e site próprio) da RBMC e em outros portais noticiosos identificados;
- Autor/Responsável pela ação/material: individual da RBMC, em parceria, de terceiros;
- Tipo de material e recurso (texto, imagem, vídeo): notas técnicas, manifestos, *lives*, campanhas/mobilizações da RBMC e notícias, artigos e entrevistas oriundos de outros portais noticiosos;
- Tema/assunto: eixos estabelecidos pelo responsável, tópicos de destaque, palavras chave previamente estabelecidas no conteúdo ou que emergem no material;
- Conteúdo/objetivo: disseminar informação, argumentar, publicizar ação, convocar/mobilizar;
- Fontes, referências utilizadas e link de acesso ao conteúdo;

Nesse contexto, a coleta ocorre como um monitoramento das ações realizadas pela RBMC e em seu entorno. Após a obtenção, foi iniciado um processo de sistematização, organização com base nos critérios estabelecidos, que tornou possível a análise dos dados coletados. As apreciações (dos dados coletados – escrita, áudios e vídeos) foram feitas em uma perspectiva hermenêutica e holística manual²⁸, em uma leitura e visualização crítica do material, para além do imediato, buscando a essência (a ideia central balizadora) das situações vividas e ações realizadas, emoldurando sentidos, que permitiram o enquadramento e conseqüentemente

²⁸ Hermenêutica (interpretação de textos da mídia, identificando e estabelecendo a relação entre os enquadramentos e os elementos culturais) e Holística manual (análise qualitativa de alguns textos noticiosos e análise manual de conteúdo) (Matthes; Kohring, 2008).

estabelecimentos dos quadros (*frames*) e posterior análise desses (Matthes; Kohring, 2008; Maia, 2009; Mendonça; Simões, 2012; Hangai, 2012; Bonone, 2017).

Os dados sistematizados estruturaram um banco de dados que compila as ações e produções da RBMC, permitindo a identificação das pesquisadoras vinculadas à Saúde Coletiva (dados que precedem o início da segunda etapa da pesquisa – Análise de Narrativas) e dentre essas, estratificar aquelas com participação ativa nos processos e ações realizadas pela RBMC e que serão convidadas a participar da segunda parte da pesquisa (Análise de Narrativas a partir das entrevistas concedidas).

4.1. Monitoramento das Redes e Mídias Sociais e identificação dos quadros (*frames*)

Um coletivo implicado em processos de mobilização (Maia, 2009), com clara conotação de ativismo digital (Scherer-Warren, 2005; 2013; Araujo, 2016; Filho; Coutinho, 2016), assim compreendemos a RBMC. Para além de caracterizar o ativismo feminista e os movimentos de mulheres, o ativismo digital é instrumento de luta da quarta onda feminista, na América Latina (Matos, 2014) e Brasil. Seja para ações organizadas e executadas no ambiente *on-line*, como organização de ações *off-line*; as redes sociais possibilitam discussões que agregam pessoas e transmitem conteúdos e iniciativas diversas, com potencial de contribuir para formação política (Filho; Coutinho, 2016).

A Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC) foi lançada com a adesão de cerca de 4000 pesquisadoras de todas as regiões do país, dos mais variados campos do conhecimento (RBMC, 2021) e um Comitê Executivo com 31 pesquisadoras reconhecidas nacionalmente, que assumem um papel organizativo dos processos desenvolvidos.

Considerando o distanciamento nas relações estabelecidas na Pandemia de Covid-19, a RBMC fez uso da comunicação *online* em diferentes espaços da mídia, redes sociais e tecnologias digitais. Foram registradas 767 movimentações, sendo a maioria nos primeiros seis meses (576). Do total, 80% (616) têm origem na RBMC e 20% (151) em fontes distintas²⁹.

²⁹ Os portais citados na Tabela 02 são os que tiveram duas ou mais publicações identificadas. Em sua maioria são relacionados a instituições de pesquisa e ensino ou focados em divulgação de conteúdos, ações e notícias fundamentadas no conhecimento científico, entre outras questões; e outros, com postagens únicas, como BBC News, Tribuna do Norte, Jornal O Dia, etc.

Tabela 01 – Movimentações/publicações por período, unidades de análise, temas recorrentes e enquadramentos identificados, entre abril de 2021 a abril de 2022.

Movimentações/publicações da RBMC nas Mídias Sociais					
Origem/Responsáveis pelas publicações - Total de Movimentações 767					
RBMC (Redes Sociais e Site)	80% (616)		Outros	20% (151)	
Nº de publicações/ações da-com-sobre a RBMC – Mês: Abril-2021/2022					
Abr/21: 70	Mai/21: 199	Jun/21: 72	Jul/21: 153	Ago/21: 54	Set/21: 28
Out/21: 34	Nov/21: 40	Dez/21: 18	Jan/22: 26	Fev/22: 24	Mar/22: 23
Abr/22: 26					
RBMC - ações e publicações / plataforma (616)					
Site: 20	Instagram: 99	Facebook: 69	Twitter: 416	Youtube: 12	
Publicações (151) em outros portais					
Unicamp: 08	Fiocruz: 08	Nexo: 08	Bori: 07	UOL: 06	Cogemas: 04
UFRN: 04	USP: 04	SBPC: 03	UFABC: 03	Geledes: 02	UNIT: 02
APUFSC: 02	PEX: 02	FAPESP: 02	Rede Brasil Atual: 02	Unisinos: 02	Observar BR: 02
UFAL: 02	UNB notícias: 02	Século Diário: 02			
Temas Recorrentes					
Direitos; Mulheres; Sexismo; Desigualdade; Assistência Social; Covid-19; Ciência; Imunização; Saúde; Independência; Gênero; Pandemia; Negacionismo; Vacinação; Política; Responsabilização; Política Pública; Democracia; Divulgação RBMC; Mortes; Testagem; CPI da COVID; Tratamento Precoce; Interseccionalidade; Invisibilidade; Crise Sanitária; Direitos Humanos; Higiene; Cuidado; Máscara; Participação; PEC 32; Desnutrição; Obesidade; Merenda Escolar; Povos Originários; Marco Temporal; Populações Tradicionais; Trabalho Doméstico, Moradia; Pesquisa; Educação; Violência; Fome; Participação Política; Democracia; Mulheres Negras; Grávidas e Puérperas; Raça; Classe; Insegurança Alimentar; Desigualdade de Gênero; Mulheres na Ciência; Eleições; Violência Política; Racismo; LGBTQIA+; Inclusão; Governo Federal; Coordenação Nacional; Violência Doméstica; Reforma administrativa; Saúde Pública; Saúde Coletiva; SUS; Economia; Meio Ambiente; Visibilidade Trans; Políticas afirmativas; Diversidade;					
Enquadramentos Identificados					
Mobilização e Articulação	Saúde e Pandemia	Ciência e Educação	Política Pública, Estado e Direito	Desigualdade Gênero	

Fonte: elaboração própria (2023)

A predominância nas plataformas da RBMC, a qual se mostra como principal divulgadora de informações sobre si e no compartilhamento e/ou em articulação com outras pesquisadoras e o público. Apesar da alta concentração nas plataformas da RBMC, atividades com parceiros, convidados e divulgação de outras iniciativas são promovidas pela Rede. A diversidade de canais de comunicação aponta para uma importante capilaridade e articulação com mídias alternativas e instituições para disseminar o conhecimento produzido, influenciar na opinião pública e decisões sobre políticas públicas. Assim como já corroborado por Pereira (2011), tais espaços são férteis para novos repertórios, produção e divulgação de conteúdo e aproximar atores variados; com debates que atravessam estruturas sociais (Neto; Barreto;

Souza, 2016) e desencadeiam impactos diversos, por serem espaços que favorecem a visibilidade de questões políticas (Bernardes, 2020).

Certa flutuação temporal no fluxo de interações parece estar relacionada aos períodos de campanhas, ações e produções realizadas, que seguem a realidade vivenciada por mulheres com ou sem os desafios da Pandemia de Covid-19. A variedade de temas reflete a complexidade da discussão ampla a respeito da condição desigual das mulheres.

Cinco *frames* emergiram das interações estabelecidas ao longo do período analisado: Movimento e Articulação, ao tratar do *modus operandi* da Rede; Saúde e Pandemia traz reflexões e sugestões para o enfrentamento da crise sanitária, implicando críticas à atuação dos governos na pandemia de Covid-19, especialmente no âmbito do Governo Federal; Ciência e Educação aponta para uma atuação da RBMC em defesa do conhecimento científico e acesso à educação para todos, em diversos níveis; em Política Pública, Estado e Direito há várias manifestações sobre a desigualdade social, ausência de políticas, fragilização das instituições estatais e desmonte de direitos no Brasil; Por fim, o quadro Desigualdade de Gênero, assinalado neste manuscrito, ressalta a vulnerabilidade das mulheres em diversos âmbitos da sociedade e aparece conectado à ciência, à pandemia e às ações do Governo Federal. Ele visualiza demandas direta e indiretamente relacionadas às mulheres.

Identificamos como a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas em suas ações, envolveu diferentes enquadramentos, mais especificamente 05 enquadramentos (Movimentação e Articulação; Saúde e Pandemia COVID-19; Ciência e Educação; Política Pública, Estado e Direito; e Gênero, Desigualdade e Vulnerabilidade) emergem a partir da análise de centenas de movimentações e interações estabelecidas nas redes e mídias sociais ao longo do último semestre (seguindo os critérios estabelecidos no tópico referente à metodologia).

Para além dos contatos primários, o Quadro (*frame*) **Movimento e Articulação** acaba por representar os modos *operandi* da RBMC, traz à tona como as Redes Sociais são utilizadas para se aproximar de outras cientistas, convidá-las para integrar o movimento, para participar de ações específicas que estão organizando, para divulgar outros movimentos que apoiam, como também o apoio recebido. É possível perceber ainda como portais noticiosos, ao falarem sobre Rede, dão visibilidade ao que está acontecendo, as propostas, a quem participa e convida à participação. A cada recorte apresentado como peça deste quadro percebemos a Rede se estruturando, agindo, crescendo, conquistando espaço, interagindo com outros atores de/em diferentes ambientes e ações realizadas.

O emergir da RBMC em meio à Pandemia nos permite considerar que a forma como as mulheres vêm sendo impactadas pela atual crise foi a porção que faltava no mar de

desigualdades que as mulheres estão mergulhadas. Porém, identificamos ações e interações na ação e/ou omissão do cuidado. O Quadro (*frame*) **Saúde e Pandemia COVID-19** retrata exatamente isso, são conhecimentos organizados a fim de esclarecer sobre informações errôneas como o caso do tratamento precoce, mas também sobre a preparação e a segurança profissional, populacional e o papel do governo ao longo da pandemia. Algumas das Notas Técnicas (como mencionados recortes das NT 02, 06 e 07) trazem os dados de forma mais detalhada (na íntegra, apresentando as fontes que estruturaram os documentos, para quem tiver interesse de ir além, mas também apresentando a fundamentação científica das informações), mas nas Redes Sociais essas informações são expostas de forma mais objetivas e diretas, facilitam o entendimento e o compartilhamento sobre como e por que se cuidar, a responsabilidade no cuidado com o outro, a gravidade da situação, as perdas, as ações/omissões do Estado, mas também recomendações e proposições ao Estado. Outros portais, também noticiam sobre essas questões e as enquadram tendo como a fonte o contexto da crise e o conhecimento da RBMC.

O Quadro (*frame*) **Ciência e Educação** é pensar nas raízes estruturais da RBMC, mas muito além disso, é sobre o conhecimento que sustenta e guia o mundo o qual o conhecemos e o que ainda vamos conhecer. São essas questões evidenciadas, com adicional dos desafios (negligência e afronta) enfrentados não somente ao longo da Pandemia, mas anterior a ela. Desde a carta de lançamento, nas Notas Técnicas, nos encontros com outros profissionais e instituições, no posicionamento de outros atores e em como o conhecimento organizado e produzido a partir da Rede atravessa seus “muros”, desperta interesse e interage com e para a sociedade. Os recortes utilizados, as peças que montam este quadro (*frame*) apresentam como o conhecimento científico é importante para a saúde, para a vida e para o futuro, fundamentando debates e decisões (CPI da Covid, importância sobre medicamentos e tratamentos, cuidados, proteção, desenvolvimento de políticas, educação em diferentes níveis, tempos e espaços).

Intervir ou influenciar políticas públicas está entre os objetivos da RBMC, com a ressalva do foco voltado para mulheres, mas não restrito a elas. A análise do material levou à identificação do quadro (*frame*) **Política Pública, Estado e Direito**, pelo fato das recorrentes reflexões, posicionamentos e reivindicações, seja de origem na própria Rede ou de outros que replicam e fortalecem as pautas levantadas (desigualdade estrutural, necessidade de políticas públicas, desmonte do Estado, negação ou violação de direitos – como o caso do marco temporal, etc.), transitando dos documentos oficiais da Rede, nos recortes nas redes sociais e destaque em outros portais. Sempre considerando a responsabilidade do Estado para a garantia

de Direitos à população por meio de políticas públicas e sociais que atendam às necessidades oriundas da sociedade, em meio a suas particularidades.

A RBMC é impulsionada e caminha de encontro à condição de desigualdade vivenciada pelas mulheres, em como a desigualdade de gênero se faz presente em diferentes espaços (relações pessoais, profissionais, etc.) e impacta em vulnerabilidades que ultrapassam o gênero, não de forma excludente, mas sim interseccional. Nos diversos momentos em que o **Desigualdade de Gênero** torna-se evidente, independente da origem do conteúdo, não há contradição ou contraposição nos discursos (não diferente dos outros quadros), buscaram promover a discussão e a reflexão das questões que frente a sua diversidade e intersecções demandam atenção multiprofissional e interdisciplinar e se sobrepõe aos quadros anteriores. Por certo, destacando-se para uma análise detalhada.

4.1. Rede Brasileira De Mulheres Cientistas (RBMC) e o Enquadramento da Desigualdade de Gênero nas Mídias Sociais

De modo geral, o *frame* Desigualdade de Gênero envolve o debate que relaciona questões estruturais e históricas sobre a disparidade entre gêneros, de modo a especificar como mulheres são impactadas por essas relações em diferentes âmbitos de suas vidas, bem como do agravamento ocasionado pela pandemia de Covid-19. Isso é perceptível a partir dos discursos que conformam as publicações e interações, seja a partir das falas diretas das cientistas e/ou por meio das construções jornalísticas.

É fato que, desde o seu início, as desigualdades de gênero na sociedade brasileira foram retratadas pela Rede, a qual ressalta evidências científicas das intersecções entre gênero e outras vulnerabilidades. Em especial, no contexto de crise sanitária, em sua Carta de Compromisso, afirma que

Sobre elas [as mulheres] recai o trabalho do cuidado em relação às crianças, idosos e enfermos, muitas vezes na condição de chefes de família [...] Além disso, tem sido abundantemente noticiado o agravamento dos casos de violência doméstica e política contra as mulheres [...]. As mulheres pobres, negras e moradoras de periferias são ainda mais fortemente afetadas pela pandemia [...] somado ao racismo, à misoginia e ao sexismo, sempre presentes em suas vidas. (RBMC, 2021: s/p).

As notícias e publicações relacionadas à RBMC e suas pautas corroboram com a literatura que cruza a situação de mulheres, outros grupos vulnerabilizados e a Pandemia da Covid 19 (ABRASCO, 2020; Campos; Tchalekian, 2020; Matta *et al.*, 2021). As repercussões imediatas da pandemia com a necessidade de implementação das medidas de isolamento social

incidiram sobre as mulheres e alteraram seu cotidiano, em diferentes dimensões, como trabalho, família e rotinas individuais. A intensificação da convivência doméstica e familiar, em condições nem sempre adequadas, para atender às novas demandas de cuidados/trabalhos domésticos, ensino à distância e manutenção do trabalho presencial ou remoto, que são modificações, difíceis por si só, suscitaram adaptação individual e coletiva, em um contexto de desigualdades socioeconômicas, racismo, sexismo e patriarcado estruturais que caracterizam a sociedade brasileira (ONU Mulheres, 2020).

É explicitado que, em tempos pandêmicos, embora as mulheres sofram com as desigualdades de gênero nas distintas dimensões de suas vidas, é sobre as mulheres negras que recai sobremaneira a subalternização. Abordar desigualdades de gênero sem racializar as relações sociais, significa elaborar análises fragmentadas, considerando as mulheres como grupo homogêneo e em iguais condições. Entretanto, é preciso evidenciar que entre as próprias mulheres ocorre uma hierarquização da distribuição dos poderes e acessos (Passos; Nogueira, 2018). Neste contexto, Gonzalez (1984) afirma que a articulação entre o racismo e o sexismo resultam em efeitos violentos sobre as mulheres negras. A autora declara, ainda, que naturalizar a subalternização das mulheres negras significa relegar seus corpos e subjetividades ao lugar social de servidão.

Articular gênero, raça e classe, por exemplo, destaca e problematiza o pertencimento social dos sujeitos de forma analítica e política (Knauth, 2021). Por certo, a Rede aponta que gênero reforça desigualdades e vulnerabilidades históricas, traz uma agenda atual de pesquisa e militância feminista, na qual se aprofunda o debate interseccional em contraponto à exasperação do fundamentalismo contrário à autonomia das mulheres. Isso ganha mais expressão no uso das tecnologias virtuais e a retomada das ruas se tornam estratégias de resistência, a exemplo de outras experiências, como a Marcha das Vadias, a Marcha das Mulheres Negras, a Primavera Feminista, etc. (Schumacher, 2018). Essas mobilizações e organizações de mulheres, pelos movimentos feministas ou não, ocorrem pelo fato da persistência da desigualdade de gênero cotidiana e agravada, por exemplo, ao afligir mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, mulheres negras e as que residem em territórios marginalizados (IBGE, 2021; Matta *et al.*, 2021).

Em consonância, a RBMC reporta-se ainda à manutenção da dualidade entre o público e o privado, tema recorrente e central dos debates feministas e de gênero (Okin, 2008), que perpassa estereótipos, sobrecarga e invisibilidade do trabalho e violências múltiplas que atravessam esses espaços, pois, “além dos estereótipos [...] a questão da divisão sexual do trabalho. Isso é superconhecido, então, às mulheres são atribuídas as questões do cuidado. E é

tão paradoxal, porque ao mesmo tempo às mulheres são atribuídos esses cuidados e isso é desvalorizado” (Letícia de Oliveira, ANPOCS, 2021: s/p)³⁰. Ainda,

Medidas de isolamento e distanciamento levam as pessoas a terem de conviver mais tempo dentro de casa, o que cria um ambiente propício para a ocorrência de violências de gênero não denunciadas”, aponta a professora Mariana Mazzini Marcondes, do Departamento de Administração Pública e Gestão Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFRN) (Tribuna do Norte, 2021: s/p)³¹

Neste sentido, ela acentua o debate acerca das barreiras que impedem a tematização e a visibilidade da violência doméstica, a qual tende a ser naturalizada como parte constitutiva da relação de dominação entre homens e mulheres, como já apontado por Birolli (2013). Assim, as pesquisadoras que integram a RBMC parecem desafiar a manutenção e tentativas de naturalização das relações de gênero estabelecidas na sociedade brasileira.

Além de evidenciar a persistência e agravamento das condições de violência no âmbito familiar e doméstico, a Rede mobiliza a discussão sobre outras formas de violência, anteriores e para além do contexto pandêmico, conforme exposto a seguir, na Tabela 02:

Tabela 02 – Violências/negligências destacadas pela RBMC nas mídias sociais, de Abril/2021 a Abril de 2022³²

RECORTE	FORMA DE VIOLÊNCIA/ NEGLIGÊNCIA	REFERÊNCIA/ UNIDADE DE ANÁLISE	DATA
“Mas, além dessa violência, de forma geral mais falada e explícita, há uma precarização geral, afirma Flávia Biroli, professora de Ciência Política da UnB e integrante da rede”.	Institucional/ Estatal/Social	Phillippe Watanabe no Folha UOL	19 de abril de 2021
“A violência policial também se volta contra corpos negros [...] A brutalidade que atinge sistematicamente cidadãs e cidadãos negros expõe o racismo estrutural e a banalização da morte da população nas periferias das grandes cidades”.	Policial/Racista	Manifesto em Defesa da Vida de Mulheres Negras no Site da RBMC	06 de maio de 2021
“O Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo (Transgender Europe) e que assassina aproximadamente 5 mulheres por dia (Rede de Observatório da Segurança). Segundo o último Atlas da Violência, 75,5% dos homicídios são de pessoas negras”.	Política e transfóbica	Manifesto Benny Briolly no Site da RBMC	15 de maio de 2021

³⁰ "Participação de Letícia de Oliveira, em 19/10/21, na Mesa “Mulheres na ciência: desigualdades e obstáculos para a participação feminina na produção científica” no 45º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)

³¹ Divulgação do Lançamento da RBMC no Jornal Tribuna do Norte, em 20/04/21.

³² As violências citadas são mobilizadas pela RBMC, em seu site (os manifestos) e youtube; em participações da Rede no 45º Encontro da Anpocs; em artigo de Opinião na Agência Bori e notícia da Folha de São Paulo.

<p>“A vulnerabilidade à insegurança alimentar desses domicílios é o ápice das desigualdades de gênero presentes na sociedade brasileira, que se manifestam nos altos índices de desemprego; nas diferenças salariais; na responsabilização do cuidado com os filhos, familiares e portadores de necessidades especiais; nas diversas formas de violência contra mulheres; nas dificuldades de participação na vida pública e nos espaços políticos”</p>	<p>Diversas: geral, doméstica, policial, política e institucional, legal, etc.</p>	<p>Catia Grisa e Silvia Zimmermann (Membros da Rede) na Agência BORI</p>	<p>14 de junho de 2021</p>
<p>“A participação política, a participação na comunidade... em termos de ocupação de espaço dentro da chamada política representativa, o que se tem observado é que não existe apenas um problema de gênero, mas um racismo que estrutura todo o processo eleitoral, impedindo muitas vezes a efetivação das candidaturas negras e, de modo mais específico ainda, de mulheres negras”.</p>	<p>Política, Sexista, Racista</p>	<p>Valdênia Menegon no 45º Encontro da Anpocs</p>	<p>20 de outubro de 2021</p>
<p>“As mulheres que têm dinheiro conseguem acessar métodos seguros, que são os métodos que estão presentes nos serviços de saúde, ao passo que as mulheres pobres vão recorrer a métodos inseguros. E aí, são essas mulheres pobres, em sua maioria mulheres pretas, que mais morrem em decorrência de um aborto inseguro no nosso país”.</p>	<p>Social/Estatal e Institucional/ Saúde/legal</p>	<p>Helena Paro em Live no Youtube da RBMC</p>	<p>07 de abril de 2022</p>

Fonte: elaboração própria (2023)

Apesar da “precarização geral” mencionada, a RBMC vai de encontro a qualquer resquício de naturalização de violências relacionadas ao gênero. As Notas Técnicas da RBMC³³ trazem em menor ou maior destaque a desigualdade de gênero. As discussões abrangem diferentes formas de desigualdades, violências e opressões em várias manifestações nas redes e mídias sociais [da RBMC] e o entrecruzamento das desigualdades sociais. Ao pensar a interseccionalidade como entrecruzamento, o conceito é entendido a partir da metáfora de encontro de avenidas, no qual vários eixos de poder – gênero, raça, classe, etnia – se configuram nas vias que estruturam os terrenos sociais, econômicos, políticos, e é por meio do cruzamento destas vias que as dinâmicas de desempoderamento ocorrem (Crenshaw, 2002). Neste sentido, “as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego de todas essas vias” (Crenshaw, 2002: p. 177).

É perceptível como a Rede busca reconhecer, articular e discutir estruturas de opressão e exclusão. Seja de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade/território, capacidade, etnia, etária e outras; em suas conformações mútuas e imbricadas nas experiências cotidianas,

³³ Ao todo, já foram divulgadas 14 Notas Técnicas. [Notas Técnicas - \(mulherescientistas.org\)](http://mulherescientistas.org)

individuais e coletivas (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2020). Tal posicionamento é essencial, pois, reconhecê-las é assumir a responsabilidade de compreender como o trabalho de cada um as reproduz, ou não; analisá-las é um ato político (Scott, 1994) com potencial de administrar conflitos sociais e desarticular essas estruturas, principalmente, ao considerar as políticas públicas, tanto específicas como as mais gerais, meios para esse fim (Behring; Boschetti, 2006; Nascimento, 2016).

Para as integrantes da RBMC, esses sistemas de discriminação também impactam a forma como o Estado busca intervir sobre essas desigualdades:

“As políticas públicas já nascem fracassadas, elas não são interseccionais. E a interseccionalidade [...] dá conta de identificar aquilo que estruturalmente produz uma desigualdade e os caminhos ou as ferramentas para superação dessa desigualdade, ela não apenas constata [...] é um dispositivo teórico, metodológico e analítico que movimenta os processos. Esse é o problema da nossa política pública, ela trata todo mundo como igual, quando não somos e nem queremos ser (Elaine Nascimento, ANPOCS, 2021: s,p)³⁴.

Múltiplas inseguranças são desencadeadas nesses processos, dentre as quais àquelas que provocam fome e morte. No Programa Conexões (*podcast*), da Universidade Federal de Minas Gerais, em 23 de abril de 2021, por exemplo, Natália Sátyro (2021: s/p)³⁵ traz à discussão o fenômeno de “feminização da pobreza” e seu aumento no contexto da pandemia de Covid-19, sendo as mais vulneráveis aquelas de baixa renda e negras, destaca que “essas mulheres precisam ser protegidas, para continuar vivendo, a gente precisa entender que nós precisamos proteger as pessoas, inclusive, para a vida, [...]”.

Importante notar que a expressão “feminização da pobreza” não é recente, foi utilizada inicialmente para retratar o aumento da proporção de mulheres entre os economicamente vulneráveis e o crescimento do número de indivíduos em famílias chefiadas por mulheres no mesmo grupo, nos Estados Unidos, entre 1950 e 1970 (Costa *et al.*, 2005). No Brasil, Sueli Carneiro (2011) classifica-a como fenômeno crescente, que impacta populações negras, em consequência da globalização. Por sua vez, a rede retoma essa discussão mediante uma conjuntura acentuada de crise. Sátyro (2021) fala da desigualdade crônica e o agravamento no contexto pandêmico, destacando mudanças e enfraquecimento de políticas públicas de proteção social no Brasil.

³⁴ Elaine nascimento, em 20/10/2021, fala sobre Protagonismo das mulheres invisíveis para assunção a direitos em territórios marginalizados: interseccionalidade, cidadania e direitos humanos no 45º Encontro da Anpocs

³⁵ Natália Sátyro, enquanto representante da RBMC fala sobre o impacto da pandemia, em específico, para mulheres vulneráveis economicamente e negras.

Interessante que ao mesmo tempo em que a RBMC se mobiliza na defesa da desproteção das mulheres (ampla e diversa); assinala desigualdades particulares relacionadas ao âmbito acadêmico, problema geralmente pouco abordado, mas enfrentado diretamente pelas integrantes da Rede. Luciana Tatagiba (2022: s/p)³⁶, em 11 de março de 2022, em entrevista ao IFCH/UNICAMP, discorre

A rede, eu costumo dizer que ela tem dois braços de atuação: um que se volta a incidir no debate público em defesa da vida das mulheres, principalmente, as mulheres em situação de vulnerabilidade...; mas o outro braço, obviamente, porque somos mulheres cientistas, têm a ver com a defesa de uma maior equidade de gênero na academia.

Entre postagens e notícias, entre defesa de pontos relevantes e compartilhamento de experiências, também permanecem alinhados reflexões e apontamentos sobre este problema, como observado na Tabela 03:

Tabela 03 – A ênfase da desigualdade de gênero na Ciência, de Abril de 2021 a Abril de 2022³⁷

RECORTE	INTEGRANTES DA RBMC / UNIDADE DE ANÁLISE	DATA
“Ele poderia ser o coordenador, mas quis a autoria sem ser autor. O patriarcalismo, a mentalidade escravocrata, a misoginia, o deboche são armas de luta de muitos cientistas homens ou de burocratas dos recursos financeiros. A posição de muitos homens mudou muito. Há uma legião de colegas homens que mudaram. Mas há o núcleo duro da instituição. No currículo lattes não pode ter um período sem produção. As mulheres cientistas mães que ficam no período dos primeiros cuidados e construção dos afetos sem publicar. Temos um direito usurpado pelos ditames burocráticos do currículo” (s/p).	Marta Benini no Hoje Maringá	19 de abril de 2021
“Os efeitos desiguais de gênero, raça e parentalidade na pandemia. As mulheres, principalmente negras (com ou sem filhos) e brancas com filhos (especialmente até 12 anos) foram as mais afetadas pela pandemia no que diz respeito à produtividade acadêmica (parent in science, 2020)” (s/p).	Instagram e Facebook da RBMC	24 de janeiro de 2022
“Para nós mulheres pretas, nós não temos muito a comemorar... ainda somos só 2%, se eu não me engano, 2,5% de professoras, por exemplo, negras, na academia. [...] A gente não pode deixar de levar em consideração alguns aspectos que são extremamente importantes: mulher não é uma categoria universal; sem que haja estímulo, incentivo, sobretudo, entre as pessoas mais	Rosângela Aparecida Hilário em Live da Fiocruz Amazônia	11 de fevereiro de 2022

³⁶ Na estreia do IFCH Público, a professora Luciana Tatagiba concede entrevista sobre a construção da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas.

³⁷ Os dados da tabela fazem referência a: 1 – Integrante da Rede, em entrevista, fala de assédio vivido no âmbito acadêmico; 2 – Publicação da RBMC em suas Redes Sociais sobre dados levantados pelo Parent Science (2020); 3 - integrante da Rede, fala sobre a baixa participação de mulheres negras na ciência e a diversidade das mulheres que compõe ou deveriam integrar o âmbito científico; 4 - integrante da Rede, fala de Transfobia vivida na academia, em Live organizada pela RBMC, sobre Meninas e Mulheres nas Ciências e Tecnologias.

pobres, não vai haver aumento de mulheres produzindo um conhecimento que tenha razão de existir” (s/p).		
“Eu saí de um concurso em São Paulo que disseram “você tinha que ter sido menos trans e mais física” [...] esse foi o feedback que ganhei... escrito. E isso era o que as pessoas pensaram: você assustou a banca” (s/p).	Vivian Miranda em Live da RBMC	22 de abril de 2022

Fonte: elaboração própria (2023)

O reconhecimento de que a ciência não é neutra em termos de gênero “é o ponto de partida para que se possa desvelar e debater coletivamente a discriminação, a seletividade institucional que se realiza em desvantagem das mulheres, a reprodução dos estereótipos e seus efeitos” (Biroli, 2020: p. 35). A presença de mulheres na ciência desafia razões estruturais e epistemológicas (Biroli, 2020), representa uma luta contra injustiça social e epistêmica na ciência, que é ainda mais intensa para negras e indígenas, vitimizadas pelo que Sueli Carneiro (2005) denomina epistemicídio, que apaga e/ou inferioriza, invisibiliza, desqualifica e deslegitima saberes dos povos originários e subjugados, não só no período colonial, mas em um processo contínuo e persistente. Esses aspectos que desafiam as mulheres, precisam ser considerados para uma ciência dotada de diversidade. Assim, como o nome da Rede expressa – mulheres cientistas - a experiência se torna singular ao conectar pesquisadoras e docentes de diferentes áreas de conhecimento, considerando que é no âmbito acadêmico que essa inserção encontra ainda dificuldades (Barros; Silva, 2019; Cunha, Dimenstein; Dantas, 2021).

A produção do conhecimento por, de e sobre mulheres, sua discussão e divulgação, não se trata de generalizar e universalizar questões, mas pontuar particularidades. Importante notarmos que a constatação de desigualdades requer políticas públicas mais justas para mulheres. No Jornal da USP, Beatriz Azevedo (2021: s/p)³⁸, integrante da Rede, enfatizou a posição da rede e destacou que “é preciso pensar em políticas públicas com recorte de gênero, do contrário, as desigualdades nesse sentido podem se acirrar em razão da pandemia de coronavírus”.

Nessa perspectiva, apesar de haver abordagens que se relacionam à regulação de conflitos, que “contribuíram para ampliar os direitos e a cidadania” em um sentido mais amplo (Behring; Boschetti, 2006: p. 193). Há autores que usam de denominações mais específicas, como a de políticas públicas de gênero para se referir a

Políticas sociais que incorporam a questão de gênero, o que pode ocorrer com políticas voltadas exclusivamente para as mulheres, ou com políticas mais gerais que incluem

³⁸ Notícia sobre o lançamento da RBMC, em 20 de abril de 2021, no Jornal da USP.

as mulheres como beneficiárias em potencial, como é o caso de algumas políticas de combate à pobreza [...] ou pode ser um modelo no qual as mulheres são além de beneficiárias, formuladoras e executoras, ou seja, assumem um papel de sujeito no processo de formulação e implementação (Nascimento, 2016: p. 319).

Frente à importância de se influenciar o contexto da formulação e implementação de políticas públicas, a RBMC também operou na produção de materiais encaminhados à Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19³⁹. Conforme aponta notícia da UnB, em 04 de maio de 2023, ao mencionar três notas técnicas que fornecem “dados para que os tomadores de decisão possam identificar que há fundamento quando falamos que os efeitos da pandemia aprofundam as disparidades de gênero” (Ana Farranha, UNB, 2021: s/p)⁴⁰. Essas passagens relembram o que Fraser (2003; 2015) aponta como injustiças materiais e simbólicas que estabelecem conexões e padrões sociais; que influenciam preferências, reforçam estereótipos, papéis e identidades que subordinam e vulnerabilizam as mulheres, bem como tornam-se ponto de partida para as análises e a formulação de políticas (Biroli, 2013).

A Rede destaca interconexões entre desigualdades e violências na política, na *Live* sobre a Reforma Política e as Mulheres, realizada em 23 de junho de 2021⁴¹, Flávia Biroli relembra que existe há 25 anos uma legislação de cotas eleitorais, porém sem impacto na baixa representatividade feminina na política. De diferentes formas, a RBMC expõe a violência política no processo político (candidatura, campanha eleitoral, exercício do cargo etc.), envolvendo desqualificação e/ou tentativas de eliminação, marcando ações sexistas e patriarcais que privilegiam homens (brancos) candidatos. Isso fica manifesto na fala de Valdênia Menegon, no Portal Geledes, sobre o “racismo que estrutura todo o processo eleitoral, impedindo muitas vezes a efetividade das candidaturas negras [...] situação triplamente crítica de violência política” (2021: s/p)⁴². Assim, a ideia de que a democracia de um sistema político depende de indicadores de igualdade e justiça de gênero (Matos, 2020) é parte da Rede.

Em todo o processo de comunicação e interação estabelecido, no *frame* aqui analisado, são mobilizadas violências e violações de direitos no âmbito familiar, social, político e institucional (serviços fragilizados), relações de trabalho, acesso a direitos (Saúde, Educação, Assistência Social etc.), questões socioeconômicas como pobreza, etc.; interseccionais

³⁹ Comissão Parlamentar de Inquérito no Brasil, que investigou possíveis omissões e irregularidades nas ações do governo federal, na época, sob comando de Jair Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19.

⁴⁰ Ana Farranha, membro da RBMC, concede entrevista, em entrevista à UnB, em 04 de maio de 2021 à Universidade de Brasília sobre a rede nacional de enfrentamento à pandemia com foco nas questões de gênero.

⁴¹ *Live* realizada em parceria com a Frente pelo Avanço dos Direitos Políticos das Mulheres, no *Youtube* da RBMC.

⁴² Valdênia Menegon, em artigo no portal Geledes, em 14 de julho de 2021, fala sobre o racismo que atravessa as relações políticas e as disputas eleitorais.

(Crenshaw, 2002). E para além da exposição do problema, as postagens discutem possíveis soluções e caminhos, realizando ações não restritas ao campo da mera informação/divulgação científica. Identificamos a promoção de formas de mobilização, organização social, de ativismo digital (Scherer-Warren, 2005; 2013), considerando os recursos utilizados em seus processos de atuação em rede (explícito no próprio nome) e na rede (espaços virtuais). Seja para ações organizadas e executadas no ambiente *on-line*, como para organização de ações *off-line* (Filho; Coutinho, 2016); seja *on-line* (Carta Compromisso, Notas Técnicas, Manifestações, *Lives*, Participação em Eventos, Campanhas, etc.)⁴³ ou *off-line* (CPI da Covid via Senadora Eliziane Gama)⁴⁴.

Observamos que a Rede ainda busca se aproximar dos poderes legislativo e executivo; reforça o argumento de que o Estado deveria considerar com maior frequência as vozes, experiências e a ciência produzida por mulheres, ademais do desenvolvimento de políticas públicas que atendam a essas necessidades. Em uma de suas Notas Técnicas ratifica que “Urge ouvir, fortalecer e aprender com essas mulheres. Tirá-las da condição de estatística e dar-lhes, de fato e de direito, condição de cidadãs” (NT da RBMC N° 12, 2021: s/p)⁴⁵.

Por certo, as desigualdades de gênero impactam as mulheres de variadas formas, em diferentes tempos históricos e lugares. O conhecimento desses processos representa não o simples acesso à informação, mas instrumentaliza a participação na produção do conhecimento, desafiando e desestabilizando princípios estabelecidos, na tentativa de vincular saber e poder, teorizar e operacionalizar diferenças, na construção de uma história feminista que contesta significados e interesses (Scott, 1994). Portanto, a RBMC buscou, em seu primeiro ano, mobilizar, enfatizar, enquadrar, dar visibilidade, de modo a pautar que “essas desigualdades e diferenças que constituem as mulheres e nos constituem como mulheres cientistas, guardam também mecanismos de resistência distintos, a partir de nossos locais de vida e áreas de atuação” (Biroli; Tatagiba; Oliveira, Nexo Jornal, 2021: s/p)⁴⁶.

Ao passo que essas mulheres resistem e contestam opressões vividas; assim como ideias não podem ser desvinculadas de quem as cria e/ou as compartilha (Collins, 2000[2009] *apud* Biroli, 2017); tem sido relevante o trabalho da Rede em evocar as experiências das

⁴³ O conteúdo direto da Rede tem origem principal em suas redes sociais e site.

⁴⁴ Eliziane Gama, Senadora, em participação no Seminário: CPI, Responsabilização e a Vida das Mulheres, no Youtube da RBMC, em 01 de Julho de 2021, comentou sobre as contribuições da Rede para sua atuação na CPI da Covid.

⁴⁵ NOTA TÉCNICA N° 12 “A cor e os territórios da invisibilidade no Brasil durante a pandemia”, publicada em 29/07/2021.

⁴⁶ Artigo de Opinião de Flávia Biroli, Luciana Tatagiba e Vanessa Elias de Oliveira na coluna Ponto de Vista do Nexo Jornal falando sobre Mulheres, Ciência e Pandemia.

mulheres, sendo capaz de “colocar em xeque dinâmicas excludentes de produção do conhecimento, assim como as realidades parciais que as informam” (Biroli, 2017: p. 17). Realidades constituídas por significados e interesses estruturados, via exclusão, que produzem e reproduzem ausência, subordinação, desqualificação e repressão de sujeitos, temas e saberes (Scott, 1994); envolvem uma reprodução simbólica e material que legitima a separação entre instituições que confiam mulheres em determinadas esferas. Dessa forma, é imprescindível “revelar deficiências normativas da sociedade [...] e validar as lutas contra a dominação” (Fraser, 2015: p. 269) e a tentativa de universalização das mulheres (Passos, Nogueira, 2018).

É esse tipo de relação e interação que emergiu das interpretações: a cada postagem, notícia, posicionamento das cientistas da RBMC como parte de suas histórias de vida e trajetórias (das vivências pessoais aos estudos realizados) tecem uma trama de sentidos de como se fazer ouvida em contextos de aprofundamento das formas de violação e opressão. Dessa forma, o enquadramento analisado, também, mostra-se enraizado, ademais, no contexto no qual essas mulheres cientistas da Rede estão inseridas.

A ocupação de espaços virtuais para discussão acerca das desigualdades de gênero e difusão de conhecimentos científicos promove uma qualificação do debate que ocorria a partir do negacionismo científico e das pautas de costumes. A abordagem das mulheres enquanto grupo heterogêneo, o desmonte das políticas públicas, a dualidade entre o público e o privado, a divisão sexual do trabalho e atribuição do cuidado à mulher, a equidade de gênero na academia, na produção e difusão de conhecimentos, a violência e a representatividade das mulheres na política; todas as questões, igualmente, foram tratadas pela RBMC como um meio considerado central para redução das desigualdades de gênero.

Ao se comunicar com a sociedade, demarcar um debate público relevante e trazer subsídios às ações estatais e políticas públicas que considerem mulheres em suas particularidades e diversidade aponta a relevância do olhar de gênero e interseccional nas ações da sociedade como um todo.

Incontestavelmente, mobilização e articulação social estão imbricadas na materialização de políticas públicas que vislumbram alterar a estrutura social que oprime mulheres ao longo da história. No caso da RBMC, o ativismo digital foi (e permanece, frente à continuidade da Rede) fundamental para sua articulação, organização e ações desenvolvidas - em rede, na rede (*on-line* e *off-line*).

5. ANÁLISE DE NARRATIVAS

Os processos narrativos são mediações entre experiências e seus determinantes, processo político entre ação e palavra, que se tornam possíveis, segundo Onoko-Campos (2011). Ainda de acordo com essa autora, nesses processos, o vivido tem “a possibilidade de inscrevê-lo no social, inserindo a experiência subjetiva em um campo político [...]. Portanto, a narrativa se coloca como um recurso através do qual instituímos nossa vida na temporalidade humana, podendo anunciá-la e compartilhá-la” (p. 1273-1274).

Para tanto, utilizamos a técnica de entrevistas semiestruturadas, a fim de estruturar o perfil demográfico e coleta das narrativas sobre o tema em questão, a partir da indagação formulada, mas sem necessariamente se prender a ela (Minayo, 2016). Definimos um número inicial de participantes em função do perfil estabelecido, porém consideramos que “o universo” em questão não são os sujeitos em si, muito menos números, pois o mais relevante são suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes em estudos qualitativos. Assim, o número de participantes foi estabelecido com base em uma inclusão progressiva. Além do estudo ter um número pequeno de informante com o perfil desejado, as entrevistas foram encerradas também em função do “poder da informação”, de modo que o acúmulo de informações foi avaliado continuamente, podendo se dispensar o aumento do número de participantes em determinado momento do estudo (Malterud; Siersma; Guassora, 2015).

O processo de análise, por ser variado e amplo, um processo de experimentação no campo da saúde coletiva, “nunca é igual ou repetitivo, mas sempre singular [...] um trabalho artesanal que expande a produção e a interpretação dos processos sociais e de saúde” (Ceccon *et al*, 2022, p. 91). Assim, a realização da pesquisa narrativa e análise tem como etapas: apresentação da pesquisa; gravação da entrevista pela entrevistadora; transcrição; organização do corpus textual, leitura atenta e exaustiva, redução textual, mapeamento dos tópicos recorrentes, identificação e seleção dos discursos emergentes em momentos narrativos (trechos), estabelecimento de palavras-chave; também, cada entrevista é contrastada com as demais em uma interpretação crítica (Bastos; Biar, 2015; Nunes *et al*, 2017; Ceccon *et al*, 2022; Bauer; Gaskell, 2017), sempre retornando ao material, interrogando continuamente se responde aos questionamentos feitos (Onoko-Campos, 2011).

Assim, buscamos nas experiências pessoais, políticas e acadêmicas das pesquisadoras do Campo da Saúde Coletiva e, na elaboração das narrativas sobre essas experiências, o sentido presente e visível nos discursos das entrevistadas. Acrescentamos que o processamento e análise das narrativas também será desenvolvida com auxílio do software qualitativo Atlas TI.

5.1. Identificando o público-alvo: definição do processo de estratificação das participantes.

A partir dos objetivos deste estudo, para chegarmos ao processo de coleta e análise das entrevistas, inicialmente, estabelecemos um percurso para acessar o público determinado, o qual estava imerso entre as 3.609 mulheres cadastradas na RBMC⁴⁷. Como no cadastro cada mulher indica a área à qual está vinculada, identificamos preliminarmente que 345 estão vinculadas ao campo da saúde coletiva. Em seguida, cruzamos com o quantitativo e os nomes das mulheres que atuaram diretamente, em pelo menos 01 das ações realizadas pela Rede (Notas Técnicas, *Lives*, Entrevistas, Vídeos, Projetos etc.), entre abril de 2021 a abril de 2022, recorte temporal que se refere ao primeiro ano de atuação da Rede.

Tal processo nos levou à identificação de 21 mulheres, para as quais enviamos convite. Porém, esse número pode ser ampliado, pois consideramos a existência de outras mulheres cientistas que atuaram na Rede e que não entram no critério de estratificação estabelecido, cada entrevistada pôde indicar outras que consideravam relevantes para participação na pesquisa, mantida a relação com a Saúde Coletiva, ou, também, com a política de saúde e políticas públicas e sociais relacionadas. Assim, chegamos ao objetivo de contactar 21 mulheres pesquisadoras participantes da RBMC.

5.2. Do contato a realização das entrevistas

Após a identificação das pessoas que estariam como sujeitos da pesquisa, iniciamos as estratégias para a realização das entrevistas. Primeiro, pesquisamos os contatos das participantes disponibilizados na internet (currículos lattes, sites institucionais e afins) e, em seguida, o primeiro contato se deu com convite via *e-mails*. Por mensagem online, apresentamos a pesquisa, seu objetivo principal, instituição responsável; também foi especificado que em caso de aceite, era preciso um retorno com o TCLE e o formulário no *google forms* para confirmação. Também já foi solicitado dados sociodemográficos, bem como indicação de data, horário e local para realização da entrevista. Das 21 pessoas identificadas para participar do estudo, não localizamos o contato de apenas de 01 delas.

⁴⁷ No *site* da RBMC, tem um espaço reservado à carta de lançamento, no qual você pode ter acesso à lista de cientistas que aderiram à iniciativa ao assinar a carta, bem como o acesso ao formulário para fazer parte da Rede. Para mais informações, vide: <https://mulherescientistas.org/nossa-carta/>

Em seguida, aproveitamos a oportunidade do 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (ABRASCÃO). Informamos para todas as 20 participantes que tínhamos contato que estaríamos no evento, no caso da possibilidade da realização de uma entrevista presencial. Ao longo do evento, que ocorreu em Salvador/BA, entre os dias 21 e 24 de novembro de 2022, foi possível realizar apenas 01 entrevista presencial e o contato para convite com outras 02 participantes (01 confirmou participação e outra não respondeu).

Ao todo, das 20 pessoas contactadas: 03 não retornaram; 01 retornou mas sem o aceite formal, nem continuidade ao contato para entrevista; 01 retornou justificando licença saúde para justificar a não participação; 01 retornou justificando que não poderia opinar sobre o tema para justificar a não participação; e 14 aceites que seguiram com realização da entrevista. Essas indicaram outras 25, das quais: 06 não constavam na lista de cadastro da Rede que utilizamos como base, atualizada até o momento do início da pesquisa; 07 não tinham relação com as características demandadas para inserção na pesquisa; 03 não foram localizados contatos; assim, procedemos com o envio de convites para 09.

Dos 09 convites enviados a partir das indicações: 02 não responderam; 02 recusaram participação, uma com uma mensagem automática por estar em campo e indisponível e outra por uma questão de agenda; e 05 aceites. Porém, dos aceites: 01 indicou dia da semana e sugeriu horário, não especificou data e não conseguimos contato para finalizar agendamento; Em dois casos, ocorreram múltiplos agendamentos e posterior perda de contato; assim, foram 02 aceites que seguiram para realização da entrevista.

Já quando iniciamos os contatos em novembro de 2022 conseguimos efetivar a primeira entrevista (presencial) e outra online (mesmo padrão das demais realizadas, que ocorreram entre dezembro de 2022 e junho de 2023). Ao todo, foram 19 aceites com TCLE e preenchimento do *google forms*, dos quais foram realizadas 16 entrevistas. Todas tiveram a oportunidade de indicar outras que consideraram relevantes para a pesquisa, porém, não se fez necessário considerando o poder das informações, tanto às indicadas, quanto dos dados coletados. Considerando a dispersão das participantes no território brasileiro, a maioria das entrevistas foram realizadas *online*, via *google meet*.

5.3. Dados brutos - quantificando

Tabela 04 - Quantitativo de tempo de duração das entrevistas e número de páginas pós-transcrição

ENTREVISTA	TEMPO DE GRAVAÇÃO	PÁGINAS TRANSCRITAS
E01	48 min e 05 seg	18 pág.

E02	01h, 22 min e 49 seg	28 pág.
E03	01h e 09 seg	17 pág.
E04	51 min e 40 seg + 22 min e 14 seg	22 pág.
E05	54 min e 55 seg	17 pág.
E06	52min e 23 seg	16 pág.
E07	01h 10min e 44 seg	25 pág.
E08	01h e 01 seg	18 pág.
E09	58 min e 29 seg	23 pág.
E10	57 min e 02 seg	20 pág.
E11	01h 54 min e 41 seg	36 pág.
E12	01h 01 min e 30 seg	23 pág.
E13	27 min e 55 seg	12 pág.
E14	26 min e 41 seg	10 pág.
E15	40 min e 50 seg	13 pág.
E16	01h e 06min	21 pág.
TOTAL	15h 56 min e 08 seg	319 pág.

Elaboração própria (2024)

5.4. Perfil Sociodemográfico

Por considerarmos que não existe uma mulher universal, mas sujeitas diversas que performam suas mulheridades⁴⁸ (Hooks, 2020; Nascimento, 2021) não exclusivamente a partir de características biológicas; dessa forma, buscamos dados que conformam um perfil sociodemográfico das mulheres que integram este estudo.

As entrevistadas (16) compõe um grupo relativamente diverso no que se refere à questão etária; elas tinham entre os 28 e 69 anos (20-29: 01; 30-39: 02; 40-49: 03; 50-59: 6; 60-69: 04), com destaque para uma maior concentração dos 50 aos 69 anos. Já no âmbito étnico-racial, conforme autodeclararam, são: branca (07), parda (04), negra/preta (03), negra/parda (01) e

⁴⁸ Falar de mulheridades é considerar que papel social designado às mulheres, historicamente, não é o bastante para definição do que é ser mulher. Não é possível um conceito único e universal, mas sim o reconhecimento de suas especificidades, a diversidade de experiências sociais, pessoais e coletivas; logo, indo de encontro a questões essencialistas (Hooks, 2020; Nascimento, 2021)

indígena (01). Dessa forma, apesar de pretos/negros e pardos conformarem 50% do grupo, ainda há uma prevalência de pessoas brancas e a mínima presença de indígenas.

Todas são do sexo feminino e como identidade de gênero identificam-se como mulheres cis; não há nenhuma situação de distinção entre o nome do registro oficial e o nome de uso social (no formulário estabelecemos campo para informe de nome social, se fosse o caso). No campo voltado para orientação sexual foi identificado erro na resposta de um dos formulários, pois foi informado “feminino”, informação não compatível com o campo e desconsiderada. Entre as demais, indicaram: heterossexual (12), lésbica (02) e bissexual (01). Majoritariamente são casadas (11) e as demais são divorciadas (02), união estável (01), viúva (01) e solteira (01); e, no que se refere ao número de filhos, há uma variação, conforme se segue: 0 (04), 01 (03), 02 (05) e 03 (04).

Como o grupo participante integra uma rede nacional (além das ramificações internacionais), também coletamos dados referentes à distribuição geográfica. Se considerarmos as regiões, há uma prevalência no Nordeste (06), seguido do Sudeste (05), Sul (03) e Centro-oeste (02). Contudo, se considerarmos os estados com presença mais expressiva, destacam-se Rio Grande do Sul (03), Rio de Janeiro (02) e Piauí (02).

Ao direcionarmos nossa atenção para questões de formação e atuação profissional. Inicialmente, sobre a formação profissional apontam medicina (05), antropologia e antropologia social (02), ciência política (02), saúde pública/saúde coletiva/epidemiologia (03), ciências biológicas (01), ciências (01), doutora/pesquisadora - sem especificação (02). Em relação a atuação delas, identificamos professoras/docentes, diretoras científicas, pesquisadoras científicas, bolsistas e, inclusive, atuantes na área assistencial (serviços de saúde) ou na gestão de instituições de ensino e pesquisa, que em sua maioria mantém vinculação a algum Programa de Pós-Graduação (PPG) da área da saúde coletiva. Apenas 02 não mencionam vínculo e 01 é colaboradora, mas sem especificar o tempo. Há uma larga variação em relação ao tempo de atuação como pesquisadoras e cientistas, constatando em diferentes estágios de carreiras que variaram de 02 a 30 anos.

Os programas (Epidemiologia, saúde pública, saúde coletiva, psicologia e saúde, pediatria, ciência política, meio ambiente e políticas públicas) demonstram vinculação com suas formações (já mencionadas); bem como com as disciplinas ministradas, os temas abordados nos grupos de pesquisa (GP) em que estão inseridas e as áreas pelas quais têm interesse, conforme podemos observar a seguir

Tabela 05 - Comparativo temático entre disciplinas, temas de grupos de pesquisa e áreas de interesse.

ENTREVISTADA	DISCIPLINAS MINISTRADAS	TEMAS DOS GP	ÁREAS DE INTERESSE
E01	Epidemiologia Social; Introdução à Saúde Coletiva; Epidemiologia; Práticas em Saúde Coletiva; Vigilância e Promoção da Saúde	Epidemiologia e avaliação de impacto na saúde das populações; GT Racismo e Saúde da Abrasco	Saúde da População Negra, população em situação de rua; quilombolas; doenças infecciosas relacionadas à pobreza; epidemiologia social.
E02	-	-	Políticas públicas, políticas de saúde, saúde das mulheres, saúde materno-infantil, teorias feministas, política e gênero, enfrentamento à Covid-19, coalizões subnacionais, eleições
E03	-	-	Meio Ambiente / Saúde/ Direitos Humanos/ Feminismo
E04	Epidemiologia	Epidemiologia	Epidemiologia de doenças infecciosas
E05	Estatística aplicada - Planejamento e Avaliação	APS e Planejamento, Relações Etnicos Raciais	Avaliação de Serviços e Políticas
E06	Análise Comparada de Políticas de Saúde	Políticas públicas, Clima e Saúde	Saúde Pública, Saúde Ambiental e Vigilância
E07	Saneamento e Saúde Ambiental; Biossegurança e a saúde pública; Biologia Molecular e o diagnóstico clínico e ambiental	Saúde Ambiental e Saneamento	Saneamento, Saúde Pública e Ambiental, Microbiologia Aplicada, Genética e Biossegurança
E08	Metodologia Epidemiológica	Doenças Infecciosas	HIV/Aids; Hanseníase; Arboviroses; COVID-19
E09	Saúde integral da mulher; feminismo e saúde, organização da atenção à saúde, políticas públicas e gestão, violência contra a mulher.	Políticas públicas de saúde	Saúde coletiva, políticas públicas de saúde, gestão de serviços de saúde, redes de atenção, saúde da mulher, COVID-19
E10	Seminário I, Gênero e Saúde	Saúde e Gênero	Sexualidade, Aids, Gênero, Juventude
E11	Saúde, Gênero/Sexualidades, Raça e Classe	Saúde, Interseccionalidade e Direitos Humanos	Racismo, Interseccionalidade, Saúde, Gênero/Sexualidades e Classe
E12	Filosofia da Ciência e Epidemiologia	Epidemiologia de doenças e agravos à saúde da população humana	Epidemiologia e Medicina Interna
E13	Leitura crítica	prevenção cardiovascular na infância	epidemiologia, cardiologia preventiva, pediatria, educação em saúde

E14	Antropologia da Saúde	Antropologia e políticas sociais	Antropologia médica
E15	Implementação de políticas públicas	Políticas Públicas	Políticas públicas
E16	no momento, nenhuma	Pesquisa Clínica e Política Pública em DIP	Pesquisa clínica, doenças negligenciadas

Elaboração própria (2024)

É perceptível como as entrevistadas mantêm relação indivisível com as políticas públicas, principalmente no que se refere às diversas temáticas que estruturam a política de saúde (em azul) e no entrelaçamento interseccional com as questões de gênero e saúde das mulheres (laranja). Fatores que também estão imbricados com o objetivo e atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas.

5.5. Experiências Narradas, Análise de Conjuntura e Perspectivas Futuras: Mulheres, Saúde, Ciência e Políticas Públicas

5.5.1. Desigualdade de gênero e saúde das mulheres a partir de uma perspectiva interseccional

Vivemos direta e indiretamente a desigualdade de gênero, até por ser algo imbricado nas relações estabelecidas, porém, nem sempre paramos para pensar diretamente sobre este assunto; às vezes, alguns estímulos precisam ser demandados, seja uma vivência pessoal, presenciar alguma situação ou indignar-se com alguma notícia. Enfim, posicionamo-nos a partir de estímulos, a partir do lugar que ocupamos socialmente, de nossa formação (pessoal, social, política, profissional etc.) e tais fatores incidem na forma como nos posicionamos, resistimos e contestamos⁴⁹ violações de direitos.

Dessa forma, ao considerarmos que as integrantes deste estudo não são mulheres universais que representam todas as mulheres, até pelo fato de que essa mulher universal não existe; mas mulheres cientistas que atuam na produção do conhecimento ou na gestão de instituições de ensino e pesquisa. Assim, quando estimuladas a discorrer sobre suas percepções

⁴⁹ Ratificando, para Norberto Bobbio (2004), em seu livro “A era dos direitos”, no capítulo sobre resistência à opressão, o ato de resistir às opressões relaciona-se com a explosão de movimentos contestatórios. Considera a resistência como um comportamento que tende a romper com a ordem social instituída e/ou imposta e a contestação se refere à atitude crítica, questionadora; ambas, complementam-se como meio para os fins dos movimentos sociais.

em relação à desigualdade de gênero e seu impacto na vida e saúde das mulheres, antes da colocação de qualquer situação e/ou experiência direta e prática, identificamos como apresentam a necessidade de conceituar de forma teórica e analítica gênero e suas interconexões sociais na produção e reprodução de desigualdades

Desta feita, partimos do pressuposto de que

O gênero é a forma como a sociedade se estrutura, sendo um marcador social que estrutura as relações e atravessa, portanto, todas as relações sociais que a gente estabelece, desde as mais íntimas até as mais públicas. O gênero está em tudo. E, aí, o gênero em si está em tudo, mas a desigualdade, ela tem uma variação aí, que existem relações mais ou menos desigual (E02).

Com abordagens mais amplas sobre a definição de gênero que relaciona representação sexual, práticas sociais, processos históricos (Louro, 1997), desigualdades estruturais em meio a injustiças materiais e simbólicas (Fraser, 2003) e considerando o quão é incoerente com essa pluralidade o estabelecimento de papéis de gênero (Adchie, 2017); ser mulher é (sobre)viver em uma sociedade estruturada por um sistema ou sistemas que as oprime, “*indiscutivelmente, a gente tem um sistema patriarcal no Brasil*” (E14), “*a gente tem um sexismo estrutural, então, é difícil ser mulher no mundo, é difícil ser mulher no Brasil com as suas especificidades*” (E06).

Além disso, é necessário evidenciar e ratificar, continuamente e cotidianamente, que “*não existe a mulher como categoria universal e fixa, mas várias e diferentes mulheres, que aprendem a ser, pensar, agir e se reconhecer de determinado jeito de acordo com os contextos sociais, culturais e históricos em que estão inseridas*” (Silva; Ribeiro, 2014, p. 464). Assim, cada uma enfrenta condições específicas, de forma desigual; tanto os números como os relatos que são objetos de estudo representam as desigualdades existentes.

O patriarcado aponta as relações de gênero com base em uma estrutura desigual, hierarquizantes, opressoras e exploratórias, que determinam socialmente ideias e culturas sobre: sexo, sexualidade, heteronormatividade, monogamia, controle e subjetividade dos corpos, divisão tanto sexual quanto racial do trabalho e violências contra a mulher de gênero em suas diversas formas (Cisne; Santos, 2018). Dessa forma, ainda sobre processos socialmente estruturantes,

Toda ideologia tem uma base material. Logo, o racismo e o patriarcado não nasceram no campo das ideias, mas são historicamente construídos e decorrentes de relações materiais de exploração e opressão. Em síntese, as classes sociais, a propriedade privada e a forma mercadoria estruturam o capitalismo, as relações sociais de sexo, o patriarcado e as relações sociais de raça, o racismo. Essas três relações sociais, por

serem permeadas pela exploração de força de trabalho, são estruturantes da totalidade da vida social, do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista (Cisne; Santos, 2018, p. 76).

É nesse sistema de dominação/exploração que certos preconceitos e investidas conservadoras foram/são fortalecidos em meio a vida social (Saffioti, 2004; 2013). Chama-nos atenção para uma análise sobre a busca por paridade e sua importância; pois é imprescindível para a mudança de *status quo* da sociedade, mas demanda considerar que é um passo nesse processo e precisamos ir além e nos atentarmos para quem ocupa esses espaços, o que é defendido e se mesmo alcançada não reproduz as desigualdades tão questionadas.

O que eu não gosto quando o pessoal fala “a mulher ela tem que estar onde ela quiser”, eu acho isso meio estranho, porque ela pode estar querendo um lugar que a gente não gostaria que ela devesse querer estar, como é esse lugar de replicar o patriarcado (E03).

Particularmente que é a nossa realidade nordestina e ainda mais a realidade nordestina da minha origem que é sertaneja, eu sou do semiárido, essa questão é histórica e eu acho que ela persiste não só na disponibilidade nem na ocupação de cargos, porque às vezes as pessoas ficam muito preocupadas de ter paridade em tudo. Sim, tem que ter paridade, é importante ter paridade, mas às vezes a paridade não é a coisa mais, digamos assim, mais gritante. O que reflete essa desigualdade de gênero? A desigualdade de gênero está refletida no cotidiano, inclusive, no modo de operar a questão da família, no modo de operar a questão das profissões (E14).

A busca pela paridade passa por espaços hostis onde a violência é mecanismo para fragilizar, dificultar e excluir; espaços nos quais movimentos feministas e de mulheres resistiram na busca por avanços jurídicos, legais e políticas públicas e que despertam a ideia de que a ocupação de mulheres em determinados espaços não é apenas quantitativa, mas qualitativa (Pinto, 2021). A presença não apenas de vozes, mas de práticas conservadoras implicam retrocessos para políticas públicas de gênero, mesmo que o Estado seja recinto estratégico de disputa e os processos democráticos como caminhos para determinadas visões conservadoras, autoritárias e discriminatórias (Sanchez, 2017; Moreno; Pio, 2020; Biroli, 2020); pois,

Muitas mulheres que se elegem para cargos no Brasil não assumem posturas na defesa da vida das mulheres, das pautas que historicamente lhe são caras e muitas vezes se elegem para defenderem projetos conservadores. É necessário que haja sintonia entre movimentos progressistas de defesa das mulheres e as mulheres que ocupam lugares de representação (Pinto, 2021, p. 20-21).

Por certo, é relevante mantermo-nos conscientes de que “apesar dos pequenos passos que a sociedade brasileira tem dado em direção à proteção da mulher e superação de desigualdades nas últimas décadas, o pensamento coletivo brasileiro ainda encontra-se moldado por padrões machistas e sexistas profundamente enraizados” (Ferrari, 2022, p. 27). Por estruturar e atravessar as relações estabelecidas, em todos os âmbitos possíveis, a desigualdade de gênero afeta a vida das mulheres bem como a sociedade como um todo; são violências, intrinsecamente, relacionadas desde a ausência (Saffioti, 2004) ao uso e ao abuso do poder para reproduzir a desigualdade de gênero e dar continuidade a um sistema opressor e violento, patriarcal e sexista, que subjuga as mulheres, como já mencionado.

Se a pessoa não tiver uma doença física grave acometendo, é uma das principais coisas que afetam a mulher. A desigualdade de gênero é uma coisa monstruosa. O sufoco, toda a responsabilidade fica para a mulher [...]. Então, eu acho que primeiro fisicamente, muitos homens usam a força maior que tem e agridem a mulher e depois psicologicamente e socialmente (E08).

A exposição como mulher, a violência, o risco, a saúde mental, a percepção do risco, a percepção da violência; eu acho que isso está na minha e acho que está na vida de todas as mulheres que eu conheço. Eu não conheço nenhuma mulher que não tenha vivenciado em algum momento algum tipo de violência de gênero. Seja um abuso no transporte público ou uma violência, um discurso violento, uma pressão psicológica por gênero. Então, não conheço, desconheço qualquer mulher que não tenha passado por isso. Conheço mulheres que sofreram violência obstétrica, violência, de alguma maneira, nos serviços de saúde ao buscar atendimento. (E06).

As diferentes e diversas violências – física, sexual, psíquica e/ou psicológica, financeira e/ou patrimonial e moral - que incidem contra as mulheres têm base na condição necessária e suficiente de “ser mulher”, nos papéis que são atribuídos aos gêneros. Apesar de o lar representar o local de violência de quase metade das vítimas em questão e que de forma geral, “é um tipo de agressão que ultrapassa a pessoa da vítima, afetando toda a composição da família, e atingindo principalmente os filhos da mulher agredida” (Ferrari, 2022, p. 31), bem como, de diferentes formas, o contexto familiar e demais relações à sua volta.

Não é uma questão de senso comum, mas também teoricamente, no uso do conhecimento científico, a forma como o poder é utilizado para controle das mulheres é peculiar

A Hannah Arendt, ela diz que, diferente do que as pessoas pensam, que a violência acontece porque o homem tem mais poder, ela vai dizendo que é a falta de poder que faz com que a violência aconteça. Ou seja, quando a mulher percebe que pode ter um outro lugar e se posiciona buscando esse outro lugar, a violência masculina, nesse caso, ela vem quase como uma coisa educacional e corretiva, de voltar ao seu lugar. Então, é exatamente a perspectiva de não tirar desse lugar de submissão que faz com

que alguns, a questão do feminicídio, a questão do mando e tudo mais que a gente tem visto. Isso faz diferença na vida das mulheres (E09).

De fato, para Hannah Arendt, a violência se manifesta frente à ausência de poder, pois, “politicamente, o ponto é que com a perda do poder, torna-se uma tentação substituí-lo pela violência” (Arendt, 1969, p. 43). Assim, como a percepção da possibilidade de ocupar outros lugares e espaços por parte das mulheres tem o potencial de despertar a violência contra elas e manter a desigualdade de gênero e vulnerabilidades que se materializam de forma distintas (Okin, 1989).

Com isso, sendo o poder um problema adquirido, conservado, perdido, exercido e defendido (Bobbio, 2004) que influi na organização e produção social, regulando preferências e possibilidades, ampliando (ou não) horizontes; corroboramos com o fato da existência de barreiras distintas para o exercício da autonomia de homens e mulheres, independente da explícita restrição de liberdade, da coerção ou do controle direto dos homens em relação às mulheres (Biroli, 2013).

Tal fato, a depender da forma como ocorre, carregado por múltiplas violências (físicas, psicológicas, morais, patrimoniais, institucionais etc.), como já posto, pode fazer com que o alcance da paridade nos espaços sociais e institucionais não seja suficiente para mudanças expressivas. Isso pode estar relacionado à naturalização, mesmo que não intencional, dessa desigualdade por parte das mulheres, seja por uma ausência de perspectiva que considere a coletividade e/ou outros fatores.

Naturalizar desigualdades e violências é parte da reprodução e manutenção de sistemas sociais que classifica e oprime mulheres e outros grupos vulnerabilizados (Mauro, 2018; Furlan, Raiol, 2023). Sistemas que funcionam a partir de uma dinâmica que coaduna controle e medo (Saffioti, 2004), barrando o exercício de direitos e cidadania (Furlan, Raiol, 2023). A naturalização que torna comum situações de violência contra as mulheres; bem como as ocorrências em que percebem essa naturalização nas ações de terceiros, além do reforço de determinados papéis atribuídos às mulheres, reverberam incômodos como

Essa desigualdade de gênero está presente com a anuência das mulheres, infelizmente. Infelizmente, eu digo, não culpando elas como sendo [...], mas porque aqui a gente tem o coronelismo muito forte, então, às vezes, você conversa com elas, você percebe que elas não concordam, que sofrem, que não são satisfeitas com essa situação, mas não tem outro jeito, como elas mesmas dizem, não tem outra solução para a vida, não enxergam outra solução para vida. Então, é nesse sentido que eu percebo, é praticamente em todos os setores, no trabalho, no dia a dia, em tudo (E03).

Nós passarmos a adotar, claro, a ocuparmos esses espaços, são fundamentais, mas nós não nos descomprimos das obrigações domésticas, por exemplo, [...] nós

adicionamos muitas funções para garantirmos essa igualdade de gênero. E isso tem tradução na saúde, óbvio, vai ter mais mulher hipertensa, vai ter mais mulher sofrendo com transtornos de sono, maior obesidade, isso tem reflexo, sim, na saúde como um todo da mulher (E12).

A manutenção e naturalização das violências decorrentes da desigualdade de gênero têm base na ausência e/ou regulação de poder e direitos das mulheres que não são ouvidas, bem como invisibilizadas em seu cotidiano.

Os marcadores de gênero em diversas situações do cotidiano, o tratamento para homens e mulheres é diferente, essa diferença se faz presente desde a separação de cor, brincadeiras, vestuário, até situações como humor e publicidade machista, invisibilização da violência de gênero, estupro, abuso psicológico, ameaça, agressão física, culpabilização, humilhação, chantagem emocional etc. (Fernandes; Natividade, 2018, p. 04).

É fundamental pensar que, considerar esses marcadores é imprescindível, não restrito a uma área de estudo ou localização geográfica específica, considerá-los implica resultados que também levarão em conta mulheres; bem como potencial de impactar negativamente suas vidas e de toda a sociedade, caso essa invisibilidade seja perpetuada. Pois, o contato com os produtos e serviços que resultam de estudos em área como saúde e biomedicina, doenças cardíacas, osteoporose, genética, sexo, células-tronco, envelhecimento, demografia e áreas afins impactam a saúde das mulheres. Estamos falando de diagnósticos, medicamentos, hormônios, automóveis e produtos e dados sobre segurança no trânsito, tecnologias, condições sociais, políticas, econômicas e culturais que impactam na criação de políticas públicas para mulheres e no combate a violência de gênero e outras demandas (Queiroz, 2020).

Reforçar papéis tradicionais é negar cuidado e saúde, é negar a vida às mulheres em todos os aspectos, como corroborado por Queiroz (2020); ao tempo que desconsidera seus projetos de vida (Leta, 2013; Montenegro, 2018), imputando-lhes capacidades sociais para

Dar à luz e criar crianças, cuidar de amigos e familiares, manter lares e comunidades mais amplas e, de modo mais geral, sustentar conexões. Historicamente, esses processos de “reprodução social” foram e continuam a ser representados como trabalho das mulheres, embora também os homens sempre tenham desempenhado uma parte dele. Tal trabalho, constituído tanto de labor afetivo como de labor material e frequentemente realizado sem paga, é indispensável para a sociedade. Sem ele, não poderia haver qualquer cultura, qualquer economia, qualquer organização política. Nenhuma sociedade que mine a reprodução social de modo sistemático pode durar por muito tempo (FRASER, 2020, 261-262).

Inclusive, a recusa desses papéis, que geram adoecimento em decorrência da sobrecarga do cuidado, é utilizado como argumento na tentativa de legitimar e/ou justificar violências e a subordinação das mulheres (Machado, 2014). Desnaturalizar comportamentos demanda quebra de tabus, principalmente, no que se refere a condutas opressoras e violentas. Neste caso, combater violências não é uma luta apenas das mulheres, mas da sociedade, frente à necessidade de repensar suas relações (Fernandes; Natividade, 2018). Portanto, também, consideramos que as falhas do Estado no processo de proteção social impedem que mulheres visualizem alternativas para suas vidas; pois, a emergência de políticas públicas adequadas para mulheres demanda a conexão de sistemas efetivos e que garantam proteção social e jurídica, o que as tornam ainda mais fundamentais as intervenções estatais (Matos; Andrade, 2021). E esses sistemas, também, devem evitar vieses moralistas na abordagem de políticas públicas de gênero, a fim de evitar o risco de sobrecarga, controle e regulação sobre os corpos e desejos das mulheres e o reforço de papéis tradicionais (Biroli; Quintela, 2021).

Contudo, a ausência de alternativa e a desconsideração de seus projetos de vida reforçam papéis de gênero instituídos por meio da construção social do que é ser e do que se espera das mulheres. Há uma expectativa de “*aconchego*” oriundo de uma “*vocação de cuidadora por natureza socialmente construída*” (E12), até mesmo em situações em que mulheres assumem cargos de alto escalão na gestão pública

Nós já estamos observando isso nos ministérios, a presença feminina nos cargos mais altos do escalão do governo, né? Eu acho que isso é um indicativo de que é possível, realmente, nós fazermos mudança e, efetivamente, a mulher com um papel histórico e biológico, digamos assim, de mais *aconchego* mesmo, eu traduziria como isso, a mulher tem uma *vocação cuidadora por natureza socialmente construída*, não resta a menor dúvida (E12).

Gina Rippon (2021) ao desafiar o mito científico, que divulga e perpetua conceitos e pré-conceito científicos errôneos sobre a diferença biológica entre homens e mulheres, com evidências, aponta que nossos cérebros se adaptam ao longo da vida e que as diferenças entre gêneros são edificadas socialmente.

Contudo, em decorrência dessa estrutura social cerceadora, mesmo sem comprovação científica da relação entre biologia e cuidado, no que se refere às mulheres; por vezes, “parecem ser recorrentes no senso comum sobre o verdadeiro papel das mulheres na política, [ser] o de tornar os espaços do poder menos áridos, menos cruéis e mais dignos” (Grossi; Miguel, 2001, p. 189). Dessa forma, a atuação no campo político precisa refletir “restrições e limitações”

(Biroli, 2018, p. 165), é importante a presença de mulheres na política, há avanços e conquistas, mas ser mulher na política não é suficiente, pois demanda questionamento contínuo de quais mulheres e interesses estão sendo defendidos (Sanchez, 2017; Mauro; Pio, 2020; Biroli, 2020; Pinto, 2021).

Assim, retomando a referida dinâmica relacional entre controle e medo (Saffioti, 2004), esses se ajustam a fim de “assegurar condições de exploração, de opressão, de violação de direitos, violência..., o que demanda a construção de ideologias que naturalizam os sexos e as relações de desigualdades, além de suprimir ou desvalorizar a dimensão da diversidade humana” (Cisne; Santos, 2018, p. 45). Por ser uma questão social, política, histórica, cultural e estrutural que atravessa a formação da sociedade e das pessoas; ideias e comportamentos são reproduzidos sem intencionalidade, o que acaba por demandar uma autoanálise contínua; bem como seu impacto na vida das mulheres.

Logo, consideramos que a desigualdade de gênero é uma questão de vida e saúde para as mulheres, com repercussões diretas e indiretas e possibilidades de análises

São duas grandes linhas para a gente pensar a desigualdade de gênero e como ela afeta a saúde das mulheres. Uma olhando efetivamente para a atenção dada a essas mulheres naquelas políticas que já existem, com relação a acesso e a qualidade também, e uma outra com relação, que é o passo anterior, com relação à própria formulação de políticas pensadas para mulheres (E15).

Sobre a “primeira grande linha” (E15), há ponderações no âmbito da saúde materno-infantil, sobre “*uma série de violências que as mulheres sofrem, desde o acesso, por exemplo, ao pré-natal de qualidade, a atenção ao parto e ao nascimento que seja humanizada e que respeite essa mulher como um todo, o próprio puerpério como é que é tratado*” (E02). Isso de modo mais amplo, já em uma conjuntura específica, também sobre saúde sexual e reprodutiva, sobre o descaso com a Política Nacional de Atenção à Saúde Integral das Mulheres (PNAISM)⁵⁰ no Governo Bolsonaro (2018-2022)⁵¹

⁵⁰ Lançada em 2004, a Política Nacional de Atenção à Saúde Integral das Mulheres (PNAISM) tem compromisso com ações de saúde que contribuam para a garantia de direitos humanos das mulheres e redução da morbimortalidade por causas que possam ser prevenidas e evitadas. Incorpora, num enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores, consolidando avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, melhoria da atenção obstétrica, planejamento familiar, abortamento e violência contra às mulheres. Também, busca inclusão de grupos historicamente negligenciados pelas políticas públicas. Para informações detalhadas acessar https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf.

⁵¹ Financeiramente, “os retrocessos das medidas governamentais que interdita a garantia de direitos das mulheres, em particular pela garantia de políticas e programas sociais que assegurem os direitos e a saúde sexual e reprodutiva”. A austeridade política corrobora com o (des)financiamento das políticas públicas e, também, com o fato de como os direitos sexuais e reprodutivos não foram prioridade; não apenas para o Governo Bolsonaro (2018-2022), mas também por seu antecessor (Temer 2016-2018) (Peixoto; Salvador; Biancherri, 2023, p.34).

O acesso à contracepção ficou, extremamente, comprometido para essas mulheres que acessavam esse direito através do SUS [...]. Quando a gente pensa na saúde reprodutiva tem um impacto muito direto na gravidez indesejada e, portanto, no acesso à educação e ao mercado de trabalho [...], inúmeros estudos comprovam e indicam que a maternidade compulsória é um fator de empobrecimento das mulheres” (E02).

Logo, o não acesso a métodos contraceptivos, além do risco de adoecimento por Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gera problemas relacionados à atraso no pré-natal, agravo da saúde da gestante, parto prematuro, pré-eclâmpsia, hemorragia pós-parto, morbidade e mortalidade materna, evasão escolar, discriminação no emprego, agravo de conjunturas socioeconômicas, violência doméstica, perda da autonomia, impacto na saúde mental (depressão, etc.) e bem-estar (físico e psicológico), aborto inseguro; bem como taxas negativas de amamentação, desnutrição e atraso no crescimento, desvantagem vacinal com impacto no adoecimento e cuidado curativo, morte neonatal, etc. (UNFPA, 2022).

Por certo, a negação de direitos sexuais e reprodutivos prejudica o progresso socioeconômico e limita o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas; já o acesso a esses direitos melhora o bem-estar de meninas e mulheres, mas também de suas famílias e da sociedade como um todo (UNFPA, 2018). É preciso atenção e olhar para além dos estereótipos preconceituosas, dos vieses moralistas e considerar que as problemáticas acima mencionadas são questões humanitárias (UNFPA, 2022) e que demandam o acesso à saúde, à educação, à proteção social a demais direitos humanos e fundamentais básicos.

Pois negar tais direitos integra um problema estruturado e materializado enquanto violência de gênero; violência essa que é considerada uma barreira para que meninas e mulheres acessem direitos sexuais e reprodutivos (UNFPA, 2019), mas também para além desses, estruturando assim um ciclo de violências perpetuado pela desigualdade de gênero e suas intersecções.

Essa reflexão está associada a uma concepção amplificada de saúde, não restrita ao adoecimento, ao processo curativo; traz a importância do acesso à saúde, mas também a outras políticas públicas que permitam a garantia de direitos e ampliem o potencial de prevenir e promover saúde de forma coletiva; seja para população em geral, para populações vulnerabilizadas e específicas, bem como mais diretamente para as mulheres que integram tais grupos.

A gente já tem um bom acúmulo de estudo, tanto do campo da saúde coletiva quanto da antropologia, porque eu sou antropóloga, que evidenciam que os cortes de gênero e raça, eles afetam tanto o acesso dessa população indígena e negra aos serviços de saúde, acesso dessa população ao mercado de trabalho, à educação, ao lazer, como também eles afetam a qualidade de vida deles, aquilo que vem antes de um problema

de saúde, que são as condições de moradia, condições de saneamento básico, disponibilidade de um meio ambiente adequado para você desenvolver as suas práticas cotidianas da vida. Então, afetam todas as dimensões de uma vida, desde as preventivas até as curativas (E14).

Assim, retomando a “segunda grade linha” (E15) para se pensar o impacto da saúde na vida das mulheres, sobre políticas públicas pensadas e formuladas para mulheres; na verdade, seja referente a políticas já existentes e mais gerais (linha 1) ou específicas (linha 2), faz-se necessário ir além da percepção desse impacto e das problemáticas causadas. Assim, consideramos políticas públicas de gênero aquelas

Políticas sociais que incorporam a questão de gênero, o que pode ocorrer com políticas voltadas exclusivamente para as mulheres, ou com políticas mais gerais que incluem as mulheres como beneficiárias em potencial, como é o caso de algumas políticas de combate à pobreza [...] ou pode ser um modelo no qual as mulheres são além de beneficiárias, formuladoras e executoras, ou seja, assumem um papel de sujeito no processo de formulação e implementação (Nascimento, 2016, p. 319).

É nessa discussão, ainda, que se destaca a relevância do olhar de gênero e das consequências de sua não execução como “*uma diminuição mesmo de possibilidades, de qualidade de vida, de oferta de cuidado, de uma vida de um jeito mais equânime, com mais igualdade em relação às relações*” (E10). É na relação com a integralidade do cuidado com a saúde das mulheres e das discrepâncias entre formulações e práticas profissionais em relação à uma implementação adequada e em concordância com o conceito de gênero é como se dá a materialização do olhar de gênero (Batista, 2017).

É preciso atenção ao fato de que

A Saúde Coletiva é um campo permeado por diversos movimentos sociais que buscam criticar as desigualdades e o tecnicismo biomédico, muitos estudos aderem à essa perspectiva ético-política em suas pesquisas e formulações. Mas, nem sempre tal adesão vem acompanhada de uma apropriação conceitual quanto aos objetos pesquisados. Assim, muitas das produções, de algum modo aderem aos lemas dos movimentos sociais que lutam por questões de gênero, mas poucos fazem uso do termo gênero como um conceito ou adotam um olhar para com os estudos ou intervenções (Batista, 2017, p. 60).

Por certo, a existência do olhar de gênero (Batista, 2017) em políticas públicas de gênero (Nascimento, 2016) está no fortalecimento do ir além da perspectiva, além da identificação do problema, mas no agir sobre ele, na estruturação de políticas que considerem e intervenham de forma efetiva nesses processos e na perspectiva de reparação das desigualdades, portanto, com foco em justiça social e equidade.

É relevante pontuar que as consequências decorrentes do impacto da desigualdade de gênero, apesar de afetar primordialmente à saúde das mulheres, os homens também podem ser impactados negativamente pelo machismo e patriarcado em uma sociedade que utiliza de papéis de gênero como forma de subalternização das mulheres. Por conseguinte, *“eles acabam se cuidando menos, por causa do emprego, por causa dessa responsabilidade de ele que tem que ser o provedor da casa, que coloca isso para ele muito fortemente. Então, acaba que os homens acabam tendo menos oportunidades de marcar consultas no sistema único”* (E07).

De fato, há uma relação na forma como as pessoas são socializadas e desenvolvem seus papéis de gênero com a forma tanto como cuidam de sua saúde como na forma como o sistema de saúde se organiza para os atender considerando suas necessidades. Pois, é considerando a intersecção de opressões (Collins; Bilgen, 2020) que mulheres estão mais propensas à prevenção e homens a cuidar depois da doença já manifesta, isso se refere a aspectos socioeconômicos e culturais relacionados ao autocuidado e que demandam serviços atentos para que não reproduzam uma divisão tradicional de gênero que implica prejuízos à saúde do homem (Coutinho *et al.*, 2014; Rocha *et al.*, 2020; Pereira *et al.*, 2021). São questões como essas, que em casos como o câncer de próstata, atrasam o diagnóstico e conseqüentemente aumentam o risco de morte (Pereira *et al.*, 2021).

Assim, mesmo frente a condições e situações díspares, a reprodução de uma estrutura desigual na questão de gênero, afeta as mulheres, mas também os homens e as demais identidades de gênero existentes. Pois, faz-se necessário e indispensável considerar a existência da diversidade social, cultural, sexual e de gênero; também, negar uma hegemonia universal validada como “normal” ou “correta”; para assim ofertar *“uma atenção menos massificada, estigmatizada e mais respeitosa com as diferenças”* que integram a saúde das pessoas em suas variadas identidades, expressões políticas e culturais e projetos de vida (Tagliamento, 2015, p. 74).

Considerando uma perspectiva interseccional e frente à pluralidade das mulheres que integram a sociedade, as mulheridades (Hooks, 2020; Nascimento, 2021) que são performadas nos mais distintos espaços, e as diferenças apresentadas pelas entrevistadas até aqui; tudo aponta e reforça para a relevância de uma perspectiva interseccional.

Essa questão de gênero tem que ser pensada a partir desse conceito que tem circulado cada vez mais, que é a questão da interseccionalidade. Só o gênero por si não é suficiente, a gente tem que pensar a questão gênero, raça, etnia, classe social. Porque a gente sabe que existem mulheres brancas de classe social, uma boa classe social, que tem acesso a serviços de saúde fundamentais que mulheres indígenas e negras não têm. As desigualdades em saúde, elas não são apenas desigualdades cortadas pela

questão do gênero. [...] Se falarmos somente de gênero em termos restritos, a gente deixa de reconhecer a complexidade social que envolve a vida das mulheres. (E14).

A complexidade social demanda visões atentas às opressões que se interseccionam e de como “*as experiências ou as vivências das mulheridades dentro de uma sociedade colonial, racista, cis, hétero, patriarcal, capitalista, traz muitos desafios e muitos sofrimentos*” (E11), ainda acrescidos ao etarismo, à xenofobia e especificidades regionais e étnicas, à condição das mulheres com deficiência. Assim,

Relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana..., a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2020, p. 16).

Logo, a interseccionalidade, ao reconhecer que “*a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social*” que emerge, desenvolve-se e se propaga por meio de interações de categorias de poder também desiguais (Collins; Bilge, 2020, p. 45).

Ou seja, sabendo que não há uma mulher universal, mas mulheres (Silva; Ribeiro, 2014; Hooks, 2020; Nascimento, 2021); sabendo ainda que mulheres são um dos grupos vulnerabilizados (Mauro, 2018; Furlan, Raiol, 2023, é fato que a experiência de cada mulher é carregada de particularidade considerando as intersecções que incidem sobre sua/suas experiência/experiências social/sociais, estando diretamente associada à sua qualidade de vida e saúde.

5.5.2. Experiências Pessoais com a desigualdade de gênero: borrando fronteiras entre o público e o privado

Um problema estrutural como a desigualdade de gênero tanto é percebido, como observado no tópico anterior, quanto vivido e experienciado pelas mulheres em situações diversas ao longo de sua vida; mas, principalmente, no que se refere às relações estabelecidas no âmbito familiar. São manifestações que caracterizam situações de violência (em suas múltiplas manifestações) decorrentes da imposição de papéis de gênero e das condições das várias formas de ser mulher (Louro, 1997; Silva; Ribeiro, 2014; Adchie, 2017; Hooks, 2020; Nascimento, 2021).

A sociedade, ainda, considera papéis sociais determinados ou direcionados para homens e mulheres nas relações que estabelecem, sempre no intuito de moldar os sujeitos com base no que essa sociedade machista, sexista, patriarcal e heteronormativa espera. Essa situação impositiva foi e vem sendo reproduzida por gerações, inclusive, cobranças como: *“essa questão da menina que tem que namorar, noivar, casar”* ou *“ah, você é insuportável, você vai acabar sozinha, porque não é assim que o mundo funciona”* (E03) ou que *“para algumas pessoas, era inaceitável, o fato de ele [o esposo] sair do emprego para me acompanhar, coisa que quando é ao contrário, que o homem tem algum tipo de promoção no trabalho e tal, geralmente as mulheres fazem essa movimentação”* (E01).

Dessa forma, questionar sobre *“que mulher que não passou por alguma experiência de desigualdade de gênero? De discriminação, na vida privada, né. Desde a infância a gente passa por uma série de situações, então, já passei por várias, assim, na vida privada, familiar”* (E02); é uma reflexão pertinente, pois a violência decorrente da desigualdade de gênero ela tem um potencial de perpetuação mesmo diante de tentativas de evitá-la, como *“o meu pai chamava muita atenção para não admitir violência; e apesar disso, eu tive irmã que sofreu violência física. Eu tive uma irmã que sofreu violência emocional, financeira. E quando eu me casei, só eu fazia as coisas de casa e eu reclamava muito”* (E08).

É preciso ponderar que

Nem todas as mulheres encontram-se na mesma situação de desvantagem em razão do gênero feminino. Isso porque conforme sejam brancas ou negras, ricas ou pobres, deficientes ou não, as consequências do desequilíbrio de forças entre homens e mulheres serão mais ou menos leve e repercutirão de maneiras diferentes sobre cada uma delas (Nogueira, 2020, p. 87)

Logo, também, há narrativas distintas, a exemplo da não percepção ou limitação dessa percepção ou que reconhecem, mas não consideram traumática

A gente sabe que a nossa sociedade, ela tem uma história de preconceito de gênero, e preconceito de raça, e preconceito de etnia. Então, eu tanto já presenciei discussões ou piadas, muitas vezes em formas de piadinhas, que desvalorizam o papel, o que se imagina que seria o papel dessa mulher, como o que se imagina e o que seria o papel de um indígena ou de uma pessoa negra. Meu marido é uma pessoa que me ajuda muito, é um companheiro, a gente trabalha junto em casa, no trabalho, ele também é antropólogo, então, pessoalmente eu realmente não vivo nisso, mas eu presencio que a nossa sociedade é uma sociedade fundamentada no paternalismo, no racismo (E14). Na minha vida particular, eu acabo não percebendo isso; porque como eu sou sozinha, eu que resolvo as minhas coisas e na família sempre tive uma parceria muito forte com a minha mãe; então, a gente... Então, implicitamente, as coisas eram resolvidas por nós mesmas; não tinha essa coisa de o meu pai ou de um outro homem impondo, deixando, delegando tarefas para nós. Era uma questão de nós mesmas tocarmos as questões que iam surgindo (E05).

Eu sempre estive em condições que eu não fui tão exposta, ou eu em algumas vezes enfrentei com muita firmeza e mesmo que tenha surgido alguma questão sexista, ela não se impôs, não tenho uma situação de trauma, de assédio que eu tenha vivido eu fiquei meio preservada durante a vida (E16).

A experiência de cada mulher é influenciada e se expressa “partir de marcadores socialmente construídos, que oprimem e criam papéis de subalternização para as mulheres”, o que corrobora com “a diversidade do ser mulher e das sobreposições de formas de opressão. Tais como classe, raça, geração, religião, nível de escolaridade, orientação sexual, dentre outra” (Pimenta, 2019, p. 139). Isso se refere à interseccionalidade que atravessa mulheridades em meio a privilégios e opressões distintas, mas não necessariamente isoladas (Collins; Bilge, 2020; Akotirene, 2019; Silva; Ribeiro, 2014; Hooks, 2020; Nascimento, 2021)

Muitas questões atravessam as mulheres em suas experiências com a desigualdade de gênero, da esfera pessoal à esfera pública; a exemplo da relação entre trabalho remunerado e a maternidade, que costuma articular ambas esferas, além de outras questões que demonstram o quão “o pessoal é político”, é público, merece atenção, respeito e garantia de proteção e direitos. Dessa forma, sendo a maternidade um ponto de debate imprescindível, considerando que reproduzir vida é reproduzir força de trabalho futura, portanto, uma “responsabilidade que não pode ficar unicamente sobre os ombros das mulheres” (Salvagni et al, 2023, p. 36); também, é uma demanda que emerge de forma recorrente na pesquisa e/ou requisitada diretamente, a exemplo: “*e você coloque essa questão da dimensão da maternidade, também, na sua pesquisa, porque ela aparece para mim muito forte*” (E01)⁵².

Pois, de forma imprescindível, o ambiente sociofamiliar ainda demanda mais das mulheres, principalmente, em relação ao cuidado dos filhos:

Eu tenho dois filhos. E com os filhos, mesmo quando a gente tem toda uma carreira, uma atividade profissional e ainda uniões, que eu vou dizer, muito mais igualitárias do que talvez a maioria das mulheres da população, mesmo assim, essas questões pesam muito. Porque o cuidado, a responsabilização acaba ficando muito mais sobre a mulher do que sobre o homem. E eu acho que isso aconteceu comigo também, com crianças pequenas (E10).

A dificuldade que eu tinha para poder estudar e cuidar de uma criança, enfim, é muito esforço, né? Hoje, quando eu olho para trás, eu digo, gente, como é que eu consegui acabar o curso sem perder nada? Tem uma questão de classe, claro que eu venho de uma classe média que pude contar com algumas possibilidades que outras mulheres talvez não poderiam (E09).

⁵² Logo na primeira entrevista, a única realizada de forma presencial, durante o Abrascão em novembro de 2022, em Salvador-Ba, a filha da entrevistada 01 esteve conosco ao longo de toda a entrevista. Sendo essa questão levantada não dada apenas pelo momento da narrativa e do encontro, mas pelo fato do impacto desde o momento que descobriu a gestação.

Nós dois somos professores, por que é que eu vou para a cozinha e você não vai? E eu ainda tenho uma deficiência física grave. Então a situação era pior. [...]. Eu me lembro pouquíssimas vezes de ser acompanhada na hora de levar a criança para o médico. Imagina, eu tinha que ir com a babá, porque eu não andava. Se eu mal ando, como eu ia carregar uma criança? Eu não ia conseguir levar uma criança para um consultório. Então, eu tinha que ter ajuda. Eu fracturei meu joelho, fiquei sem andar um mês de cama. Na época, ninguém tinha ideia. Não tinha essas coisas como era hoje. Você chega em uma loja assim, encontra dez lojas em cada esquina que aluga uma cadeira de rodas, que aluga bengala, que aluga coisas, utensílios para você poder se mobilizar. E eu não sei nem se eu conseguiria, naquela casa minha, me movimentar de cadeira de rodas. E eu fiquei de cama. Meu marido não tirou a licença nem nada. Ele era funcionário, ele podia ter tirado a licença para me ajudar; então, eu fiquei sozinha em casa, sem poder me movimentar, tomando conta de três filhos. Então, assim, olha que perigo: eu me lembro do meu filho com um ano e meio, um ano e oito meses; a gente tinha uma prateleira de bambu e uma televisão daquelas bem antigas, grandes, pesadas, com a traseira bem grande, bem grossa e ele tentando subir e a prateleira assim, balançando, a televisão quase caiu em cima dele e eu chamava outra menina que tinha cinco anos e meio, [que] não me obedecia, não vinha para tirar ele de lá. Então, assim, os filhos aprenderam a não ajudar. Então foi assim e na carreira era sempre assim. A dele era mais importante que a minha e mesmo quando a minha foi igual a dele, a dele era mais importante, o que ele fazia era mais importante. Ele fazia humilhação, me humilhava na frente dos outros. Uma vez ele falou para mim que eu não sabia; eu fui gerente do departamento, [e] ele disse que eu não sabia fazer o ofício, eu não sabia escrever o ofício. Então, era uma coisa assim. [...]. A separação eu desejei com dois anos de casada. Eu já tinha minha primeira filha, fui tendo, fui vivendo, vivendo. Aí, eu tinha que esperar meus filhos crescerem, para que eu pudesse me separar. Eu precisei fazer terapia para me separar [...]. Eu tinha uma dependência física que criou uma dependência emocional e eu fui levando (E08).

Quando materializada, a desigualdade de gênero é percebida e experienciada mesmo em situações nas quais as relações se estabelecem, aparentemente, de formas mais igualitárias, equânimes e com privilégios socioeconômicos, pois há uma “certa naturalização da maior responsabilidade feminina na esfera doméstica, o que pode gerar uma sobrecarga perigosa” (Salvagni *et al*, 2023, p. 01). Indiscutivelmente, diferentes formas de opressão interseccionam a vida das mulheres, sobrecarregam-nas, as cobranças impostas a partir de papéis de gênero agravam essas questões e geram situações como as narradas acima, que prendem mulheres, inclusive, em ciclos de violência difíceis de serem quebrados.

Pensando a condição da mulher com deficiência, Nicolau, Schraiber e Ayres (2013) apresentam uma concepção de dupla vulnerabilidade (gênero e deficiência) que envolve uma posição social menos qualificada, menos possibilidades de participação social e política, dificuldades no acesso políticas públicas (educação, saúde, trabalho regulamentado, justiça, benefícios sociais, cultura, lazer e bens sociais que possibilitem equidade de gênero e desenvolvimento humano. Contudo, as experiências narradas demonstram que a dupla vulnerabilidade não é suficiente para justificar, e que mesmo mulheres com deficiência com maior acesso a políticas públicas e direitos que favoreçam seu desenvolvimento e uma maior qualificação (social, política e econômica) ainda estão sujeitas a violências decorrentes da

desigualdade de gênero. Pois, independentemente de sua localização social, são/estão mais vulneráveis e com maiores chances de se tornarem vítimas de violência doméstica e/ou de gênero (Nogueira, 2020), mais expostas a riscos (no lar, mas não restritos a ele) que levam a violências múltiplas a exemplo de lesões, abusos, exploração, descaso, negligência, maus tratos, etc. (BRASIL, 2009; Gugel, 2019).

Por certo, pensar em maternidade e na sobrecarga de trabalho relacionada ao cuidado, também desperta a necessidade e a relevância de uma rede de apoio sociofamiliar para que essas mulheres consigam desenvolver suas atividades no que se convencionou chamar de esfera pública. Para alguns casos, esse apoio foi indispensável

Minha mãe mesmo que segura minha retaguarda, minha mãe só não está aqui com minha filha, porque minha mãe viajou a passeio; mas para eu estar subindo e descendo, dando palestra e não sei o que, é minha mãe que fica com ela (E01).

Eu tive outras oportunidades também, que durante o meu mestrado, que foi o período mais difícil também e que eu já casei e o meu companheiro é uma pessoa que me apoiou muito, nós nos apoiamos muito. Então, foi também uma oportunidade na minha vida, uma pessoa que entendia essa carreira que eu escolhi, então, isso também de ajudar com os filhos. Então, a minha experiência enquanto família foi uma experiência muito... Eu digo que é muito saudável, nesse sentido; porque a gente compartilha de forma igual a criação dos filhos, embora meu esposo também seja militar, tem que ficar em serviço, essas coisas todas e eu enquanto cientista também tenho que viajar muito. Então, um acaba apoiando o outro nesse sentido de quando precisava se ausentar de casa e de cuidar dos filhos. Então, esse entendimento, às vezes, [inaudível]... e acho que meus filhos também têm esse entendimento de que um tem que ajudar o outro na criação dos filhos, o desenrolar da casa bem, o cuidado de um com o outro (E07).

Também tive muita sorte de ter uma rede de apoio muito grande. Mesmo criando a minha filha, eu me separei cedo, assim, quando ela era pequena. Então, mesmo criando, assim, ela como separada. Mas, assim, sempre tive apoio do pai, sempre tive apoio da minha família. Então, sempre tive uma rede grande (E13).

Eu tive duas filhas, uma nasceu quando eu estava iniciando mestrado e a outra quando eu estava terminando doutorado eu tive uma depressão pós-parto desse segundo nascimento, mas na depressão eu finalizei e defendi a tese tive apoio, fui para tratamento antidepressivo e consegui, apesar desse quadro, ainda conseguir defender o doutorado no prazo. Então eu tinha muito apoio, acesso [a recursos], apoio familiar, a possibilidade financeira de pagar psicanálise, psiquiatra, tratamento, [e] eu ainda consegui terminar o doutorado no prazo (E16).

As transformações decorrentes da maternidade demandam apoio social como “ferramenta de suporte psicológico e emocional para as mães durante o puerpério” (Cardoso; Vivian, 2017, p. 01). Redes formais (cuidador formalizado como creches e contratação de serviços como babás, cuidadoras, etc.) e/ou informais (família, amigos, comunidade, etc.) são fundamentais para administração e tentativa de equilíbrio entre família, trabalho, convivência social, autocuidados e demais situações afins.

É relevante, ainda, considerar que apesar da presença das redes de apoio, a conciliação de demandas das mulheres a partir da maternidade envolve “uma redução do tempo pessoal e na prática de lazer, em função da construção de uma carreira profissional e o cuidado dos filhos” (Ferreira de Sousa *et. al.*, 2011, p. 60); bem como, tais interlocuções se diferem com base em características pessoais, familiares e profissionais, situações socioeconômicas e culturais, marcadores socialmente construídos (Ferreira de Sousa *et. al.*, 2011; Pimenta, 2019; Salvagni *et al*, 2023)

Portanto - não apenas no cuidado com os filhos no âmbito doméstico, mas no suporte em casa para que possam assumir os compromissos de trabalho, acessar os cuidados para prevenção, recuperação e promoção de sua saúde e, conseqüentemente, conseguir atingir os seus objetivos acadêmicos - o apoio sociofamiliar é basal para as mulheres. Mas também, não podemos desconsiderar o suporte público e privado, redes formais e informais e não apenas familiares; refere-se a uma (re)estruturação social em relação não apenas ao cuidado na reprodução da vida, mas às mulheres como um todo.

5.5.3. Viver é ato político: experiências políticas frente à desigualdade de gênero (e além)

A preocupação com as problemáticas sociais e a situação do *status quo* leva à busca pela sua alteração; essa preocupação se dá no cotidiano, nas experiências vividas direta e/ou indiretamente. Tem-se a ideia de que “a crescente desigualdade social do país estimula a consolidação de uma cultura muito pouco favorável a ação coletiva” (Frota, 2020, p. 51), contudo, isso não significa a não ocorrência, pois

As múltiplas faces da realidade repercutem também nos movimentos sociais, que ora aproximam-se em torno de uma grande causa ora distanciam-se em lutas específicas. Esse quadro tem nos apresentado uma multiplicidade de movimentos pelo mundo, envolvendo questões de direitos humanos, de classe, de sexo, de gênero, de etnia, de geração, ambientais, de saúde, agrárias. Essas, por sua vez, subdividem-se em tantos outros movimentos (Perrella, 2012, p. 06).

É uma multiplicidade de pautas que não necessariamente estão isoladas, mas partimos da ideia de que se intersecciona em opressões mútuas (Collins; Bilge, 2020; Akotirene, 2019). A luta por essas questões é atravessada por uma formação política que “se dá no mundo da vida, e que não se trata de uma formação escolarizada, sendo associada a diferentes processos participativos que estão intimamente ligadas às lutas por direitos historicamente negados” (Perrella, 2012, p. 01).

Para Gohn (2001), as experiências sociais têm potencial de aglutinar pessoas, de levar a organização de movimentos sócias, relacionando “ações sociais coletivas, de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam distintas formas de organização e de expressão das demandas da população” (Gohn, 2001, p. 25). E é nesse contexto de lutas por direitos negados e demandas expressas que retomamos à condição social das mulheres, de como a desigualdade de gênero atravessa suas vidas, seja em um contato direto e/ou indireto, suas experiências estão relacionadas a formas distintas de violências - não apenas de negação, mas violação de direitos.

Por certo - seja no mundo da vida, nos processos políticos e participativos e na luta por direitos e preocupação com a transformação social (Perrella, 2012) que considerando as experiências sociais (Gohn, 2001) relacionamos, neste caso, em específico, experiências políticas de mulheres cientistas vinculadas ao campo da saúde coletiva na luta contra a desigualdade de gênero.

Faz-se necessário, ainda, acrescentar que assim como não há uma mulher universal, mas sim mulheres plurais, o grupo participante desta pesquisa também é heterogêneo e corrobora com essa perspectiva de pluralidade. Portanto, suas experiências, articulações, mobilizações e demais atuações e implicações políticas e sociais também são diversas, contudo apresentam uma direção comum na busca a garantia de direitos e proteção das mulheres.

As formas de participação variam entre pontuais ou com maior engajamento, envolvendo uma diversidade de interesses e formas de participações, o que está de acordo com a diversidade do ser mulher na sociedade e das demandas que emergem nos processos de sociabilidade e existência.

Minha participação no movimento feminista sempre foi muito [...], como que eu posso dizer, muito pontual, digamos assim, de determinadas mobilizações. Então, por exemplo, sempre vou no 08 de março⁵³; no #EleNão⁵⁴, aqui, por exemplo, eu ajudei a organizar; eu atuo em coisas assim. **Eu não sigo uma agenda de algum coletivo e a rede [RBMC] entrou na minha vida também por isso**, eu nunca consegui ver espaço para uma atuação militante, nos movimentos sociais, que geralmente são ligados a partidos políticos, então, a gente tem o movimento de mulheres, mas é isso, as mulheres dentro do movimento de mulheres são de partido x ou y. [...] não tenho a

⁵³ O 8 de março e as manifestações que ocorrem nessa data tem origem marcada por fortes movimentos de reivindicação política, trabalhista, greves, passeatas e muita perseguição policial. A data representa a busca de igualdade social entre homens e mulheres, respeito às diferenças biológicas sem que sejam usadas como justificativa para subordinação e inferiorização das mulheres. O direito de manifestação pública veio com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) que instituiu, em 1975, o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher (Blay, 2001). Desde então, anualmente, manifestações acontecem por todo Brasil e pelo mundo. Para mais informações vide www.onumulheres.org.br

⁵⁴ A ativista Ludmilla Teixeira criou no *Facebook* o grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro em agosto de 2018, nele surge a *hashtag* #EleNão, o grupo chegou a 3,8 milhões de participantes e a *hashtag* invadiu o *Twitter* e atingiu os *trend topics*. Em setembro no mesmo ano as manifestações contra a candidatura de Jair Bolsonaro foram às ruas. No dia da grande mobilização, em 29 de setembro de 2018, as manifestações se disseminou por 114 cidades brasileiras e em outras cidades do mundo (ex.: Nova York, Lisboa, Paris, Berlim e Londres) (Mello, Pagel, 2021).

menor intenção de me filiar a partido político nenhum, acho que é uma questão, inclusive, ética da minha profissão; se eu me filiar, eu vou ser a cientista política do partido tal e eu não quero isso, eu quero independência. Então, participar do movimento de mulheres sempre foi uma coisa complicada para mim, em relação a essa questão partidária. Então, por isso que eu só atuo em pautas específicas. Aí, quando eu passei a trabalhar na gestão pública, eu pude participar do movimento a partir da representação institucional, então eu fui do Conselho Estadual da Mulher⁵⁵, eu participava - quando era coordenadora de saúde das mulheres - eu participava dos fóruns que existiam, eu participava de uma série de atividades, mas representando o governo, que para mim, é mais confortável, inclusive. **E a Rede entrou na minha vida como a possibilidade de ter um ativismo, que não é partidário, é suprapartidário**⁵⁶. (E02).

Eu tenho uma atuação bastante, de bastante tempo, mas como ativismo e não como a área que eu atuo profissionalmente, na questão da violência, relacionada à violência sexual [...]. Olha, eu não faço parte, assim, oficialmente, a gente tem uma interação: tem esse grupo de estudos sobre o aborto, tem a Anis, Anis bioética⁵⁷, tem o instituto Patrícia Galvão⁵⁸; o Grupo Curumim⁵⁹; tem vários coletivos (E03).

A ocupação de espaços institucionais ou não institucionais e suas atuações diversificadas representam a participação política enquanto valor democrático; participação que “pode se limitar ao voto ou a demandar formas mais amplas de engajamento, que vão da atuação na sociedade civil organizada à estruturação de fóruns de partilha de poder passando a mobilização da opinião pública” (Mendonça, 2021, p. 379). Por certo, nas narrativas anteriores (E02 e E03), não ter uma filiação partidária, a representação institucional junto ao conselho mencionado, a participação em fóruns, mobilizações de rua, grupos de estudo, institutos e articulações afins representam aquelas outras formas de engajamento da participação política;

⁵⁵ O Conselho dos Direitos da Mulher é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, tem por finalidade a promoção, em sua respectiva esfera, de políticas que visem eliminar a discriminação das mulheres, assegurando-lhes condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais. O Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) foi criado pela [Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985](#) e regulamentado pelo Decreto [Nº 6.412, de 25 de março de 2008](#). Para mais informações, vide <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndm>. Sobre os conselhos das demais esferas governamentais, verificar os respectivos sites governamentais.

⁵⁶ Suprapartidário – que está acima de partidos, que reúne vários partidos, mas não se subordina a nenhum deles. Para mais informações, vide <https://www.dicio.com.br/suprapartidario>.

⁵⁷ Anis Instituto de Bioética é um instituto que atua em pautas feministas, interseccional e multidisciplinar, em ações de pesquisa social e em saúde pública, comunicação, mobilização política e comunitária e litígio estratégico para transformação social. Busca a promoção de justiça reprodutiva, cidadania, igualdade e direitos humanos para mulheres e outros grupos vulnerabilizados; visando justiça social e igualdade social, livre de discriminações e violências. Para mais informações, vide <https://anis.org.br>.

⁵⁸ O Instituto Patrícia Galvão surge em 2001 como a primeira organização feminista brasileira focada na defesa dos direitos das mulheres por meio de ações na mídia. Em 2009, o instituto cria a Agência Patrícia Galvão com o objetivo de produzir e divulgar notícias, dados e conteúdos multimídia sobre os direitos das mulheres brasileiras. Para mais informações, vide <https://agenciapatriciagalvao.org.br>.

⁵⁹ O Grupo curumim foi criado em 1989, é uma entidade civil feminista e antirracista, sem fins lucrativos ou econômicos e atuação nacional. Sua atuação tem foco no fortalecimento da cidadania das mulheres, em todas as fases de sua vida, através da promoção dos direitos humanos, da educação, da saúde integral, dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, sob a perspectiva da igualdade étnico-racial e de gênero, da justiça social e da democracia. Para mais informações, vide <https://grupocurumim.org.br>.

mas também ligadas a outros valores democráticos teorizados por Mendonça (2018; 2021), a exemplo da representação política, monitoramento e controle, debate público e liberdade.

A liberdade não é uma. As liberdades, que são base para forjar e acessar direitos, associam-se a outros valores democráticos, como a representação política, a competição política e pluralidade social e o debate público (Mendonça, 2018; 2021). Assim, é na livre associação ou na escolha por vinculações partidárias, que as experiências políticas aqui analisadas compõem valores, sentidos e relações variadas em suas vidas (universidade, partido político, movimentos políticos e sociais, áreas de estudo), mas com frequência com processos de compreensão de desigualdades de gênero e, por conseguinte, necessidade de garantia dos direitos das mulheres.

Eu fui para uma linha de militância a partir do segundo ano de faculdade, do segundo para o terceiro [ano], e eu tinha um partido político, eu fui fundadora do grupo de mulheres do PT de Pernambuco⁶⁰. Porque na saúde, que era onde eu estava, tinha muita gente que ia discutir saúde, saúde coletiva, desigualdade social, mas eu sentia que faltava esse olhar para gênero. Então, eu e várias outras mulheres que não eram da saúde, eu acho que eu era a única da saúde que estava nesse grupo. Foram várias feministas, e desde essa época, dos 18 para 19 anos, que eu me entendi e me vi como feminista. Fui me juntando a grupos, grupos de estudo de feministas, eu estudei bastante, vim para congressos, vim para congressos do meu partido (E09).

Para Teixeira e Ferreira (2010), a academia é tanto um espaço propício para propostas políticas com embasamento científico como espaço de resistência em meio à repressão. Dessa forma, quando visto o período (1980-1990) em que ocorreram os fatos acima narrados, revive-se um período que abrange ainda tentativa de silenciamento e expansão dos movimentos feministas, apesar da abertura para processos democráticos, conquista dos espaços institucionais e da reforma sanitária (Faludi, 2001; Ferreira, Coronel, 2017; Costa, 1996; Paradis, 2013; Matos, 2014) – evidencia-se o quão as experiências políticas narradas relacionam-se com os fatos sociais, políticos e históricos da época.

Dando continuidade à análise da narrativa em questão, a conquista por espaço na participação política implica em violência política contra às mulheres manifestada por meio de discursos de desvalorização das pautas relacionadas às mulheres

Fui me juntando a grupos, grupos de estudo de feministas, eu estudei bastante, vim para congressos, vim para congressos do meu partido. Naquela época, porque hoje a gente dizer que é feminista é bacana, mas você imagina, eu tenho 55 anos, quando eu tinha 19, 18, 19, que a gente fundou o grupo de mulheres do partido que eu fazia parte, às vezes a gente escutava assim, hoje tem reunião do grupo super? A gente dizia, que super? Superficial. Hoje tem grupo de fofocas? Então, mesmo dentro da esquerda, a

⁶⁰ Obs.: não localizamos informações sobre a criação do grupo em questão ou demais informações históricas sobre os grupos de mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT).

gente escutou muitas vezes hoje essa questão de gênero, as pessoas poderiam até pensar diferente disso, mas elas sabem que é fundamental que essa desigualdade seja enfrentada a construção política foi fazendo muita diferença. (E09).

Eu sou partidária dos Trabalhadores [...]. É tão engraçado que hoje a gente vê companheiras da época que não estavam nas discussões de gênero, quando a gente pedia paridade, por exemplo, nos cargos de direção, que achavam aquilo ridículo, elas iam contra a gente, muitas vezes. Hoje isso é uma coisa que é inconcebível, todo mundo já sabe que essa pauta é necessária. E são essas lutas que parecem pequenas, eu digo assim que no campo do feminismo, feminismo em saúde, feminismo em política, a gente tem uma ancestralidade, então a gente sempre vai recebendo benesses das lutas de pessoas que sofreram mais que a gente antes (E09).

As mulheres “são, afinal, parte fundamental das democracias, não apenas como indivíduos, mas também como grupo influente, como coletivo que se mobiliza, se organiza e organiza ainda outros grupos, que luta para realizar suas justas aspirações e seus desejos de autonomia e libertação” (Matos, 2020, p. 109). Na perspectiva democrática, que somente a partir da constituição de 1988 mulheres e homens passaram a ter igualdade formal em relação a direitos e deveres, bem como “os movimentos de mulheres e feministas passaram a ser atores mais visíveis nas ruas e nos espaços institucionais, participando da construção de uma agenda referenciada pelos valores da igualdade e da diversidade” (Biroli, Guarnieri, Tatagiba, 2020, p. 09-10).

Apesar dessa relevância e da criação de mecanismos para ampliar e fortalecer a participação e representação política das mulheres ao longo das últimas décadas (Paradis, 2013; Matos, 2014), a discriminação e tentativa de invisibilização de suas demandas refletem um regime político fragilizado (Matos, 2020). Dessa forma, quando olhamos para a narrativa (E09), recordamos que há pesquisas e dados que revelam de alguma forma a perpetuação, coerção e controle das mulheres em espaços coletivos, de participação e representação política, mesmo aqueles de esquerda e ou ditos progressistas, como “um marcador relevante do mandato de dominação masculina na política” e que tem “o intuito de fazê-las abandonar a política, pressionando-as a desistir” (Matos, 2020, p. 116, 117).

Embora alguns “estudos no campo de gênero e política apontam que partidos mais à esquerda do espectro ideológico seriam mais propensos a investir em iniciativas que promovem as mulheres a posições eletivas” (Sacchet, 2020, p. 100); contudo, ainda se constata na história que mulheres ativistas ou militantes vivenciaram/vivenciam situações demarcadas pelo machismo; pois o ambiente político é gestado para favorecer aos homens, permeado por violência política de gênero (Ogando, 2012; Barros, 2015; OMV, 2022; 2023)⁶¹.

⁶¹ No que se refere ao Partido dos Trabalhadores (PT) mencionado na experiência narrada anteriormente, em relação às eleições nacionais de 2018, ainda apresenta uma responsabilidade intermediária, média (levemente

Por certo, as situações apresentadas propiciam reflexões sobre como a desigualdade de gênero está imbricada em todas as estruturas sociais, em diversas relações estabelecidas, mesmo em espaços que têm a pretensão de ser e lutar em prol de pautas mais progressistas e pela garantia de direitos, que dentre esses, vislumbra-se a presença das mulheres e o reconhecimento e respeito de sua existência e demandas.

Evidentemente, consideramos o tempo presente na narrativa feita, a diferença na percepção das mulheres e dos feminismos como a própria entrevistada coloca; mas também nos desperta a relevância de que esse reconhecimento – entre direitos, espaços, respeito e afins - é um processo lento e contínuo. Por certo, corroboramos com a ideia de que é *“no campo do feminismo, feminismo em saúde, feminismo em política, a gente tem uma ancestralidade, então a gente sempre vai recebendo benesses das lutas de pessoas que sofreram mais que a gente antes”* (E09).

A busca e aproximação desses movimentos feministas e outros se dá pelo reconhecimento da relevância das ações coletivas, do compartilhamento do conhecimento e das experiências, para assim lutar e quiçá chegar à conquista de direitos benéficos à sociedade. Assim, considerando formas mais amplas de participação e de experienciar os processos políticos, como as redes estruturadas pela sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa e as outras parcerias estabelecidas em prol de avançar em determinados campos de práticas e conhecimentos, inclusive na Saúde Coletiva, conforme se segue.

É muito importante, a gente ouvir o outro e construir as soluções de forma conjunta com quem vai usar ou com quem está causando o problema e não sabe [inaudível]. Então, a gente tem feito muito isso. Agora a gente está com uma rede, uma rede popular de saneamento, em vários locais [...]. A gente está construindo junto com várias comunidades, com lideranças, a Rede Popular de Vigilância⁶², essa rede não é da Fiocruz⁶³, ela é uma rede que envolve várias instituições acadêmicas e instituições não acadêmicas, para a gente poder se mobilizar nesse sentido de construir políticas voltadas. O que me adianta ter o saber acadêmico se eu não consigo escutar o outro?

abaixo da média) dos indicadores de candidatas selecionadas, eleitas, recursos destinados a essas candidaturas, candidatas que atingiram 0,3% dos votos e os recursos que acessaram (SACCHET, 2020). Desta feita, o partido em questão, por estar ideologicamente à esquerda, seria esperado um esforço maior, acima da média, para promoção e permanência de mulheres nos espaços de participação e representação política.

⁶² A Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde nasceu em 2022 como resistência social à concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) à iniciativa privada (ocorrida em 2021). Nesse processo envolveu e vem envolvendo diferentes organizações da sociedade civil, instituições, movimentos sociais, coletivos, entidades acadêmicas, partidárias e apartidárias contra a mercantilização da água e do saneamento e pelo seu reconhecimento como um Direito Humano e Bem Comum. Para mais informações, vide [Carta de Adesão à Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde \(google.com\)](#).

⁶³ FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida – uma instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, vinculada ao Ministério da Saúde, tem foco na promoção da saúde e desenvolvimento social, bem como gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico e ser agente de cidadania. Para mais informações, vide <https://portal.fiocruz.br>.

Então é uma forte maneira de você fazer tecnologias voltadas para quem de fato vai usar elas. Isso é extremamente importante. (E07).

Há uma junção do uso do conhecimento acadêmico, científico e popular para fundamentação e apoio de mobilizações e articulações da sociedade, o que vai ao encontro da “ discussão sobre universidade, ação docente e produção teórica não pode prescindir de reflexões sobre ética e cidadania” (Oliveira, Borssoi, Genro, 2011, p. 67). Aderindo e pondo em prática uma formação profissional que não se restringe a elementos pedagógicas na docência no âmbito acadêmico, mas se relaciona também com questões políticas e sociais nas quais a formação universitária (ensino, pesquisa e extensão) “é o agir político, atendendo os interesses de justiça social, democracia e cidadania” (Oliveira, Borssoi, Genro, 2011, p. 68), articulando-se com outros grupos e nas ideias, práticas e pessoas que os compõem, sejam feministas, de mulheres (Alvarez, 2014, Sardenberg, 2020) e como outros movimentos sociais, como observado aqui.

Assim, experiências políticas narradas ratificam a literatura frente a junção do uso da ciência para fortalecer a ação política da sociedade, para construção e fortalecimento de reivindicações pautadas no saber científico, de modo que os direitos galgados e as políticas públicas elaboradas representem e atendam de fato as demandas sociais. A organização da Rede de Vigilância Popular citada na narrativa anterior é um exemplo relevante dessa relação, por representar o entrecruzamento e as relações estabelecidas entre indivíduos, ações e ideias que conformam uma rede político-comunicativa (Alvarez, 2014).

Também podemos considerar que outras experiências aqui analisadas refletem o que se convencionou como um ativismo acadêmico, pois se a formação profissional é uma forma de agir politicamente (Oliveira, Borssoi, Genro, 2011); logo, a atividade intelectual é uma arma política (Mussi, 2016).

Porque uma das outras coisas que faz parte da minha trajetória é essa implicação com as questões políticas e gênero é uma implicação constante. Então a gente tem que ter sempre esse, tendo posicionamentos muito fortes, muito claros. Quando eu assumi a coordenação do GT de gênero⁶⁴ foi justamente após o golpe⁶⁵, a gente teve o Temer e

⁶⁴ O GT de Gênero e Saúde foi criado em abril de 1995, durante o III Congresso Brasileiro de Epidemiologia, em Salvador, com objetivo de ampliar e consolidar o ensino e a produção do conhecimento sobre o tema na área de Saúde Coletiva. Entre seus objetivos esta: fortalecer a interlocução entre acadêmicas/os, profissionais de saúde e militantes dos diversos os movimentos sociais, para assim tornar o conhecimento científico cada vez mais útil e acessível; captar demandas para a produção de conhecimento, formação de profissionais e atuação política no campo de gênero e saúde; e aprofundar a compreensão de fenômenos de interesse na Saúde Coletiva, abordando novos temas e revisitando antigos, na perspectiva das relações de gênero. Para mais informações, vide <https://abrasco.org.br/gt-genero-e-saude/>.

⁶⁵ Dilma Rousseff esteve como Presidenta do Brasil (2014-2016) até 2016, ano no qual sofreu Impeachment. Michel Temer, o vice-presidente à época assume e partir desse momento, secretarias e ministérios são extintos e cortes orçamentários são realizados, prejudicando políticas para mulheres e outros públicos vulnerabilizados

a cada dia, a cada semana, era uma nota que a gente tinha que lançar por toda a violação que estava acontecendo aos direitos das mulheres, na área de direitos sexuais e reprodutivos. Depois eu tive também outra coisa forte. Eu tive os dois financiamentos da Fundação Ford⁶⁶, muito vinculado a toda essa discussão de direitos sexuais e reprodutivos. Eu acho que isso faz parte, essa vinculação com as questões políticas se dá através da discussão de gênero e também de AIDS⁶⁷, que é um outro tipo de ativismo que eu faço parte desde sempre, ativismo científico. Não faço parte de nenhuma ONG, mas sempre estive apoiando e discutindo com as ONGs. Meu papel de cientista sempre foi esse, não estou em nenhum movimento, mas estou o tempo inteiro apoiando, produzindo dados e tentando fundamentar as atuações políticas (E10).

A gente conseguiu também criar um grupo de professoras mulheres, para promover discussões nessa perspectiva de gênero. Se conseguiu ir junto com pessoas interessadas ali se criou um fórum de discussão das questões de aborto legal, que depois se tornou um fórum regional de discussão de aborto legal. E hoje já tem uma repercussão nacional sobre isso, mas isso foi tudo de trazendo as questões, trabalhando com a orientação de uma estudante que tem interesse no tema, convidando gente, fazendo discussões em pequenos grupos, construindo parcerias com outras instituições para fortalecimento disso. E para que isso realmente virasse questões importantes de serem discutidas, demonstrando com dados (E10).

Numa perspectiva multiprofissional, intersetorial e interinstitucional, evidencia-se o desafio que é articular, educar e cooperar com grupos diversos – desde sociedade civil a instituições públicas, numa perspectiva das relações de gênero –, o que representa batalhas recorrentes para legitimar conhecimento e espaço formativos (Sardenberg; Costa, 1994; Sardenberg, 1998; 2020).

A conjuntura sociopolítica é fator preponderante para esses processos. Desde a abertura democrática, formalização de instituições de controle social, a aproximação dos movimentos feministas e de mulheres e inserção no aparato estatal vinham sendo fortalecidos, especialmente em governos de centro-esquerda (Sardenberg, 2020; Biroli, Guarnieri, Tatagiba, 2020; Paradis, 2013; Matos, 2014). Contudo, desde 2016, com o golpe⁶⁸, o governo passou a acatar decisões

(CAMPOS, 2017). Para mais informações, vide <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>.

⁶⁶ Fundação Ford, criada em 1962 a fim de incentivar o debate aberto e a ação relacionados aos principais desafios enfrentados pelo Brasil em relação ao fortalecimento dos valores democráticos, promoção a cooperação internacional e erradicação da pobreza e injustiça. Para mais informações, vide <https://www.fordfoundation.org>.

⁶⁷ HIV (sigla em inglês para vírus da imunodeficiência humana) é o vírus causador da AIDS (sigla em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), que ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças e o enfraquecimento do sistema de defesa do corpo e leva ao aparecimento de doenças oportunistas. Para mais informações, vide <https://bvsms.saude.gov.br/hiv-e-aids/>, <https://unaid.org.br/> e <https://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html>.

⁶⁸ A partir de 2016, com o golpe que retirou a presidenta Dilma do governo, ocorreram extinção de secretarias, ministérios e cortes orçamentários voltados às políticas para mulheres, mas também outros públicos vulnerabilizados (Campos, 2017). O Brasil vivenciava uma crise política que foi agravada com a eleição de Jair Bolsonaro, que teve um governo marcado por retrocessos. Para mais informações vide o livro “Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política” organizado por Leonardo Avritze, Fábio Kerche e Marjorie Marona, lançado em 2021.

retrógradas, antifeministas, anti “ideologia de gênero” e anticientificistas (Castro, 2018; Sardenberg, 2020), negando a realidade social, de forma geral.

As experiências política narradas atravessam momentos da história da redemocratização brasileira, da expansão feminista e imbricação pelo estado, que incidem na ampliação das legislações e garantia de direitos para as mulheres (bem como da sociedade em geral) via políticas de saúde (com a reforma sanitária) e demais políticas; mas também vivenciaram retrocessos. Indiscutivelmente, muitas mulheres não inseridas no âmbito acadêmico galgam espaços, vivenciam conquistas ao tempo que sofrem repressões por serem mulheres e/ou por envolverem com pautas relacionadas às mulheres e aos feminismos. Concordamos, portanto, que ciência e política criam espaços de disputa de poder que administram conhecimento, recursos e visibilidade (Biroli, 2020).

Teixeira e Ferreira (2010), quando pesquisam sobre a relação entre acadêmicas do Campo da Saúde Coletiva ao Feminismo, identificam que há uma relação intrínseca entre as cientistas e as pautas feministas (direitos das mulheres, saúde reprodutiva e para além dela). O contato com essas pautas ocorreu em situações diversas, como: na universidade, em eventos, no acesso a livros, nas relações familiares, nas discriminações vivenciadas por pessoas próximas, na participação em movimentos sociais, nas ações ligadas à militância partidária, no silenciamentos e violências decorrentes da ditadura militar. Por certo, vivências e experiências individuais, pessoais e coletivas dessas mulheres cientistas estão correlacionadas com a ciência que produzem.

O posicionamento feminista nas narrativas analisadas e a forma como partem de sua localização social para agir em prol das mulheres e outros grupos vulnerabilizados acordam com o indicativo de que o conhecimento feminista produzido é “politicamente engajado, com propósitos práticos definidos” (Sardenberg, 2020, p. 85). Logo, para além de um ativismo acadêmico, caracteriza-se como um feminismo acadêmico que se conforma enquanto espaço político analítico, borrando as fronteiras entre academia e sociedade civil, que se estrutura a partir de trocas, conexões e tensões de um processo formativo político (Sardenberg, 2020; Alvarez, 2014); prontamente, também é um espaço que se configura como

Espaço de luta pela reivindicação de grupos sociais que permanecem nas margens. Uma vez conquistados, esses espaços se convertem em importantes espaços de luta frente à ausência de discursos representativos de outros setores sociais, que possam contribuir para a ampliação das discussões sobre a realidade social (Miranda, 2003, p. 37).

Portanto, podemos perceber como são diversas as formas de experienciar os processos de articulação e mobilização políticas (não especificamente partidário, mas no que se refere ao exercício da cidadania na luta por direitos); seja nas ruas e de forma mais pontual, seja junto a coletivos de apoio à vítimas de violência, seja via filiação e atuação partidária, seja tecendo redes que conjugam atores e grupos da sociedade civil, no controle social, na gestão pública, na atuação institucional acadêmica produzindo conhecimento científico, bem como as demais formas possíveis e necessárias.

Assim, os dados empíricos e a literatura concordam que experiências vividas em uma realidade multifacetada aproxima as pessoas a partir de suas demandas em comum e repercutem nos movimentos sociais e políticos e demais processos participativos, articulações formais e informais. (Gohn, 2001; Perrella, 2012; Sardenberg, 2020). É por meio das experiências, enquanto vivem suas vidas, que mulheres vão se formando politicamente, apropriando-se de dimensões/valores que conformam os processos democráticos (igualdade, participação, representação, competição política, monitoramento e controle, liberdade e debate público) (Mendonça, 2018; 2021).

5.5.4. Desigualdade de gênero na ciência: percepções e experiências

O conhecimento é mola propulsora para o desenvolvimento humano e social; por certo a ciência esta imbricada na estrutura social e assim também está carregada por múltiplas formas de desigualdade que oprimem, subordinam e invisibilizam grupos vulnerabilizados, portanto, dentre eles, as mulheres (público alvo deste estudo). É nessa conjuntura que o âmbito acadêmico, o qual se anuncia geralmente pela suposição de uma ciência neutra e isenta, é um espaço de exclusão e inclusão desigual de mulheres, que se manifestam em teorias, instituições, estruturas e relações de poder cotidianas (Leta, 2003; Biroli, 2017).

Investigar experiências vivenciadas na academia relacionadas à desigualdade de gênero, indiscutivelmente, levaram-nos a narrativas que se desdobram de início em análises com certo distanciamento pessoal, seguindo uma observação mais geral, para depois adentrar em ocorrências mais diretas. Assim, consideramos que ao desenvolver esta pesquisa, com nosso ponto de partida e localização social, desafiamos as estruturas científicas que requerem suposta neutralidade; bem como instigamos esse desafio ao discorrer análises diretas e indiretas dessas experiências.

É preciso considerar que a academia é um espaço, que como produtor de conhecimento, pode criar a ilusão de um espaço protegido, minimamente; porque “*a gente pensa que estar na academia é tudo mar de rosas, mas não é*” (E03). De fato, para alguns participantes da pesquisa, há experiências que não representaram dificuldades adicionais relacionadas à gênero.

Eu não tive muitas dificuldades em termos de questões de gênero, até porque eu estudei numa universidade⁶⁹ bem bacana [...] e que esse debate sobre desigualdades sociais de gênero estava sempre à tona. Então, ali não era um ambiente em que eu cheguei a enfrentar preconceitos de gênero. [...]. Desde 2017 que eu estou aqui, a gestão é feita por uma mulher. Então, eu tenho caído em círculos em que mulheres são personalidades, estão à frente lutando. Então, eu, pessoalmente, não tenho enfrentado muitas dificuldades, muito pelo contrário, eu tenho encontrado parceiras que nos ajudam a pensar em como melhorar essas condições de trabalho e de relações interpessoais. (E14).

Contudo, para a maioria, conforme será constatado ao longo deste tópico, observa-se situações mais críticas, que criaram barreiras explícitas, a fim de manter o *status quo*, no qual homens são favorecidos em detrimento das mulheres. As barreiras se materializam e desafiam a revisão das exigências mais geral em relação a forma de fazer ciência, que é vista como engessada, inibidora de criatividade, uma máquina de estressar alunos, antiga, competitiva, com um olhar muito biomédico e de pesquisa básica, valorada por revistas de alto impacto e pela produtividade.

É, por causa dos prazos da CAPES⁷⁰. A miserável da CAPES, que tem todo aquele rigor, aquela coisa engessada, que faz a gente desenvolver programas para atender a CAPES, que inibem a criatividade um tanto. Fui agora na iniciação científica, encontro de iniciação científica. Gente, é ridículo! É ridículo, é uma máquina de estressar aluno, um negócio assim, palhaçada. Que aí vem um pesquisador, sei lá, um aluno, aí tem aquela banquinha, os meninos não, os alunos não conseguem entender a pergunta de tão nervosos que eles estão. Para que isso? Para que a gente faz esses modelos competitivos, assim, antigos? O negócio não melhora, não muda, não evolui. Põe as pessoas para conversar de tudo que deu errado, do tanto que os ensaios deram errado, do tanto que perdeu o material, do tanto que não sabe se essa pergunta está bem respondida. Entre eles, entre eles, que nenhum aluno faz pergunta na hora que abre para a plateia. Primeiro que os que ainda vão falar estão então [nervosos?], os que já falaram estão atordoados e os outros que não vão falar, não querem colocar os colegas numa fria. É bem isso mesmo. Gente, para que aquilo?

Então, a CAPES é a mesma coisa. E a gente está dentro desses modelos, que é uma coisa que eu criticava muito quando eu tive a oportunidade de participar das reuniões da presidência na Fiocruz, na coordenação ou câmara técnica, que é essa coisa que a

⁶⁹ Universidade localizada na região Sul do País.

⁷⁰ Iniciação Científica (IC) é uma modalidade de pesquisa acadêmica realizada por graduandos sob a orientação de um professor vinculado à universidade. Isso possibilita ao aluno o contato com o meio científico e a introdução sistemática à pesquisa, ao trabalho em equipe, apreensão e sistematização do senso crítico científico e postura profissional responsável e comprometida com a ciência e a sociedade em geral. A casos em que essa modalidade oferta bolsas de apoio. Para mais informações, vide <https://www.gov.br/capes/pt-br> e <https://prae.ufc.br/pt/auxilios-e-bolsas-estudantis/bolsa-de-iniciacao-academica>.

pesquisa que a gente faz é a pesquisa que tem dinheiro. Então, muitas das vezes as escolhas, ainda mais quando falta dinheiro no Brasil, a gente faz a pesquisa definida pelas organizações internacionais, que não é a pesquisa que o país precisa.

Você tem que estar muito convencido que o que você faz é importante [...]. Se a gente não pressionar a CAPES, expondo a CAPES, se a gente não pressiona, expondo, não tem urgência, não tem que dar resposta pra sociedade, fica ali dentro, uma ou outra vozinha que fala assim, aí, acaba. Voz, eu também já vi na minha experiência, pode funcionar e pode simplesmente sumir (E16).

A pós-graduação surge da necessidade de qualificar profissionais para o atendimento de demandas que embasam o desenvolvimento nacional. Assim, a trajetória de desenvolvimento do país está associada aos mecanismos de avaliação, coordenados pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁷¹; logo, um país com uma formação desigual (Furtado, 2005) também tem um processo formativo educacional desigual, no qual o crescimento dos cursos, matrículas e titulações acompanha as assimetrias regionais, a exemplo do Sul e Sudeste (salvo Espírito Santo) concentram 67,85% das titulações (Cabral, *et al*, 2020).

A CAPES acompanha e avalia os Programas de Pós-Graduação (PPGs) por meio da Plataforma Sucupira⁷². As críticas e questionamentos - por meio de artigos, cartas e editoriais - cresceram a partir dos anos 2000; não se nega pontos positivos, de como que a avaliação da pós-graduação brasileira é considerada necessária para aprimoramento dos processos, desenvolvendo-se com maior transparência e ampliação da liberdade para que as áreas possam discutir critérios e aplicações; contudo, também, recebe fortes críticas com relação ao uso de indicadores de produtividade (Vogel, 2015; Rolim; Ramos, 2020) e internacionalização na avaliação enquanto processo alienante (Andrade; Silva, 2011; Carvalho; Travassos; Coeli, 2014; Tourinho; Palha, 2014; Costa; Costa; Yamamoto, 2021).

A vinculação à produtividade e aos rankings de programas de pós-graduação e revistas, mesmo que tentem distanciar preconceitos e favoritismos, podem promover distorções e desviar do que importa ou deveria importar, que é “a pertinência do artigo à revista” e não o contrário (Yamashita, 2023), tais questões podem ser uma mutação que transforma companheirismo em competição e os diferencia pelo volume de publicações (Tourinho; Palha, 2014). Assim a avaliação torna-se mais classificatória que avaliativa, mais competitiva que cooperativa (Horta; Moraes, 2005; Tourinho; Palha, 2014).

⁷¹ A CAPES acompanha e avalia os Programas de Pós-Graduações (PPGs) por meio da Plataforma Sucupira. A Plataforma Sucupira é um sistema que coleta informações, analisa e avalia dados, agindo como base padronizadora do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileira. Nela se solicita dados sobre Planejamento, gestão, infraestrutura física, formação de atividades de docentes, matrículas e titulação de alunos, disciplinas oferecidas, projetos de pesquisa desenvolvidos, produção bibliográfica em termos de artigos científicos, livros, dissertações e teses defendidas, produção técnicas e tecnológica, etc. (ROLIM; RAMOS, 2020, p 528).

⁷² Para mais informações, vide <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

Assim como a produtividade, a internacionalização é objeto de debate em meio às críticas desenvolvidas. O processo tem origem nos anos 1990, quando “as instituições em pesquisa, no Brasil, passam a internalizar determinadas formas organizacionais que permitem se inserir na agenda internacional”, mas ainda é preciso considerar que “os grupos que conduzem a ciência e a tecnologia em escala internacional buscam criar condições para um enquadramento específico dos interesses técnicos, conformando uma elite em escala global que se autonomiza em relação aos critérios de legitimação consagrados” (Andrade; Silva, 2011, p. 312).

As narrativas e literatura corroboram entre si e nos mostram como a ciência nacional e os processos avaliativos da pós-graduação, apesar das alterações ao longo do tempo, permanecem como fonte de crítica para a comunidade acadêmica em relação à competitividade, acordos e ações para aprimoramento e disseminação da ciência brasileira. Certamente, não se trata apenas produzir e internacionalizar; é preciso integrar políticas públicas, economia, inovação tecnológica e beneficiamento social; considerar sujeitos, produção e história acadêmica; compreender que estabelecer critérios de classificação e avaliação não deve ter embasamento meritocrático, mas político, portanto, discutido de forma coletiva com a comunidade. Desta feita, tem que estar compatível às necessidades sociais e não restrita à academia (Tourinho; Palha, 2014; Santin; Vanz; Stumpf, 2016; Costa; Costa; Yamamoto, 2021).

Nessa premissa de distanciamento analítico, percepção ampla e aparente tentativa de neutralidade; mas considerando que estar compatível com necessidades sociais e acadêmicas é estar compatível às necessidade sociais e acadêmicas das mulheres; deparamo-nos com apontamentos mais gerais sobre como a desigualdade de gênero afeta o acesso a recursos (financiamento de pesquisas e bolsas), publicações (no sentido de conseguir publicar), entre outros pontos que representam uma questão de invisibilidade histórica.

Não se faz pesquisa sem recursos; e, diante de um estado de escassez de recursos, os homens têm sido priorizados, historicamente, basta a gente ver vários indicadores como as bolsas de produtividade da CAPES, por exemplo, que é um indicador padrão [...]. E, eu vejo nesse acesso a recursos, mas, principalmente, na visibilidade que os trabalhos de mulheres têm, que, aí, é uma discussão, inclusive, historiográfica, de como é que as mulheres têm sido invisibilizadas ao longo da história (E02).

Infelizmente, eu vejo, assim, uma dificuldade um pouco maior de inserção dos trabalhos produzidos por mulheres, artigos e etc., por exemplo, nas revistas melhor indexadas. É como se houvesse, realmente, uma relação patriarcal, vamos dizer assim, até mesmo nos assuntos que dizem respeito às mulheres. Então, não quer dizer que as mulheres publiquem menos ou em revistas de menor impacto, mas quer dizer que há ali uma barreira para elas ascenderem também nesse espaço [...]. Essa forma da ciência, com relação a esse impacto de revista e tudo mais, eu acho ainda bastante

questionável, justamente, por conta desses vieses, a gente tem esse viés do gênero, tem o viés da localização (E03).

Quando a gente coloca a questão de gênero, por um lado você tem uma curiosidade que aparece, mas por outro, às vezes, tem uma resistência, sabe? Como se isso não fosse tão acadêmico assim. Principalmente também porque você, para trabalhar com a questão de gênero, você vai entrar no campo da pesquisa qualitativa e saúde (E09).

Considerar as contradições e prejuízos, tanto diretamente para com as mulheres cientistas, bem como o impacto às mulheres em sua totalidade e diversidade, é considerar a totalidade de uma conjuntura social que, continuamente, reforça o quanto os desafios são diferentes e maiores para as mulheres, em comparação a situação dos homens (Biroli; Tatagiba; Oliveira, 2020).

Dentre esses desafios, está a dificuldade de acessar determinados espaços e recursos que se retroalimentam, como é o caso das Bolsas de Produtividade vinculadas ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em 2010, as mulheres representavam 50% dos 128,6 pesquisadores brasileiros (Grossi *et al*, 2016), reduzindo para 49% até 2015 (FUNCAP, 2022). Internacionalmente falando, entre 2009 e 2019, não há uma mudança considerável sobre a presença de mulheres na ciência. Respectivamente, mulheres representaram somente 29% e 30% no mundo, afunilando para a América Latina, representaram de 46% e 45,1% (Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021). Assim, o Brasil se mantém próximo à média latino-americana.

Contudo, infelizmente, nos últimos anos, coincidindo com um momento político de ofensiva à ciência, um decréscimo em âmbito nacional foi observado, no que se refere o acesso à Bolsas, principalmente, nas bolsas de produtividade, sendo fator importante para a permanência (ou não) de mulheres na ciência. Entre 2001 e 2002, o aumento foi, respectivamente, de 54,87% para 55,10% em bolsas de iniciação científica, de 50,93% para 52,87% no mestrado, de 47,74% para 49,73% entre recém-doutores, de 32,07% para 32,25% nas bolsas de produtividade e uma redução de 48,60% para 48,38% no doutorado (CNPq, 2003 apud Leta, 2003). Entre 2013 e 2017, no geral, mulheres receberam em média 36% das bolsas (ASSIS, 2018), apresentando uma progressiva diminuição ao longo dos níveis hierárquicos mais altos (27 das 112 bolsas para pesquisador sênior⁷³) (Mazotte, 2017; Monnerat, 2017; Candido; Felix, 2023). Em 2021, apenas 35,3% das bolsas de produtividade foram para mulheres

⁷³ Pesquisador Sênior - é o pesquisador que se destaca entre seus pares como líder e paradigma na sua área de atuação, valorizando sua produção científica e/ou tecnológica. Para mais informações, vide: <https://memoria.cnpq.br/>.

Sobre recursos, há uma diferença do valor investido nas bolsas de produtividade. Em 2017, mulheres receberam pouco mais da metade do que foi destinado aos homens. (Mazotte, 2017; Monnerat, 2017; Candido; Felix, 2023), seja no acesso a bolsas, a cargos e demais oportunidades.

O baixo investimento gera impacto na redução de pesquisas e publicações com a autoria de mulheres. De forma mais específica, entre áreas, recursos e publicações: engenharias e computação, exatas e da terra - mulheres são apenas 36% e 34%, respectivamente, já em todas as outras áreas mulheres são maioria - com destaque para Saúde (68%), Linguística, Letras e Artes (64%) e Biologia (61%); no acesso às bolsas de produtividade são 23,3% nas engenharias e 22,1% nas ciências exatas e da terra, com aumento para 45,8% nas ciências biológicas e 48,7% nas ciências humanas; a situação é semelhante nas publicações, onde mulheres representam 25% no campo das engenharias; e em pesquisas mais caras como as de física de alta energia apresentam um número menor de publicações femininas. A saúde se destaca, na qual mulheres alcançam 79% das publicações (Larivière et al, 2013; Mazotte, 2017; Monnerat, 2017; Candido; Felix, 2023; Marques, 2024).

Em uma análise “de 528 acordos de cooperação na área de Ciência, Tecnologia e Informação (CTI) celebrados entre 1961 e 2021, que envolviam instituições de dois ou mais países [...] apenas 15% deles fizeram menção a questões de gênero ou revelaram alguma preocupação com a equidade em projetos de pesquisa apoiados”; e mesmo demonstrando alguma melhora desde 2015, em específico, os acordos que envolvem o Brasil apresentam “pouquíssimo conteúdo relacionado a gênero” (Marques, 2024, s/p).

A história registra poucas mulheres acessando espaços hierarquicamente mais altos em instituições relacionadas à ciência, tecnologia e inovação; espaços que não estão aparentemente preocupados com a paridade, logo, também negligenciam a equidade e as necessidades de mulheres cientistas; conseqüentemente, negligenciam as mulheres como um todo e incidindo em seus projetos de vida ao não as priorizarem em suas pesquisas. Pois, o gênero integra a ciência de forma interseccional e cotidiana: nas ações, serviços e produtos de saúde; em produtos e bens de consumo, dados sobre segurança, tecnologias e informações sociais, políticas, econômicas e culturais subsidiam políticas públicas para mulheres (Leta, 2013; Montenegro, 2018; Queiroz, 2020; Brandão; Alzuguir, 2022).

Mulheres cientistas “se defrontaram com um conjunto de “barreiras” para seguir a carreira científica, que se referem: à dupla jornada de trabalho, à maternidade, à produtividade em pesquisa, à competição, ao preconceito e discriminação de gênero” (Silva; Ribeiro, 2014, p. 464). A sobrecarga decorrente do acúmulo de jornadas de trabalho afeta as pesquisadoras em

seu trajeto profissional (Mazotte, 2017; Monnerat, 2017; Candido; Felix, 2023), seja no acesso a bolsas, a cargos e demais oportunidades.

Eu descobri que estava grávida e isso me preocupou. Na época, eu achei que foi até uma violência comigo mesma, [...] até para contar que eu estava grávida, eu contei como se estivesse pedindo desculpas. E não precisava, eu já tinha terminado o doutorado, entende!?! Mas como eu estava com a bolsa de pós-doutorado, eu me senti naquela coisa: oh, me desculpe, vocês conseguiram a bolsa para eu fazer um pós-doutorado e eu engravidei [...]. Aí, outra violência que eu achei também, na banca de concurso. [...] ao final do memorial eu coloquei uma foto minha de criança, muito parecida com ela [a filha], aí, a professora do curso de enfermagem chegou para mim e falou assim: é sua filha? Aí eu disse: não, ainda não. Porque eu já estava grávida. Aí ela virou para mim e falou assim: espero que esse ainda demore bastante. E eu estava grávida, respirei fundo, não falei nada (E01).

O concurso no qual eu entrei [...]. Eu tinha um bebê, nas últimas etapas do concurso, eu tinha um bebê de cinco meses e meio. E eu fui submetida a todas as regras do concurso, com todas as demais pessoas que estavam concorrendo comigo. Só que eu tinha um bebê de cinco meses e meio, e isso me colocava numa situação claramente de desvantagem. Eu acho que a situação de desvantagem mais clara foi com relação à prova didática deste concurso. Eu tinha vinte e quatro horas, como todos os outros candidatos, para preparar a prova didática do meu concurso. Mas, ao mesmo tempo, eu tinha que amamentar um bebê de cinco meses e meio. E nesse dia eu calculei quantas horas eu passei amamentando dessas vinte e quatro horas. E eu passei nove horas amamentando dessas vinte e quatro horas. Então, claramente, eu não tinha as mesmas condições no processo do concurso que os meus concorrentes (E15).

A maternidade ratifica o quão “o pessoal é político”, principalmente, no que se refere às relações estabelecidas socialmente; pois, desde o momento da descoberta da gestação, perpassando pelo puerpério e desenvolvimento da criança, as demandas que envolvem tais processos reverberam na conquista de outros espaços para além do doméstico. Considerar a licença⁷⁴ maternidade influi na evidenciação de questões sociais e culturais que influem em sua vida e na produção acadêmica; pois, mesmo em casos de ascensão profissional elas ainda são as principais responsáveis pelo serviço doméstico e cuidados com os filhos (Rocha, 2024).

Esses trabalhos “invisíveis” costumam ser relativizados e descartados em análises de méritos científicos e de produtividade. Injusto, pois “são comparadas as carreiras de homens e mulheres como se ambos dispusessem da mesma disponibilidade e qualidade de tempo para produzir, o que não é verdade, na grande maioria dos casos” (Rocha, 2024, p. 25). Ignorar tais questões é ignorar o quão as relações de gênero são atravessadas por disputas de poder (Biroli; Tatagiba; Oliveira, 2020).

Portanto, seja nos compromissos e eventos relacionados à atuação profissional, na autocobrança, na sobrecarga que transita e se potencializa entre demandas trabalho (esfera

⁷⁴ Apenas em 2021 que a licença maternida passou a constar no currículo lattes. Para mais informações, vide: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes>.

pública) e doméstica (esfera privada) de forma indivisível, a maternidade parece impactar de forma relevante na vida acadêmica de muitas professoras e pesquisadoras. Essa expressão forte da desigualdade de gênero demanda não apenas atenção, mas também ações que favoreçam a equidade; desde o processo formativo à atuação profissional e ascensão na carreira.

Adentrando em outras manifestações institucionais da desigualdade de gênero, identificamos situações de resistência e contestação relacionada à presença de mulheres em determinadas áreas, cargos e uso de determinadas abordagens no âmbito acadêmico e a tentativa de diminuição de suas capacidades, distanciamento e/ou silenciamento mulheres

Eu trabalho com animais peçonhentos - aranhas, escorpiões, serpentes - que já é um trabalho que eu sempre recebi muitos comentários machistas: “ah, mas você é mulher e tem coragem de trabalhar com esses animais”. E onde eu ia, inclusive, as próprias mulheres falando, porque, geralmente, a mulher tem medo desses animais, pelo menos, a gente ver na cidade, na zona rural não é tanto (E03).

Então, até aquele momento, eu fui a primeira mulher eleita para um cargo maior da alta gestão da instituição. [mas não assumiu] [...]. Então, não havia razão para não me escolher, a única razão é porque eu sou mulher; não mulher, né, mas uma mulher que defende os direitos das mulheres, principalmente, também, os direitos reprodutivos, sexuais e reprodutivos; então, isso aí foi o que pesou no final [...]. Então, o machismo, né, ele... e essa violência política de gênero, ela é muito grande, ela é muito dura (E04).

Desde a graduação o assédio de professor, discriminação por trabalhar com abordagem quantitativa, que como mulher seria muito mais difícil; de ouvir que por mais que eu me esforçasse eu não ia conseguir mesmo, ou que a dificuldade que eu estava tendo era natural, que a gente não tem essa capacidade. [...] O assédio não é só sexual (E06).

Eu me lembro quando eu mudei para cá, uma vez nós estávamos eu, meu ex-marido e os dois professores, e conversando com o diretor da Faculdade de Medicina. Era como se só ele, meu ex, estivesse ali com ele, entendeu? Como se eu não estivesse naquela roda de conversa; então não me dirigiu a palavra, não me dava a oportunidade de falar. Então é uma coisa muito ruim (E08).

Quando a gente entra na sala da diretoria, todos os quadros dos diretores e ex-diretores são homens, todos. [...] E as pessoas ficam, não, mas é uma coincidência, isso é completo, não é por isso, a gente sabe que não é, não é possível que 100 % dos diretores de uma Faculdade de Medicina sempre tenham que ter sido homens, quando a gente tem, inclusive, uma inversão na formação desses profissionais, ou seja, na minha época era meio a meio, na época da minha mãe, que também é médica, eram 20 % de mulheres, na minha era 50%. [...]. Hoje, eu dou aula na Faculdade de Medicina, é 80 % de alunos mulheres, ou seja, a gente está no campo da saúde, seja na medicina, na enfermagem, cada vez mais composto por mulheres, mas esses espaços de coordenação, de mando, de tomada de decisão, de um jeito muito menor, são de mulheres (E09).

Onde é que se expressa a desigualdade de gênero no próprio setor público? Então, acho que existe realmente uma expressão, mesmo no serviço público, onde a gente não sente, na questão do salário, essa desigualdade, mas, na própria distribuição das funções gratificadas, por exemplo, a gente percebe, obviamente, que há uma grande manutenção ainda do papel masculino na ocupação desses cargos, principalmente os cargos mais altos na gestão pública (E12).

Para Cunha, Dimenstein e Dantas (2021, p. 83), a persistência da desigualdade de gênero no sistema científico brasileiro, para além da segregação horizontal (que restringe ou concentra em determinadas áreas) é também vertical (atravessa o avanço na carreira e a localização em áreas do conhecimento específicas, identificadas socialmente como femininas, a exemplo da ciências humanas e sociais, a Saúde, a Enfermagem e Psicologia), é interseccional e relaciona-se com outros marcadores sociais, resultando de um sistema/estrutura social colonial e patriarcal.

De forma mais geral, Jaqueline Leta (2014), ao analisar a produtividade enquanto condição para o sucesso na carreira acadêmica e no desempenho entre homens e mulheres, traz informações que corroboram com o visto até aqui. A autora, ao “investigar, inicialmente, quase 20 mil nomes e, posteriormente, mais de 50 mil”, concluiu que as diferenças entre os indicadores de homens e mulheres “têm relação com a presença relativa deles [homens e mulheres] no campo e, sobretudo, com o recorte que é dado às análises... [pois] as evidências não sustentam a ideia de que as mulheres têm desempenho menor que os homens” (Leta, 2014, p. 147).

Assim, os dados nacionais e internacionais e as narrativas aqui expostas e analisadas nos mostram como a desigualdade de gênero na ciência é descabida. Pois não há razões e conhecimentos que justifiquem essas diferenças, além de ser uma potencial consequência de um fenômeno cultural no qual historicamente mulheres foram direcionadas a uma educação mais tradicional e direcionada a questões sociais da vida, educação e estereótipos de cuidado (Leta, 2003; 2014; Mazotte, 2017; Monnerat, 2017; Candido; Felix, 2023).

O desequilíbrio de gênero na ciência brasileira, além da pouca participação, há o decréscimo no avanço da carreira, como também denominado “efeito tesoura” (FUNCAP, 2022). Aqui, podemos observar, em média, 25 anos de registro que, entre avanços e recuos, parece-nos estagnadas. Há um aumento nas matrículas na pós-graduação, mas não compatível ao acesso às bolsas, considerando que esse acesso, principalmente às bolsas de produtividade, permanece, praticamente, estagnado. Essa amarra identificada no trajeto acadêmico-científico das mulheres brasileiras, não deixa de ser preocupante, porque apesar de estarmos acima da média mundial, acompanhamos a média latino-americana, porém são quase três décadas de alterações e conquistas, que aparentam ser extremamente limitadas.

Há conquistas substanciais; entretanto, não é possível desconsiderar que permanecem desigualdades de papéis entre gêneros, o que, evidentemente, aponta para desafios e obstáculos para alcançar equidade de gênero no mundo científico (Conceição; Teixeira, 2020). Torna-se

imprescindível ratificar a imperativa inserção da perspectiva de gênero tanto nos processos formativos, como nos iniciais e continuados, para assim problematizar questões de gênero (Heerdt; Batista, 2017; Batista, 2017) e desvantagens ocasionadas pelas relações de poder.

A segregação das mulheres na academia mostra-se como ponto incontestável. Esses processos são históricos, já constatados cientificamente por estudos anteriores e nas narrativas aqui expostas. Evidencia-se um paradoxo entre presença e invisibilidade, o que demanda vigilância, pois a presença de mulheres no espaço acadêmico e científico, por si só, não representa a superação do problema; podendo continuar limitando a ascensão das mulheres a cargos de poder e decisão. Assemelha-se ao que Fraser chama de reconhecimento sem ética

A epistemologia feminista vem para colocar isso em debate por meio do reconhecimento da realidade, da história e da construção do conhecimento, ou, em outras palavras, no fazer ciência (Biroli, 2017; 2020). Ratifica-se, assim, que é a partir do momento que essas questões são estudadas, nomeadas, divulgadas, que o conhecimento passa a ser compartilhado, há o potencial de fortalecimento das mulheres na busca por modificar essas situações. Para esse fim, uma via tem sido as teorias e estudos feministas, pois “o objeto das teorias feministas não é exatamente as mulheres, mas sim instituições, estruturas e relações de poder cotidiano nos quais aquelas são posicionadas desvantajosamente” (Biroli, 2017, p. 04).

O compartilhamento do conhecimento leva à tomada de consciência, mesmo que gradual; e isso é percebido no acúmulo e junção de experiências e conhecimento, entre senso comum e saber científico

Olha, eu tenho a impressão de que eu nunca tive tanta, assim, nunca sofri tanto com a questão da desigualdade como agora. Não sei se é porque agora a gente está mais consciente. Então, a gente identifica melhor as coisas. Eu acho que são três coisas na minha visão.

- A gente está mais consciente, identifica melhor. Então, coisas que eu não sabia que existiam. Não sabia o que era *gaslighting*⁷⁵, não sabia quando eu era jovem. Não sabia o que era *mansplaining*⁷⁶. Então, eu acho que esse é o primeiro fator.

⁷⁵ Gaslighting - Quando um homem manipula as situações para a mulher acreditar que a realidade que ela está tendo contato não é real. A mulher se sente confusa, podendo até mesmo duvidar do que está vendo, do que sabe e das suas próprias percepções. Geralmente o *gaslighting* é utilizado como forma de encobrir outros comportamentos abusivos. Para mais informações, vide: <https://ibac.com.br/gaslighting-mansplaining-maninterrupting-bropriating-e-manspreading-uma-visao-analitico-comportamental/>

⁷⁶ Mansplaining - Quando um homem explica algo que é óbvio para aquela mulher (por exemplo: um homem não psicólogo explicando sobre psicologia para uma mulher psicóloga), quando um homem tenta explicar os sentimentos, pensamentos, comportamentos e o próprio funcionamento do corpo da mulher para ela mesma (por exemplo, um homem explicando sobre menstruação para uma mulher). No Brasil, popularmente o homem que comete *mansplaining* é chamado de “macho palestrinha” e geralmente essa violência acontece em qualquer lugar e situação, o que pode gerar diminuição da autoestima e autoconfiança, como também invalidação dos conhecimentos da mulher diante de outras pessoas e de si mesma. Para mais informações, vide:

- Segundo fator, eu acho que nos últimos tempos as coisas realmente pioraram mesmo. Em termos da sociedade brasileira e até no mundo, assim, alguns movimentos de retrocesso grandes.
- E, em terceiro lugar, eu acho que é o cargo que eu ocupo, assim, a questão de quanto mais adiante a gente chega, quanto menos mulheres têm nessa posição, mais **a gente sente o machismo, assim, escancarado.**

Então, eu acho que eu estou numa fase da minha vida que eu estou sentindo agudamente, assim, machismo, desigualdade. E isso, certamente, está afetando a minha saúde, assim. Eu estou muito cansada, assim” (E13).

Conhecimento é poder, poder é controle, retirada de poder gera perda de controle; um processo que envolve resistência e contestação. Nos casos em questão, do incômodo com a possibilidade perda de poder, controle e espaço dos homens para com as mulheres, que leva a tentativas de barrar esse processo de conquista de espaço, de conhecimento e autoconhecimento, da percepção de violências veladas ou não e de suas consequências para as mulheres.

Movimentos⁷⁷ e teorias feministas, no que se refere à produção do conhecimento, são essenciais para desconstruir e reconstruir paradigmas, problematizar situações enfrentadas pelas mulheres em suas carreiras profissionais, criticar barreiras e confrontar convenções e privilégios calcados na invisibilidade das mulheres e denunciar relações de poder imbricadas nas relações de gênero, dentro e fora da ciência (Biroli, 2020; Biroli; Tatagiba; Oliveira, 2020). Na ciência, desafiam as razões estruturais e sociológicas, a influência da divisão sexual do trabalho, as razões epistemológicas, as categorias analíticas e os modelos teóricos e metodológicos aceitos (Biroli, 2020). Sempre reforçando que os desafios, para as mulheres, são diferentes e maiores que os dos homens (Biroli; Tatagiba; Oliveira, 2020).

5.5.4.1. *Gênero e outras relações desiguais e interseccionais na ciência*

Como já dito, “não existe a mulher como categoria universal e fixa, mas várias e diferentes mulheres, que aprendem a ser, pensar, agir e se reconhecer de determinado jeito de acordo com os contextos sociais, culturais e históricos em que estão inseridas” (Silva; Ribeiro, 2014, p. 464). Com este entendimento, não há como a ciência ser neutra, porque as pessoas não

<https://ibac.com.br/gaslighting-mansplaining-maninterrupting-bropriating-e-manspreading-uma-visao-analitico-comportamental/>

⁷⁷ Um exemplo é o *Parent in Science* - grupo formado por cientistas mães e pais que resolveram encarar esta missão de trazer conhecimento sobre uma questão que, até então, era ignorada no meio científico. Para mais informações, vide: <https://www.parentinscience.com/>

são. Cada uma enfrenta condições específicas, de forma desigual, interseccional, ao performarem suas mulheridades (Collins; Bilge, 2020; Hooks, 2020; Nascimento, 2021).

Um sistema científico enraizado numa pretenciosa objetividade e neutralidade - que moldam os processos de acesso, permanência, avaliação e reconhecimento de pesquisadoras - acaba “por ocultar as variadas opressões e desigualdades existentes na trajetória acadêmico-científica de mulheres e homens e as disparidades latentes entre mulheres brancas, negras e indígenas” (Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021, p. 94).

A transformação dessa história e alteração dessa estrutura excludente, preconceituosa e racista demanda intervenção do Estado por meio de uma proteção social efetiva e eficaz; mas “*olha como o Estado cuida mal das suas cidadãs, das suas brasileiras*” (E11):

Eu tenho percebido ao longo da minha carreira, não só por ser mulher, mas por ser mulher negra, que há dificuldade, às vezes, de inserção junto aos quadros, principalmente, de liderança na ciência. É um local, embora hoje não majoritariamente masculinizado, mas ainda para cargos de chefia há uma predileção, um favoritismo e até mesmo entre as mulheres, de elegerem para suas representações homens. Então isso também se dá devido à nossa história, ao nosso histórico, não só escravocrata relacionado a como olhar os negros na sociedade, mas como olhar a mulher também (E07).

Eu penso que as mulheres precisam ser situadas, e por isso não existe a mulher brasileira, nem existem as mulheres, eu falo desse lugar, eu falo de lugar de mulher negra. Lugar de mulher negra, eu era a única aluna negra na sala do mestrado que eu fiz mestrado e doutorado na Fiocruz. Eu fui a única aluna do doutorado, a única aluna negra do doutorado, eu estou falando de instituição pública, toda a minha formação em instituição pública, da minha sala de aula de primário, eu fui a única sala de aula do primário. Do primário toda, uma, duas, só três pessoas fizeram a universidade; da minha sala de aula do primário, só três fizeram a universidade. Uma delas já faleceu e só eu tenho o título de doutora. Eu nasci no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, que é uma favela, né? Que reúne um conjunto, é um território que reúne um conjunto de favelas. Pensa sobre isso. Eu e minha amiga, que é minha vizinha de Porta, somos servidoras públicas. Várias dessas pessoas que estudaram conosco morreram ao longo do tempo. Muitas porque foram assassinadas pelo Estado. Quando uma pessoa é assassinada por uma outra pessoa, por facção, é porque o Estado matou. Essa leitura a gente precisa ter [...]. Então, de uma sala de aula que tinha 30 pessoas, lá no início, no final dos anos 70 [1970], em meados dos anos 70 [1970], eu sou a única pessoa que é cientista. Isso é muito ruim. Isso é muito ruim. Olha como o Estado cuida mal das suas cidadãs, das suas brasileiras. (E11).

A população negra (parda - 46,8% e preta - 8,6% = 55,4%) representar a maioria dos brasileiros (IBGE, 2020; Silva, 2021), porém, é vulnerabilizada “em todos os aspectos sociais e em todos os níveis educacionais[...] a realidade em que vivem cerceia-lhes acentuadamente a possibilidade de ascensão socioeconômica e cultural, constituindo óbice ao aproveitamento de oportunidades” (Silva, 2021, p. 98).

Numa perspectiva socioeconômica, em relação à distribuição de renda e moradia, aproximadamente 33% das pessoas negras estão abaixo da linha da pobreza (5,5 U\$/dia) e 8,8% em situação de extrema pobreza (1,90 U\$/dia); a população branca na mesma situação representam 15,4% e 3,6% nas mesmas situações, respectivamente (IBGE, 2019; Silva, 2021). No que se refere à violência contra a juventude negra (15 a 29 anos), as condições de vida e sobrevivência são desafiadoras, a taxa de homicídio de pretos e pardos chega a 98,5, enquanto de brancos é de 34,0 (IBGE, 2017; Silva, 2021). Adentrando nas questões educacionais, a diferença entre brancos e negros em relação ao acesso ao ensino fundamental é considerada praticamente inexistente, sobre o ensino médio a diferença já é de 21,8% e em relação ao ensino superior chega a 52,6% (Charão, 2011; Silva, 2021), o que evidencia que com base no aumento do nível de escolaridade, também cresce a desigualdade entre brancos e negros em cada um desses níveis (Ferreira, 2019).

Por certo, entre dados e narrativas, em diferentes esferas, evidencia-se a limitação no acesso a oportunidades, conquista de qualidade, manutenção e direito à vida. As múltiplas formas de violências estão para além dos homicídios e da morte em si, “mas também de forma simbólica no sistema educacional, no mercado de trabalho, nas dificuldades de acesso ao sistema de saúde e bens públicos em geral”, caracteriza-se como um processo de desumanização e decorre do “racismo ratificado pela ciência”, por uma educação elitista, seletista (Silva, 2021, p. 100).

Tais problemáticas decorrem da vinculação com o “modus operandi” colonial e escravocrata que no uso estratégico da racialidade e do biopoder atua com foco na inferiorização intelectual do negro ou na sua anulação enquanto sujeito do conhecimento; o que repercute na educação, na racionalidade, na cultura e na civilização do outro. Dessa forma, com base em relações opressoras, considerando que a estratégias de inferiorização intelectual se relaciona à ciência enquanto prática social privilegiada que é tida como único conhecimento válido; apenas quem está inserido nesse processo e executando essa prática pode ser considerado sujeito cognoscente (Carneiro, 2005).

É nessa relação de dominação e exclusão que contestar desigualdades é ir de encontro a origens históricas e institucionais fundadas no processo colonizado e escravocrata e a sua abolição “tardia, passiva e paternalista” (Enriques, 2003) que “subalterniza, subordina e marginaliza” (Santos, 1995). Parafraseando Darcy Ribeiro (2013), a crise da educação brasileira não representa uma crise, de fato, mas um projeto que acompanha a história e desenvolvimento nacional. Portanto, é preciso considerar que as consequências estão para além da relação

educação, ciência e gênero; bem como suas outras intersecções (raça, etnia, geração, território, etc.).

Numa inter-relação ciência e sociedade, ao conseguirem ultrapassar tais barreiras enquanto estruturas opressoras e acessar o espaço acadêmico, percebem que elas ainda estão lá. As experiências dessas mulheres na ciência ao serem atravessadas por questões interseccionais demonstram o quanto o fazer ciência não está apenas nas escolas, nas ruas, em territórios e populações marginalizadas e vulnerabilizadas. Neste caso, sobre a problemática étnica e racial, transpõem-se em múltiplos espaços; seja nos espaços institucionais (laboratório, reuniões, eventos) ou na rua (no trabalho de campo)

Eu sempre falo isso nas palestras também - o mesmo incômodo que eu sentia quando se falava que a maior parte das doenças acontecem nos negros, nas negras; quem é pardo, quem é preto, na região norte e nordeste, é o mesmo incômodo que eu sentia na época da escola, quando tinha aula sobre escravidão, o processo de escravização do Brasil. Eu sentia um incômodo no corpo, uma ânsia, um mal-estar. Que eu sinto também quando fala que a população negra é a ferrada, entendeu!? E, aí, isso me inquietava; sim, eu estou ouvindo o tempo todo, essa história, repetidamente, sendo falada, né. Seja para [doenças] infecciosas, doenças crônicas, causas externas, seja o que for; populações negra, indígena, ferradas e eu vou fazer o que com isso? Principalmente, enquanto mulher negra. Então, eu me senti na responsabilidade de, também, dar conta de alguma coisa nessa direção. Porque, eu acho que não conseguiria dormir hoje em dia indiferente a essas questões.

Eu estava trabalhando com a população em situação de rua, eu sentada no meio fio, um funcionário da prefeitura me confunde com uma pessoa em situação de rua. Entende!? Eu vivo isso, no cotidiano. Até eu dizer que eu sou do [...]. Até eu dizer, o racismo já bateu, entendeu!? Então, seria muito covarde da minha parte, não enfrentar essas questões no campo da saúde coletiva. Até, também, por uma demanda institucional. Foi uma demanda pessoal e institucional, que era preciso na “epidemia”, porque essas discussões sempre foram mais da área de ciências sociais, lá do grupo de ciências sociais de saúde, mas na “epidemia” se fala em desigualdade, mas não se fala de racismo. É importante que a gente esteja no espaço para falar, porque se eu não falo isso, possivelmente, não vai ser um pesquisador, uma pesquisadora branca que vai falar.

De raça, têm professoras lá (na instituição na qual atua), tinha professoras pardas, mas que não levantavam essa pauta racial, assim, com tanto vigor e eu era a primeira professora negra, preta, de pele retinta, lá; então, isso para mim foi um certo peso, num dado momento. Agora a gente já tem outras (E01).

Evidencia-se que o enfrentamento a essas questões de invisibilidade não é apenas em relação a gênero, às mulheres; também não são por si só raciais, emergem de forma muito sutil nas narrativas as questões étnicas.

Nessa minha carreira eu acabei encontrando a minha colega, que ela lidera o grupo de pesquisa comigo, que também é uma mulher negra e ela fala muito isto, que muitas das vezes eu tenho um aspecto fenotípico mais para indígena e ela como tem um

fenotípico mais africano, mais negro, então ela é muito chamada para eventos que vão lidar com a questão da raça e desigualdade de gênero, tudo chamam ela; porque são poucas cientistas negras que nós temos na unidade de mulheres. Então, quando aparece, chamam ela, [por exemplo] “ah, essa aqui, é ela”. Então, tem alguns momentos que você, às vezes, precisa de fato [se posicionar?]. Eu falo “você precisa, de fato, estar aqui para poder impor e falar que precisa ter mais mulheres negras na carreira e nesta unidade aqui que tem pouquíssimas, só tem você”. Aí, hoje, a gente fala [que] “agora só tem nós duas” (E07).

Aí começo a olhar que na própria violência, quando se discute raça, é só uma variável, isso vai me incomodando e eu vou, não só discutindo intelectualmente, academicamente, mas vou falando sobre isso. Todos os espaços que vou, começo a falar sobre isso, começo a falar sobre isso, e isso vai se tornando quem eu sou e eu vou me sentindo muito confortável nessa pele que passo a habitar. Ora, então, eu não sou só uma mulher negra, mas eu quero falar sobre isso e quero incomodar as pessoas sobre isso. Mas eu também parei de ficar, também, só nessa coisa de falar sobre racismo (E11).

A desigualdade de gênero precisa ser compreendida nas intersecções capazes de agravar problemáticas que já são sérias. Esse debate tem chegado às instituições de ensino, pesquisa e fomento. Por exemplo, o CNPq chega a afirmar que “ainda maior que a desigualdade de gênero é a desigualdade étnico-racial” (Painel de fomento CNPq – Lima *et al*, 2023, p. 13). Por certo, a limitação não se trata apenas de incluir, mas conseguir permanecer e ascender, reforça-se a segregação vertical. Entre 2005 e 2022⁷⁸, as bolsas de iniciação científica reproduziram desigualdades étnicas e raciais (brancos – 52%, negros – 30%, pretos – 6% e indígenas – 0,25%), continua nas bolsas de produtividade (negros – 10% e não declarados – 18%) e no nível mais alto da produtividade (negros – 4%); isso no geral, em áreas específicas, a exemplo da educação, há leves alterações (negros – 12%, não declarado – 10% e indígena – 1%) (Painel de fomento CNPq – Lima *et al*, 2023).

A entrada, seja como docente e/ou discente, de negros e negras na universidade tem potencial de pluralizar a academia, “enriquecem as arenas do saber” (Passos; Pinheiro, 2021, p. 119) e isso se estende a totalidade da diversidade étnico-racial que compõe a sociedade. A implantação das ações afirmativas e políticas de cotas nas universidades têm contribuído para ampliar o acesso de grupos vulnerabilizados aos espaços acadêmicos (Araujo; Musial; Jesus, 2022), fazendo com que esses espaços tenham mais “a cara e a cor do Brasil” (Bernardino-Costa, 2023); contudo, a democracia racial ainda é pauta de reivindicações, pois ainda há um perfil racial homogêneo e excludente, com corpos docentes de universidades federais que ainda

⁷⁸ Apesar do recorte temporal, a classificação étnico-racial foi inserida no Currículo Lattes apenas em 2013; a classificação está de acordo com a autodeclaração do IBGE, com os marcadores: preto, pardo, branco, indígena e amarelo (Patrocínio, 2020; Painel de Fomento do CNPq - Lima *et al*, 2023).

são majoritariamente brancos (Fontoura; Brito, 2019; Araujo; Musial; Jesus, 2022; Bernardino-Costa, 2023). É preciso ponderar “não somente pela participação quantitativa [já percebemos que os quantitativos não se mantêm de acordo com o aumento dos níveis educacionais], pela corporeidade, pelos diferentes níveis socioeconômicos, mas principalmente graças aos saberes, aos valores, às cosmovisões, às representações, às identidades que passam a fazer parte do campo do conhecimento” (Gomes, 2018, p. 240-241). Também, “não se preconiza o antigo lugar apenas de “povo oprimido” na reorganização de uma nova narrativa sobre a história indígena, ainda que dentro de relações de poder e dominação”, contudo, “destacam-se agora outros lugares e novos papéis, até então obliterados por essa narrativa que distorce, desfigura e destrói o passado” (Nascimento, 2016, p. 234).

Quando nos referimos à inferiorização, anulação, subalternização, marginalização, subordinação, não validação, não reconhecimento, exclusão, segregação e silenciamento da população negra desde a colonização, escravidão e processos de desigualdade ainda presentes, seja da população negra ou outras populações vulnerabilizadas, dos processos de sociabilidade, da produção à implementação/uso do conhecimento, referimos-nos ao que se denomina epistemicídio (Santos, 1998; Carneiro, 2005).

A epistemologia é a ciência que remete ao desenvolvimento e aquisição do conhecimento (Bartholomeu, 2020). Já o epistemicídio envolve o processo de silenciamento e apagamento de populações como negros e indígenas dos processos de aquisição e desenvolvimento do conhecimento na tentativa de manter a ciência como espaço e prática social privilegiada de pessoas brancas, mas também agregando interseccionalmente e de forma negativa outros marcadores sociais (Santos, 1995; Carneiro, 2005; Nascimento, 2016; Souza, 2018; Sígolo; Gava; Unbehaum, 2021; Brito, Macedo, 2022).

Tem, ainda, o recorte regional, no qual se revela que estar em determinados territórios limita as oportunidades, a exemplo de regiões como norte e nordeste que apresentam maior dificuldade de angariar financiamentos para projetos de pesquisa. Ou, mesmo em situações de migração, nas quais existem percepções de redução de acesso a oportunidades e reconhecimento.

Tem o viés da localização. Hoje em dia, eu vivendo aqui, eu tenho muito mais dificuldade para conseguir o financiamento de projetos, por conta da localização geográfica no Nordeste, então, existe esse viés (E03).

Mas há uma questão da regionalidade. Então, o que eu quero dizer é que, em alguns momentos, a diminuição de oportunidades, eu tenho dificuldade de entender se ela é por ser mulher ou por ser mulher nordestina. Eu não sou uma mulher negra, eu não sei o que é isso no sentido da minha vivência, mas eu sou uma mulher nordestina em

São Paulo, e isso faz muita diferença. É impressionante. Então, acho que a junção dessas coisas fez diferença em momentos em que eu estava mais preparada para uma determinada situação do que outra pessoa que termina assumindo antes. Acho que hoje eu tenho um grande reconhecimento, assim, nos lugares que eu estou, eu tenho muita oportunidade, não há reclamação, não estou me vitimizando, muito pelo contrário, acho que eu tenho uma trajetória que me agrada muito, mas não é uma trajetória fácil, porque o tempo inteiro a gente tem que se colocar, a gente tem que apontar esse tipo de coisa, sabe? (E09).

Quando eu mudei para cá, quase todo o projeto, eu tinha que botar alguém do Sudeste, do Sul ou do Sudeste, ou então a gente não conseguia ganhar. Porque eu tinha acabado de chegar, o Nordeste tinha muito menos gente qualificada com doutorado e tudo, então era difícil ganhar de estruturas que têm faculdade de medicina há não sei quantos anos no Sudeste. Então, o CNPq fez uma política que, por um bom tempo, todo projeto de pesquisa tinha que 30 % pelo menos de todo o montante ia para o Nordeste, Norte e Nordeste. Entendeu? [...]. Então aí a gente passou a fazer, nós é que convidávamos quando a gente achava que precisava. A gente não tinha mais que pedir bênção para o Sul e Sudeste para fazer uma pesquisa. Então essa é uma coisa que eu acho que precisa ter [...]. Teve agora uma chamada que foi pra mulheres⁷⁹. Então assim, eu acho que isso vai ocorrer, não sei com que frequência, como dizem, ninguém mais bota o coelho de volta na cartola (E08).

Ao retomarmos a análise sobre a trajetória de desenvolvimento do país estar atrelada ao da CAPES e com isso acompanhar o desenvolvimento e formação nacional que também é desigual (Furtado, 2005), os dados nos levam a indicadores também desiguais. A exemplo do crescimento dos cursos, matrículas e titulações acompanha as assimetrias regionais, a exemplo do Sul e Sudeste (salvo Espírito Santo) concentram 67,85% das titulações, conforme análise de dados entre os anos 1987 e 2018 (Cabral *et. al.*, 2020).

Quando olhamos para os bolsistas, esses estados também concentram a maioria das bolsas (Sudeste 57,6%, Sul 21,1%, Nordeste 15,8%, Centro-oeste 4,0% e Norte 1,3%) e que também são majoritariamente destinadas as pessoas do sexo masculino, mantendo a desigualdade de gênero também (Oliveira *et. al.*, 2021). A desigualdade das bolsas entre regiões também envolve uma concentração histórica de programas no Sudeste (o maior beneficiado por bolsas) e recursos decorrentes de instituições/fundações de incentivo à pesquisa; logo, regiões com mais recursos tem mais condições para publicações (Cabral, *et. al.*, 2020; Oliveira *et. al.*, 2021). Outro dado referente aos anos de 1992 a 209, associado a distribuição desigual de recursos científicos e tecnológicos é a produção e colaboração científica que também está concentrada no Sul e Sudeste (75%), seguida pelo Nordeste (15%) e Centro-oeste (que não alcançou 10%); essa heterogeneidade espacial também acarreta na concentração de

⁷⁹ Resultado de um investimento de aproximadamente R\$ 3,5 milhões, o edital 01/2022 – Mulheres na Ciência, que foi lançado em fevereiro deste ano, teve um total de 35 propostas aprovadas, distribuídas entre oito instituições de pesquisa do Ceará. Iniciativa pioneira da Funcap, o edital foi lançado no Dia Internacional das Mulheres na Ciência com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa coordenados por mulheres, contribuindo para reduzir a assimetria (ainda existente) de gênero na distribuição de recursos na área científica. Para mais informações, vide: <https://www.funcap.ce.gov.br/2022/06/20/resultado-do-edital-01-2022-mulheres-na-ciencia/>

universidades e institutos de pesquisas consolidados, com maior disponibilidade de recursos humanos e financeiro (Sidone, Haddad, Mena-Chalco, 2016).

As experiências narradas encontram nos dados a comprovação do que foi experienciado. A heterogeneidade geográfica e espacial em relação a titulação, bolsas, produção e colaboração científica (Sidone, Haddad, Mena-Chalco, 2016; CabraL, *et. al.*, 2020; Oliveira *et. al.*, 2021) evidenciam a dificuldade de investimentos e oportunidades, bem como a necessidade de estabelecer colaborações com cientistas de territórios mais desenvolvidos/favorecidos para assim também poder conseguir produzir ciência e levar desenvolvimento ao território nordestino. Desta feita, indiscutivelmente, a “localização geográfica dos fluxos de conhecimento também está estreitamente ligada ao desenvolvimento regional” (Sidone, Haddad, Mena-Chalco, 2016, p. 30).

Há, ainda, uma questão geracional, para algumas, um duplo impacto geracional, entre a autocobrança e a cobrança dos outros.

Tinha uma questão etária, porque aquelas e aqueles que eram meus professores e minhas professoras eles passaram a ser meus colegas e, de repente, eu me vejo, na primeira reunião, quando eu voltei, sentada do lado de um professor, que era uma das maiores referências para mim [...] e eu tendo que argumentar com ele na reunião. Então, para mim, isso foi um processo muito difícil, foi um processo muito doloroso, porque eu era mais nova também. Então, de repente, você está em uma instituição, deixou de ser aluna e vira professora numa virada de chave. Então, eu demorei um pouco para virar essa chave. E foi um processo, assim, eu digo, [que] não foi muito fácil. Eu sentia que tinha que mostrar; eu agia e sentia como se eu tivesse que mostrar por que eu estava ali, que eu merecia estar naquele lugar, então eu trabalhei muito. Lá tem muito essa coisa, os notórios saberes e tal. Aí, a gente que chegou lá, na segunda geração, eu ouvi de colegas dizendo assim: “vocês não vão conseguir manter o CAPES 7, vocês que estão chegando, vocês não vão conseguir chegar no nível deles”. E, na verdade, a gente não quer chegar no nível deles, a gente está procurando o nosso próprio nível, sabe. Então, teve essa pressão etária comigo e com os colegas que vieram do último concurso (E01).

Eu lidei, principalmente, na minha carreira, não só com a desigualdade de gênero, mas com o etarismo. Porque eu comecei a trabalhar na gestão pública, eu tinha 23, não, acho que 22 e eu ia fazer 23 anos, por aí; então, eu era muito nova e até hoje eu lido com isso, porque, no fim das contas, eu acabei chegando ao cargo de chefia alto para minha idade, digamos assim, eu tenho 28 anos e [...]; a outra diretora, por exemplo, tem seis quase 60. E quase todos os espaços que eu vou eu sou a mais nova e as pessoas acham que eu... assim, já aconteceu de achar que eu era a estagiária, achar que eu era a assessora de alguém e não a chefe. Enfim, isso acontece bastante. Acho que minha idade ela chegava na frente do gênero, na gestão pública, porque idade é associada à experiência, então, as pessoas olhavam e ficavam assim: “essa menina está fazendo o que aqui?” (E02).

A unidade que eu estou [...], ela é uma unidade que tem muitos homens ainda, tem muitos cientistas de maioridade; então, isso também é algo que quando eu fui, eu senti essa dificuldade em relação à idade também, de você se impor enquanto cientista, [dizem] “ah, porque você é das mais novinhas, você trabalha com o quê?”. Ainda pergunta assim, como se eu não fosse a própria pesquisadora responsável pela minha pesquisa. Então, eu tive também alguns momentos, eu trabalho na área onde a maioria é engenheiro, eu sou bióloga. Daí uma engenheira entrou, uma certa vez, na minha

sala e perguntou assim “ah, eu queria falar com a Dr.”, aí eu falei “pois não”, aí a pessoa virou assim “que horas que ela chega? ”. Eu acho que a pessoa achou que eu era secretária (E07).

A idade é considerada um indicador, um marcador social, que dentro das relações sociais estabelecidas, é associado e/ou representa comportamento esperado, *status*, poder e responsabilidades nas diferentes faixas etárias, com base no que é esperado socialmente de cada faixa em específico. Assim, o etarismo e/ou ageísmo, termo cunhado por Robert Butler em 1969, refere-se ao preconceito, discriminação contra ou a favor de um grupo que se encaixa em uma determinada faixa etária. Em específico, atinge principalmente mulheres com mais idade, pessoas mais vulneráveis economicamente e pessoas com transtornos mentais; contudo, pessoas mais jovens não estão imunes a esses processos (Beltramini; Capellos; Pereira, 2022).

As narrativas se encaixam justamente nessa “lacuna” de imunidade que atinge pessoas jovens e, ainda, relacionam marcadores sociais (sexo, idade, gênero, raça e etnia). Nessa lacuna, mitos e atitudes estereotipadas associadas às mulheres jovens têm cunho negativo. Elas são tratadas com certo desdém por colegas com mais idade nos locais de trabalho e que as rotulam como vulneráveis, impulsivas, individualistas, inocentes, sem conhecimento, que não merecem confiança (Chan *et al*, 2012; Beaton, 2016; Beltramini; Capellos; Pereira, 2022). O que corrobora e confirma o fato de que associar negativamente gênero e idade sob a suposição de inexperiência e imaturidade da mulher jovem desperta inseguranças ao tempo que representam o reforço de barreiras, a exemplo da “parede de cristal”⁸⁰, já enfrentadas pelas mulheres e que tentam conter suas relações nas mais variadas esferas da sociedade.

O “subalternizar, subordinar, marginalizar ou ilegalizar práticas e grupos sociais” como “os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral” são estratégias de manutenção do poder (Santos, 1995, p. 328 *apud* Carneiro, 2005, p. 96). É necessário reconhecer desigualdades históricas e os marcadores sociais envolvidos, é imprescindível considerá-los enquanto “mecanismo de segregação, exploração e desigualdade que reproduzem injustiças na atualidade” (Sígolo; Gava; Unbhaum, 2021, p. 11-12) e com isso contestar o Estado e as Políticas Públicas a fim de garantir o desenvolvimento democrático do país.

⁸⁰ “Mulheres em início de carreira podem enfrentar barreiras como a “parede de cristal”. Essas paredes são transparentes, têm uma estrutura cristalina e, à primeira vista, podem parecer luminosas e finas, mas são fortes e resistentes o suficiente para demorem a ser quebradas” (Beltramini; Capellos; Pereira, 2022, p. 18)

5.5.4.2. Estratégias de Sobrevivência Acadêmica, Saúde Mental e Autocuidado

A percepção dos desafios apresentados nos tópicos anteriores, em relação à desigualdade de gênero na ciência e suas imbricações interseccionais, reforça a necessidade de reconhecimento e visibilidade das potencialidades e estratégias possíveis de serem utilizadas. As narrativas nos revelam, entre o necessário e o possível, entre articulações coletivas mais amplas e nacionais ou localizadas via pequenos grupos/iniciativas institucionais.

No que se refere à menção, integração e participações em mobilizações mais amplas, como exemplo

A gente tem agora nesses 21 dias de ativismo contra o racismo⁸¹, mulheres negras que reclamam do fato de terem uma produção acadêmica gigante que não faz parte das referências bibliográficas em muitas universidades. E mulheres indígenas também reclamando, que tem mulheres indígenas que escrevem, que produzem livros e artigos. E quando elas vão ver as disciplinas acadêmicas, elas vão olhar as referências bibliográficas. Só tem branco falando (E14).

A campanha em questão, conforme proposta original não se restringe ao âmbito acadêmico, mas o abrange e torna-se estratégia de luta, de afirmação do quanto a ciência demanda mudanças em direção a inserção e ampliação da diversidade social. Assim, torna-se parte do que podemos considerar a expressão de um ativismo formativo, político, feminista e científico (Sardenberg, 2020; Alvarez, 2014; Oliveira, Borssoi, Genro, 2011; Mussi, 2016).

Mas, por vezes, não é possível o engajamento com coletivos mais amplos; nesses casos, a ação ou a não ação tem de ser mais individual, estratégica

Eu entendia assim: que se o meu grupo de pesquisa não dava abertura para aquilo, para esse tipo de tópico, nessa época, isso era uma discussão muito tímida. Eu não faria, por exemplo, a crítica que eu fiz na segunda-feira, na época que eu estava no doutorado, entendeu? Hoje, eu tenho condições de fazer, sem ter ninguém me olhando de cara feia [...]. Hoje, as pessoas me respeitam, também, por causa de um monte de artigo que eu tenho. Senão, se eu não tivesse enchido meu lattes antes, com bons trabalhos, de qualidade; se meu sobrenome não viesse antes [...]. Se não fosse isso, eu só ia ficar gritando e as pessoas não iam respeitar (E01).

⁸¹ O “21 dias de ativismo contra o racismo” é uma campanha apartidária, sem fins lucrativos, autogestionada, criada por ativistas do movimento negro, para pautar a luta antirracista em escalas e contextos diversos. A proposta teve início com a ativista Luciene Lacerda em 2016 a fim de fortalecer o dia 21 de março (dia internacional de combate à discriminação racial), mas sua primeira edição ocorreu em 2017, de 01 a 21 de março. No decorrer dos anos vem incorporando outras datas, no mês de março, para ações coletivas que inspirem e em conjunto com sociedade civil, entidades, organizações e instituições para eliminar o racismo da sociedade. Para mais informações, vide <https://21diasdeativismocontraoracismo.com>

Por certo, promover a percepção de múltiplas perspectivas no processo científico é desafio e movimento político que busca dar visibilidade a corpos e sujeitos subalternizados, invisibilidades e negligenciados ao longo da história. Isso se dá no avanço do enfrentamento ao colonialismo, ao racismo epistêmico, ao epistemicídio, às estruturas de poder que impactam questões étnico-raciais e também de gênero (Carneiro, 2005; Bartholomeu, 2020; Sígolo; Gava; Unbehaum, 2021, Alves-Brito; Macedo, 2022).

É evidente que para muitas mulheres, fazer ciência no Brasil é traçar um caminho árduo, “armando-se” para se fazer presente, ser ouvida e poder fazer os questionamentos incômodos à estrutura social vigente. Uma estrutura na qual as mulheres têm que “*trabalhar muito mais para aparecer, para ser ouvida, você tem que falar mais. Eu sempre digo que você tem que falar mais, tem que falar mais alto, tem que falar mais vezes; é esse trio*” (E04). Entretanto, isso nem sempre acontece de forma solitária. O estabelecimento de conexões entre pesquisadoras é necessário para algumas delas: “*ter colegas que estão na mesma área e em diferentes instituições, em diferentes estados, mesmo que consolidados nessa rede ou só por ser sua rede particular, isso já possibilita, já nos ajuda nesses processos de trabalho e desenvolvimento*” (E05). E isso se dá, também, por meio de coletivos específicos, como aqueles relacionados ao aquilombamento⁸²: “*há muito tempo eu decidi o que é do aquilombamento. Então, identificar com quem você pode andar junto e não andar só. Eu prefiro não andar só e fazer as coisas de maneira coletiva, que é uma forma que eu acredito também*” (E11).

O trabalho coletivo, conjunto, neste caso, agrega o aquilombamento à produção científica enquanto possibilidade de fortalecimento de povos e conhecimentos historicamente vulnerabilizados e invisibilizados; por isso o aquilombamento é tido como ato que “é processual, é histórico, é coletivo” (Dias, 2022, p. 167). Ao conjugar experiências propicia diversidade e pluralidade, entre resgate histórico e construção presente e futura, afronta, confronto estruturas desiguais, como estratégia de resistência e sobrevivência. Portanto, corrobora-se com o fato de que “faz-se necessário que a proposta de aquilombamento alcance as cátedras e liberte também o saber acadêmico do mito da neutralidade científica” (Rimoli *et. al.*, 2023), pois ele “desloca pessoas da condição social de assujeitadas e as reinsere na posição

⁸² A prática do aquilombamento é atravessada pelo princípio filosófico africano Sankofa, uma vez que diz respeito a acessar um legado fundado no início da experiência diaspórica, adaptá-lo às condições do presente e, com isso, criar a possibilidade de futuros pluriversais. Se “cada cabeça é um quilombo”, como anuncia [Beatriz] Nascimento (1989), aquilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja, aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político (Souto, 2020, p. 141).

de sujeitos da própria organização, mobilização, partilha e comunicação” (Veloso; Andrade, 2021).

É na percepção da necessidade de trabalho coletivo, de mobilização, que emergem narrativas sobre aproximações e iniciativas relevantes, como os Grupos de Trabalho (GT) da Abrasco, criação de disciplina sobre gênero, sexualidade e saúde e criação de grupo de pesquisa.

Para eu me fortalecer como pesquisadora negra, eu precisei muito beber da literatura negra. Eu fui procurar o GT racismo e saúde da Abrasco⁸³, porque era o pessoal que sentia as mesmas coisas que eu e dialogava [com] as mesmas coisas. Então, isso foi me fortalecendo, conversando [...] com o pessoal do GT, isso me ajudou muito. Fazer leitura de autoras, autores negros, isso me ajudou muito, na minha construção. Mas isso é uma coisa recente, de 2020 para cá, que eu entrei no GT, que antes eu não estava preocupada com isso (E01).

E a gente conseguiu uma mobilização, a gente conseguiu criar uma disciplina sobre gênero, sexualidade e saúde que ainda está como optativo. Mas a ideia é transformar como uma disciplina obrigatória dentro da faculdade de medicina (E10).

Essas coisas que foram acontecendo, foram me levando mais para o lado de construir um grupo de pesquisa, do jeito como eu achava certo, com colaboração, transdisciplinar. Eu fui criando, assim, um espaço, um espaço para mim. Foi muito legal, foi uma experiência super boa. Eu adorava a minha vida antes da gestão. Então, é isso, assim, a gente criou um ambiente muito legal de pesquisa, de muita colaboração. Foi muito produtivo aquele período (E13).

Percebemos como o processo de aquilombar-se, do trabalho conjunto e apoio mútuo, revela-se e comprova-se como “estratégia de sobrevivência, resistência cultural e promoção de saúde” (Rimoli, *et. al.* 2023). Inclusive, a literatura demonstra que desde a graduação, grupos de socialibilidade conhecidos como “coletivos” são responsáveis pela discussão de problemas enfrentados ao longo da trajetória acadêmica, especialmente, em relação ao racismo (Souza, 2018).

As estratégias narradas e focadas no sentimento de pertencimento, acolhimento e autocuidado também podem assumir outras formas de manifestação mais individuais, no sentido de se preservar frente ao risco de adoecimento causado pela pressão para atender aos indicadores de avaliação dos programas que perpassa por publicações e alimentação constante dos currículos de docentes e discentes, em meio a pesquisas, relatórios, orientações, planejamentos, reuniões e todas as atividades afins que compõem o trabalho acadêmico.

⁸³ GT Racismo e Saúde: O GT Racismo e Saúde é um espaço de diálogo e de articulação entre pesquisadoras/es, profissionais de saúde, gestor@s, negros em movimentos que estão trabalhando com a temáticas relacionadas ao racismo, seu impacto na sua e a forma de enfrentamento. O GT objetiva discutir temas relacionados ao impacto do racismo na saúde e a forma de enfrentamento da questão racial no Brasil, seus impactos nas relações sociais e implicações sobre o processo saúde-doença da população negra. Para mais informações, vide: <https://abrasco.org.br/comissoes-gts-comites-e-foruns/gt-racismo-e-saude/>.

A minha única preocupação é não entrar em sofrimento, então, eu procuro equilibrar muito sofrimento mental. Teve um dado momento [...] **que eu percebi que estava adoecendo e eu comecei a frear para eu me cuidar, para eu equilibrar melhor e tal.** Quando foi em 2020, dezembro de 2020, eu comecei a ter taquicardia involuntária. Eu estava num natal conversando com as amigas da faculdade, num restaurante, meu coração começou bater aqui [apontou o coração] e muito forte e, na época, eu tinha 34 anos, do nada assim. Aí eu comecei a me sentir mal, aí eu fiz uma bateria de exames e tal, aí o cardiologista falou: “você, fisiologicamente, não tem nada, seu coração tá perfeito, sua saúde física tá perfeita, mas você tá com indícios de síndrome de *Bournout*⁸⁴, pelo que você tá me relatando”. **Porque eu não parava, era uma coisa assim, era uma máquina, assim, de trabalhar, trabalhar e tal.** E aí eu comecei a parar para repensar, processar que eu não estava mais no doutorado. Disso que eu comecei a me cuidar, eu comecei a fazer terapia e eu não consigo, ainda, ter alta da terapia. [...] Eu acho que se eu não tivesse feito terapia e alguém me chamasse para um cargo como esse, de vice-direção, eu não ia aceitar, porque eu não me sentia segura [...]. Eu acho que tem sim, eu estou em uma fase de autoconhecimento, por exemplo, eu comecei na terapia falando muito da minha vida profissional, foi o que me motivou para ir para terapia, depois já foi para um ramo da minha vida afetiva, porque **eu estava tão focada no profissional, que eu não estava cuidando da minha afetividade direito.** E agora que eu já estou começando a olhar (E01).

E a minha decisão de me aposentar na época foi porque eu queria mais tempo, eu queria não ter 40 horas presenciais, eu não queria participar mais de reunião de conselho deliberativo, fazer 500 mil relatórios e várias outras coisas, eu queria continuar trabalhando, mas acho que já estava perto dessa sobrecarga administrativa que a gente vive. Então eu estou lá, ainda desse jeito, ajudo muito, participo de todos os seminários, ainda orientei muito, agora ultimamente é que eu não quis orientar mais. Tem uma pausa, é possível que eu volte a orientar nos programas, mas assim, muito menos jeito. Não quero mais orientar seis, oito alunos, quando eu já cheguei a orientar. **E é isso, agora eu tenho uma neta, as filhas já estão criadas e eu tenho mais tempo para mim e para minha neta e para voltar a tocar piano e ler muito mais, fazer pão; mudei para o meio do mato, tem galinheiro, horta, [...] e meus pais são muito idosos, então agora eu tenho tempo para cuidar deles. [...] O fato de se tornar uma pessoa importante não me motiva, eu preciso ser motivada por outros aspectos (E16).**

Esse processo de adoecimento que leva a busca por alternativas mais saudáveis representa um risco real decorrente de uma crise de saúde mental que afeta os espaços de produção científica, em todas as fases da carreira, envolvendo processos de assédio, discriminação, intimidação, pressão para manutenção da reputação científica (Hall, 2023; Maciel, 2023). O dia a dia permeado por atividades, responsabilidades e cobranças excessivas em relação a metas, prazos e objetivos tem levado ao aumento de diagnóstico de *Bournout* entre as docentes e pesquisadoras brasileiras (Lichote; Reis, 2019; Anaquiri; Dantas; Martins, 2023).

É essa alta demanda e a autocobrança em decorrência da desigualdade de gênero, da pressão geracional, da questão racial, problemáticas que levaram a processos de adoecimento

⁸⁴ Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional: distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, sob pressão, que demandam muita competitividade ou responsabilidade constantes. Para mais informações, vide: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout>.

mental (a exemplo do *Bournout*). Tanto que, segundo os relatos, no cuidado com a saúde mental, em um processo de autoconhecimento e reflexão constante, há uma busca por “equilíbrio” e bem-estar; seja, ainda, inseridos integralmente no espaço institucional ou na constituição de outros espaços, muitas vezes relacionados aos processos de envelhecimento. De certo modo, mesmo que algumas não consigam, parece existir o entendimento de que o trabalho acadêmico não deve consumir todo o tempo delas. Neste sentido, recuar e se reorganizar é alternativa de equilíbrio, preservação e autocuidado. As narrativas expostas e analisadas até aqui nos revelam e reforçam que a vida cobra mais das mulheres, apresentando-lhes desafios diferentes e maiores que os dos homens (Biroli; Tatagiba; Oliveira, 2020); que, para mulheres cientistas, permanecer no espaço acadêmico e percorrer trajetórias que chegam a décadas de trabalho é estar dispostas a tomar decisões difíceis e passar por situações desafiadoras na busca de equilíbrio, sobrevivência acadêmica e uma experiência menos danosa e/ou traumática.

5.5.4.3. *Ser Cientista e o ser cientista na Saúde Coletiva*

As diferenças e as identidades ocorrem a partir das relações estabelecidas socialmente e papéis desempenhados nos espaços de convivência que estão relacionados ao “ser mulher e ser cientista”. Isso independe da área, estágio da carreira, idade e instituições em que as pesquisadoras estão inseridas. Pois, mulheres cientistas “se defrontaram com um conjunto de “barreiras” para seguir a carreira científica, que se referem: à dupla jornada de trabalho, à maternidade, à produtividade em pesquisa, à competição, ao preconceito e discriminação de gênero” (Silva; Ribeiro, 2014, p. 464).

Em meio a tantas questões expostas e analisadas até aqui, faz-se necessário saber: Como é ser uma mulher cientista? E para os casos que se enquadram, considerando as especificidades que envolvem, ser cientista com interesse em pesquisas relacionadas a gênero e preocupação com as condições de vida e saúde das mulheres? Seja “*da violência no seu sentido mais estrito até a oportunidade de ser o que se quer ser, o que se pretende como profissional também, como cientista*” (E06).

Portanto, o que é ser cientista?

Eu tenho dificuldades com dois conceitos: o conceito de cientista e o conceito intelectual. Eu sempre me recusei a me enquadrar nesse conceito, **eu não me considero uma cientista, porque eu acho que o que a gente faz é um pouco de desvendar a realidade a partir de certos recortes. Eu me considero uma pesquisadora.** Eu realmente sou uma médica pesquisadora que sempre me dediquei ao estudo, sobretudo, das desigualdades sociais, desigualdade em zona rural e urbana,

conta muito da minha, do meu lugar de nascimento, do meu lugar de ser. **Eu tenho dificuldade de me ver neste rosto de cientista.** Talvez porque eu me baseio muito na ciência tradicional. Não sei, isso não é nenhum demérito. Para mim, um cientista foi um Hipócrates⁸⁵, um Leonardo da Vinci⁸⁶. Está entendendo? Um Milton⁸⁷, uma Marie Curie⁸⁸, que chegou lá com aquela rádio dela e disse: Não, vai ficar assim. Então, acho que assim, como pesquisadora, a gente tem um papel muito substancial na sociedade. Se a gente conseguir sair, quer dizer, dialogar com o nosso conhecimento, com a sociedade como um todo. Isso, felizmente, a gente tem feito, a gente tem conseguido fazer. Eu me sinto muito gratificada por essa possibilidade de aporte para a sociedade como um todo (E12).

A definição de cientistas, por vezes, está associada a imagem de um homem branco, de jaleco branco ou uniforme, inteligente, de meia idade, trabalhando em laboratórios e/ou indústrias, fazendo experiências perigosas, em e situações de visibilidade (Reznik; Massarani; Moreira, 2019; Santos; Adinolfi, 2020; Brasil, 2020; Oliveira, 2022); contudo, apesar da permanência desse estereótipo, há uma ampliação ainda tímida para imagens que remetem à presença feminina (Brasil, 2020). Dessa forma, tende-se à manutenção do mito de que o âmbito científico tem que ser inteiramente masculino, com homens brancos, inteligentes, em seus laboratórios, arriscando-se ao produzir ciência, compreendendo o mundo a partir de quem são ou se tornaram. De homens que partem do lugar que ocupam, do tempo que vivenciam, ou seja, de uma forma limitada de considerar qual conhecimento é legítimo, já que o conhecimento está ligado ao tempo, ao sujeito e ao local no qual ocorrem sua produção (Haraway, 1995; Lugones, 2014; Lino; Castro; Mayorga, 2020).

Considerando que cientistas atuam na compreensão do mundo, por certo, a ciência é a compreensão do mundo e das redes de poder que o atravessam e estruturam; é uma invenção social, histórica, cultural, procedimental, teórica, metodológica; é contestável a partir do momento em que o mundo e as sociedades que os estruturam estão em constante evolução; portanto, apenas possível de ser produzida a partir de pensamento e posicionamento crítico. Isso demanda o não silenciamento de determinadas vozes (no caso deste estudo, de vozes de

⁸⁵ Hipócrates, médico grego, nasceu na Ilha de Cós, aproximadamente em 460 a.C., considerado o pai da Medicina, é o mais célebre médico da Antiguidade e o iniciador da observação clínica. Para mais informações, vide: <https://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/Biograf/ilustres/hipocrates.htm>.

⁸⁶ Leonardo da Vinci (1452-1519) foi um pintor italiano e um dos maiores gênios de seu tempo. A tela "Mona Lisa", verdadeira obra-prima, o notabilizou como um dos principais pintores da Renascença. Para mais informações, vide: https://www.ebiografia.com/leonardo_vinci/.

⁸⁷ Milton Santos (?) (1926 - 2001) é um dos maiores geógrafos brasileiros, com reconhecimento mundial, crítico das relações internacionais entre os anos 1980 e 1990, propondo repensar novas formas de globalização. Para mais informações, vide: <https://miltonsantos.com.br/site/>.

⁸⁸ Marie Curie, a polonesa mais brilhante da história, descobriu o Polônio e o Rádio, foi a primeira mulher a fazer doutorado na França, ganhou dois prêmios Nobel e virou a cientista mais conhecida da Terra. Para mais informações, vide: http://www.crqxx.gov.br/crqxx/aceso_noticias/marie-curie.

mulheres) e a garantia da diversidade de perspectivas (Haraway, 1995; Silva; Ribeiro, 2014; Lino; Castro; Mayorga, 2020).

Retomando Bourdieu ([1997] 2004; 1983), para entendermos a ciência enquanto produção cultural, faz-se necessário ir além do contexto textual e social (relação entre texto e contexto). Ele destaca a existência de um universo intermediário entre esses contextos, o Campo Científico, que é estruturado por indivíduo, seus *habitus*⁸⁹, capital científico⁹⁰ e instituições que, por meio das quais relações são estabelecidas, produzem, reproduzem e difundem ciência com relativa autonomia e leis próprias. Mas, as pressões enfrentadas estão relacionadas aos problemas de conexões, às resistências que buscam e caracterizam sua autonomia, a fim de escaparmos da “ciência pura” (destituída de necessidade e complexidade social) e da “ciência escrava” (submissa a todas as demandas político-econômicas. Incontestavelmente, “o campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições e solicitações[...], um campo de forças e de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças (Bourdieu, 2004, p. 21-22).

Desta feita, essa complexidade histórica e desigual da ciência enquanto produtora, produção e produto, corrobora com o que emergiu nas narrativas, conforme destacado anteriormente; ou seja, com a dificuldade de autorreconhecimento enquanto cientista e da sua produção como ciência, com o que pode ou não ser considerado ciência. Reforça-se o quão papéis de gênero que subalternizam as mulheres e criam obstáculos para sua autonomia em diferentes espaços de sociabilidade (Leta, 2003; Biroli, 2013; Adichie, 2017), como os espaços de trabalho, determinadas áreas e profissões são associados às mulheres e os que não são representam maior insalubridade, fazer ciência também é um desses.

Conforme analisado nos tópicos anteriores, a desigualdade de gênero na ciência tem suas opressões interseccionadas (Collins; Bilge, 2020; Akotirene, 2019; Silva; Ribeiro, 2014; Hooks, 2020; Nascimento, 2021); “*principalmente, se a gente está trabalhando estudos de base populacional que envolvem diferentes áreas, a gente precisa estar atento e incluir e considerar diferentes determinantes*” (E05). Logo,

É um desafio ser uma mulher cientista hoje, na contemporaneidade, e de que a gente pode fazer isso de forma coletiva. Eu não quero fazer nada nunca sozinha. De preferência, eu quero fazer com mulheres. Mulheres nessa pluralidade. Eu não quero fazer só com mulheres. Eu quero fazer com homens que sejam empáticos, que sejam solidários e que, junto com a gente, promovam uma sociedade emancipatória. **Porque a sociedade emancipatória é baseada no respeito. Porque eu não quero uma**

⁸⁹ Bourdieu (2004; 1983) denomina como *habitus* os modos de ser dos agentes sociais (indivíduos).

⁹⁰ O próprio campo constitui uma forma de capital, o capital científico, que é uma espécie de capital simbólico estruturado pelos atos/construções que constituem conhecimento e reconhecimento pelos pares no próprio campo. O *Citation Index* é um exemplo de como “medir” esse capital (BOURDIEU, 2004; 1983).

sociedade só de mulheres. Eu quero uma sociedade de pessoas que acreditem, que acreditam que podem fazer diferente do que a gente tem feito até aqui. Eu acho que o princípio disso, talvez, é pensar que mais mulheres podem estar nesses espaços que criam possibilidades [...]. Não é fácil estar na contra hegemonia sempre, é bem complexo. Muitas vezes eu penso que o grande desafio é não ser cientista a qualquer custo, a qualquer preço, passando por cima de tudo, de todos e de todas [...]. Então quero sempre fazer ciência de uma forma que seja de movimento, e que seja o menos formal possível, desafiadora, então vejo ainda como desafiadora, mas vejo como possível e potente (E11).

A potência da possibilidade e materialidade da atuação de mulheres na ciência pode estar na integralização entre formulações e práticas profissionais e implementação adequada que não apenas considere o conceito de gênero, mas que de fato promova a materialização do olhar de gênero nas práticas profissionais. É tornar possível o pensar e construir uma ciência que subsidie políticas e instrua práticas adequadas, voltadas (Batista, 2017).

A retomada do aquilombamento (Souto, 2020; Veloso; Andrade, 2021; Dias, 2022; Rímoli *et. al.*, 2023) pelas narrativas desafia o fazer ciência que considera solitário, a partir de uma conduta contra hegemônica; reconhece a potência dessa proposta por ser uma potência plural de mulheres e conhecimentos que não se restringem à formalidade.

Essa coletividade pode ser a resposta não apenas para o trabalho tido como solitário, nem apenas para compartilharem saberes, mas também no intuito de minorar o peso e desgaste emocional por terem “*que estar sempre procurando estratégias para escapar de algum tipo de perseguição para si ou para outros, ou para outras mulheres que estão à sua volta, que estão vinculadas ao seu trabalho*” (E03). Entretanto, ao tempo que causa desgaste, há um contrapeso proporcionado pelos resultados obtidos, visto que “*quando a gente tem os resultados é muito prazeroso, é muito gratificante a gente conseguir conquistas de conhecimentos e resultados que favoreçam a coletividade; em especial, as mulheres, para livrá-las desse problema*” (E03).

Esse favorecimento social com olhar especial para as mulheres, por cientistas mulheres, agrega diversidade, interseccionalidade (Collins; Bilge, 2020; Akotirene, 2019; Silva; Ribeiro, 2014; Hooks, 2020; Nascimento, 2021) ao processo científico. A existência do olhar de gênero em políticas públicas de gênero se trata da adesão conceitual ao objeto e às intervenções direcionados em políticas nas quais mulheres não são apenas o objeto, mas parte também do processo de construção (Nascimento, 2016; Batista, 2017). Logo, está no fortalecimento do ir além do ato de apenas perceber, da percepção; o implica na construção de conhecimentos que subsidiem alternativas que relacionem justiça social e equidade.

Eu adoro poder me chamar, me considerar uma mulher cientista, porque eu acho que é sempre a busca pelos caminhos, tem a ver com a questão da igualdade, eu acho,

da questão da equidade, que é você buscar aquilo que é o melhor possível para alguém, quando você pensa em evidência, quando você pensa em evidência técnica, científica, você está buscando aquilo que, de fato, possa contribuir com as pessoas [...] **e você incluir essa perspectiva de gênero e esse olhar de gênero nesse processo de pesquisa é você saber que você muda a vida das pessoas ao ser uma pesquisadora que olhe para esse campo [...]**. A pesquisa, eu acho que me serve, ser pesquisadora, ser cientista. Vem muito como uma possibilidade de construção de evidências para construção de políticas públicas que possam diminuir essas desigualdades de gênero, especialmente; mas também de classe social, de raça, cor, etnia, que a gente sabe que acontece (E09).

Por certo, as desigualdades desafiam cientistas no geral, pesquisando ou enquanto objeto de estudo; nesse contexto, a desigualdade de gênero atravessa as cientistas não sendo possível o afastamento do objeto quando se é mulher e sua atuação profissional caminha nessa direção. Pois, é importante salientar que as teorias feministas já alertam seus objetos de estudos não são exatamente e exclusivamente as mulheres, “mas sim instituições, estruturas e relações de poder cotidiano nos quais aquelas são posicionadas desvantajosamente” (Biroli, 2017, p. 04), enfrentando desafios diferentes e maiores que os dos homens (Biroli; Tatagiba; Oliveira, 2020).

Logo, na ciência, o ser cientista para mulheres, é considerar que “a trajetória de cada cientista é construção singular, específica, individual”, mas “também é coletiva, pois se trata de uma história vivida coletivamente, localizada num determinado contexto cultural, histórico e social” (Silva; Ribeiro, 2014, p. 453). Nesse contexto indivisível, desafiam razões estruturais, epistemológicas, categorias analíticas, modelos teóricos e metodológicos cientificamente e socialmente aceitos (Biroli, 2020).

Assim, ser cientista é ocupar a ciência, um campo científico, um lugar social, histórico e político. Nos casos aqui analisados, este lugar é a Saúde Coletiva, um campo que tem suas próprias tensões e disputas desde sua constituição, processo no qual se estrutura ao acompanhar a organização da oferta das ações de saúde no Brasil. Embora tenha origens relacionadas ao projeto preventivista e outras experiências que buscaram repensar a Saúde Pública convencional e o modelo biomédico anteriores, congrega conhecimentos e práticas que se fizeram expressivas e institucionalizadas a partir dos anos 1970 (Nunes, 1994; 2006; Bosi; Paim, 2010; Bosi; Prado, 2011; Bosi, 2012a).

Para além do enfrentamento, as narrativas revelam um espaço de debate, permeabilidade, desbravamento, descobertas, encontros e pertencimento; no qual, o contato com demais áreas e campos leva à cientista a encontrar o seu lugar.

Eu adoro, eu acho que estou no lugar certo, no lugar do enfrentamento, dos debates, entendeu. **É um lugar que tem permeabilidade, porque as ciências mais duras, assim, eu acho que é muito mais difícil.** Então, por exemplo, eu vim de uma área

muito laboratorial e isso é bem mais complicado. Então, na saúde coletiva eu me encontrei. Sabe quando você encontra um amor? Eu encontrei um amor profissional, é uma área que eu, realmente, dentro da saúde, eu me encontrei, assim (01).

Eu acho que a saúde coletiva é um dos campos mais avançados, assim, né. Onde a gente se sente mais bem acolhido. Então, eu sempre me senti muito bem, assim. Com raríssimas exceções, alguma situação mais difícil. Eu não achava que ser mulher fosse tão complicado. Quando eu estava lá no grupo, né, no grupo de pesquisa na saúde coletiva, não achava difícil. Eu acho que na gestão aqui isso aparece muito mais, assim (E13).

Então ir para saúde coletiva me fez muito bem, porque eu pude realmente exercitar mais esse meu lado crítico da sociedade; crítico na relação de gênero, crítico no racismo, crítico na justiça social, das faixas etárias, a questão do idoso, do deficiente. Então, é um grupo de coisas, né? [...] área da Saúde Coletiva, ela permite praticar esse discurso e permite ver como essas relações de gênero influenciam na saúde. (E08).

A Saúde Coletiva por ser entendida como um campo “inter, multi e transdisciplinar”, com relações que variam e se adaptam às possibilidades de análise (NUNES *et. al.*, 2010), coloca-se, em outros termos, como um “leque temático” que atrai e acolhe profissionais distintos, negocia com epistemologias diversas, entrelaçando-se a outros campos (Bosi; Prado, 2011), possibilita pensar a saúde numa questão ampla (OMS, 1946; Brasil, 1986) com compromisso ético (Bosi; Paim, 2010) e potencial de reverberar mudanças nas políticas e práticas de saúde ao produzir e disseminar capital científico que considera e se preocupa com os modos e a qualidade de vida das pessoas (cientistas/pesquisadores, profissionais assistenciais, usuários dos serviços ofertados e população geral).

No sistema científico brasileiro existem concentrações de mulheres em determinadas áreas do conhecimento identificadas socialmente como femininas, a exemplo das ciências humanas e sociais, em específico a Saúde, a Enfermagem e Psicologia. Os números corroboram que na área da Saúde as mulheres chegam a 68%; em relação a bolsas, recebem 45,8% e 48,7%, nas ciências biológicas e humanas, respectivamente; e que sobre as publicações correlatas à saúde são 79%. (Leta, 2003; Larivière et al, 2013; Mazotte, 2017; Monnerat, 2017; Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021; Candido; Felix, 2023; Marques, 2024). Dessa forma, reconhecemos a relação decorrente de desigualdades interseccionais que relaciona marcadores sociais resultantes de um sistema/estrutura social colonial e patriarcal que direcionaram as mulheres, em sua maioria, para espaços de atuação na saúde, relacionada ao cuidado; podendo assim ser um fator na conformação da saúde coletiva como campo acolhedor para com a diversidade social.

Assim, ser cientista e ser uma mulher cientista na Saúde Coletiva, a partir das narrativas, vai ao encontro do que é ter um espaço crítico necessário para se fazer ciência, contestar,

reinventar a ciência e o ser cientista, corporificando saberes e práticas de forma interseccional, bem como relacionando questões epidemiológicas, de política, planejamento e gestão e nas ciências sociais e humanas. Em diferentes campos discursivos da Saúde Coletiva – epidemiologia, ciências sociais e humanas e política, planejamento e gestão em saúde, portanto, é possível encontrar a inserção do olhar de gênero (no que se refere a questões específicas das mulheres), bem como outros marcadores sociais (Silva, Ribeiro, 2014; Biroli, 2017; Batista, 2017; Deslandes; Maksud, 2019; Colins; Bilge, 2020; Lino; Castro; Mayorga, 2020).

5.5.5. Estudos de Gênero, Saúde Coletiva e Políticas Públicas para Mulheres

Considerando a realidade social, política e econômica do Brasil, no que se refere à importância e necessidade de pensar políticas públicas para mulheres (Nascimento, 2016; Matos; Lins, 2018; Matta *et al*, 2021; Sarmiento, 2021; Pimenta *et al*, 2021; Biroli, 2020; Sanchez, 2021), pesquisadoras da saúde coletiva corroboram essa afirmação e enfatizam a necessidade de estudos direcionados às mulheres e suas demandas, bem como que estejam presentes na política e em espaços de decisão. Enquanto cientistas vinculadas à saúde coletiva, é salutar a preocupação com a política de saúde. Neste sentido, a preocupação com a adequação do sistema e serviços de saúde para atender as necessidades das mulheres é central em suas reflexões, pois

O SUS, por mais que o SUS seja pensado para atender as populações em suas especificidades, inclusive, do ciclo de vida, a gente ver como que por mais que mulheres sejam as que mais procuram o atendimento de saúde, o Estado não pensa, o Estado não planeja, não pensa política pública a partir das mulheres e da sua diversidade, principalmente [...]. Tem aí um cansaço extremo de cuidado, de serem as cuidadoras da família” (E02).

Como elas procuram mais, elas são em maior número como usuárias. E às vezes você faz uma amostragem e tem mais mulher, porque elas são as maiores usuárias, elas que levam as crianças, elas que [...] (E08).

A gente achava que não deveria fazer um questionário específico para isso, mas ter trabalhos envolvendo o olhar da mulher, principalmente, da mulher; porque a gente falar do gênero, pode ser do gênero masculino. Mas olhar o gênero feminino, dentro da saúde coletiva, é extremamente importante para fazer políticas voltadas. A gente só consegue fazer política voltadas, se a gente conhecer o problema (E07).

Tal situação desperta questões importantes sobre o quão se faz necessário aprofundar a discussão sobre a relevância de olhar para as mulheres em todas as etapas da construção de uma

política pública, sendo relevante a articulação de políticas públicas de gênero que considere a saúde a partir de um conceito ampliado e transversal às demais políticas (Nascimento, 2016; Batista, 2017). Portanto, pensar em políticas públicas para mulheres é pensar de forma multidisciplinar, intersetorial e interseccional. Um dos desafios dessas políticas é desenvolver formas de promover o empoderamento e não a subalternização histórica e estrutural, aliando consciência crítica e transformação prática, emancipação política e social (Sardenberg, 2006; Ribeiro, 2020; Berth, 2020). Assim, é imprescindível

Criar políticas específicas para meninas e mulheres em várias áreas, inclusive, na ciência. Mas a gente ter incentivos, nos termos [...] de estimularmos essa ideia de que as mulheres podem e devem ser cientistas, né. Então essa ideia que vem aí já, que você não vai ficar ali só fazendo comidinha, trocando roupinha de boneca, brincando de casinha; você pode fazer várias [coisas], ter outras brincadeiras (E04).

Aqui se trata de pensar em políticas equânimes, que considerem os diferentes momentos e necessidades da vida das pessoas, onde as famílias, independente, da sua organização tenham um Estado que garanta proteção social em todos os espaços (Behring; Boschetti, 2006; Nascimento, 2016; Menicucci, 2018). E que para isso, possa usar experiências exitosas, a exemplo

Quando a gente pensa em licença-maternidade, que a gente pudesse ter estratégias como tem, por exemplo, a Alemanha, que você tem lá seus dois anos de licença e você pode dividir esse tempo entre a mãe e o pai, dependendo de quem pode ser, a partir da escolha dessas pessoas. Enfim, acho que são muitas ações que a gente poderia fazer, mas incluir as questões de pesquisa qualitativa, as questões com editais mesmo, sabe? (E09).

Mas também as possibilidades frente aos privilégios de ocupar o espaço científico

Para a ciência, a gente é muito privilegiada, porque como a gente precisa menos de recursos que as mulheres em situação de extrema pobreza, de vulnerabilidade maior, algumas canetadas ajudam. Então, para ter licença maternidade para bolsista muda a vida, a mulher poder engravidar durante o mestrado sabendo que vai poder ter uma licença maternidade, isso é uma canetada, claro, que precisa de recurso, porque você vai ter uma bolsa, mais bolsa de mestrado, mais bolsa de pesquisa e não é isto que afunda o país, mais quatro meses de uma bolsa de uma pesquisadora (E06).

Para este fim, numa perspectiva focada no coletivo, seja reproduzindo ou criando propostas, as iniciativas não podem estar restritas apenas à execução das políticas públicas; mas em todo seu processo de constituição, na vivência dos valores democráticos, nos processos políticos participativos, no controle social, na ocupação dos cargos políticos em

complementariedade aos demais espaços de poder (Gohn, 2001; Behring; Boschetti, 2006; Perrella, 2012; Paradis, 2013; Menicucci, 2018; Biroli; Guarnieri; Tatagiba, 2020; Matos, 2014; 2020; Mendonça, 2018; 2021).

Portanto, “*é bem importante pensar nessa questão política, porque a gente sabe que, quando tem mais mulheres na política, as políticas feitas para mulheres beneficiam toda a sociedade*” (E13); que pensar no bem estar coletivo é considerar o conceito amplo de saúde e que “*a saúde coletiva tem sido uma área do conhecimento que tem contribuído muito para essa questão dos estudos sobre gênero*” (E12); e que olhar para o processo de desenvolvimento - social, histórico, político, econômico e cultural -, é questionar “*como é que uma sociedade entende que as mulheres, por questões biológicas, são as reprodutoras dos seres vivos [...] e acha que isso é uma responsabilidade só nossa, como se o estado e a sociedade não tivessem qualquer responsabilidade na criação das pessoas que estão nascendo?*” (E02).

Desta feita, partindo do pressuposto de que direitos se materializam por meio de políticas públicas, considerando as narrativas que expressam experiências e ideias de mulheres cientistas que se preocupam e atuam com foco direto ou indireto para a qualidade de vida das mulheres na sociedade, fica evidente o alicerce imprescindível para a edificação de políticas específica para mulheres está alicerçada.

Figura 01 - Tripé - Políticas Públicas para Mulheres



Elaboração própria (2024)

É a partir desse tripé, composto por questões relacionadas à diversidade na ocupação de espaços de poder, estudos de gênero e saúde coletiva e retrocessos políticos e possibilidades que nos aprofundaremos na relevância de pensar políticas públicas específicas para mulheres

nas próximas páginas; enfatizando a participação social, o uso do conhecimento científico para promoção de saúde e qualidade de vida e uma visão crítica da estrutura na qual estamos inseridas a fim de vislumbrar e propor intervenções potentes.

2.5.5.1. *Diversidade na ocupação de espaços:*

Além do conhecimento sobre a realidade, a presença de mulheres em diferentes setores, nos espaços de tomada de decisão, de construção de legislações, no executivo, em cargos detentores de poder como um todo são pontuados, fortemente, nas narrativas analisadas. Isso vai ao encontro do entendimento de que a diversidade de espaços de poder é essencial para caminhar em direção à uma sociedade mais equânime (Grossi; Miguel, 2001; Bohn, 2010; Paradis, 2013; Matos, 2014; Matos; Lins, 2018; Biroli; 2020; Biroli; Quintela, 2021; Sanchez, 2021).

A ciência torna-se mais plural e diversa a partir da participação de mulheres e inserção do olhar de gênero (Bayes, 2012; Silva; Ribeiro, 2014; Biroli, 2017; Batista, 2017; Gomes, 2018; Biroli; Guarnieri; Tatagiba, 2020; Queiroz, 2020; Collins; Bilge, 2020; Hooks, 2020; Nascimento, 2021). Contudo, as dificuldades inerentes à ocupação de espaços acadêmicos fazem com que muitas mulheres se interroguem, questionem sua presença, repensem os lugares que conquistaram e que desafiam o *status quo*. Parece existir um processo de reflexão contínua entre a busca por caminho profissional mais fácil, a relevância da representatividade e seu impacto para outras meninas e mulheres (Leta, 2003; Carneiro, 2005; Silva; Ribeiro, 2014; Nascimento, 2019; Collins; Bilge, 2020; Ribeiro, 2020; Berth, 2020; Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021). Ressalta-se a importância de expressão de pensamentos e posições, “torna-se inspiração”:

É importante que a gente esteja no espaço para falar, porque se eu não falo isso, possivelmente, não vai ser um pesquisador, uma pesquisadora branca que vai falar. Eu acho que estou no lugar certo, no lugar do enfrentamento, dos debates [...]. Eu tenho clareza do quanto é importante a gente se posicionar, acho que isso é importante. E, também, no meu grupo, no grupo que eu coordeno, tem muitas meninas e eu espero que elas se inspirem, como eu me inspirei também em mulheres incríveis, minha orientadora, professoras que eu já... Eu quero que elas se inspirem, também, não só em mim, mas em outras [...]. O fato de eu estar conseguindo isso não é mérito, exclusivamente, meu. É mérito, primeiro, sempre gosto de reforçar isso, na coletividade negra, de quem veio antes. Então, a gente tem várias intelectuais negras, mulheres, inclusive, minha mãe, minha avó (E01).

Isso é evidenciado também por outras entrevistadas. Uma pesquisadora negra, com descendência indígena, em sua experiência com a desigualdade de gênero que se intersecciona com raça, etnia e geração, diz que em circunstância que sentiu vontade de desistir, concluiu que *“não, eu tenho que aqui me impor, se alguém não fizer, nunca vai acontecer”* (E07). Acrescenta ainda uma experiência profissional na qual, com suas colegas de trabalho, produziu um vídeo educativo com cientistas negras que foi disponibilizado e transmitido em escolas públicas; e que, mesmo sem a intenção de trabalhar a questão da representatividade, pois tinha outro conteúdo da saúde em ênfase, o dispositivo reverberou entre as estudantes da escola:

Esse vídeo é igual um filho que ganhou o mundo, sabe, ele já foi passado em vários lugares e teve um momento em que a gente foi numa escola pública, que uma das meninas da escola falou assim “eu me senti tão representada nesse vídeo”, porque somos mulheres negras que aparecem, aí elas se sentiram representadas, porque nunca tinha visto [...]. Quando você fala em pesquisador, em cientista, é homem e branco. E aí, nesse vídeo, eram mulheres e negras, então, foi bem interessante, todas as falas das cientistas eram de mulheres negras. E, quando apareceu esse vídeo nas escolas, as meninas falavam... as mulheres, principalmente, meninas falam muito isso, relatam que vários colegas que passam isso nas escolas, ele é um vídeo que é para usar em educação ambiental e as meninas falam isso, vários colegas nos relataram isso, “olha, as minhas alunas falaram isso” (E07).

Observamos um sentimento de responsabilidade em permanecer desbravando caminhos para quem ainda irá ocupar esses espaços, ao tempo em que se reconhece os esforços anteriores; seja na ação, na teoria, na construção do saber científico, enquanto docente e na gestão de instituições de ensino, pesquisa e extensão.

A gente tem que está nos cargos de poder [...]. Claro que eu tenho, eu estou começando ainda, mas isso eu vejo lá na frente, assim. Eu acho que a gente tem que estar nos lugares de decisão [...] eu converso com o diretor, meu colega que eu compartilho, que por ser mulher minha visão é outra, que para ele talvez passasse despercebido (E01).

A gente tem atualmente uma diretora que aproxima a gestão, é uma mulher. Isso se abriu muito mais, a gente conseguiu, através de parcerias com os estudantes. Eu sempre fui uma referência para os poucos estudantes que tinham interesse nisso, na área de medicina, sobretudo, o pessoal LGBT que não tinha nenhuma acolhida dentro da faculdade. E a gente conseguiu uma mobilização, a gente conseguiu criar uma disciplina sobre gênero, sexualidade e saúde que ainda está como optativo. Mas a ideia é transformar como uma disciplina obrigatória dentro da faculdade de medicina (E10).

Recorrentemente, crescem e ratificam a necessidade de ocupar espaços de poder e decisão. Esse lugar da gestão também é abordado pela ótica da gestão de políticas públicas, na observância da baixa ocupação por parte das mulheres (Grossi; Miguel, 2001; Bohn, 2010; Paradis, 2013; Matos, 2014; Matos; Lins, 2018; Biroli; 2020; Biroli; Quintela, 2021; Sanchez,

2021). Um exemplo citado é das secretarias estaduais de saúde, nas quais “*as mulheres são minoria*” (E02)⁹¹ e essa afirmação vem de uma experiência de trabalho junto ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), na qual foi identificado que “*a configuração das secretarias de saúde dos estados, se eu não me engano, tinha 01 mulher de [entre] 27*” (E02). Ainda,

Quando você vê a configuração das secretarias, os cargos de chefias estão com homens. Então, essa desigualdade também do lado de cá, de quem está fazendo a gestão e o planejamento de políticas públicas. Como é que isso impacta, né? Eu volto a dizer, não é que precise ser mulher, mas se não tem nenhuma mulher, é muito mais improvável que as mulheres sejam levadas em conta (E02).

Em acréscimo a essa discussão, sobre as disparidades de gênero na gestão pública, em específico na saúde, mais uma vez são colocadas manifestações da segregação horizontal e vertical. Ou seja, das mulheres em funções ou áreas mais ligadas ao cuidado, porém, sem acessar os espaços de mando, de tomada de decisão (Leta, 2003; Sígolo; Gava; Unbhaum, 2021; Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021; Painel de Fomento CNPq - Lima *et al*, 2023). E essas são problemáticas específicas que são objetos de estudo

Tem várias pesquisas, inclusive, uma das minhas pesquisas em relação à linha de frente da pandemia, a gente percebe que a gente tem quase 80% da saúde, ela é realizada, estruturada, pensada por mulheres. Mas quando você vai olhar isso, por exemplo, nos cargos de direção e tomada de decisão, que inclusive podem garantir esse olhar de gênero, ou seja, se você está num lugar de política pública, você pode implantar um serviço de atenção à violência, garantir um lugar de amamentação para essas mulheres, mas as mulheres não assumem esses lugares de mando [...]. Eu sou uma pessoa de esquerda, fiquei muito feliz com a mudança que a gente teve agora, mas se a gente olha o grupo de transição da saúde, eram cinco homens médicos brancos. Então, tem um lugar social reservado à mulher em que se aceita o trabalho, aceita a sua produção de trabalho, de força de trabalho, de intelectualidade, mas não se permite igualmente o espaço de gestão, mando, tomada de decisão (E09).

A narrativa acima responde ao impacto questionado, evidenciando a limitação do acesso a direitos, de proteção por parte do Estado, de maior sofrimento em situações de calamidade pública, a exemplo da Pandemia da Covid-19, que trouxe uma situação desafiadora para toda a população mundial, entretanto com maior impacto para as populações vulnerabilizada, dentre elas as mulheres (Horton, 2020; Marques *et al.*, 2020; Nasser *et al*, 2021; Bordiano *et al*, 2021;

⁹¹ Com base nos dados atuais no *site* do Conass, 12 das 27 secretarias estaduais são administradas por mulheres, de modo que os homens ainda são maioria. Para mais informações, vide: <https://www.conass.org.br/secretarios-estaduais-de-saude/>.

Matta *et al*, 2021; Pimenta *et al*, 2021 Matos; Andrade, 2021; Biroli; Quintela, 2021; Satyro, 2021).

Interessante observar os entendimentos de que decisões tomadas com a presença de mulheres podem e são benéficas à coletividade.

Você vê que, por exemplo, no enfrentamento à pandemia, os lugares que a gente tinha gestão de mulheres foram muito melhor avaliados e teve respostas melhores porque estava incluso nesse olhar de enfrentamento à pandemia esse lugar do cuidado, que normalmente é esse lugar também da carga mental mesmo, que é outra coisa importante na desigualdade de gênero (E09).

Há trabalhos que apontam que sugerem que algumas mulheres líderes mundiais desenvolveram melhor trabalho na pandemia da Covid-19, com respostas mais proativas e coordenadas, mais intervenções não farmacológicas e menos mortes do que experiências coordenadas por gestores homens (Instituto Alzirias, 2024; Fabrício; Ferreira; Borba, 2021; Bruce *et al*, 2021; Cimini; Ponte; Filho, 2023); bem como em nível nacional e local (Bruce *et al*, 2021;; Cimini; Ponte; Filho, 2023).

Assim, a diversidade nos postos de poder é imprescindível, promovendo articulações, tomadas de decisões e intervenções mais empáticas e colaborativas (UCHOA, 2020). Também, ressaltamos que os governos de extrema direita e negacionistas na pandemia são os mesmos que desqualificam a questão da igualdade de gênero (Cimini; Ponte; Filho, 2023). Assim, “*a gente precisa conseguir ter estratégias para que as mulheres ocupem espaços de tomada de decisão e poder, isso é fundamental*” (E09); por exemplo, “*As mulheres têm um papel muito importante na Saúde Coletiva, acho que não estaríamos neste estado de saúde se não tivéssemos mulheres atuando, o que a gente viu na Pandemia é muito bem isso*” (E03). Então

Vou falar pelo evento que eu participei. Era justamente um evento online, porque foi durante a pandemia, em que a gente discutiu as questões de mulheres dentro da saúde coletiva. E aí a maior parte das falas era sobre as dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Mas no caso eram mulheres falando de outras mulheres, não era sobre as nossas dificuldades, era sobre as dificuldades das outras mulheres com as quais a gente interage no campo da pesquisa (E14).

Nessa conjuntura, as ministras da ciência e tecnologia e da saúde são colocadas como conquistas

Você ter uma ministra da Ciência e Tecnologia⁹² hoje, que é uma mulher, eu acho que faz muita diferença. Você ter uma ministra da saúde⁹³, pensando o campo da saúde coletiva, do jeito que a gente é, faz muita diferença. Mas se você olhar para o total, você vai ver que é muito pouco, é muito pouco (E09).

O fato de a gente ter conseguido uma ministra da saúde, eu acho que é bem importante, uma mulher ministra da saúde. A gente já vê efeitos nisso, na revogação de uma série de coisas contrárias aos direitos das mulheres que foram editadas nesse último governo que a gente teve e eu acho que é fundamental isso, essa retomada. Acho que é fundamental e sem dúvida a gente tem que ter o fortalecimento do movimento social (E10).

Além das duas ministras mencionadas, 07 ocupam são responsáveis por outros ministérios; ou seja, dos 38, apenas 09 pastas são governadas por mulheres⁹⁴. Portanto, apesar de serem conquistas, são mínimas e ainda temos muito a caminhar; pois: ocupam 42,4% dos cargos de chefia do executivo federal, 45,8% da administração pública federal, 30% da categoria mais alta dos cargos de confiança federal; são 29,7% entre as secretarias estaduais. Há a ressalva de que a ocupação dos cargos foi ampliada, contudo, ainda com menor presença entre as lideranças e concentradas nas áreas da saúde, educação e assistência social (Brasil, 2024; Artur, 2024; Portales, 2023; Moreira; Diniz; MPF, 2024).

Frente à essa realidade limitante, surge a proposta de “*uma experiência diferenciada*”,

Eu defendo também que a gente tenha uma gestão em que a gente tenha, se a gente tiver 37 ministérios, que apenas 7 sejam de homens e os demais ministérios sejam de mulheres. Por quê? Porque isso daria um tom de que talvez pela primeira vez nós tivéssemos uma maneira de fato feminista de gerenciar um país. Isso poderia ser uma experiência diferenciada, que a gente nunca teve. E isso para todos os cargos de poder (E11).

Essa experiência diferenciada não é algo tão simples, considerando que não alcançamos sequer a equidade; mas fica o questionamento de: como seria uma sociedade governada em sua maioria por mulheres com ideais feministas? Quando mencionado “*todos os cargos de poder*” (E11), aproveitamos para transitar da análise focada na gestão/executiva para o legislativo, por também ser um espaço relevante para a estruturação de políticas, logo, para garantia de direitos para mulheres e a sociedade como um todo.

⁹² Luciana Barbosa de Oliveira Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. Para mais informações, vide: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/ministros-e-ministras>.

⁹³ Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado de Saúde. Para mais informações, vide: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/ministros-e-ministras>.

⁹⁴ Para mais informações, vide: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/ministros-e-ministras>.

Nossa representação política é muito pequena e com isso você acaba não tendo políticas específicas (E04).

Se você olhar para a política, mesmo de deputados federais, estaduais, senadores, a presença das mulheres é muito insuficiente ainda. E se você não tem isso presente, isso ali colocado como uma questão, isso não aparece, isso não vira política pública, não vira mudança, não vira um olhar mais ampliado para as questões que a gente está discutindo. Então, eu acho que a ampliação das mulheres no espaço de poder, no espaço de tomada de decisão, nos espaços políticos, de política mesmo, política partidária, no parlamentar, no espaço parlamentar (E09).

O percentual de mulheres na política representativa ainda é pequeno, pois, apesar de alcançar 52% como eleitoras, o percentual cai para 33% de candidatas e apenas 15% entre os eleitos. Quando observado por nível de atuação, o percentual de eleitas sofre pequena variação e as mulheres eleitas são: 18% de deputadas estaduais, 17,7% de deputadas federais, 14,8% de senadoras, 22,2% de vice-governadoras, 7,4% de governadoras, 12% de prefeitas e 17% de vereadoras (TSE, 2024)⁹⁵. A baixa representatividade ainda é uma batalha em andamento; são discussões recorrentes pelo aumento das cotas de candidaturas femininas, bem como pela forma como os partidos fazem uso dessas cotas de forma a permanecer beneficiando a eleição de homens, em sua maioria, brancos; um verdadeiro marcador de dominação masculina (Nogueira, 2015; Matos, 2020; TSE, 2024). Isso tudo, em meio ao fato de o próprio acesso das mulheres e boa parte da população ao voto é uma conquista considerada recente, são apenas 92 anos de voto feminino, enquanto o Senado completou 200 anos e nunca foi presidido por uma mulher, demonstrando assim o quanto a mudança vem sendo lenta (Marques, 2019; Liazibra, 2024).

As ponderações expressas nas narrativas consideram que a ausência ou a baixa presença de mulheres no legislativo e, principalmente, de mulheres com uma perspectiva mais progressista e defensora de pautas feministas que defendem mulheres como sujeitas de direitos e respeito a toda a população também representa a ausência e a dificuldade de acessar determinados direitos que respeitam a autonomia, garantem qualidade de vida, saúde e proteção social (Biroli; Guarnieri; Tatagiba, 2020; Matos, 2020; UCHOA, 2020; Cimini; Pontes; Filho, 2023). A exemplo,

Um tema clássico, que é o tema do aborto, que é um tema de saúde pública, mas que é tratado muitas vezes desde uma perspectiva religiosa ou desde outros prismas, outras perspectivas. E eu não tenho dúvida que isso reflete, de alguma forma, a ausência de mulheres no nosso legislativo. Esse é um tema que deveria ser legislado, a gente deveria legislar sobre esse tema, e esse tema não entra nem sequer na pauta do nosso legislativo. E eu tenho convicção que isso tem uma vinculação com aqueles 17,5 %⁹⁶

⁹⁵ Para mais informações, vide: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas>.

⁹⁶ Segundo o TSE Mulheres, o percentual é 17,7%. Para mais informações, vide: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas>.

de mulheres que ocupam cadeira no legislativo federal. Então, só um exemplo de como temas que são supremamente importantes para as mulheres não entram na pauta, porque a gente tem um legislativo, por exemplo, que é um legislativo dominado por homens, e que vão pautar temas que são temas de interesse desses homens. Então, a gente precisa também parar para pensar em como fazer que temas importantes para mulheres e temas fundamentais nessa perpetuação da desigualdade de gênero, eles entrem na pauta, sendo que a gente tem uma questão estrutural que incide muito sobre isso (E15).

De acordo com a legislação, a cota para o legislativo é de no mínimo 30% e o máximo 70% de candidaturas para cada sexo (LEI, nº 9.504/1997) em muitas situações essa cota sequer é preenchida e ao invés de serem penalizados, os partidos vêm sendo anistiados e eximidos de sua responsabilidade. Quando preenchidas as cotas, as estratégias não têm foco nas mulheres, mas as usam como instrumentos para manutenção do sistema vigente (Sacchet; 2020; Matos, 2020).

A menção ao aborto é um exemplo do quão a ausência de mulheres e do não reconhecimento de suas necessidades pode desencadear consequências que impactam suas vidas e saúde. Por tanto, é uma questão de diversidade nos espaços políticos e nos processos de tomada de decisão, de como os processos democráticos fortalecem a agenda de gênero e igualdade oportunizando políticas públicas mais justas (UCHOA, 2020; Biroli; 2020; Biroli; Machado; Vaggione, 2020). Nesses espaços também estão imbricados os processos de participação e controle social, os mecanismos institucionais de mulheres, nos quais a população mulheres e população geral têm a oportunidade de reivindicar e atuar também de forma fiscalizadora, consultiva e deliberativa (Gohn, 2001; Perrella, 2012; Paradis, 2013; Matos; Lins, 2018; Biroli; Guarnieri; Tatabigiba, 2020; Matos, 2014; 2020; Mendonça, 2018; 2021).

Logo, a participação e controle social não passam despercebidos nas narrativas compartilhadas pelas entrevistadas

Eu tenho muito interesse no campo da discussão da participação social, no campo das políticas públicas, principalmente das voltadas para a saúde, como que os movimentos indígenas, e aí incluindo mulheres, se articulam para participar nesses espaços de diálogo que são hierarquizados. E no contexto da saúde indígena é notável essa hierarquia, tanto entre estados e organizações indígenas como entre homens e mulheres. É uma minoria de mulheres que participam nesses espaços de diálogo. Você tem uma ideia na pesquisa que eu fiz até o ano passado, de 44 conselheiros, se eu não me engano, 10 ou 12 eram mulheres; o resto, todos eram homens. Então é um espaço que leva a gente a refletir sobre essas questões de gênero ali (E14).

A experiência compartilhada acima parte de uma aproximação com a população indígena nos processos de participação e controle social, contudo, não deixa de ser uma realidade vivenciada pelas demais populações e conselhos existentes. Com base no Programa Cidades Sustentáveis⁹⁷ apenas 03 cidades ao longo do triênio 2021-2023 declararam paridade de gênero nos conselhos⁹⁸. O que de fato “*leva a gente a refletir sobre essas questões de gênero ali*” (E14), sendo o “ali” os conselhos, bem como os demais espaços de participação e controle social, já que são limitadas as informações referente ao percentual das mulheres nos diferentes conselhos de políticas públicas⁹⁹.

Desta feita, seja na ciência, no executivo ou no legislativo, no controle social e demais instâncias que representam espaços de poder e tomada de decisão,

Eu penso assim: a gente não pode perder a oportunidade, tem que ser radical no sentido da inclusão em todos os sentidos, logicamente, com a questão do gênero, com a questão da mulher; em todas as áreas, seja da educação, seja do meio ambiente, da ciência e tecnologia, da saúde, na ciência. Não podemos perder essa oportunidade de entrar com tudo, sem inclusão não se começa nada, inclusão em todos os sentidos. Nós temos que adaptar o Brasil, eu digo adaptar porque é para fazer para que todas as pessoas, com todas as necessidades específicas, com todas neurodivergências, questões de gênero, tudo isso posto em nível de igualdade com a questão da fome, com a questão da saúde. Porque não temos como esperar e nem retroceder naquilo que já estava acontecendo (E03)

Nós temos um novo momento nesse país, que eu espero que seja um momento, realmente, que a gente reinaugure esse país com base na participação maciça das mulheres nas instâncias de poder (E12).

A gente tem que começar a ficar um pouco mais, assim, vocal nessas coisas; nas mesas dos congressos, etc. Meio que apontar mesmo a falta de representatividade e trabalhar por isso, por ter mais mulheres ocupando os espaços. Já está acontecendo, já; então, a gente teve muitos avanços, mas não dá para descansar [porque] a gente viu o quanto a gente perde rapidamente o espaço (E13).

Há sempre um reforço da relevância do resistir e do contestar o *status quo*; seja avançando nas conquistas, no enfrentamento dos retrocessos e na busca pela reconstrução do que foi desarticulado, em meio a disputas que relacionam poder e recursos diversos. Essas ressalvas têm como base o passado recente, não apenas restrito ao governo Bolsonaro, mas em

⁹⁷ O programa Cidades Sustentáveis (PCS) é uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. Desde 2012, atua na sensibilização e mobilização de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis. Para mais informações, vide: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/>.

⁹⁸ Indicador de paridade de gênero nos conselhos do Cidades Sustentáveis. Para mais informações, vide: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/visualizarindicador/3935>.

⁹⁹ Não localizamos estudos, estatísticas, notícias ou qualquer informação sobre a presença de mulheres nos conselhos de políticas públicas, salvo o que consta no Projeto Cidades Sustentáveis.

pautas que vinham sendo silenciadas mesmo antes desse período obscuro, que vinham sendo silenciadas desde meados do impeachment de Dilma Rousseff (que o ato em si já representa uma forma de silenciamento das mulheres, bem como todo seu mandato) (Martins, 2007; Campos, 2017; Castro, 2018; Sardemberg, 2020; Biroli *et al*, 2020; Biroli, 2020a; 2020b; Matos, 2014; 2020; Sachet, 2020; Avritzer; Kerche; Marona, 2021).

Seja no enfrentamento dos retrocessos ou na ampliação da ocupação dos espaços de poder, fazer-se presente e reivindicar a presença de outras é necessário, pois

A ausência de mulheres, muitas vezes, em cargos que permitem a formulação de políticas, seja no executivo, seja no legislativo, também reflete essa desigualdade [de gênero]. Porque se as mulheres não estão ocupando esses espaços, muitas vezes os problemas das mulheres não são debatidos nesses espaços, e, portanto, a gente não vai ter políticas que resolvam esses problemas (E15).

E, aí, eu estou falando geral mesmo, né, bem em todas as áreas. Focando mais aqui na Saúde e na Ciência, então, assim, é muito ruim esse fato, a gente não ter representação, não termos políticas específicas. Daí eu não digo nem que o fato de nós termos mulheres, que ele é essencial para que nós tenhamos políticas para mulheres, porque nós não estamos dizendo de todas as mulheres, tendo em vista a nossa ministra de Direitos Humanos, Famílias e mulheres, então, assim, que agora é senadora¹⁰⁰, né. E outras senadoras, deputadas que nós temos não são, necessariamente, representativas de políticas que possam fazer alguma equidade de gênero. Mas o fato de você ter mulheres que pensam em equidade de gênero, a gente tem uma possibilidade de ter políticas melhores, então isso é um fato [...]. Então, eu acho que isso é o principal problema, a nossa falta de representatividade não de mulheres, mas de mulheres que pensem, que sejam feministas, que pensem na equidade, né, não estou falando bem de igualdade. Então, eu acho que essa seria a principal questão. E não ter isso é prejudicial de várias formas, tanto pela saúde quanto pelos investimentos específicos, quanto para políticas de combate a ações, por exemplo, de violência contra mulheres (E04).

Portanto, incontestavelmente, sem mulheres, sem políticas para mulheres; e que sejam mulheres diversas; principalmente, mulheres que pensem equidade de gênero, feministas, que considerem as mulheridades, a não universalidade do ser mulher e que respeitem essa diversidade na legislação de direitos, instituição de políticas e execução de serviços ofertados à população, corroborando com todo a literatura referenciada neste tópico e anterior a ele. Logo, apenas, resta-nos ratificar

Que os espaços de poder sejam cada vez mais disputados por mulheres, e por mulheridades, que sejam mulheres diversas, múltiplas. Então, eu defendo, por exemplo, que na próxima eleição presidencial a gente tenha uma mulher disputando a eleição. E essa mulher, que ela seja uma mulher travesti negra. Por quê? Porque a gente precisa borrar as fronteiras. Isso é o que eu defendo [...]. Olha, eu não estou falando que todos os cargos tenham que ser de mulheres, mas que a maioria dos cargos

¹⁰⁰ Para mais informações vide: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/6335> e https://pt.wikipedia.org/wiki/Damarees_Alves.

tenham que ser de mulheres, mulheres que tenham uma proposta emancipatória de sociedade. Que sejam essas mulheres plurais que defendam que há um espaço que seja verdadeiramente digno para a sociedade brasileira (E11).

5.5.5.2. *Estudos de Gênero e Saúde Coletiva:*

Para aprofundarmos nossa análise referente à relação entre os estudos de gênero e o campo da saúde coletiva, cabe-nos lembrar que a noção de campo científico traz a ideia de um campo estruturado por indivíduo, seus *habitus*, capital científico e instituições que estabelecem relações, produzem, reproduzem e difundem ciência com leis próprias, pressões e relativa autonomia. É um mundo social que impõe, solicita, pressiona e envolve, refrata e traduz, entre forças e lutas conservadoras e/ou transformadoras (Bourdieu, 1986; 2004). Assim, é referência para pesquisadores em seus respectivos campos.

Quando considerada a relação entre os estudos de gênero na Saúde Coletiva, as narrativas refletem necessidade de aproximação, do caminho percorrido até aqui, a relevância de abordagens não restritas a questões quantitativas e binárias. Partem da posição desse ser um campo fértil, um “mosaico” diversificado e fundado com base e objetivo na saúde das pessoas, condições socioeconômicas e medidas de proteção social e médica (Nunes, 2006); relacionando saberes, práticas, estruturas e atores; entre o pensar, o saber e o ser; de forma objetiva e subjetiva, quantitativa e qualitativa (Bosi; Paim, 2010; Bosi; Prado, 2011).

Dessa forma, a saúde coletiva é um campo extenso, diversificado, interdisciplinar, multiprofissional. É um campo que a Epidemiologia, Política, Planejamento e Gestão, Ciências Sociais e Humanas enquanto áreas discursivas (Nunes, 2006; Bosi, 2012; Deslandes; Maksud, 2019). Como uma verdadeira “espiral construtivista”,

O campo da saúde coletiva foi muito fértil nesse sentido de a gente conseguir olhar para o problema, identificar o problema, construir hipóteses sobre esse problema, ir atrás da confirmação, ou seja, fazendo pesquisas. É uma espiral construtivista mesmo, né? E até fazer aí a nossa nova síntese, que é demonstrar o que está acontecendo. Então, é uma coisa que não tem fim, né? Que o tempo inteiro você tem que estar trazendo (E09).

Assim, por ser um campo “inter, multi e transdisciplinar” (Nunes *et al*, 2010), um “leque temático” (Bosi; Prado, 2011) que atua com foco no conceito ampliado de saúde (OMS, 1946; BRASIL, 1896), a saúde coletiva estuda a realidade, constrói indicadores para o planejamento, execução e avaliação de ações para a saúde (Uchimura, Bosi, 2002; Bosi; Uchimura, 2007). Ela

também, pondera sobre a organização social e as necessidades sociais de cada tempo (BOSI, 2012). Logo, ao considerar toda diversidade e complexidade, *“a saúde coletiva tem sido uma área do conhecimento que tem contribuído muito para essa questão dos estudos sobre gênero”* (E12), até pelo fato de que se *“a gente falar do gênero, pode ser do gênero masculino, mas olhar o gênero feminino, dentro da saúde coletiva, é extremamente importante para fazer políticas voltadas. A gente só consegue fazer política voltadas, se a gente conhecer o problema”* (E07).

A sociedade, em seu desenvolvimento e na organização e necessidades sociais de cada tempo, no constante processo de mudança, abre possibilidades para quebra de paradigmas preconceituosos que impedem a participação de grupos oprimidos, como mulheres. Dessa forma, seja na instituição da cientificidade do conhecimento, na estruturação de uma nova ordem social, é necessário pontuar e ratificar a individualidade e as diferenças entre homens e mulheres, *“mas não como criaturas desiguais política e socialmente”* (Matos; Cypriano, 2008, p. 30), ponderando sobre justiça social e diversidade (Matos, 2008; Matos; Cypriano, 2008).

Ao longo das últimas décadas, com o aumento nos estudos que relacionam mulheres, produção científica, processos sociais e enfoque de gênero, desde os anos 1960 aos 1970, os movimentos feministas passaram a se fazer presentes no âmbito acadêmico (Saboya, 2013; Ferreira; Coronel, 2017). Nos anos 1980, 75% das publicações ainda estavam focadas na gestação, no parto e no aleitamento; nos anos 1990 há mais atenção a questões relacionadas ao aborto e situações de violência (Aquino, 2006). Em geral, entre os anos 1970 e 1990, há uma relação entre feminismo, reforma sanitária, saúde sexual e reprodutiva, já como premissa da saúde como direito, pensando a saúde da mulher não restrita ao binômio mãe-filho. Começa a emergir a mulher enquanto sujeito, considerando as dimensões educativa, informativa e não coerciva, com pesquisas nacionais direcionadas à atenção para grupos específicos e questões de gênero (Costa, 1996; Ferreira; Coronel, 2017). Porém, é nos anos 2000 que ocorre uma ampliação da discussão sobre a relação entre gênero, sexualidade e saúde reprodutiva, abrangendo a avaliação em saúde, bioética e gênero (Aquino, 2006). Esse percurso histórico vai ao encontro das experiências narradas

A saúde coletiva, ela tem pelo menos, que eu tenho de memória, desde os anos 70 [1970] já uma preocupação com o que eles chamam de determinantes sociais em saúde. Então, o campo da saúde coletiva reconhece que desigualdades de gênero e raça afetam as condições de saúde. Então, eu lido com pesquisadores, na sua grande maioria, que tem um olhar atento à questão de gênero e raça. Uma instituição que tem uma preocupação em buscar uma maior justiça social através da colaboração com o SUS (E14).

Hoje, cada vez mais, [mas] quando eu comecei a estudar, por exemplo, a questão de gênero e saúde no meu mestrado, eu comecei em 99, eu defendo ele em 2003. Existia uma invisibilidade maior sobre o tema e um ineditismo maior também. Então, acho que existia mais estranhamento a esse tema, porque foi antes, inclusive, da Lei Maria da Penha, por exemplo, que coloca isso numa pauta mais de defesa de direitos (E09).

Me parece que são estudos que têm crescido bastante nos últimos anos. A gente tem, dentro da saúde coletiva, um campo consolidado de estudos de gênero, inclusive de estudos feministas e a minha impressão é que isso, **de 20 anos para cá, cresceu e se consolidou muito.** Então, a gente tem, por exemplo, na Abrasco, a gente tem um debate consolidado em torno disso; na Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade¹⁰¹, que dialoga muito com a saúde coletiva, existe um GT de gênero, de mulheres, de políticas para as mulheres. Então, a gente nota que esse é o tema que vem crescendo, vem se consolidando e que vem sendo abordado desde uma perspectiva feminista, o que é algo que também faz muita diferença. Não só olhar para temas vinculados a mulheres, a questão de gênero, mas desde uma perspectiva feminista no debate (E15).

Acho que vou chutar ali os últimos 10 anos que tem ficado mais evidenciado, acho que há um entendimento dos pesquisadores da área que a gente não pode trabalhar de forma despreziosa em relação a esse tema, que é algo que está muito mais presente, vários tabus foram sendo quebrados em relação a gênero e sexualidade e isso se repercute também na necessidade e na importância de se trabalhar e estudar de forma mais robusta essas características atreladas ao contexto epidemiológico, o contexto social e no escopo que a pesquisa está se propondo a desenvolver, a avaliar [...]. Então, tem que se pensar na forma ampliada e os estudos e as abordagens que levar em consideração isso. **Então, eu acho que houve uma mudança, numa percepção de que você precisa trabalhar melhor, mesmo que você não seja especialista, que é o meu caso, que seja especialista ou tenha este tema como a central do seu estudo.** Mas, mesmo que ele esteja transversal, ele tem que ser melhor trabalhado, da forma mais adequada possível, para que a gente tenha evidências que sejam coerentes e repliquem ou que reproduzam o contexto real (E05).

Eu acho que tem um movimento mais recente de abraçar isso, não é algo que foi dado, que estava sempre ali, então. Mas tem um movimento recente, eu diria, aí, dos últimos 8 anos que os estudos, que as pesquisas têm feito um esforço maior para essa discussão. Não é algo muito antigo, é algo que a gente tinha aqueles pesquisadores que tinham, que estudavam gênero especificamente dentro da saúde coletiva, mas essa visão mais geral em recorte de gênero e de raça, nos estudos, que agravam as doenças, é um pouco mais recente. O movimento é um pouco mais recente (E04).

A gente fez alguns levantamentos ao longo dos GTs¹⁰², por várias colegas, para tentar identificar o crescimento da perspectiva de gênero, a incorporação da perspectiva de gênero na área da saúde e da saúde coletiva. Eu acho que teve realmente crescimento, a gente vê isso claramente na quantidade de artigos publicados, nos programas e nas ofertas de disciplinas que têm essa perspectiva [...]. Eu acho que a gente tem ainda muito pouco aprofundado esses estudos de gênero. Eu acho que também teve uma queda nos últimos dez anos sobre isso. Eu acho que a gente começa a década de 2000 com o impulsionamento e que depois cai. E cai por vários fatores. Eu acho que instituições incentivadoras, como a Fundação Ford¹⁰³, param de atuar no Brasil, param de incentivar [...]. A gente teve um gap grande na formação de pessoas, o perfil, para

¹⁰¹ A Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) é a entidade nacional que congrega médicas e médicos que atuam em unidades de atenção primária em saúde e outros serviços de saúde, incluindo os da Estratégia de Saúde da Família (ESF); inclui também professores, preceptores, pesquisadores e outros profissionais que atuam ou estão interessados nessa área. Para mais informações, vide: <https://www.sbmfc.org.br>.

¹⁰² Para mais informações, retomar ao tópico sobre o campo da saúde coletiva ou vide: <https://abrasco.org.br/comissoes-gts-comites-e-foruns/>.

¹⁰³ A Fundação Ford - entidade sediada em Nova Iorque, Estados Unidos; criada para financiar programas de promoção da democracia, redução do racismo e da pobreza. Para mais informações, vide: <https://www.fordfoundation.org/>.

depois estarem assumindo, postos na academia para estar liderando essas pesquisas. Mesmo no GT de gênero a gente percebe isso. [...] a gente tentou identificar lideranças novas para integrar no GT, e não foram muitas que a gente conseguiu. **Identificar pessoas com uma perspectiva de gênero, trabalhando dentro da área da saúde coletiva, dá quase para contar nos dedos, o que é triste.** A gente não conseguiu formar as pessoas; a gente teve um período que tinha muita gente, só que essas pessoas já estão saindo, já estão querendo passar o bastão para outras pessoas que têm mais fôlego. E a gente está com dificuldade de ter gente em tudo que é lugar, porque é importante ter essa representatividade nas várias instituições, com essa capacidade de estar assumindo (E10).

As tendências e avanços teóricos, metodológicos e políticos relativos aos estudos de gênero de gênero em sua relação com a saúde coletiva vem priorizando a participação das mulheres na academia, críticas à ciência e seus impactos sobre o trabalho e a saúde das mulheres, bem como a história e trajetórias de cientistas, de forma interseccional (Minella, 2013). Nessa relação indissociável, gênero e/na saúde coletiva enriquecem a reflexão teórica inadiável, visam uma análise dentro de uma perspectiva transversal, interseccional e relacional com as desigualdades e injustiças sociais, a fim de compreender a organização da vida social ao tempo que produz e reproduz desigualdades em saúde e mobiliza estratégias de cuidado (Aquino, 2006; Heidari *et al*, 2017; Brandão; Alzugir, 2022).

Considero muito importante a gente apresentar nas nossas pesquisas levando em consideração isso, tanto gênero como raça (E04).

Dependendo do ambiente, dentro da saúde pública, tem uma resistência muito grande a essas questões identitárias. Então, é muito mais fácil, em alguns ambientes com sanitaristas, trazer a questão de classe que trazer a questão de gênero. [...]. Pela minha vivência, porque a maioria de quem está escrevendo ainda é homem, branco. Assim, dos sanitaristas que eu conheço de maior reconhecimento, a maioria é homem e a maioria, muito a maioria, eu estou tentando lembrar alguma pessoa preta, eu não lembro; então, se a gente pegar, assim, um alto escalão da saúde pública brasileira, por mais que tenha um posicionamento muito forte de epidemiologia social, de uma questão de classe, de inclusão; é branco, é médico [...]. E uma coisa que pessoalmente me incomoda é que há uma homogeneidade dessa análise, porque assim, vários estudos mostrando que mulher pobre está mais exposta, mas as mulheres pobres não são iguais, uma mulher pobre que vive em uma cidade do interior é diferente de uma mulher pobre que vive em uma capital. Então, essas exposições, eu acho que ainda é muito espaço para trabalho com saúde (E06).

Para mim, o gênero está dentro da saúde coletiva. Uma pessoa não tem hoje como ver a desigualdade se ela não trabalhar a questão de gênero e das injustiças sociais. Ela é uma injustiça social que coloca a mulher num papel subalterno que ela não tem e, decorrente disso, ela vai ter uma série de consequências que têm certas vantagens para ela. Pelas questões de gênero, ela aprende a cuidar e se cuida mais, se cuida muito mais que o homem, vive mais anos, mas eu acho que elas não dão, elas são quase que uma continuidade. **O gênero está dentro da saúde coletiva e a saúde coletiva precisa desse olhar para entender as desigualdades que ocorrem em saúde, muitas vezes, só pela questão de gênero.** É onde a gente mais vê isso, na violência (E08).

Eu acho que as discussões de gênero, de gênero como um foco privilegiado tem tido um pouquinho mais de espaço na saúde coletiva. Um pouco mais de espaço e isso,

obviamente, fruto das mulheres que pesquisam gênero e suas interlocuções, né. E seus entrecruzamentos, mas ainda é pouco, bem pouco, né. E um dos elementos que me faz enxergar o quanto é pouco, tem relação direta com os financiamentos. Você tem pouco financiamento disponível para pesquisas sobre gênero na área das ciências coletivas. Você tem produção, mas produção por financiamento próprio, ou seja, sem recurso nenhum, né. Ou porque você orienta alguém que quer discutir isso. Ou porque você faz com o recurso do seu próprio bolso, mas você não tem editais voltados para pesquisas sobre gênero na ciência coletiva. Isso fragiliza muito [...]. Não é possível fazer discussão de gênero e saúde sem interseccionar essa pesquisa, essa discussão, com vários elementos, mas os principais seriam raça e classe, mas colocaria não só raça e classe como território também. A esperança está na possibilidade de articular processos coletivos nessa produção de pesquisa (E11).

O âmbito acadêmico, assim, apresenta-se e se consolida como espaço de construção de propostas políticas, de resistência em momentos caracterizados pela repressão política (Teixeira; Ferreira, 2010), quando abre espaço e abraça os estudos de gênero, adere ao caráter multicultural, crítico e emancipatório, inclusivo e abrangente, dentro e para além da teoria feminista, em meio a um pluralismo normativo (Matos, 2008; Matos; Cypriano, 2008). Percebemos que há uma relação entre ação política feminista e a formação do campo científico, os estudos de gênero e feministas e as transformações sociais, culturais e políticas, que se tornam possíveis, ao abordadas pelo campo (Scavone, 2007), assim como o campo da saúde coletiva (Nunes, 2006; Bosi, 2012).

Contudo, apesar do reconhecimento geral da importância dessa relação, de que articular gênero em sua transversalidade com outras temáticas interseccionais (raça, classe e sexo, geração, etc.) evidencia e problematiza o pertencimento social dos sujeitos de forma analítica e política (Aquino, 2006; Knauth, 2021), o “*gênero foi tratado de uma forma conservadora e tradicional, de como que essas mulheres não foram vistas na sua diversidade, acaba virando só um parágrafo, [por exemplo] a coisa da equidade no SUS acaba virando só um parágrafo. Só que isso é ilusório, não funciona*” (E02); além de pessoas que “*confundem orientação sexual com identidade de gênero, é [uma] coisa que eu já estou cansada de ficar dizendo. Gente, a gente fica dizendo isso o tempo todo: identidade é uma coisa, orientação é outra*” (E12).

Sem generalizar, porque não se trata da totalidade, mas distinções entre sexo e gênero costumam ser negligenciadas nas pesquisas desde o desenho, passando pela implementação do estudo e a comunicação/divulgação científica geral (Heidari *et al*, 2017). A problemática pode estar no fato de que a incorporação de gênero tem ocorrido como categoria “politicamente correta” que substitui o sexo, esvazia o sentido dado pelas teorias feministas e limita o potencial de explicar a dinâmica social que coloque gênero como fator estruturante e “princípio de organização social” (Aquino, 2006). Esse são embates e tensões teóricos e metodológicos no campo da saúde coletiva na relação com os estudos de gênero persistentes

Ainda tem uma distância, eu vejo, principalmente, no contato que eu tive com outros pesquisadores da saúde coletiva. Inclusive, eu participei, em setembro, de um evento, que é o Encontro Nacional de Políticas Públicas (ENPP)¹⁰⁴ e a gente tinha algumas mesas, algumas palestras que eram voltadas para as políticas de saúde e é sensível, porque, às vezes, pesquisadores têm um olhar, inclusive, para as desigualdades sociais, para as desigualdades territoriais, desigualdades étnicas **e o gênero fica ali como uma vírgula que é só uma vírgula, sabe. Eu acho que falta a gente encarar o gênero como estruturante.** E eu vejo que existe uma distância ainda. Eu acho que, principalmente, na saúde coletiva, porque eu vejo que na saúde pública tem essa diferenciaçãozinha¹⁰⁵, a saúde pública pensa um pouco melhor; a saúde coletiva eu acho que falta mais, porque há o “Q” de querer ter ciência dura, de “não, olha aqui as minhas estatísticas; olha aqui, eu trabalho com dados empíricos, etc e tal”. E, está beleza, a gente precisa disso. Mas, e como é que eu leio esses dados? Os dados não falam, não adianta, os dados não falam, a gente que ler. E se o meu olhar não estiver treinado, se eu não tiver um letramento de gênero¹⁰⁶, um letramento racial¹⁰⁷, eu vou ler sem levar em conta questões que são importantes sim, que tem impacto sim. Então, eu acho que tem essa diferenciação (E03).

Quando a gente coloca a questão de gênero, por um lado você tem uma curiosidade que aparece, mas por outro, às vezes, tem uma resistência, sabe? Como se isso não fosse tão acadêmico assim. Principalmente também porque você, para trabalhar com a questão de gênero, você vai entrar no campo da pesquisa qualitativa e saúde (E09).

Ultimamente, essas questões estão muito mais relevantes, muito mais proeminentes do que há algum tempo atrás. Então, essas pesquisas que têm surgido. Olha, para você ver, mesmo essa questão do impacto de doença, que é a carga de doença sobre a saúde, a hora que a gente vê esses documentos, eles não têm um direcionamento diferente para mulher e homem. É tudo o mesmo balaio. Então, quando a gente foi estudar qualidade de vida, que a gente tem que usar esses denominadores, esses indicadores internacionais de carga de doença, a gente não tinha esse instrumento para olhar a diferença entre homens e mulheres, porque o indicador é um só. Uma das coisas que nós vimos como não tendo feito, e é uma crítica, os instrumentos que a gente não pode inventar um instrumento de questionário, tinha que usar os que são validados. Nós até inventamos um, mas ele ainda está no processo de validação para que a gente possa usar [...]. A gente está caminhando com muito mais esforço para essa questão ficar em evidência (E16).

Ainda precisa avançar muito, assim, em termos da própria metodologia, assim, do próprio método, né. Como é que a gente vai estudar, como é que a gente vai separar as variáveis. Eu acho que é bem o que a gente fala, é quase um crime perfeito, né. Porque a gente parece que está se queixando. É supercomplicado de separar o que é

¹⁰⁴ O ENPP visa promover o encontro entre alunos, professores e pesquisadores que estejam trabalhando direta ou indiretamente com temas relacionados a Políticas Públicas de modo a propiciar o intercâmbio e o debate de ideias na área, além do compartilhamento das experiências de pesquisa, a fim de subsidiar a definição da agenda científica e organizativa do encontro. Para mais informações, vide: <https://enpp.com.br/>.

¹⁰⁵ Sobre a diferença entre saúde pública e saúde coletiva, para mais informações, vide: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/34964>

¹⁰⁶ Letramento de gênero se refere a práticas formativas e de conscientização sobre conceitos fundamentais para o campo de estudos de Gênero, envolvendo: sexualidade; representação e identidade; transgeneridade; estudos feministas; linguagem neutra ou não-binária; banheiros sem gênero; produção sexual dos espaços coletivos (esporte, arte, etc.); dignidade menstrual; maternidades; maternidades atípicas; paternidades; gênero e sexualidade no mundo do trabalho; e demais apagamentos históricos. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) organizou um e-book para orientar esse processo; para mais informações, vide: <https://ifrs.edu.br/ifrs-lanca-e-book-sobre-letramento-de-genero-e-sexualidade/>.

¹⁰⁷ Letramento racial é o conjunto de práticas pedagógicas a fim de conscientizar o indivíduo da estrutura e funcionamento do racismo na sociedade e torná-lo apto a reconhecer, criticar e combater atitudes racistas em seu cotidiano; também denominado letramento racial crítico. Para mais informações, vide: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/letramento-racial>.

uma construção social de muitos e muitos anos que a gente tá dentro, né. Então, eu acho que tem muito o que avançar. Eu acho que tem coisas superinteressantes sendo feitas. Mas é uma área que vai ser muito bom se mais gente começar a estudar, assim, sobre o gênero (E13).

Sexo e gênero são determinantes de saúde e bem-estar, não ponderar essas análises resulta em adversidades, seja por não considerar determinados processos de adoecimento ou perda de oportunidades inovadoras do campo do cuidado e promoção em saúde (Aquino, 2006; Heidari *et al*, 2017). Contudo, áreas de pesquisas permanecem com lacunas relevantes (Heidari *et al*, 2017), “*tem áreas ainda que ela é muito incipiente. Vou pegar, por exemplo, a odontologia. Nossa! A odontologia é um atraso na discussão de gênero. Então, tem áreas que ela ainda nem conseguiu [entrar ?]*” (E10). O que confirma que avançar na saúde coletiva sobre a discussão de gênero é imprescindível,

Esses sempre foram enfrentamentos muito duros durante muito tempo. Que essas questões não eram consideradas importantes, então, sempre tive uma discussão muito grande. Até com meus colegas epidemiologistas, logo no início do curso, mostrando a importância de, no mínimo, desagregar as análises quantitativas por sexo, para a gente poder olhar numa perspectiva de gênero essas questões. Então, eu acho que não é uma coisa assim dada. É uma coisa que tem que ser construída. E construída com muita [não finalizou], que tem que ter muito empenho, com muita seriedade, para mostrar que realmente se trata de questões fundamentais, que são questões acadêmicas, científicas e não são questões de “mimimi”. Mas até hoje a gente tem um enfrentamento muito grande dentro da faculdade de medicina. Porque tem uma perspectiva bastante conservadora (E10).

Na verdade, o que acontece é que, dentro das avaliações epidemiológicas, a gente sempre usa como referência, o marcador gênero é utilizado. Mas eu vou te dizer [que] dentro do contexto mais simplista, não que isso seja bom, mas o contexto simplista de pensar, mensurar o contingente percentual de homens e mulheres no grupo, mais trabalhando muito com essa questão de autodeclaração do participante, ali, a partir do que está registrado nos dados (E05).

Eu acho que o campo da saúde coletiva, com seus vários campos de conhecimento, ou seja, a questão das ciências sociais na saúde, por exemplo, a questão da filosofia, identificar que isso acontece, comprovar pela epidemiologia, porque aí você consegue levantar dado. E a linha das políticas públicas também, ou seja, implementar políticas públicas que deem resposta a essa situação, essa necessidade de saúde, faz muita diferença. Então, eu acho que o campo da saúde coletiva é um campo que é benéfico, vamos dizer assim, que é um campo afeito a essa discussão de gênero e consegue nos fazer trilhar também para outros campos de conhecimento (E09).

Gênero, assim como sexo, aparecem no desenho das pesquisas e nos resultados como variáveis que demandam análises quantitativas e qualitativas precisas e que não caíam em armadilhas essencialista (Olinto, 1998; Aquino, 2006; Silva, 2018). Os fatores envolvidos nos

estudos atuam de forma distinta nas subáreas discursivas da saúde coletiva¹⁰⁸: maior produção nas ciências sociais com recorrente estratégia metodológica qualitativa, considerando que o método quantitativo não captura a complexidade das relações de gênero; na epidemiologia há uma resistência e pouca penetração dos estudos de gênero, considerando a tradição quantitativa e biomédica; há uma menor produção na área de planejamento e política de saúde, salvo as questões com foco na saúde da mulher (Aquino, 2006). Parece que, de fato, as tendências e avanços teóricos, metodológicos e políticos relativos ao campo de gênero tem priorizando a participação das mulheres na academia, críticas à ciência e seus impactos sobre o trabalho e a saúde das mulheres, bem como a história e trajetórias de cientistas e viajantes, geralmente de forma interseccional (Minella, 2013). Evidenciando uma maior associação com questões qualitativas, nas ciências sociais e humanas, pensando também numa política de saúde que dialogue com bem-estar e qualidade de vida das mulheres.

Por certo o gênero está na ciência, a ciência é interseccional, é aplicada aos pormenores cotidianos: nos atendimentos nos serviços de saúde, diagnósticos, medicamentos, hormônios, nas estratégias de cuidado, nos recursos acionados para prevenção e promoção da saúde e ao enfrentamento do adoecimento; também em automóveis, produtos e dados sobre segurança no trânsito, tecnologias; condições sociais, políticas, econômicas e culturais que impactam na criação de políticas públicas para mulheres, o combate a violência de gênero, etc. (Queiroz, 2020; Brandão; Alzuguir, 2022).

5.5.5.3. *Retrocessos Políticos e Possibilidades*

O desenvolvimento social, histórico, político, econômico e cultural do Brasil avança, às vezes, a passos lentos, com aberturas democráticas graduais (a exemplo da transição da ditadura militar para o regime democrático) (Furtado, 2005; Fundação FHC, 2020). Com relação às mulheres, em específico, não foi ou é diferente; já foi demonstrado o quão as conquistas são árduas e muito ainda tem que ser feito e que como, em situações de crise, as mulheres e outros grupos vulnerabilizados estão entre a parte da população mais afetada, seja pela recusa ou desmonte de direitos (Faludi, 2001; Cisne; Gurgel, 2008; Paradis, 2013; Matos, 2014; 2020; Matos; Lins, 2018; Belancon, 2019; 2020; Matta *et al*, 2021; Sarmiento, 2021; Pimenta *et al*, 2021; Biroli, 2020; 2020; Sanchez, 2021).

¹⁰⁸ Epidemiologia - Política, Planejamento e Gestão - Ciências Sociais e Humanas (Nunes, 2006; Bosi, 2012; Deslandes; Maksud, 2019)

Apesar do *Impeachment* de Dilma Rousseff ser tido um marco para o início de retrocessos políticos dos últimos seis anos (Campos, 2017; Castro, 2018; Sardemberg, 2020; Biroli *et al*, 2020; Biroli, 2020a; 2020b; Matos, 2014; 2020; Sachet, 2020; Avritzer; Kerche; Marona, 2021; Magnago; Martins, 2023); anterior ao golpe, os retrocessos já vinham ocorrendo desde décadas passadas.

A exemplo da política de saúde, os retrocessos sanitários fazem referência a ações governamentais que se mostraram de encontro às demandas do sistema de saúde e de seus defensores. Um desmantelamento neoliberal que equilibra a expansão de uma política assistencial (entre o mínimo existencial e a reserva do possível) sem causar grandes incômodos às elites (Cunha, 2014). Em um exemplo mais direcionado, temos os retrocessos em relação às políticas de HIV/AIDS, no qual o país era referência nacional em meados dos anos 2000; porém, o desmonte da referida política, a limitação dos gastos e o sabotamento de campanhas educativas (por exemplo, em 2013, com a campanha sobre o uso da camisinha) por grupos conservadores fortaleceram o processo de desinformação e o preconceito em torno dos direitos sexuais e reprodutivos e assim colocavam (e ainda colocam) em risco a prevenção, a promoção de saúde e consequente aumento dos casos (Costa, 2020)¹⁰⁹.

Teve um retrocesso muito grande, eu acho que esse é o meu desgosto, nessa minha trajetória, porque na década de 90 a gente batalhou muito, fez muitas discussões. Na década, no início dos anos 2000, a gente achava que isso estava tudo tranquilo, que isso ia andar para a frente, e a gente teve retrocessos enormes. Eu fico muito triste. Acho que eu voltei a trabalhar com juventude faz uns cinco anos, estou trabalhando mais de uma pesquisa com jovens e a minha decepção foi muito grande de ver, trabalhando com jovens escolares, ver que eles não sabiam nada sobre AIDS, eles não sabiam nada sobre sexualidade. Então o nível básico de informação é muito ruim, mesmo com toda a mídia social, com todo acesso à internet. É muito baixo, é muito pior do que quando eu comecei a trabalhar com AIDS; nos anos 1990 e poucos, o conhecimento dos jovens era muito maior, e agora é muito desesperador porque ele é muito pequeno, tiveram avanços, mas tiveram muitos retrocessos. Acho que os retrocessos que nós tivemos nos últimos dez anos foram cruéis e a gente está vendo isso se manifestar no crescimento da epidemia da AIDS entre jovens, aumento enorme de ISTs. Uma série de problemas que a gente vê, que isso reflete essa falta de acesso à informação, informação qualificada, discussão de gênero, sobretudo, se a gente ia discutir gênero na escola. Nos anos 2000, início dos anos 2000, para fazer uma pesquisa sobre AIDS, a escola coloca uma série de empecilhos, com medo do que essas discussões podem trazer, de reclamações sobre parte de pais. Acho que tem um retrocesso muito grande nessa perspectiva (E10).

Dessa forma, seja anterior ou após o golpe (2016), no geral, *“os últimos anos foram muito difíceis, principalmente em termos de políticas públicas, tanto para as mulheres como*

¹⁰⁹ Para mais informações, vide: <https://www.ufrgs.br/jornal/do-exemplo-ao-retrocesso-pais-sofre-desmonte-da-politica-para-o-hiv/>.

*para os povos indígenas e a questão de políticas públicas de participação social” (E14) e “a real situação das mulheres, do retrocesso, do cuidado às mulheres durante os últimos seis anos. Uma diminuição do investimento do SUS e o quanto isso impactou no cuidado às mulheres” (E15). Com o governo Bolsonaro (2018-2022), ratifica-se o reconhecimento dos retrocessos via manifestações, posicionamentos e decisões moralistas e conservadoras sobre questões de gênero e cuidado, direto ou indireto, para com as mulheres, com a população em geral, bem como via diversas políticas. A desinformação e o preconceito se intensificaram e impactaram ações preventivas, agravando o risco de adoecimento (Costa, 2020; Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Biroli *et al*, 2020; Avritzer; Kerche; Marona, 2021; Tokarski, 2023; Magnago; Martins, 2023).*

Uma decisão política e ideológica do governo Bolsonaro por “despriorizar”, se é que existe essa palavra, políticas para mulheres, de vulnerabilizar políticas que estavam destinadas ao cuidado de mulheres por acreditar que aquela não era a forma de cuidar de mulheres (E15).

Política pública não é só o que o Estado faz, mas é o que o Estado deixa de fazer. E eu acho que houve sim uma política pública do governo federal nos últimos quatro anos para incentivar, para violar os direitos das mulheres à contracepção. Eu vejo isso e isso é uma questão que precisa ser resolvida (E02).

Sem falar nessa onda que a gente teve muito conservadora de perseguição das pessoas, cada vez mais. Era muito complicado a gente estar trabalhando com gênero. A gente sabe que, no início do governo Bolsonaro, a gente tinha espões nas aulas de gênero, quando a gente estava com aula remota, a gente tinha medo de entrar gente, como várias vezes entrou e derrubar ou fazer coisas inadequadas nesses espaços. Eu acho que teve também um certo amedrontamento, em função de questões concretas, de perseguições concretas, importantes (E10).

É terrível a gente ter que verificar tudo que foi eliminado do site, eram tantas cartilhas de orientação que dava para a gente usar muito bem, assim, nos trabalhos que a gente fazia. Perdeu tudo, perdeu tudo, ele eliminou todo conhecimento que tinha no site do ministério do meio ambiente também não tem mais nada [...]. Eu sou pesquisadora, sou ligada, mas eu não sou remunerada. Porque, assim, ela é uma fundação que também vive de recursos de projetos, a gente mesmo capta os recursos para levar para fazer as pesquisas e tudo mais. Só que com a entrada do governo bolsonaro aca[bou]... ele é contras ONGs, né! Acabou, praticamente, tudo. Então, é uma dificuldade muito grande, a gente tem se rebochado para conseguir manter alguns funcionários. Mas ninguém que trabalha na fundação recebe remuneração, os pesquisadores, né; a gente sustenta a fundação com conhecimento, com a produção do conhecimento (E03).

As ações do governo Bolsonaro fortaleceram e potencializaram a desigualdade de gênero; agravando a situação de um grupo historicamente já vulnerabilizado. Isso se sucede por meio de atuações que recuperam discursos e valores “tradicionais”, naturalizando ideologias conservadoras e a violência contra movimentos sociais, dentre eles movimentos de mulheres e feministas que se mobilizam contra injustiças. Por vezes, disfarçadas de omissão; as políticas se configuram como uma tragédia anunciada em um cenário de desproteção social (Belançon,

2019; Costa, 2020; Satyro, 2021; Biroli; Quintela, 2021; Tokarski, 2023; Magnago; Martins, 2023)

O governo em questão, além das problemáticas criadas e reforçadas por seu posicionamento e a partir das próprias iniciativas do presidente da república, ainda foi atravessado pela Pandemia da COVID-19, o que deixou a situação ainda mais complexa desde 2020 (Avritzer; Kerche; Marona, 2021; Matta *et al*, 2021; Pimenta *et al*, 2021; Magnago; Martins, 2023).

E um aprofundamento desse processo de vulnerabilidade, ainda mais durante a pandemia da Covid -19, por opções políticas tomadas pelo governo anterior, que impactaram tanto no cuidado às mulheres, que passaram a não ter acesso a alguns cuidados dentro do Sistema Único de Saúde, como um descuido com relação às profissionais, profissões essencialmente ocupadas por mulheres que foram descuidadas também pelo governo anterior (E15).

O que a gente assistiu na Covid foi um Estado desumano que retirou o recurso da saúde, retirou o recurso da educação, retirou o recurso da assistência social, a gente assistiu um verdadeiro desmonte do Estado de proteção social incipiente que o Brasil tinha, já configurado alguns programas fundamentais como Minha Casa Minha Vida, como Bolsa Família, como os programas de assistência às mulheres, nos CRAS, etc, etc (E12).

Com a Pandemia da Covid-19, fala-se em “calamidade triunfal” (Musse, 2021) para se referir a um governo negacionista em relação a diversas problemáticas sociais: política externa rudimentar, agenda neoliberal e austeridade fiscal, meio ambiente, saúde, assistência social, educação, direitos trabalhistas e previdenciários, (in)segurança pública, seguridade e proteção social, conflitos ideológicos, conservadorismo moral, desvalorização da democracia, autoritarismo e tentativa de desmobilização dos movimentos sociais, limitando o controle e participação social (Musse, 2021; Lopes, 2021; Dweck, 2021; Abrucio, 2021; Hochstetler, 2021; Oliveira; Fernandez, 2021; Guerra; Camargos, 2021; Ribeiro; Oliveira, 2021; Biroli; Quintela, 2021; Szwako; Lavallo, 2021).

Desta feita, com o fim do Governo Bolsonaro, em meio a retrocessos, degradação, desproteção, disputas diversas (históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais, etc.) e diante do movimento de retomada da democracia, o Brasil tem desafios severos a serem enfrentados (Avritzer; Kerche; Marona, 2021; Magnago; Martins, 2023).

Nós estamos chegando agora numa coisa assim de terra arrasada, neste governo, assim, meu Deus do céu. É tanta coisa para a gente fazer (E04).

Todo dia a gente agradece a Deus por Bolsonaro ter perdido aquela eleição. Todo dia. Acho que a gente tem que acordar e falar que está tudo ruim, mas já pensou? [se o Bolsonaro tivesse sido reeleito] (E16).

Nós reinauguramos o Brasil, né? Porque nós passamos quatro anos de trevas nesse país. Nosso papel, inclusive, foi muito dobrado e muito solicitado porque nós éramos uma voz contra a hegemônica, a uma política negacionista que não é por negar a ciência, não. Era intencionalmente negacionista, para que houvesse uma nova ordem burocrática e desumanizada do Brasil com mortes evitáveis a que a gente assistiu, né? (E12).

É, embora eu tenha um lado muito eufórico, chorei domingo feliz da vida, mas a destruição foi muito grande, a destruição... E ela não é uma destruição... é como se tivesse uma bomba, assim, uma bomba nuclear de quatro anos, mas já havia vários ataques antes. Então, não é que a gente estava antes muito bem (06).

Para trabalhar nessa “terra arrasada” e cuidar na tentativa de recuperar ou amenizar essa “destruição” mencionada, o novo governo presidido por Luiz Inácio Lula da Silva (2023-presente) tem e terá muito a ser feito considerando os retrocessos mencionados. A possibilidade de novas chances de reorganização social emerge nas narrativas como acertos, principalmente, no que se refere a presença de mulheres nas diferentes instâncias de decisão

Então, eu acho que é isso, tendo mais mulheres na liderança, acho que muda aquilo que falei da saúde pública, de ter só sanitaristas médicos homens. Eu acho que ter a Nísia, uma mulher socióloga, muda a perspectiva, as prioridades; a caneta vai ser usada para outras coisas, não só para que um homem venha como prioridade. Então, eu acho que para a gente algumas coisas podem melhorar um pouco mais rápido; [mas] eu acho que ainda tem uma normalização de um discurso de ódio, de uma política de ódio que não vejo [mudar] a curto prazo (E06).

Nós precisamos de um Estado forte, protetor e que dê condições de sobrevivência a toda a população brasileira, e nós temos condições de fazer isso. Eu acho que a presença feminina, os estudos de gênero têm mostrado isso (E12).

Então é uma coisa, realmente, diária de falar que alguma coisa tem possibilidade agora de ser feita [...], alguns acertos têm sido levar mulheres para esses cargos, compor os cargos de direção do governo - primeiro escalão, segundo escalão, e dar vozes (E16).

É relevante conjugar os acertos observados da gestão que se iniciava, no momento de algumas entrevistas realizadas, com o olhar para o que já temos e pensar no reforço da implementação do que já deveria ser uma realidade concreta, como nosso Sistema Único de Saúde (SUS).

O que me deixa mais indignada é que a gente sabe o que precisa fazer, a atenção primária precisa funcionar, precisa ter qualidade. E, aí, entra um ator importantíssimo, que se exime, que é o judiciário. Cadê o judiciário fazendo o direito à saúde ser garantido no município.

Os municípios, no governo Bolsonaro, devido à política do federalismo de competição que ele implementou, os municípios não precisam do estado mais, não precisam, o

repassa é direto e acabou. O financiamento da atenção primária, hoje, é feito de uma forma completamente escusa. Então, quem que tem o poder de fiscalizar o município e garantir que ele vai fazer o pré-natal? É o judiciário! Cadê a defensoria pública? Então, começa daí. Aí, entra o desenho das redes de atenção, a gente sabe também qual é o desenho que uma rede de atenção tem que ter. A gente sabe, a gente sabe que precisa ser descentralizado, que a gente precisa ter a atenção primária funcionando, a atenção especializada e regionalizada para que a alta complexidade não fique sobrecarregada, a gente precisa ter pactuação nos territórios para garantir a referência e a contrarreferência. Tudo isso a gente sabe na teoria, só que os arranjos disso na prática, dependem de que as instituições atuem. E a atuação de uma instituição é com incentivo ou restrição. Eu acho que está faltando uma parte da restrição, sabe; de você conseguir constranger o ator público para ele cumprir a parte dele (E02).

Sobre novas chances em um novo momento, essas novas chances devem vir acompanhadas de previsões realistas, ponderando as tramas e contradições que atravessam as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que compõem as tomadas de decisão.

É muito trabalho, mas eu acho que a gente não pode perder a chance de agora radicalizar e vigiar para que uma extrema direita não entre mais no governo [...]. Mas eu penso isso, as políticas públicas, elas têm que vir. A questão do aborto, eu acho que tem que ser sim discutida, não adianta ficar escondendo, disfarçando, porque ela é um problema de saúde pública, mesmo (E03).

Sou otimista de que só o fato de a gente retomar algumas políticas é importante, tem um significado, mas também acho que é um governo de frente ampla, de muita coalização, então não espero grandes mudanças. [...] Do ponto de vista prático, não vejo a mulher do campo com o espaço que ela precisa ter, não vejo um fomento para autonomia da mulher no campo como eu acho que ela deveria ter, por todas as limitações do setor agrário que a gente tem, e que perpassa pela saúde dela. Acho que a saúde indígena vai melhorar, porque também, se ela não melhorar, acabou; então, eu acho que isso, que a política indígena tende a melhorar dentro das limitações de recurso que a gente vai ter. [...] Então, para a saúde da mulher a gente continua tendo uma bancada evangélica enorme, isso não vai mudar, a gente não vai conseguir, tanto que a gente não consegue passar nenhuma pauta, uma pauta um pouco mais progressista de saúde da mulher pelo legislativo, só pelo judiciário; então, aborto, casamento LGBTQIA+. As políticas mais progressistas não estão no legislativo, não acho que vai vir, acho que pelo contrário, tem que ser uma vigilância constante, porque acho que a bancada é enorme, a bancada evangélica conservadora é enorme, a bancada que defende uma postura mais violenta do estado é enorme e isso passa pela violência contra a mulher - mais homens armados são mais homens matando mulheres, mais impunidade contra a violência contra a mulher (E06).

A extrema-direita, ela vem com força contra isso, ela vem com força. A religião, você vê que 30 % do apoio bolsonarista vem das igrejas evangélicas, que a sua maioria são mulheres negras e pobres. Então é a igreja dando o apoio que elas deviam estar tendo do poder público. Se elas tivessem mais apoio do poder público, elas não estariam se envolvendo de tamanha dessa forma das igrejas e seus filhos também. Elas acabam tendo a igreja como a única opção de tirá-los das drogas, de tirá-los da violência. Então são questões, certas políticas públicas, mesmo que não diretamente ligadas às mulheres, elas atingem as mulheres beneficentemente em vários aspectos. Então, sem políticas públicas é mais difícil (E08).

De fato, “*sem políticas públicas é mais difícil*” (E08), sem políticas públicas (Behring; Boschetti; Menicucci, 2018) torna-se inviável intervir enquanto Estado nas expressões da

questão social (Iamamoto; Carvalho, 2008) que vulnerabilizam as mulheres já inseridas em uma estrutura desigual, patriarcal, sexista, racista, moralista, entre outras opressões que violentam mulheres. Portanto, as narrativas supracitadas reverberam a interseccionalidade, parte da diversidade das diferentes mulheridades existentes o que está diretamente ligado à diversidade de intervenções demandadas via políticas públicas adequadas a essas (Nascimento, 2016; Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2020; Hooks, 2020; Nascimento, 2021).

A construção de políticas públicas demanda conhecimento da realidade, pois não há como atender demandas e reivindicações sociais sem conhecê-las (Behring; Boschetti; Menicucci, 2018). Dados e informações estruturam conhecimentos que fundamentam e instrumentalizam ideias; essas ideias envolvem e estruturam-se a partir de discursos e argumentos que incidem na tomada de decisões, formação de agendas, implementação de ações e consequentes soluções via políticas públicas (Haas, 1992; Faria, 2013; Bezerra; Araújo, 2023).

Assim, as narrativas discorrem algumas ideias de intervenção mais direcionadas, com argumentos focados na base formativa, na prevenção de problemas, considerando o processo educativo como indispensável para uma mudança a médio e longo prazo da sociedade, tanto pelo acesso equânime, quanto pelo conhecimento compartilhado.

Como professora eu vou dizer que a gente tem uma tarefa fundamental na parte de educação, discutir, voltar à discussão nas escolas, [...]; eu acho que a gente vai ter que criar uma nova terminologia, porque a gente viu que brigar com essa loucura que virou a discussão de gênero, ideologia de gênero, isso tudo, essa coisa. Mas talvez a gente tenha que criar uma outra forma, criar uma nova palavra mesmo, entendeu? Eu não sou especialista na área, mas fazer um paralelo com: vou dar exemplo da Lepra, a Lepra, a palavra era extremamente estigmatizante, como é, né; e a gente mudou para hanseníase, não mudou absolutamente nada, é a mesma coisa, mas mudou o nome na tentativa de mudar o estigma. Eu acho que com identidade de gênero a gente vai ter que criar uma nova forma, uma outra roupagem para falar isso. Como é que a gente vai trazer isso para escola sem criar muitos atritos. E, principalmente, a gente viu aí tudo que aconteceu no Brasil; principalmente, uma corrente evangélica fundamentalista bastante forte. Mas eu acho que a gente tem que investir na educação, na educação das nossas crianças, adolescentes, para essas questões de sexualidade, de direitos reprodutivos e sexuais; vou colocar essa palavra para abranger assim essas questões maiores. E trabalhar muito na educação, a educação porque eu acho que a gente só vai mudar quando as pessoas compreenderem que isso tudo foi criado em torno disso (E04).

Então, é um pouco trabalhar na educação e trabalhar em algumas políticas específicas essa questão dos direitos reprodutivos, de ampliar o acesso a métodos contraceptivos, a educação sobre isso, sobre contracepção. A gente viu uma disputa muito grande disso contra a história de que “eu escolhi esperar”, então tudo virou uma dualidade no Brasil, tudo é preto no branco, é vasco e flamengo, virou tudo uma grande dualidade, como se não existisse um leque de possibilidades aí no meio (E04).

A política de educação é para meninas e meninos e meninas. Por que as meninas engravidam? Porque elas transam. Elas não vão transar? Não, elas vão transar. Então

não seria uma particularidade. Seria, na verdade, algo inerente à política de educação. Pensar que meninas engravidam. Então isso tem que estar dentro, isso tem que ser um eixo transversal à política pública de educação; não seria uma particularidade, porque particularidade é aquilo que talvez aconteça, não é? Não é algo que sempre irá acontecer, não é? Entende? Mas sempre vai acontecer (E11).

Como o Haddad inaugurou no Ministério da Educação e que a gente possa reconstruir uma nova base, um fortalecimento da educação fundamental, educação infantil fundamental. Isso é central. Sem isso, a gente não sai educando. Não adianta aumentar o número de vários na universidade, não. Adianta, sim, a gente formar e dar ponto de partida igual para todos os alunos, o que eu não tive (E12).

Podemos observar como as ideias colocam a educação é fundamental, tem a capacidade de modificar o modo de perceber a realidade e as ações sobre as estruturas sociais; permite aos sujeitos admirar, objetivar, conhecer e transformar o mundo. O processo educativo envolve o diálogo e a ética, é democrático, tem o poder de gerar mudanças sociais construídas nas relações sociais dotadas de criticidade e politização, o caminho para a participação e controle social efetivo (Brasil, 1988; Freire, 2005; Gohn, 2015).

Tais processos demandam atenção, o desafio de formar cidadão ao tempo que se busca desconstruir estruturas sociais desiguais é um trabalho árduo. Logo, o desafio inclui todo o ciclo formativo. Considerando as preocupações expressas nas narrativas supracitadas, é demandada uma articulação entre políticas de educação e saúde, relacionando educação formação e não formal¹¹⁰ (Gohn, 2015) e educação em e na saúde¹¹¹ (Falkenberg *et al*, 2014).

Isso porque a saúde sexual e reprodutiva vai além da prevenção de uma gravidez precoce que evidentemente engloba problemáticas diversas, para além da reprodução e de uma visão biologicista, cisheteronormativa, patriarcal e moralista, relaciona outras mulheres (bem como outros gêneros). Assim, em concordância com as discussões feitas nos tópicos anteriores, podemos considerar a existência de um ciclo de cuidado e promoção de saúde e formação para cidadania no qual é relevante trabalhar questões de gênero e saúde das mulheres nos espaços formativos formais e não formais; conscientes de que o conteúdo a ser trabalhado é processado

¹¹⁰ Educação formal se refere aos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos em instituições de ensino, em todos os níveis de formação. Educação não formal, a socioeducação, ou outro termo que podemos chamar os processos de compartilhamento de informações, conhecimentos e saberes, podem ocorrer nesses canais, através deles, ou até mesmo como estratégia para aproximar-se da população, estimular a participação popular, para que os sujeitos representem seus territórios, conheçam e reconheçam suas necessidades e exerçam sua cidadania. (Gohn, 2014).

¹¹¹ Educação em saúde: arcabouço de práticas do setor que contribuem para a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores, tendo como finalidade alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades. E Educação na saúde: processos de sistematização do conhecimento ligado ao processo formativo e desenvolvimento de profissionais de saúde visando atuação qualificada com base no ensino, diretrizes didáticas e orientação curricular (Falkenberg *et al*, 2014)

inicialmente na pós-graduação, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, onde a ciência é produzida.

Logo, espaços nos quais mulheres, estudos de gênero, o olhar de gênero e políticas públicas para mulheres precisam ganhar espaço e a atenção devida (Nascimento, 2016; Heerdt; Batista, 2017; Batista, 2017). O que demanda reforçar

Ampliar também ofertas de editais, por exemplo, para pesquisas que informam, que incluam essa perspectiva e esse olhar de gênero (E09).

Editais mesmo, sabe? Com jovens pesquisadores, com banco e com apoio e suporte a essas mulheres cientistas e pesquisadoras, que muitas vezes são pessoas mais jovens, mães solas, com menos grana, que também precisaria ter incentivo nesse sentido (E09).

A gente já sabe o caminho, ou seja, tem que ter investimento, tem que ter investimento em formação [...]. Eu acho que se a gente tiver um Ministério de Ciência e Tecnologia forte, que estimule esse investimento em pesquisa, investimento em formação nessa área, a gente tem condições de retomar essa formação dos pesquisadores, que eu acho que ela é fundamental, pesquisadores e pesquisadoras [...]. Então, eu acho que tem que ter editais que sejam proativas no sentido de chamar e de demandar esses estudos, com essa perspectiva de gênero, com essa perspectiva já, de certa forma, encomendada sobre isso, porque eu acho que a gente não consegue avançar nisso se nós não tivermos recursos (E10).

Por exemplo, são poucos os lugares que a gente consegue ter concursos específicos para essa temática. Para a pessoa estar trabalhando sobre isso dentro da academia. Então, acho que é importante também a gente pensar nessas linhas de concursos para pessoas que estejam interessadas e que possam estar desenvolvendo isso nas universidades. Sobretudo onde a gente tem mais dificuldade. Acho que a região norte é uma região carente, a região centro-oeste também; então, acho que a gente tem que fazer estímulos diferenciados justamente para a gente conseguir desenvolver e eu acho que a gente já está dando passos importantes (E10).

Na área de saúde coletiva, a gente sabe que é o lugar que a gente tem menos concentração de programas de pós-graduação nessa área. Então, a gente tem que criar formas de estar fazendo parcerias para estimular isso. E, de novo, com essas perspectivas de trazer com linhas de pesquisa de gênero, com editais específicos para isso, para estimular. Eu acho que é assim que a gente vai conseguir trazer essa, fortalecer de novo e espalhar isso (E10).

A conquista de direitos, o acesso a políticas, tudo se dá por meio da pressão que a sociedade coloca para o Estado; na resistência e contestação de uma sociedade organizada, mobilizada, que no uso da participação e do controle social (Gohn, 2001; 2002; 2004; Perrella, 2012; Paradis; 2013; Alvarez, 2014; Matos, 2014; Belançon, 2019; 2020; Biroli; Guarnieri; Tatagiba, 2020; Sardenberg, 2020; Mendonça, 2018; 2021; Pinto, 2021), o que evidencia o quão *“O movimento social é fundamental, o conceito de gênero mostra isso. A gente não teria essa discussão se a gente não tivesse o movimento de mulheres impulsionando”* (E10).

5.5.6. A Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC):

5.5.6.1. Aproximação e Atuação

O uso da palavra rede¹¹² é múltiplo, seja de forma concreta ou abstrata, trata-se de entrelaçamento, entrecruzamento, encontros, diversidade e propósito. No que se refere à articulação da sociedade civil, em rede e/ou na rede (*online*), remete a configurações sem limitações geográficas, desterritorializadas, colaborativas, resgatando aprendizagens, entre o cuidado com o outro e o autocuidado, uma experiência contemporânea fazendo frente a condutas autoritárias, desiguais e excludentes contra as mulheres (Scherer-Warren, 2005; 2013; Rocha, 2017). Tais significados não estão apenas no nome da RBMC¹¹³ ou na representação de sua organização, representa uma constante desde os primeiros passos para sua construção, na aproximação e integração das cientistas que a compõem.

[...] alguma das colegas [disse] “ah, gente, vai abrir uma rede de mulheres cientistas e tal, se criou um grupo de *whatsapp*” [pausa para falar com a filha]. Ai, alguém colocou e eu me interessei. Eu entrei mais na curiosidade, o que essas mulheres têm a dizer? O que esse grupo tem a dizer? Eu acho que eu estou, na verdade, procurando beber de fontes que me ajudem a me fortalecer, inclusive, institucionalmente (E01).

Eu tenho uma amiga que é cientista política e ela foi, foi Luciana que me convidou (E02).

Eu fui convidada por uma delas, pela Luciana Santana, que na verdade faz parte da Rede Análise de Divulgação Científica sobre a Covid¹¹⁴, nem conheço ela pessoalmente (E03).

Eu recebi uma mensagem de uma pesquisadora, inclusive, da Rede Brasileira de Pesquisa em Tuberculose¹¹⁵, falando, me mandando a carta para assinar, aquele

¹¹² Substantivo feminino: No sentido literal, entre tantos outros, significa entrelaçado de fios, de espessura e materiais diversos, formando um tecido de malhas com espaçamentos regulares; no sentido figurado, no que cabe aqui, representa conjunto de pessoas, órgãos ou organizações que trabalham em conexão, com um objetivo comum. Para mais informações, vide: <https://www.dicio.com.br/rede/>.

¹¹³ Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC), é uma rede interdisciplinar e intersetorial, conta com um Comitê Executivo composto por cerca de trinta mulheres vinculadas às instituições de pesquisa brasileira, envolve cerca de 4000 pesquisadoras espalhadas pelas cinco grandes regiões do país e inseridas em variados campos do conhecimento, que tem assumido o papel de ampliar o debate público sobre a marginalização, violência, submissão e morte das mulheres (RBMC, 2021).

¹¹⁴ A Rede Análise surgiu no final de fevereiro de 2020 como uma necessidade de coletar, analisar e divulgar informações respaldadas na ciência sobre a pandemia da COVID-19 no mundo e no Brasil. O primeiro nome da Rede era Rede Análise Covid-19. Desde então, a Rede vem crescendo e ganhando espaços nas redes sociais levando informação científica, combatendo a desinformação, instigando a formação de novos grupos e colaborando com diversas redes voltadas para a comunicação e divulgação científica. Para mais informações, vide: <https://redeanalise.com.br/>.

¹¹⁵ A Rede Brasileira de Pesquisas em Tuberculose (REDE-TB) se caracteriza por uma abordagem inovadora, multidisciplinar e multi-institucional que prioriza a transdisciplinaridade e a intersetorialidade. É formada por pesquisadores das áreas básica, epidemiológica, clínica, e operacional e representantes da Sociedade Civil das cinco macrorregiões brasileiras. Essa estratégia visa à capacitação científica e tecnológica no país para o desenvolvimento de novas tecnologias e novos produtos, assim como a colaboração na revisão de políticas públicas

momento inicial, né, me convidando para fazer parte de um grupo que estava sendo criado no *whatsapp* (E04).

Foi através de uma colega, professora aqui do meu departamento que também está na gestão (E05).

Então, acabou com a Lorena me chamando para o grupo do *whatsapp*, logo no início, bem no começo (E06).

As redes acabam fazendo aquela teia. Uma teia grande. Quando você se aproxima, começa a ter uma rede, uma finalidade, [...] cruzando com outras redes. Então, dentro desse cruzar com outras redes, veio a Rede de Mulher [Rede Brasileira de Mulheres Cientistas]. Uma rede acaba se encontrando com a outra, vai formar uma grande teia de colaboração (E07).

Como o trabalho é virtual, a gente começou a trabalhar muitas coisas. Preparar o congresso, o congresso virtual. Então, aumentou o conhecimento de outras mulheres que estavam fazendo outras coisas que eu teria muito mais dificuldade de aproximar e colocar junto do que com o processo virtual. Então, o processo virtual facilitou o encontro e programar. Então, vamos fazer tal coisa? Vamos fazer uma mesa disso aqui? Vamos fazer uma mesa daquilo? Então, foi. Eu comecei a me aproximar desses grupos e aí alguém teve a ideia. Eu não sei se surgiu um grupo da Unicamp¹¹⁶ e aí elas me chamaram. Eu estava no comecinho ainda de criação. Aí eu falei: “ah, eu quero participar, né?” (E08).

Eu acho que a gente estava entre as primeiras oito pessoas que foram convidadas e o pessoal foi perguntando “quem quer fazer parte disso?”. [Respondi] Eu quero fazer parte desse negócio, vamos embora e aí, eu já fui chamada [...]. A gente montou um grupo de *WhatsApp* e deram até cem mulheres cientistas se colocando em favor da produção de dados e tudo mais, até para o apoio à vida das mulheres na pandemia e o apoio à CPI da Covid -1 (E09).

Um convite no início, logo na criação da rede. Uma colega de São Paulo me convidou, eu entrei e tive uma experiência pessoal muito forte minha. A rede surgiu numa época da pandemia, eu perdi meu pai e minha mãe na pandemia, em pouco tempo. Isso me abalou muito e eu queria entrar em alguma coisa que realmente produzisse coisas e que tivesse se posicionando em relação às questões da pandemia. Eu fui também, ingressei em um movimento de vítimas e familiares de vítimas da Covid¹¹⁷. Comecei assim a acompanhar um pouco isso e na rede eu comecei a participar também. Em determinado momento surge essa questão da Covid, da gente pensar algumas questões de justiça restaurativa, de como que a gente poderia pensar essas questões de reparação, de justiça realmente frente a esse desgoverno da pandemia e frente às famílias e pessoas que perderam familiares. O meu engajamento se deu muito por esse viés pessoal e acho que foi a experiência mais pessoal (E10).

Eu tive dois convites, ou três, da rede, né? É isso. Eu tive um convite de uma colega aqui da universidade, do Piauí, que ela é só da rede, não é da executiva, da coordenação executiva. Eu tive um convite que partiu de uma cientista que está na coordenação executiva, não sei como ela chegou ao meu nome, que alguém indicou, e eu tive o convite de uma cientista da Fiocruz para entrar na rede (E11).

necessárias ao controle da tuberculose. Outra prioridade, para atingir sua missão, é a formação de recursos humanos de alto nível, por meio de cursos de pós-graduação *latu sensu* e de treinamentos. Para mais informações, vide: <https://redetb.org.br/>.

¹¹⁶ Universidade de Campinas. Para mais informações, vide: <https://www.unicamp.br/>.

¹¹⁷ A Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (AVICO), no Brasil, foi fundada em 08 de abril de 2021, em pleno colapso da saúde pública na cidade de Porto Alegre/RS. Um coletivo social que luta por justiça e memória às vítimas fatais e também pela garantia e acesso aos Direitos Humanos constitucionais dos sobreviventes da covid-19. Para mais informações, vide: <https://www.avicobrasil.com.br/>.

Foi através de Lígia. Foi a Lígia que disse porque eu fiz um comentário sobre alguma coisa da rede no *Instagram* (E12).

Foi através da Melanie e da Melissa, que são duas cientistas que estavam trabalhando ali na rede COVID, rede análise, né (E13).

Foi através de uma carta circular da Fiocruz (E14).

Eu entrei na rede no início da rede, em abril de 2021. Uma das criadoras da rede foi minha orientadora de monografia na graduação, e hoje é minha colega de departamento (E15).

Isabela que falou, ah, tem uma rede de mulheres aqui e tal, você quer entrar? (E16).

As aproximações dessas mulheres, apesar de tão diferentes, têm um caminho comum, basicamente pelas relações de trabalho e contato profissional; narraram motivações diversa (perdas pessoais decorrentes da COVID-19, inquietação com a crise sanitária e o impacto na vida e saúde das mulheres decorrente da pandemia da COVID-19 - objetivo primário da criação da RBMC), assim como elas. A busca por conhecimento, reconhecimento e fortalecimento coletivo pela garantia de direitos e proteção social das mulheres remete aos coletivos/grupos de sociabilidade estruturados por acadêmicos desde a graduação a fim de discutir problemas inerentes à trajetória acadêmica, em específico relacionados ao racismo (Souza, 2018), ou seja, também, um processo de aquilombamento (Souto, 2020; Veloso; Andrade, 2021; Dias, 2022; Rímoli *et. al.*, 2023). Por certo, considerando as intersecções entre desigualdades e problemáticas estruturais, ambas referências enquanto rede de apoio e solidariedade cabem na relação de enfrentamento à desigualdade de gênero aqui analisada.

Essas aproximações, motivações, estratégias de contato, articulação e ainda considerando o perfil sociodemográfico¹¹⁸ evidenciam uma estrutura científica, interseccional, em rede e na rede; um ativismo digital acadêmico que age intelectualmente e politicamente (Scherer-Warren, 2005; 2013; Oliveira, Borssoi, Genro, 2011; Mussi, 2016), mas não exclusivo do âmbito virtual por considerar uma atuação pós-pandêmica, distante das limitações físicas.

Após o processo que envolveu motivações variadas e um caminho de aproximação comum, veio a atuação da RBMC. As narrativas, a partir da análise realizada, tornaram possível uma classificação que seguiu um processo dedutivo, com base na autoavaliação de cada cientista; dessa forma, as atuações variam entre experiência positiva pontual, experiência negativa por ambiente não acolhedor, experiência positiva com redução gradual e experiência positiva ainda atuante.

¹¹⁸ Para mais informações, retornar ao perfil sociodemográfico.

As cientistas com **experiência positiva pontual** se consideram pouco atuantes, contudo, apesar de uma atuação momentânea, continuam acompanhando a RBMC, interessadas nas ações desenvolvidas e sem indicação negativa que justifique essa atuação pontual e/ou restrita; ao tempo que buscam uma integração e articulação em outros espaços.

Não me considero muito atuante no grupo. Na verdade, elas me chamaram no início da fundação da Rede, eu participei de algumas coisas e também para uma live [...]. Eu acho que a minha participação é muito mais ativa, por exemplo, na Abrasco, no GT e tal, do que na Rede. Mas eu acho que vale a pena estar lá (E01).

Eu acompanho, mas não com a regularidade que eu gostaria. Mas eu sei que o movimento está se mantendo, tem várias colegas que são bem atuantes [...]. A minha participação é bem, é bem baixa, vou dizer assim (E05).

Eu tenho participação muito pequena, A minha participação tem sido limitada, eu não estou diretamente, [mas] eu acompanho algumas notícias (E16)

Então, na rede, eu só tive poucas oportunidades concretas [...], mas eu gostaria até de me envolver mais no sentido da nossa rede de vigilância popular se aproximar, para ter, formar essa teia mais afinada (E07).

Uma dessas mulheres que entrou em contato comigo perguntando se eu poderia falar sobre a questão das mulheres indígenas. E aí, como era o tema da minha pesquisa, eu participei. E foi super legal porque nós fizemos uma nota sobre a participação das mulheres em tempos de política, de eleição [...]. Eu confesso que, desde a pandemia, como a demanda foi muito grande para a Fiocruz, eu não consegui me dedicar a outras ações, só consegui participar realmente desse evento. Porque com a emergência da pandemia, a Fiocruz assumiu uma série de trabalhos extras, além das nossas áreas de pesquisa e educação (E14).

Contudo, outras cientistas com experiência pontual deram outro significado às experiências: **negativas por ambiente não acolhedor**, sobre as quais as apontam questões da organização e funcionamento da Rede que as levaram a limitar suas atuações. Pois, se determinados grupos aproximam-se motivados por interesses comuns (Souza, 2018), não causa estranhamento que a oposição gera distanciamento.

Eu vejo que ela é aquém de como eu gostaria que fosse, porque, eu não sei se é por conta que grande parte delas está com uma atuação direta na universidade e, muitas delas, também da área da ciência política, né, da área de humanidades, então, é um pouco mais difícil. É, se eu fosse usar a minha atuação mesmo acadêmica e, por isso, eu puxei para essa questão do meio ambiente. Mas ainda assim eu acho que é pouco, porque os espaços, também, eles não são amplos e embora eu vejo que a questão central é o ambiente, não porque eu atuo nele, mas não tem como, a gente está vendo essa questão da mudança climática, isso afeta tudo. Então, eu acho que eu não me sinto tão à vontade, muitas vezes para me colocar e eu acho que poderia ser mais intensa (E03).

Então, eu me senti lisonjeada, estava super animada, até que bati em vários obstáculos próprios de instituições que têm como proposta trazer certa visibilidade para determinados temas, mas não romper com aquilo que é, para mim, vital, né? Que são as estruturas que possibilitam a construção de algo novo. E a rede não tem essa proposta (E11).

A limitação de espaço para a questão ambiental mencionada certamente não corrobora com a emergência da crise ambiental vivenciada em todo o planeta e que vem sendo noticiada por instituições nacionais e internacionais¹¹⁹, não apenas em relação ao impacto geral, mas em como a desigualdade de gênero agrava a vulnerabilidade de meninas e mulheres em relação aos efeitos das mudanças climáticas e desastres ambientais, principalmente no que se refere à pobreza, insegurança alimentar, conflitos, migrações e políticas excludentes (ONU News, 2015; IBP, 2023; ONU Mulheres, 2024). Até pelo fato de que o fórum de cooperação econômica internacional que discute iniciativas econômicas, políticas e sociais, o G20¹²⁰, em 2024, enfatiza que mulheres estão na ponta das consequências das problemáticas ambientais, mas também ocupam a ponta das soluções e cita como referência experiências e saberes de mulheres brasileiras que integram grupos vulnerabilizados (quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, indígenas, periféricas, pescadoras).

Já sobre a menção às barreiras para a “*construção de algo novo*” (E11), a referência está ligada à reprodução de sistemas sociais e científicos alicerçados em estruturas desiguais e injustiças materiais e simbólicas, que oprimem mulheres e demais grupos vulnerabilizados (Fraser, 2003; Saffioti, 2004; Mauro, 2018; Furlan, Raiol, 2023). Dessa forma, ambas questões caracterizam o afastamento como estratégico para não ser parte do fortalecimento de uma estrutura organizacional incompatível com seus valores e interesses.

Sobre atuações mais prolongada - oscilante ou reduzida ao longo do tempo - avaliadas como positivas e que classificamos como **experiências positivas com redução gradual**; nessas, as cientistas mencionam questões externas à organização da Rede, mas relacionadas à conjuntura crítica internacional e nacional, desde o desgaste pessoal e profissional causado pelas crises ocasionadas pela Covid-19 (Fiocruz, 2020; Matta *et al*, 2021), o governo Bolsonaro que é sinônimo de retrocesso (Avritzer; Kerche; Marona, 2021) e o processo eleitoral para presidência em 2022 conflituoso (Zanotti, 2023; Barbieri *et al*, 2023) como fatores que levaram a redução de sua presença nas atividades da RBMC

Ultimamente eu tenho participado bem menos que eu gostaria, tem muitas coisas acontecendo e essa eleição presidencial, aqui no meu estado também, o governo

¹¹⁹ A exemplo do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - <https://www.ibp.org.br>), ONU (Organização das Nações Unidas - <https://www.un.org/en/about-us>).

¹²⁰ G20 - G20 significa "Grupo dos Vinte". O G20 reúne os países com as maiores economias do mundo. Os Estados-membros se encontram anualmente para discutir iniciativas econômicas, políticas e sociais. O grupo se define como o principal fórum de cooperação econômica internacional (acordo estabelecido pelos líderes na Cúpula de Pittsburgh, em setembro de 2009). Para mais informações, vide: <https://www.g20.org/pt-br>.

estadual drenou minhas energias todas. Eu confesso que eu estou exausta, exausta depois desses três anos de combate à Covid-19, à pandemia, finalizando com essas eleições [...]. Eu achei essa experiência muito, para mim, especificamente, foi bastante, [estou] tentando achar um qualificador, é forte, potente; mas acho que é mais que isso, não estou conseguindo achar um bom qualificador. Porque, primeiro é muito interessante e acho que acaba dando para a gente novos olhares, quando você interage com pessoas muito diferentes do seu campo de pesquisa, de ação. A Rede, no seu comitê executivo, tem um recorte muito forte de ciências humanas, sociais humanas, ali. E isso para mim foi muito interessante, foi assim uma possibilidade de crescimento, de aprender com outras colegas, outras visões de mundo, de forma de pensar; então, acho que isso foi muito bom para mim, foi bastante potente. Sempre que a gente está nesses coletivos, os arranjos, eles são muitos mais complexos, mas você acaba saindo fortalecido. Por exemplo, você vai escrever uma nota sozinha, é muito mais fácil, você senta e escreve, né [riso]; então, você está escrevendo ali no coletivo, tem várias coisas que você abre mão aqui de uma frase que você gostaria. Então, assim, acho que acaba que ao final do trabalho, por mais que no meio do trabalho ele seja, como o nome diz, mais trabalhoso; mas o resultado final é muito melhor, é mais prazeroso, o resultado é muito melhor que ficaria com um só alguém fazendo (E04).

Eu tive alguns momentos mais próximos e mais distantes, eu tive uma experiência muito boa de proximidade, eu sigo acompanhando a rede e sempre de olho aonde que eu posso contribuir. Eu acho que tem isto também: como é que a gente pode contribuir? A gente está ofertando isso quando a gente pode ofertar alguma coisa que a gente realmente pode estar contribuindo. Não acho que eu sou super ativa na rede, não acho. Acompanho ela, vejo todas as postagens que tem nas redes sociais, no whatsapp. Mas eu também já tive participações mais ativas e estou sempre disponível (E10).

E na rede participei, inclusive, de algumas publicações sobre a questão das máscaras, junto com outras colegas que eu nunca as encontrei, inclusive; mas foi uma experiência bem interessante, porque a gente já tinha feito um trabalho semelhante aqui em Pernambuco para estimular o uso de máscaras pela população, como uma forma de barreira [...]. Fora essas produções pontuais, hoje eu acho que eu estou um pouco ausente. Assim, eu acesso às produções da rede, muitas produções eu baixo quando é de conteúdo que eu posso utilizar, mas eu não diria que sou uma pessoa muito dinâmica por isso, por esse tempo de múltiplas atividades, de múltiplas obrigações, eu gostaria realmente de poder participar mais (E12).

Eu participei bastante do começo. Depois eu acabei saindo do grupo grande ali, porque estava muito pesado para mim. Estava muita coisa acontecendo, com pandemia, mais os cortes, mais todos os problemas do governo [Bolsonaro]. Aí, eu acabei saindo, mas ali no começo a gente acabou participando bastante, fez nota técnica, né. Foi uma experiência muito legal; muito legal participar de um grupo que era só de mulheres cientistas, eu fiquei bem feliz, assim. Eu também tenho um pouco essa característica: no começo das coisas eu sou muito ativa, trabalho bastante para criar o negócio, depois quando eu vejo que as coisas estão andando que outras pessoas podem assumir, eu vou fazer outra coisa (E13).

Apesar dos motivos que levaram ao distanciamento, as experiências desafiaram essas mulheres, ampliaram suas possibilidades de trabalho e aprendizados com a interação entre diferentes campos de conhecimento. Não apenas novos conhecimentos científicos foram possíveis, mas também a forma de produzir coletivamente, como já comentado anteriormente. O processo de construção/produção coletiva, colaborativa, enquanto corpo político e processo de resistência contra-hegemônico (Souza, 2018; Ferreira, 2018; Souto, 2020; Veloso; Andrade,

2021; Dias, 2022; Rímoli, *et. al.* 2023) é ponto positivo apontado tanto para quem teve atuação reduzido, como para as que permanecem colaborativas na Rede, e assim classificamos como uma **experiência positiva ainda atuante**

Eu cresci muito, porque é uma oportunidade de você conviver com mulheres, que, - assim, eu sendo jovem, né -, que têm muito mais experiência que eu. Eu aprendi muita coisa mesmo, mas é massa, também, porque eu fiz amizades, sabe. Tem uma coisa muito legal na rede. Eu já fiz várias coisas, tanto no grupo executivo, quanto na comunicação, quanto na coordenação do banco de pesquisadoras, eu fico sempre em vários lugares, meio que “Severino” assim, onde precisa resolver alguma coisa eu vou, ajudo (E02).

Eu fui uma das pessoas que falou na abertura da rede. E aí eu achei, assim, muito bacana. As pessoas falaram das suas experiências, de onde elas vinham, que lugar elas tinham, né? E foi muito, muito legal ter tido a oportunidade de ver tanta gente e conhecer tanta gente que dentro de uma questão que nos diz respeito a todos nós, também nos ajudava a estender nossas forças por outras coisas, né? Então eu fiquei muito, muito contente deles terem me chamado, né? E aí eu também chamei outras pessoas, fui indicando outras pessoas e a gente pediu para colocar, né? Foi uma experiência muito interessante. Eu nunca tinha tido isso na área da ciência, foi a primeira vez (E08).

A gente também queria produzir, por exemplo, as questões; tem uma das notas técnicas que eu escrevi, que é sobre o tratamento precoce, demonstrando toda a questão da necropolítica e aí vai [...]. Foi uma experiência muito interessante, porque foi uma experiência de construção de grupo, de identidade de grupo, que tinha como linha essa articulação da ciência, da evidência, ou seja, de não ser, de ser um grupo de pessoas não negacionistas, num país negacionista naquele momento, um país não, um governo negacionista. Eu acho que esse grupo, com as várias questões que foram aparecendo, ao produzir esses encontros, nos ajudou também a produzir bastante, técnica e cientificamente, porque nos chamava para esse coletivo de produção. Então, eu acho que foi muito importante para mim me identificar com meus pares, minhas, como diz na minha terra, minhas pareias, como pessoas que possam ser solidárias no crescimento, sem disputa, porque a academia tem muito essa coisa da disputa (E09).

Eu ingressei na rede, e logo no início eu ingressei no comitê executivo, que é onde eu estou até hoje, para ajudar a institucionalizar¹²¹ a rede, ajudar a pensar em ações para priorizar a vida das mulheres durante a pandemia [...]. Eu acho que a minha atuação dentro da rede, ela seguiu muito essa minha leitura da trajetória da rede. Foi uma atuação muito intensa nos primeiros momentos, porque a gente atuava “*a toque de caixa*”, tentando barrar ações, tentando incitar ações, que eram sempre muito urgentes. Então, a gente fazia várias tarefas, trabalhávamos num ritmo muitas vezes insano, porque o momento nos exigia isso. E depois desses dois anos da rede, que a gente completou este ano, em abril deste ano [2023], essa urgência, ela distensionou um pouco. Então, a gente hoje atua na rede com mais tranquilidade, olhando para as questões, para os temas envolvendo as mulheres com mais cuidado, porque o tempo atual nos permite que isso seja levado dessa forma. E eu acho que a minha atuação na rede, ela também vem dessa perspectiva, dessa dinâmica (E15).

Observamos como entre as pesquisadoras que se mantiveram mais próximas e envolvidas nas atividades, em sua maioria, são integrantes ou próximas do comitê executivo,

¹²¹ Dar ou adquirir caráter de instituição; tornar(-se) institucional; oficializar(-se); arraigar (-se), estabelecer(-se). Para mais informações, vide: <https://www.dicio.com.br/institucionalizar/>.

atuando pelo fortalecimento da Rede de forma colaborativa, observando e estimulando seu crescimento, visando oportunidades para a ciência e para as mulheres.

5.5.6.2. Definição e análise

Interessa-nos, também, não apenas saber como mulheres cientistas aproximaram-se e atuaram; mas como elas definem e analisam a rede na qual estão inseridas, a RBMC em meio aos “*movimentos importantes, geração de cartas, de posicionamento, de presença, manifestações*” (E16), sobre a pandemia da covid-19, sobre questões de gênero e saúde da mulher, sobre a presença de mulheres na ciência, demonstrando outras formas de fazer ciência.

À época do surgimento e atuação inicial em um contexto de crises múltiplas (Abrucio *et al*, 2020; Oliveira; Fernandes, 2020; Horton, 2020; Avritze; Kerche; Marona, 2021; Fiocruz, 2020; Matta *et al*, 2021).

Os homens estavam produzindo, epidemiologistas estavam produzindo dados, mas pensar nessas questões de justiça, pensar nessas questões do sofrimento das famílias, pensar nessas questões de Covid longa¹²², do impacto disso na vida das pessoas, na vida das famílias, eu acho que é uma questão trazida por mulheres, por um recorte de gênero [...]. A rede, assim, ela cresceu tanto. Quando eu entrei, era uma coisa meio de convite. Algumas pesquisadoras, uma chamando a outra, vamos fazer um grupo, vamos chamar, vamos produzir coisas ali vinculadas com Covid. E quando eu vejo hoje, ela é enorme. Então, eu acho que ela demonstrou a importância dela, a necessidade de as pessoas terem esse espaço de diálogo. Eu acho que ela potencializou a troca das pessoas, as parcerias. Eu acho que isso também tem essa coisa, ela é muito solidária. Quando a gente entra, a gente vai enfrentando as coisas muito solitariamente e eu acho que a rede possibilitou essa solidariedade, essa parceria, que isso fortalece as pessoas. Eu vejo que aqui eu estou enfrentando coisas parecidas com a minha colega lá de Manaus, com a outra colega lá de São Paulo (E10).

Como mencionado no tópico anterior, assim como as mulheres estão na ponta em relação aos grupos mais vulnerabilizados em situações de crise, elas precisam estar no processo de construção de soluções (G20, 2024), integrando para além da perspectiva, o olhar de gênero em políticas públicas também de gênero (Nascimento, 2016; Batista, 2017), colocação que coaduna com o que impulsionou a aproximação de cientistas diversas a se organizarem e buscar atuar em rede em prol da vida e saúde das mulheres no contexto pandêmico (inicialmente) e a

¹²² Covid longa - “Covid longa é um termo cunhado por pacientes para se referir a uma gama de sintomas experimentados por aqueles que tiveram covid-19 depois de se recuperarem dos estágios iniciais da infecção”, resume Margareth Portela, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) que integra a equipe do Observatório Covid-19 Fiocruz. Para mais informações, vide: <https://bvsmms.saude.gov.br/o-que-vem-depois-respostas-e-lacunadas-sobre-a-covid-longa-que-afeta-ate-20-dos-que-foram-infectados-pelo-coronavirus/>.

utilizarem o conhecimento científico que produzem para fundamentar soluções adequadas a demandas invisibilizadas e/ou negligenciadas.

A RBMC é a representação de que “toda escolha científica também é uma escolha política, na qual os pesquisadores se colocam enquanto sujeitos políticos no mundo em interação e parceria com sujeitos produtores de saberes e devires (Valiengo; Penteado; Fortunato, 2019, p. 267). Pois é definida por suas integrantes como

Uma comunidade de cientistas muito potente, que cumpriu um papel fundamental durante a pandemia. A gente conseguiu pautar tanto os meios de comunicação como atores políticos sociais durante a pandemia. Então a gente, por exemplo, a gente esteve presente, por exemplo, na CPI da pandemia no Senado. A senadora Eliziane [Gama] muitas vezes levava as nossas notas técnicas, ela não era membra da CPI, mas estava sempre presente pela frente das mulheres senadoras durante as reuniões da CPI, e sempre levava as nossas técnicas como embasamento para as falas dela. Então a gente conseguiu incidir na CPI da pandemia a partir da nossa produção científica. A gente conseguiu pautar a imprensa por meio das nossas técnicas, por meio de artigos de opinião. A gente conseguiu incitar o debate, por exemplo, da vacinação de mulheres. A gente fez uma nota técnica que embasou o mandato da deputada Sâmia Bonfim¹²³ para entrar no [Superior Tribunal Federal] STF¹²⁴ contra o governo federal e, dessa forma, pressionar a vacinação das gestantes, que no primeiro momento foram essas mulheres, no final de maio de 2021. Então a atuação da rede, enquanto organização da sociedade civil, ela foi fundamental num momento tão crítico da pandemia (E15).

Aquela junção, aquela potência, porque eram mulheres se entendendo com suas vidas muito mais desestabilizadas na pandemia, como profissionais de todas as áreas. Porque ali tinha gente da educação, gente da saúde, da filosofia, das áreas exatas, da engenharia e todas as mulheres tinham esse lugar comum [...]. Eu acho que tem uma coisa importante que apareceu bastante, que a gente tem muitas mulheres negras nesse espaço, porque a questão do feminismo precisa olhar para isso. Essa questão de gênero, ela não é igual. Então, acho que deu espaço, assim, ao reconhecimento [...]. Eu acho que a Rede Brasileira De Mulheres Cientistas foi um espaço de afirmação, de trazer a questão da importância das mulheres na ciência. De reconhecer que as mulheres estudam, produzem, tem dados, têm conhecimento, têm experiências que vão fazer muita diferença em relação ao campo da pesquisa, para ofertar, para trazer evidências e tal. Então, eu acho que foi um espaço solidário, foi um espaço de produção de muito conhecimento, porque era muita gente boa, potente; hoje acho que são, no banco de iniciativas, tem quase 4 mil mulheres com as pesquisas que cada um está fazendo. Também foi um espaço de oportunizar trocas, oportunizar até empregos para algumas pessoas, ofertas de doutorado, de pós-doutorado, de algumas coisas nesse sentido. Então, eu acho que é uma possibilidade das mulheres, a partir do olhar de gênero¹²⁵, cuidarem das mulheres nos seus espaços de construção profissional, política, e trazendo evidências em defesa da vida das mulheres. Porque é isso que a gente tem que fazer o tempo todo, a gente precisa defender as nossas vidas, porque se não formos nós, a gente não vai ter isso de mão beijada, a gente tem que batalhar por esse espaço o tempo inteiro (E09).

Uma potência muito grande no sentido de agregar pessoas que estavam trabalhando de forma isolada, né. E ela potencializou esse encontro com pesquisadoras no Brasil, que estão em diferentes áreas, mas que têm um foco específico. Então, eu diria assim, a gente está em áreas de conhecimento diferente, em campos diferentes, mas tem essa

¹²³ Sâmia Bomfim, deputada federal. Para mais informações, vide: <https://www.camara.leg.br/deputados/204535>.

¹²⁴ Superior Tribunal Federal - guardião da Constituição Federal, órgão de cúpula do poder judiciário. Para mais informações vide: <https://portal.stf.jus.br/>.

ligação em comum que é a questão da equidade de gênero em favor das mulheres. E, aí, usando a ciência para dar essa visibilidade a essa pauta (E04).

Sai desse polo de grandes universidades do Sudeste; então, eu acho que a Rede sai disso. Então, dos meus grupos de pesquisadores, eu acho que ele é o que mais diverso de pesquisa, ele é a fonte mais diversa que eu tenho de um artigo, um evento, uma matéria; eu acho que isso, para mim, é um dos melhores pontos da Rede (E06).

Um espaço, assim, de imensa importância no fortalecimento e da gente não se entender sozinha, está entendendo? Não nos sentimos isoladas nem só institucionalizadas. Eu acho que o que a rede traz é a ampliação para além das instituições ou dos seus espaços de trabalho, que muitas vezes eles ficam meio que inerte ou acomodado na sua área, não gosto muito dessa expressão, mas o povo usa tanto, né? “Zona de conforto” [...]. Eu acho que a rede, ela para mim, ela foi muito importante para saber o quanto nós temos pessoas comprometidas no país com uma ciência voltada para a humanidade, porque eu acho que é isso o grande papel do cientista e da cientista (E12).

Diante do exposto, ponderamos que a RBMC é uma comunidade de cientistas intersetorial, multiprofissional, interinstitucional, interseccional (Silva; Ribeiro, 2014; Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2020; Hooks, 2020; Nascimento, 2021; Bezerra; Silva; Araujo, 2023), com potencial de comunidade epistêmica¹²⁶ (Adler; Haas, 1992; Haas, 1992; Bezerra; Araujo, 2023), que diante de uma oportunidade política crítica, relacionaram suas ideias para estabelecer repertórios de acordo com seu objetivo, estabelecendo alianças que fortaleçam suas ações voltadas para o bem da sociedade ao tempo que prioriza as mulheres (Faria, 2013; Gomes, 2019), principalmente, no que se refere a ações e políticas protetivas socialmente que garantam representatividade nos espaços e reconhecimento a suas demandas (Fraser, 2003; 2006).

Essa “potência” (E04) em forma de rede é colocada de forma a atravessar espaços institucionais, do fazer ciência isolada, atua visando apoio mútuo, conjunto, de forma colaborativa (Carneiro, 2005; Scherer-Warren, 2005; 2013; Ferreira, 2018; Souto, 2020; Veloso; Andrade, 2021; Dias, 2022; Rimoli *et. al.*, 2023), em um agir acadêmico, político enquanto movimento social que desafia estruturas de poder (Oliveira, Borssoi, Genro, 2011; Gomes, 2019; Biroli, 2013; 2017; 2020) ao se articular com o legislativo, orientar ações do executivo e comunicar-se com a sociedade via divulgação científica e no conhecimento acessível a todos. Assim, “*ter essa Rede ou ter esse espaço de troca, de divulgação, é um canal extremamente importante para dar visibilidade e ver o trabalho que é desenvolvido aqui no Brasil, nas diferentes regiões, por mulheres e por pesquisadoras que são super competentes*” (E05).

¹²⁶ Comunidade Epistêmica - profissionais organizados em rede estruturada a partir de experiências e competências sobre um domínio específico, com autoridade sobre o conhecimento especializado à determinada questão e dispõem de dados e informações relevantes para subsidiar políticas ligadas à sua especialidade e interesse (Adler; Haas, 1992; Haas, 1992; Bezerra; Araujo, 2023)

Seu potencial de inovação vai além

A inovação que a rede traz é colocar o gênero como prioridade na ciência e não como tema em si, mas como ferramenta, entende?! De como é que eu olho para qualquer área do conhecimento, a partir de uma perspectiva de gênero, levando gênero em consideração. Eu acho que essa é uma contribuição que a Rede tem e que a gente vai aprimorando isso, o modo de fazer ciência que leva em conta gênero. E não só fazer ciência, a gente tem, claramente, uma vocação de fazer ciência para subsidiar políticas públicas, tem isso. Então, eu acho que a Rede tem um papel importante e ela já é reconhecida como tal, a gente já tem, [porque] antes a gente precisava pedir para participar das coisas, hoje as pessoas convidam a gente para participar das coisas.

É diferente, assim, porque não é só ativismo; é político, mas é político-afetivo, é uma escolha política que nós tenhamos uma perspectiva afetiva das coisas, sabe; eu acho que é o que a academia pode aprender com a Rede, que é possível fazer ciência coletivamente, de forma cooperativa e não competitiva, respeitando as pessoas, de forma acolhedora, levando em conta que as mulheres são cuidadoras.

A Rede é um grupo de ativismo, de mulheres cientistas, nós estamos, inclusive, num momento de repensar. Porque a gente nasceu com um objetivo muito claro, que era: olha, as mulheres estão sendo massacradas na pandemia, como é que nós, mulheres cientistas, que têm acesso a alguma visibilidade pública por sermos cientistas, como é que a gente faz alguma coisa para tentar barrar o que esse governo está fazendo, para evidenciar as desigualdades, para trazer à tona e mostrar, olha, está acontecendo isso. Nasceu muito nesse caráter de denúncia (E02).

Esse ativismo de base acadêmica, com atuação política e colaborativa (Oliveira, Borssoi, Genro, 2011; Mussi, 2016; Ferreira, 2018), que desperta afetos e percepções, em meio a conhecimentos e repertórios (Valiengo; Penteado, Fortunato, 2019), conforma-se em uma comunidade, *“um grupo de conteúdo sólido e confiável”* (E01) com uma organização que *“é única no Brasil, eu acho que ela [a Rede] coloca na mesa aquela questão do poder, põe na mesa quem não estava na mesa, ajuda a pôr na mesa, pelo menos, a fazer uma pressão organizada. Eu acho que isso de ter cartas, de ter notas técnicas, [isso] fala: “olha, não somos poucas”* (E06).

Questionar relações de poder e reivindicar espaço, visibilidade e respeito é algo que perpassa teorização, orientação e relações acadêmicas, científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, relações desiguais e interseccionais (Carneiro, 2005; Nascimento, 2016; Souza, 2018; Biroli, 2013; 2017; 2020a; 2020b; Heerdt; Batista, 2017; Valiengo; Penteado, Fortunato, 2019; Biroli; Tatagiba; Oliveira, 2020; Collins; Bilge, 2020; Sígolo; Gava; Unbehaum, 2021; Brito, Macedo, 2022). Por certo, a RBMC, também é

Um espaço, assim, de imensa importância no fortalecimento e da gente não se entender sozinha, está entendendo? Não nos sentimos isoladas nem só institucionalizadas. Eu acho que o que a rede traz é a ampliação para além das instituições ou dos seus espaços de trabalho, que muitas vezes eles ficam meio que inerte ou acomodado na sua área, não gosto muito dessa expressão, mas o povo usa

tanto, né? “Zona de conforto” [...]. Eu acho que a rede, ela para mim, ela foi muito importante para saber o quanto nós temos pessoas comprometidas no país com uma ciência voltada para a humanidade, porque eu acho que é isso o grande papel do cientista e da cientista (E12).

Assim, observamos como literatura e narrativas relacionam-se à própria forma como a RBMC se apresenta, desde seu primeiro dia de existência. Pois,

Somos cientistas, ainda sub-representadas nas universidades e nas instituições de pesquisa brasileiras, segundo dados do CNPq, e, neste momento tão dramático, que afeta inclusive as nossas produções científicas, buscamos atuar em defesa das mulheres a partir de uma perspectiva que busca a atenção a algo praticamente ignorado no debate público: a condição das mulheres brasileiras na pandemia. Há uma ausência completa de políticas públicas voltadas a apoiar as mulheres e meninas neste momento de crise humanitária. É preciso exigir que o Estado brasileiro cumpra seu papel. E é preciso que cumpra seu papel a partir de uma perspectiva de gênero, sem o que se torna difícil diagnosticar e construir alternativas capazes de produzir garantias integrais para a vida das mulheres, evitando que o futuro próximo seja de agravamento ainda maior das desigualdades de gênero no país. Há o que ser feito. É possível, aqui e agora, e com os recursos públicos existentes, implementar políticas públicas que garantam condições de vida, trabalho e segurança para as brasileiras. A partir do que temos acumulado ao longo de uma vida dedicada à ciência, em diferentes áreas do conhecimento, consideramos estratégica a implementação de políticas dirigidas às mulheres em torno de seis grandes temas: Saúde; Violência; Educação; Assistência social e Segurança alimentar; Trabalho e emprego; Moradia e Mobilidade. As propostas para essas políticas já estão prontas. Há muito acúmulo de conhecimento, produção altamente qualificada e experiências em torno desses seis temas. O que queremos com nossa articulação é levar essas respostas para o centro do debate público, buscando uma abordagem integrada em torno das necessidades cotidianas das mulheres (RBMC, 2021, s/p).

5.5.6.3. *Contradições e disputas*

A correlação entre teoria, narrativas e a Rede não anula a existência de contradições e disputas, até pelo fato de que são essas que influenciaram nos afastamentos já mencionados e que nos levaram a ampliar o destaque. Pois, considerando que falamos de cientistas que compõem uma rede de cientistas que integram seus respectivos campos científicos, é relevante ponderar sobre disputas e tensões enquanto parte dos campos científicos que estão representadas em territórios institucionais nos quais a ciência é produzida (Bourdieu, 2004; 1983).

Por ser “*um espaço de construção coletiva, existem disputas*” (E09). A RBMC foi e permanece estruturada por mulheres, característica que as une, mas há “*uma diversidade de privilégios, de vivências*” (E06) que as diferem. São questões interseccionais como raça, classe, etnia, educacionais e de gênero, inclusive, que as levaram a atuações pontuais, limitadas e ou

reduzidas ao longo do tempo em decorrência de um espaço que inicialmente mostrou-se acolhedor à diversidade¹²⁷.

A RBMC não é algo deslocado do contexto social, é parte de uma estrutura social desigual e cheia de contradições, conflitos e tensões. Portanto, assim as reproduzem.

Tem alguns momentos que eu acho bem interessantes que aconteceram na Rede, que eu vi que expressa esses conflitos. Eu lembro muito do comentário de uma pessoa que falou, estavam comentando alguma notícia no auge da pandemia e tal [e falaram] “*ah, mas essa pessoa é médica?*”; daí, várias pessoas vieram [e falaram] “*pô, espera aí, só pode falar de saúde quem é médico?*”. Então, esse tipo de conflito, eu acho que retrata e tem um ponto que para nós é “*somos mulheres e isso nos une*” ponto; temos toda uma diversidade de privilégios, de vivências que nos difere.

Parece uma discussão que eu tenho muito com umas amigas feministas, de “*não, precisamos falar a mesma coisa*”; [mas] não, não precisamos e não vamos, porque aquela mulher estava falando da posição de uma médica privilegiada e que acha que só ela pode falar, ela quer um poder e que ela tem o poder. E quando ela foi questionada de “*não, não é só você que tem esse poder*”, todo mundo que trabalha na área da saúde pode falar, inclusive, quem não trabalha, se puder acrescentar pode falar, a pessoa ficou muito ofendida e saiu do grupo. Então, eu acho que isso é muito simbólico também de [dizer que] a Rede tem conflitos e o que eu acho interessante é que a grande maioria das pessoas que eu vejo ali está aberta a [pensar/dizer] “*poxa, realmente, não foi isso que eu quis dizer*”.

Agora, a gente vai ter um monte de divergências que não são as mesmas. Acho que a rede traz a mulher indígena, a pauta das mulheres pretas, periféricas, a classe privilegiada que sempre teve acesso e não é nada novo ter esse acesso, [e] o novo é ser questionado e quem se achava que por ser de esquerda, por ser sanitaria, às vezes, se achava muito alternativa e muito aberta, até ver o seu poder ameaçado (E06).

Até porque determinadas pautas não são sinônimo, necessariamente, de garantia de espaço para quem vivencia essas questões. Ou seja, é possível considerar que ainda há muito a ser feito¹²⁸ na RBMC em relação à perspectiva étnica-racial. Pois

Tinha em torno de mais ou menos 16 mulheres na coordenação executiva; tinham três mulheres que eram negras, o resto eram mulheres brancas.

- Ela falou: “mas não dá para fazer paridade”.

- Eu falei: “como não?”.

- [ela falou]: “Não, porque é muito difícil”.

- [eu respondi]: “Então, tudo bem.”

Então, a gente pode manter na nossa área que a gente está discutindo, que é ciência, que não precisa ter paridade entre homens e mulheres. Porque é tão difícil, né? Porque se trata sobre isso, se trata sobre relações de dominação, se trata sobre relações de poder. E quando você tem, você não quer abrir mão de seus privilégios. No fundo, é sobre isso (E11).

¹²⁷ Vide tópico sobre aproximação e atuação junto à RBMC;

¹²⁸ Vide perfil sociodemográfico.

E eu fui, se eu não me engano, a pessoa que convidou quase todas as cientistas negras que estavam na rede até uns seis meses atrás, com exceção de uma, [nome], se eu não me engano, para você ver o quanto a rede era branca. Eu fui a primeira cientista negra a entrar na rede e achava estranho que ninguém tinha achado isso estranho. E fui a única, e fui também a que convidou a primeira cientista travesti para a rede e achava estranho que ninguém tinha achado isso estranho (E11).

A narrativa em questão apresenta a sua percepção em relação à composição Rede, ou seja, uma escassez de mulheres negras com poucas iniciativas para alterar este fato. O relato é semelhante aos baixos percentuais de mulheres negras (ainda mais baixo para pretas) em todos os níveis educacionais, principalmente na ciência, que está conectada aos níveis mais altos de formação e atuação na educação (Leta, 2003; 2014; Assis, 2018; Charão, 2011; Silva, 2021; Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021; Painel de fomento CNPq – Lima *et al*, 2023); também se assemelha ao perfil sociodemográfico do grupo entrevistado (apesar de estar restrito a um recorte das mulheres vinculadas ao campo da saúde coletiva e que integram a rede); Tal avaliação está de encontro à narrativa expressa no tópico anterior que menciona “*tem muitas mulheres negras nesse espaço*” (E09).

A participação indígena é bem pequena, considerando as referências supracitadas. Além da que se autodeclara na pesquisa e consta no perfil sociodemográfico; não há considerações nas narrativas sobre mulheres indígenas que integrem a Rede ou sobre a ausência enquanto cientistas. Contudo, apontam a falta de consideração em relação a contribuições não valorizadas

Mas eu vejo o seguinte, eu sou da questão ambiental e tem muito pouco espaço [...]. Foram feitos vários webinários [no final deste ano], não sei se você acompanhou, sobre vários temas, o último foi sobre meio ambiente, que o meio ambiente não está naquelas linhas de atuação [...], não teve uma mulher da Rede que assistiu. Claro, elas estão ocupadas. Mas todas? A Rede tem muitas mulheres. Tivemos dificuldade até para encontrar quem iria operar o *stream ward* do *youtube*, dificuldades para a publicação do artigo na Folha de São Paulo¹²⁹, [pois] todos os artigos das outras, os outros seis, eles eram imediatamente postados no grupo, todo mundo lia, todo mundo elogiava, todo mundo. E esse artigo, a gente construiu com as mulheres indígenas [...], a gente apenas costurou o texto, foi um texto produzido por elas; passou batido, eu descobri que foi publicado na Folha por uma amiga minha que falou, isso já fazia quase um mês que tinha sido publicado (E03).

Nesta narrativa encontramos um elemento importante que nos leva a pensar que, apesar da relevância da sustentabilidade ambiental, do conhecimento sobre biodiversidade, recursos naturais e espécies nativas, sistemas de produção e consumo, inclusive relacionados à questão de gênero e do cuidado feminino na perspectiva da ecologia dos saberes, ainda precisamos

¹²⁹ Jornal Folha de São Paulo. Para mais informações, vide: <https://www.folha.uol.com.br>.

superar a herança colonial, racista, imperial, patriarcal, dotada de privilégios que têm como consequência o epistemicídio imbricado em estruturas, instituições e saberes que desqualificam conhecimentos étnicos e raciais ligados a populações tradicionais (Santos, 1995; Carneiro, 2005; Werneck, 2013; Mato, 2017; Almeida, 2018; Martinelli; Nunes, 2019; Assa, 2023).

Portanto, em relação a RBMC, a menção à limitação na interação com mulheres e saberes não acadêmicos é um questionamento imprescindível. Ou seja, onde estão não apenas as pautas, mas as mulheres diversas que compõem a sociedade?

Eu sinto falta de ter mulheres cientistas não acadêmicas, eu acho que é um grupo muito academicista e não tem, eu não percebo muito o papel de mulheres que são de movimentos sociais ou de organizações sociais e que também são cientistas. Eu fico pensando: Que perspectiva de ciência é essa? Que ciência é essa que a gente está falando? A ciência eurocêntrica, né, que está dentro da academia. O que eu sinto falta no grupo é isso. Eu acho que todo mundo tem a logomarca de alguma instituição na retaguarda, instituição de ensino superior e, à, tem que ver se a Rede se propõe a isso ou quer ampliar um pouco mais [...]. Então, por que não tem mulheres quilombolas? Por que não tem mulheres que são liderança, também e que são cientistas de certa forma? Se tem, eu não identifiquei, porque todo mundo que entra se apresenta - “*ah, eu sou da universidade tal, professora do curso tal*”; sempre está na retaguarda institucional (E01).

Isso justifica-se pelo fato do enfrentamento ao sistema andar em paralelo à sua reprodução e fortalecimento, no ocultamento das “opressões e desigualdades existentes na trajetória acadêmico-científica de mulheres e homens e as disparidades latentes entre mulheres brancas, negras e indígenas” (Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021, p. 94). O que nos leva a ponderar sobre o quanto a RBMC, ainda

[...] é muito centrada nesse modelo de academia que é patriarcal. Então, ao invés de elas estarem ali combatendo esse modelo, elas reproduzem tentando abrir o espaço para mulher, liderança e tudo; mas ela está reproduzindo um modelo que eu não concordo [...]. Então, você tem que ser sempre a liderança e essa liderança ela tem que estar sempre em evidência, porque é isso que vai dar o status para ela ter mais cargos, ela ter mais pontuação, vamos dizer na carreira. Porque eu acho um absurdo você ter uma carreira científica cuja pontuação é quantas vezes você apareceu na palestra (E03).

Ela não questiona a estrutura de ciência. Para ser ciência, para ser ciência ou para ser cientista tem que estar dentro de uma instituição pública universitária produzindo não sei quantos artigos em determinadas revistas [...]. Elas vão dizer que não é produtivismo; mas, no final da história, o que é? [elas perguntam] Publicou na Science¹³⁰? Não? [sarcasmo] (E11).

¹³⁰ *Science*, também conhecida como *Science Magazine*, é uma revista científica publicada pela Associação Americana para o Avanço da Ciência, considerada uma das revistas acadêmicas mais prestigiadas no mundo, Para mais informações, vide: <https://www.science.org>.

Há uma nítida contraposição entre expectativa e realidade, ao tempo que se reconhece que o conhecimento é multifacetado e construído coletivamente (Castro, 2023) e que *“quando a rede foi criada, eu senti que era um espaço de muita potência, acho que ainda é [...] e que poderia ser, de fato, emancipatório; mas o meu conceito de algo emancipador é algo que vem a romper com estruturas cerceadoras; e aí eu percebi que ela não era”* (E11). De fato, a questão democrática e emancipatória é fragilizada e põe em risco agendas de igualdade e equidade de gênero e diversidade no momento em que pautas incômodas a estruturas tradicionais são avaliadas a partir de vieses conservadores (mesmos que inconscientes). Exemplo disso está como aborto e saúde reprodutiva ou até mesmo violência contra a mulher são abordados (ou não) (Biroli; Machado; Vaggione, *et al*, 2020; Biroli, 2020b; Biroli; Quintela, 2021); mesmo em espaços que se propõem democráticos e inclusivos

Essa questão do aborto ou da violência contra a mulher, em alguns momentos, quando acontecem essas coisas que, imediatamente, eu fico sabendo, por conta dos grupos que eu atuo, se eu posto alguma coisa, você não ver, às vezes, assim, nenhum comentário, ninguém dizer nada, *“ah, vamos fazer alguma coisa, vamos fazer uma manifestação, vamos fazer”* [...]. Às vezes, a [nome de uma das integrantes] fala alguma coisa dessa questão do aborto, essa questão do desmonte da questão da saúde reprodutiva pelo governo; nós temos ali a [nome de outra integrante] que bate muito nessa questão, mas ela parou de se manifestar ali, ela se manifesta, individualmente, pelo *instagram* (E03).

Por certo, na RBMC - mesmo surgindo com o intuito de fazer uso da ciência para proteger a vida e saúde das mulheres na pandemia da Covid-19 e para além dessa, tendo base em fortes discussões sobre desigualdade de gênero, bem como a crítica a sociedade racista e patriarcal – ainda há dificuldade em aprofundar em determinadas questões dessa estrutura social problemática, com base nas narrativas analisadas. Contudo, também, ainda é necessário considerar e ponderar que a RBMC *“é novinha, só tem 1 ano, 2 anos, é uma conquista que a gente vai tendo - mas a gente tem que começar a pensar, profundamente, sobre isso”* (E03).

5.5.6.4. Próximos passos

No Primeiro ano de atuação da RBMC, as Notas Técnicas, manifestações e demais ações da Rede enfatizaram a situação de grávidas e puérperas, profissionais de saúde, testagem, tratamento precoce, prevenção e vacinação para a covid-19, educação, violência de gênero e contra a mulher em diversos espaços, defesa da ciência e de mulheres cientistas, povos originários, mulheres negras, meio ambiental, segurança alimentar, políticas públicas e proteção

social; o plano de fundo era o contexto de agravamento de crises decorrente da pandemia da covid-19¹³¹. A alteração do cenário que levou ao seu surgimento, “*apagando todo dia um incêndio*” (E01), trouxe a necessidade de olhar além e vislumbrar uma outra conjuntura política que é vista como perspectiva de possibilidades.

Teve esses dois anos iniciais e daqui para frente? Como é que a gente atua? Porque o cenário muda, mas a gente continua na preocupação de como é que a gente trabalha, para que as mulheres sejam levadas em conta nas diferentes políticas (E02).

O contexto é muito diferente e, eu acho que agora a gente pode na Rede pensar os próximos passos, o que que a gente pode fazer, pensando que teremos um novo governo, que teremos, por exemplo, editais de pesquisa. Então, eu acho que a gente pode lutar para ter editais específicos. Agora, eu acho que a gente ganha um fôlego para ter pautas mais específicas, porque antes a gente só estava; nós estávamos reagindo à tanta coisa, desgraça todo dia, a gente estava vivendo naquele inferno que, praticamente, acontecia alguma coisa, a gente estava reagindo, aconteceu alguma coisa, a gente estava reagindo. A gente não tinha nem tempo de pautar o que era necessário, porque estávamos ali tentando sobreviver; então, eu acho que agora a gente vai ter um novo ciclo, que a gente pode pensar melhor em pautas específicas, prioridades (E04).

A única certeza é que permanece a busca por direitos e proteção social às mulheres, com base na ideia de que a igualdade é um imperativo ético, político e social para enfrentar discriminações e desigualdades (Piovesan, 2008). Essa busca vem sendo pauta dos movimentos feministas e de mulheres desde o século XIX e permanecerá, ainda, por algumas décadas, possivelmente, séculos; pois, globalmente, segundo dados Fórum Econômico Mundial “a diferença de gênero em termos de política, economia, saúde e educação só será eliminada em 99,5 anos; a desigualdade econômica entre homens e mulheres poderá demorar 257 anos” (Sorice, 2018).

Partindo da variação entre continentes, nações e/ou determinados territórios, não há uma previsão e/ou perspectiva linear em relação a uma progressão de melhora. Mas é certo que a busca e a luta para que mulheres tenham seus direitos assegurados e alcancem relações mais igualitárias e equânimes envolve acesso à educação, saúde, trabalho, proteção legal, autonomia sobre seus corpos, liberdade religiosa, representatividade, proteção social, trabalho e qualificação profissional, enfrentamento do racismo e combate a violências de gênero e contra as mulheres, conscientização e fortalecimento da mentalidade social em relação a sobrecarga do cuidado, maternidade, parentalidade e demais questões que edifiquem relações mais justas

¹³¹ Site da RBMC (<https://mulherescientistas.org>),

Instagram (<https://www.instagram.com/redemulherescientistas>),

Facebook (<https://www.facebook.com/redebrasileirademulherescientistas>),

X [antigo Twitter] (<https://twitter.com/redecientistas>)

e Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UC4xUugBFS8aRTKU7OJocWIO>).

socialmente (OXFAM¹³², 2021). Portanto, esses são pontos que se caracterizam basilares e impulsionadores para a RBMC.

A comunicação mostra-se como ferramenta e estratégia de atuação, é parte da estrutura da RBMC; uma comunicação que tem como base a tecnologias, as redes e mídias sociais, assim, a RBMC, como já argumentado exaustivamente, caracteriza-se como uma rede na rede, que borra fronteiras físicas e virtuais (em relação ao uso da internet e mídias sociais), teóricas e práticas, de forma solidária e engajada, desterritorializada e colaborativa, com foco na promoção de mudanças e exercício de contra poder (Scherer-Warren, 2005; 2013; Rocha, 2017; Mousinho, 2017; Martinez, 2021; Sarmiento, 2021). Como sabido, essa característica tem relação direta com o contexto de seu surgimento e as necessidades de distanciamento impostas pelo contexto pandêmico; contudo não é uma determinação de exclusividade de uso das plataformas *online* e, com a alteração desse contexto, abre espaço para demandas por interações presenciais.

O virtual, apesar do alcance espacial incalculável, de superar questões físicas e temporais, de disseminação e troca de informações; mas pode apresentar inquietações, limitações de interpretação e compreensão do outro e no *feedback*. Dessa forma, não estar presente fisicamente pode gerar ruídos e barreiras que seriam rapidamente sanadas em um diálogo face a face, ou “*tete a tete*” (E12), bem como oportunizar respostas, intercambialidade de ideias e maior riqueza de detalhes nas interações (Rhoden; Andres; Rhoden, 2022)

Eu fico sonhando que um dia, quem sabe, a gente consiga fazer um encontro presencial, porque todos os contatos, todas as interações, pelo menos, de quem está; não quem está na coordenação, mas das outras, são virtuais. E aí, eu fico pensando se um dia a gente tem possibilidade de fazer um encontro presencial dessas mulheres, dessa Rede (E01).

Então, eu acho que a próxima missão nossa da Rede é um encontro presencial, ter assim, ter um evento, uma possibilidade de a gente estar juntas [...]. Um evento, um seminário que for, mas acho que a gente merece, assim, um momento presencial. Porque é muito diferente quando a gente está junto, assim, de forma presencial (E04).

Eu me recinto da necessidade, eu queria ter um encontro presencial, eu gosto da presença, eu gosto corpo a corpo, eu gosto “*tete a tete*”, eu preciso ter gente, eu gosto de gente, eu gosto de discutir ideias com gente, porque, às vezes, a gente faz uma observação lá na rede e a palavra, a palavra ela é muito pobre, porque ela não tem gesto, ela não tem a expressão da face, ela não tem nada, e muitas vezes a gente é mal entendido, então, às vezes, eu evito fazer algum comentário que eu acho que poderia contribuir, mas eu tenho medo de qual vai ser a interpretação desse meu comentário, porque são, é polifônica, e tem muitas mentes [...]. Eu gostaria que fosse feito um seminário, uma jornada, para que a gente pudesse, com núcleos de áreas de

¹³² A Oxfam Brasil é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos e independente, criada em 2014 para a construção de um Brasil com mais justiça e menos desigualdades. Para mais informações, vide: <https://www.oxfam.org.br>.

conhecimento, e que a gente pudesse se expressar, e pudesse mesmo se conhecer, compartilhar experiências; são muito ricas as experiências da Rede (E12).

A necessidade do encontro presencial, para além da compreensão do outro frente à discussões e debates; refere-se, também, ao conhecer, vivenciar, experienciar e trazer à baila outros territórios e os conhecimentos que produzem conhecimento

Acho que a gente pode também, a partir da sua pesquisa, organizar melhor encontros, fóruns, sabe? Mesmo que sejam temáticos em locais com características no Brasil diferenciadas, a gente consegue fazer isso. Assim, um dos locais que eu acho que a rede podia fazer, eu estou indo até para Manaus, eu vivi em Manaus muitos anos, é ter esse olhar também da rede para mulheres indígenas do Amazonas. É o território que mais tem diversidade de etnias indígenas, com vários dialetos, é o lugar que mais tem no Brasil e com várias falas diferentes (E07).

Portanto, a construção de uma ciência inclusiva e dotada de diversidade e colaborativa, em todas as suas etapas, é um passo relevante a ser dado (Haraway, 1995; Silva; Ribeiro, 2014; Ferreira, 2018; Souto, 2020; Castro; Mayorga, 2020; Veloso; Andrade, 2021; Dias, 2022; Rímoli, *et. al.* 2023). Também, demanda uma RBMC que interaja e se fortaleça para além do virtual, reforçando o encontro entre integrantes, com outras instituições, para além das instituições, fazendo uso da sua independência nos processos de comunicação para ampliar o alcance, chegando e ocupando outros espaços em direção à uma sociedade mais equânime (Grossi; Miguel, 2001; Bohn, 2010; Paradis, 2013; Matos, 2014; Matos; Lins, 2018; Biroli; 2020; Biroli; Quintela, 2021; Sanchez, 2021).

Talvez o que a gente precisasse era ter mais expressão fora das instituições. Uma expressão política e uma expressão para a sociedade maior, que é também muito difícil. Mas, olha, tem acontecido umas possibilidades, né? Nós não precisamos mais depender dos jornais clássicos ou das televisões para chegarmos à mídia, né? (E16).

Assim, considerando sua história recente e reconhecendo que “*o potencial é enorme*” (E13),

A Rede, ela nasceu, a partir de três cientistas políticas, né, que é a Flávia Biroli, a Vanessa Oliveira e Luciana Tatagiba; a Flávia da UnB, a Vanessa da UFABC e a Tatagiba da Unicamp. Foram três cientistas políticas, que, então, é por isso que a gente brinca que nesta segunda fase que a gente está pensando como que a Rede vai ser nos próximos dois anos, a gente que dar espaço para outras pesquisadoras de outras áreas, porque a ciência política dominou muito nesse primeiro biênio [...]. Então, a gente já escolheu quem serão as nossas próximas três coordenadoras, digamos assim. Mas o grupo executivo continua e a gente está se reunindo para pensar esses próximos passos (E02).

Agora está na hora de, talvez, fazer um evento, uma reunião, alguma coisa para juntar, para avaliar. Porque eu acho que o potencial que essa rede tem é uma coisa incrível,

né. O potencial é enorme. E tomara que a gente possa usar isso para, por exemplo, propor políticas para as mulheres, né. Na academia, na ciência, na saúde. Então, acho que a gente pode fazer várias iniciativas, assim. E eu estou vendo que muitas coisas legais estão sendo discutidas. Então, é isso. Espero que a rede continue firme e forte (E13).

De uma forma geral precisa se fortalecer mais como rede, para que a gente consiga fazer esse movimento, que esse movimento tenha um efeito efetivo, tenha um efetivo nessa mudança, nessa estrutura [...]. A Rede é uma estratégia e acho que deve ser mantida, deve ser fortalecida, mas se pensar em algumas outras intersecções para que a gente consiga de fato fazer essa modificação e mover essa estrutura que ainda tende positivamente mais para um lado dessa relação de gênero em detrimento da outra (E05).

Frente à necessidade de autoconhecimento e autocrítica narradas e analisadas enquanto passo relevante para alterações da própria estrutura da RBMC; os próximos passos precisam apreciar o trabalhar em si, entre si e com o todo, mobilizando recursos necessários para sua continuidade; bem como, configurando-se e se reconfigurando em um processo avaliativo constante, para assim atender demandas, individuais e coletivas, internas e externas; sempre revisitando seus objetivos.

5.5.6.5. RBMC - Gênero e Saúde Coletiva

Indiscutivelmente, já são de conhecimento as múltiplas crises causadas em decorrência da Pandemia da Covid-19, as exigências à saúde em sua concepção ampla que demandava articulação com as demais políticas e o quão as mulheres são as mais impactadas em situações de crise e na pandemia não foi/é diferente, bem como nas situações cotidianas não definidas enquanto crises (Biroli; Tatagiba; Oliveira, 2020; Marques *et al.*, 2020; Satyro, 2021; Biroli; Quintela, 2021; Matta *et al.*, 2021; Pimenta *et al.*, 2021; Kropf *et al.*, 2021; Fiocruz, 2020; Gaille; Terral, 2021; Bueno, Souto; Matta, 2021; Valente *et al.*, 2021; Moreira; Dias, 2021; entre tantas outras referências já mencionadas ao longo deste trabalho).

Também, ficou evidente como a Saúde Coletiva é desde um “leque temático” que atrai e acolhe profissionais, negocia com epistemologias e se entrelaça a outros campos (Bosi; Prado, 2011) e, também, um mosaico que une, analisa, filtra e reorganiza problemáticas a partir das teorias (Nunes, 2006) envolvendo Epidemiologia, Política, Planejamento e Gestão e Ciências Sociais e Humanas com foco na transformação social (Nunes, 2006; Bosi, 2012; Deslandes; Maksud, 2019). Assim, ratificamos que gênero e saúde é uma articulação necessária, transversal, interseccional, relacional de cuidado e justiça social (Aquino, 2006; Heidari *et al.*, 2017; Brandão; Alzuguir, 2022) para ambos.

E, principalmente que a RBMC é uma comunidade de cientistas intersetorial, multiprofissional, interinstitucional, interseccional (Silva; Ribeiro, 2014; Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2020; Hooks, 2020; Nascimento, 2021), atuando como comunidade epistêmica, canalizando ideias a fim de influenciar políticas públicas diante de oportunidades políticas (Adler; Haas, 1992; Haas, 1992; Faria, 2013; Gomes, 2019; Bezerra; Araujo, 2023), constituindo alianças que fortaleceram ações que prioriza as mulheres e o reconhecimento de suas demandas.

Nessa conjuntura em que a RBMC estrutura-se com foco na desigualdade de gênero e seu impacto interseccional na vida e saúde das mulheres, torna-se relevante buscar a identificação do potencial de influência (ou não) da Rede em fortalecer a relação dos estudos de gênero junto ao campo da Saúde Coletiva. Inclusive,

É muito difícil a gente trabalhar com gênero sem trabalhar com saúde; ou seja, eu acho que a questão da saúde sempre acompanha, porque não só o impacto dessas desigualdades de gênero acaba estourando muito nas questões de saúde, mas as questões de direitos sexuais e reprodutivos são questões fundamentais na vida das mulheres. Não tem como a gente falar de gênero sem a gente falar de aborto, de contracepção, de todo o impacto que tem a gravidez na vida das mulheres, na inserção delas no mercado de trabalho (E10).

Dessa forma, corrobora-se com a transversalidade entre gênero e saúde (Brandão; Alzuguir, 2022), neste caso, em específico em relação à saúde das mulheres, em suas performances diversas. E, sopesando as perspectivas futuras da Rede (apresentados no tópico anterior), tanto mantêm como reforçam uma vinculação com as questões de gênero, saúde e vida das mulheres.

É um caminho muito aberto, a gente passa a reconhecer esses, diria assim, esse recorte, essa variável, como a gente vai dizer aí na epidemiologia, de forma um pouco mais recente. Mas eu acho que a Rede tem esse potencial de dinamizar mais, de potencializar, de até a forma de agregar para podermos ter estudos em comum (E04).

Com certeza, com certeza. Muitos dos temas que a gente tratou dentro da rede, eles passaram a áreas, âmbitos da saúde coletiva. E várias pesquisadoras vinculadas à rede ganharam visibilidade em função dela e passaram também a ocupar espaços dentro da saúde coletiva. Então, eu acho que a rede tem, sim, ocupado esse papel de canalizador dos temas vinculados a mulheres e que isso tem reverberado, inclusive, nos espaços de saúde coletiva, de divulgação e de divulgação das pesquisas da saúde coletiva (E15).

Então, ela ajuda, ela aparece dentro desse campo da saúde coletiva. A gente foi para a Abrasco¹³³, sobre essa questão. Então, claro que deu visibilidade, claro que isso foi importante, mas eu acho que a gente tem que trabalhar nessa articulação das várias iniciativas no campo da saúde coletiva. Mas sim, contribuí, com certeza (E09).

¹³³ Participação no Abrasco, 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Para mais informações, vide: www.saudecoletiva.org.br.

A certeza desse potencial representado enquanto “papel canalizador” coloca a RBMC como um caminho para esse fortalecimento e estratégico para a aprofundar os estudos que retomam aos anos 1960 e as décadas seguintes até os dias atuais que relacionam gênero e saúde coletiva e em sua relação com os movimentos feministas e de mulheres¹³⁴ e demais articulações em prol da defesa de direito das mulheres (Aquino 2006; Saboya, 2013; Ferreira; Coronel, 2017; Heidari *et al*, 2017; Minella, 2013).

Mesmo a saúde coletiva enquanto “inter, multi e transdisciplinar” (Nunes *et al*, 2010) tal como a RBMC é também possui características inter-multi-transdisciplinar e intersetorial, multiprofissional, interinstitucional, interseccional, de modo que ambas compartilham e interagem em relação a interesses comuns. Contudo, há ressalvas sobre seu papel (da RBMC) no fortalecimento da relação dos estudos de gênero junto ao campo da Saúde Coletiva.

Eu acho que contribui, eu acho que não é determinante, mas eu acho que contribui, porque a questão de gênero na saúde coletiva, ela remonta de muito mais tempo que isso. Então, eu acho que são vários lugares, várias iniciativas que vão ampliando essa possibilidade. Eu acho que também seria muito pretencioso fazer parte do comitê gestor da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas, ou seja, as mulheres cientistas são muito maiores que a Rede. A Rede foi um espaço de oportunizar esse encontro (E09).

Então, eu acho muito importante essas discussões de saúde estarem vinculadas na discussão de gênero. Eu não acho que a Rede está voltada para a saúde, embora eu ache que ela tenha surgido com a saúde, acho que ela tem um grupo muito de pessoas que começaram na saúde no sentido da pandemia, porque atingiu a todos nós. Mas eu acho que ela tem um impacto bem grande na questão da saúde coletiva justamente por isso. Ou seja, não tem como a gente estar discutindo isso sem trabalhar com saúde (E10).

Agora que eu estou a pensar, eu acho que ainda tem um diálogo que não está bem formado. Eu acho que o GT de gênero [da Abrasco] não dialoga muito com a Rede, embora tenha algumas pessoas do GT de gênero que estão na rede. Mas é que a Rede é muito mais ampla, eu acho que ela tem essa perspectiva muito mais ampla e ela coloca as pessoas ali, então a gente está o tempo inteiro vendo pessoas de várias áreas que estão ali atuando, mas ao mesmo tempo ela não é da saúde coletiva (E10).

Ou seja, contribui, mas não é fator primordial. A RBMC entra no cenário a fim de fortalecer a relação entre conhecimento científico e políticas públicas, gênero e saúde, gênero e outras áreas do conhecimento. Entretanto, não se deve ignorar o fato de que tais relações já existiam. Por certo,

Sim, eu acho que sim [há uma contribuição]. A minha impressão é que quando a Rede surge, ela está muito vinculada mais com as questões de saúde. Eu, ao menos, fui

¹³⁴ Vide os tópicos: “estudos de gênero e saúde coletiva”, “estudos de gênero saúde coletiva e políticas públicas” e “desigualdade de gênero e saúde das mulheres a partir de uma perspectiva interseccional”.

chamada por colegas epidemiologistas para estar ali dentro. Mas ela se ampliou muito. Ou seja, ela ampliou para todas as áreas do conhecimento, a gente tem a coisa da ecologia, das ciências sociais; então, a gente tem questões muito amplas ali dentro (E10).

Assim, a Rede, em seu “papel canalizador” de temáticas de gênero e saúde (E15), que dinamiza, potencializa e agrega (E04), amplia a articulação entre lugares, saberes e iniciativas; também, mas não apenas na Saúde Coletiva. E, mesmo nas relações com a Saúde Coletiva, ainda há muito a ser feito, não necessariamente instituir algo novo, pois já existe uma trajetória de luta nessa relação; a exemplo do GT de gênero, como apontado. Evidencia-se a necessidade de maior aproximação com outras iniciativas, fazer-se presente, estabelecer ligações e parcerias; ao tempo, que também pode ser espaço para que a Saúde Coletiva, por meio de suas cientistas, instituições, movimentos, organizações e iniciativas afins também se façam presentes e a percebam como ferramenta relevante para a ciência, para as mulheres, para a sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa compartilha não necessariamente dos mesmos objetivos, mas dos mesmos interesses da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas; nasce na mesma conjuntura, a partir das mesmas inquietações; fixa-se metaforicamente a RBMC. Ao monitorá-la. Pesquisadora, objeto e pesquisa crescem, apesar do desconhecimento por parte da Rede. Ao tempo que a RBMC é fruto, progressivamente, da articulação de dezenas, centenas e milhares de cientistas que buscavam por meio da ciência e do conhecimento acumulado reivindicar e subsidiar políticas públicas para mulheres e garantias de direitos; nosso objetivo principal estava centrado em compreender a atuação da RBMC nas mídias sociais, bem como as experiências, ideias e contribuições de suas integrantes vinculadas ao campo da saúde coletiva e para isso estabelecemos um planejamento metodológico que nos possibilitasse alcançá-lo, no qual as análises de enquadramento e de narrativas foram fundamentais.

Em um primeiro momento, centramos-nos no monitoramento das ações da RBMC nas redes e mídias digitais. Após um ano de dados coletados e registrados; coma análise de centenas de movimentações/publicações em suas plataformas e redes sociais e de parceiros, conseguimos desenvolver uma caracterização das ações da rede, plataformas recorrentes, períodos de maior movimentação, portais externos com maior frequência de interações, temáticas e a identificação dos 05 quadros noticiosos e interpretativos que conformavam a comunicação estabelecida pela Rede; contudo, a análise foi direcionada no quadro “desigualdade de gênero” por sua centralidade e transversalidade nos objetivos e ações da rede, além do tempo limite para uma dissertação de mestrado.

Suas ações e estratégias, em meio às limitações das interações diante do agravamento da Pandemia da COVID-19, tiveram como base o uso da internet e as tecnologias a fim de aproximar indivíduos com interesses comuns, mobilizar capital político, formular novos repertórios e estratégias de luta. Nessas condições, mulheres cientistas de diversos pontos do país e vinculadas a diferentes instituições se conectaram em torno de um problema comum: a desigualdade de gênero na vida das mulheres e seu agravamento na pandemia. A comunicação nas redes e mídias digitais possibilitou a comunicação entre cientistas e com a sociedade, demarcaram um debate público relevante e embasado cientificamente a fim de subsidiar as ações estatais e políticas públicas que considerem mulheres em suas particularidades e diversidade. Evidenciou-se forte presença de interações originadas nas plataformas da RBMC; bem como apoio de outros portais. A diversidade de temáticas relacionadas às questões de gênero e o impacto negativo da desigualdade na vida das mulheres, das pessoas à sua volta e

coletividade em suas manifestações reverberam a relevância do olhar de gênero e interseccional nas ações da sociedade como um todo.

No geral, sua atuação materializa-se por ações e estratégias de ocupação de espaços virtuais, pautar a discussão acerca das desigualdades de gênero, difundir conhecimentos embasados cientificamente, promove uma qualificação do debate que se dava a partir do negacionismo científico e das pautas de costumes, defender a vida e uma ciência mais engajada. Suas articulações vão além do âmbito acadêmico-científico, dialoga com a sociedade, busca intervir na agenda pública, apontam as desigualdades de gênero e suas interseccionalidades persistentes e agravadas pela conjuntura de desmonte de direitos e crise sanitária com grande impacto social. Foi foco de intervenção da RBMC a dualidade entre o público e o privado, a divisão sexual do trabalho e sobrecarga do cuidado à mulher, equidade de gênero na academia, as múltiplas formas de violência e a representatividade das mulheres na política. Por certo, reforçamos que a mobilização e articulação social estão imbricadas na materialização de políticas públicas que vislumbram alterar a estrutura social que oprime mulheres historicamente. No caso da RBMC, o ativismo digital foi (permanece, considerando a continuidade da Rede) fundamental para toda e qualquer ação desenvolvidas -em rede, na rede, *on-line* e *off-line*.

Assim, a RBMC movimentou suas plataformas e conseguiu estabelecer ligações e impulsionar outras instituições e movimentos sociais, usou de diferentes formas para interagir e dar visibilidade à condição da mulher e demais pautas envolvidas. Considerando os quadros (*frames*) estudados com uso da metodologia de Análise de Enquadramentos (*Frame analysis*) do conteúdo coletado em meio às redes, plataformas e mídias sociais, percebemos como a RBMC mexeu o mundo à sua volta, divulgou estudos, produziu materiais, debateu com outros atores (acadêmicos, políticos, profissionais, sociedade civil), estabeleceu contatos importantes e fixou parcerias que acarretaram em ações conjuntas (curso, banco de dados a ser desenvolvido, divulgação de projetos, suporte técnico ao legislativo, etc.), mas também na mobilização e reivindicação de direitos. Como as cientistas afirmam e reafirmam em diferentes momentos, buscou-se ampliar a visibilidade e as vozes das mulheres e como a condição de vida é condicionante para o bem-estar da sociedade como um todo.

Além do debate, das ações, articulações e busca por intervenções qualificadas cientificamente, era necessário olhar um pouco para dentro da Rede, da sua estrutura, das mulheres cientistas que conformam essa estrutura. São 3.609 cientistas que aderiram ao coletivo assinando sua carta de lançamento, uma diversidade que reforça seus laços intersetoriais,

multiprofissionais, interinstitucionais, transversais, instituindo uma ampla rede no território nacional com articulações internacionais. Contudo, queríamos ir mais a fundo, considerando a conjuntura de emergência da RBMC, o conhecimento articulado, as preocupações e as demandas de saúde associadas à uma perspectiva ampla; assim identificamos 345 cientistas vinculadas ao campo da saúde coletiva, e entre essas, 16 contribuíram com esta pesquisa, em função de suas inserções ativas na produção, discussão e articulação de atividades públicas na RBMC.

Foram 16 participantes, 15 horas-56min-08s de gravações, 319 páginas transcritas; incalculáveis horas de transcrição, correção, escuta, leitura e análise. Um pequeno recorte da realidade social tão diversa quanto a própria sociedade também carregado e impactado por desigualdades estruturais e interseccionais (em relação à sexualidade, etnia, raça, regiões, gerações/idade, etc.). Este estudo traz mulheres plurais, não passíveis de universalização e suas experiências reverberam essas questões de forma pormenorizada.

As experiências narradas generosamente corroboram com a máxima de que “o pessoal é político” no sentido de borrar fronteiras entre o público e o privado. As situações vivenciadas no ambiente doméstico e familiar podem limitar suas expectativas e ações externas; bem como o fato de ultrapassar essas fronteiras leva a consequências nas suas relações privadas. A sobrecarga do cuidado, principalmente em relação à maternidade, é exemplo dessa situação. São experiências que em menor ou maior intensidade, direta ou indiretamente, com companheiros e outros familiares e pessoas de sua convivência, vão de encontro às tentativas de imposição de papéis de gênero próprios do sistema social machista, patriarcal, racista, sexista, colonial, excludente e adoecedor e que demandam de redes de apoio informais e formais via políticas públicas que reconheçam esses processos e seus impactos na saúde das mulheres.

Quando colocamos o viver como ato político na associação às experiências políticas, é que os seus incômodos e a experienciação das violências cotidianas contra às mulheres as impulsionaram em momentos distintos de suas vidas e de formas variadas a se envolver com articulações políticas partidárias e suprapartidárias, movimentos feministas e de mulheres, manifestações de rua, inserção em conselhos de políticas públicas e espaços de controle social, no subsídio de dados científicos e discussões técnicas para movimentos e organizações da sociedade civil; sempre em defesa e reivindicação de direitos. Contudo, a violência política de gênero é um alerta sinalizando de que estar nesses espaços não significa, necessariamente, estar livre de repressão e cerceamento em decorrência de comportamentos e discursos machistas no intuito de diminuir a relevância de mulheres ocupando esses espaços.

As experiências acadêmicas ratificam que os espaços mudam, mas valores e condutas continuam sendo reproduzidas. Por certo, não há neutralidade na ciência, e mulheres permanecem sendo invisibilizadas. Mesmo diante do aumento da presença nas universidades e pós-graduações, ainda há forte limitação no acesso às bolsas, investimentos, o que incide em impacto na produção. O produtivismo acadêmico é destaque entre as críticas e a negligência de reconhecimento das especificidades de mães cientistas; o foco em uma ciência quantitativa ignora as demandas das mulheres cientistas, ignora as demandas dos próprios estudos. E isso são questões interseccionais, nas quais negras e indígenas possuem menor presença e acesso, respectivamente. Para além da ocupação do espaço acadêmico, também se questiona a ocupação na produção, na inserção da perspectiva e olhar de gênero da produção aos resultados e no uso desses dados em favorecimento à população. Para driblar as micro e macro violências, a segregação horizontal e vertical, os comportamentos e discursos machistas, o assédio, a diminuição, o silenciamento, o apagamento histórico e científico as parcerias, trabalho colaborativo e o aquilombamento são recursos para o fortalecimento das mulheres na ciência e o enfrentamento a manutenção do poder dos homens em detrimento às mulheres; contudo, por vezes, recuar e aguardar outro momento, capacitar-se e recalculando a rota, mitigar ou evitar o adoecimento por meio da sobrecarga, também são estratégias de sobrevivência acadêmica. Reforçando que são demandas que interseccionam gênero com questões étnico-raciais, de territorial (xenofóbicas) e etárias/geracionais e acabam por demandar mais das mulheres e que mesmo com estabelecimento de ações afirmativas ainda há muito a ser feito.

Pois, são essas experiências pessoais, políticas e acadêmicas, carregadas de condutas opressoras que reproduzem e fortalecem o ideário de que cientistas são, em sua maioria, homens brancos, com seus jalecos brancos, presos em laboratórios; e de que as mulheres que acessarem a ciência tem de estar ligadas a áreas ligadas ao cuidado; fazendo com que os corpos docentes das universidades federais brasileiras ainda sejam em sua maioria branco.

Mostra-se importante destacar que é a saúde, uma das áreas com formações voltadas para o cuidado que tem em sua maioria mulheres. Em específico a saúde coletiva é considerada como um campo acolhedor às mulheres cientistas e demandas de gênero; com ressalvas de que ainda se faz necessário galgar espaços, pois suas áreas discursivas abraçam de formas diferenciadas essas questões.

O campo da saúde coletiva, em sua transversalidade temática, dos tensionamentos próprios do campo científico, tem capital científico potente; é um campo que acolhe as problemáticas sociais a fim de buscar alternativas para resolvê-las e/ou mitigá-las. O gênero,

ao tempo que encontra acolhimento, também tem relevância para a saúde coletiva, na produção de conhecimento que fundamente políticas públicas adequadas às mulheres, dentro e fora da ciência (a exemplo da licença maternidade) e potenciais para superação dos papéis de gênero.

De forma simplificada para o entendimento, mas não tão simples na prática, políticas públicas para mulheres tem de estar alicerçadas na conjugação de três pontos indispensáveis: mulheres ocupando espaços de poder (no executivo, no judiciário, no legislativo, na gestão de instituições de ensino superior, em todo e qualquer espaço de poder e tomada de decisão); a aproximação dos estudos de gênero com a saúde coletiva com aprofundamento teórico, diálogo e prática; e por fim, a junção desses dois no enfrentamento dos retrocessos políticos recentes, visualizando e criando possibilidades de intervir e alterar a estrutura social. Entre as possibilidades, devem ser consideradas políticas específicas, investimentos, concursos, editais, seleções; com um trabalho que conjugue gênero e saúde, mas também a educação.

Essas experiências e ideias são trabalhadas para o coletivo. Mas em específico, a RBMC é uma experiência vivenciada por essas mulheres, que relaciona e aproxima gênero e saúde coletiva, que analisa e propõem em relação aos retrocessos políticos; uma experiência que podemos considerar pessoal (pois seus processos de aproximação também perpassam questões pessoais), política (por ser um ativismo digital que reivindica direitos para as mulheres) e população geral) acadêmica (por ser formada por mulheres cientistas). Mas, como já pontuado, são mulheres diversas, plurais, e isso também representa a existência de tensões na própria Rede; tensões mais incômodas para mulheres negras e nordestinas, que sentem a reprodução de determinadas condutas não democráticas, aparentemente conservadoras e sem muita abertura para as questões que propõem.

Mesmo diante dessas tensões, a RBMC representa a possibilidade de uma ciência pautada na construção coletiva, com potencial de inovação, de reformulação interna e externa, de canalizar suas ideias tal qual uma comunidade epistêmica e com isso influenciar e alterar políticas públicas para mulheres, um ativismo digital e acadêmico que atua em rede e na rede. Contudo, precisa ir além, fazer-se presente nos espaços físicos, com discussões presenciais, aproximar-se das instituições de ensino-pesquisa-gestão e dos espaços de participação social; mantendo sua autonomia, para que possa apontar o problema e sugerir soluções com autonomia. Assim falamos de autonomia não só sobre os corpos, mas sobre suas mentes, suas iniciativas.

Sabendo que as experiências coletadas e analisadas são de mulheres da saúde coletiva e que usaram de seus conhecimentos para atuar na RBMC, ainda não há a percepção de

imprescindibilidade e contribuição da Rede para aproximar as questões de gênero ao campo da saúde coletiva. Mostra-se como espaço potente, mas não primordial; pelo menos não ainda. Mas para isso, é reforçada uma maior aproximação das instituições de ensino-pesquisa-extensão, dos movimentos feministas e de mulheres e demais organizações da sociedade civil; ampliar as discussões, os processos participativos, o debate e a cooperação com outras formas de construir conhecimento, valorizando o conhecimento de populações tradicionais.

Pesquisar sobre a desigualdade de gênero, apesar de ser um problema estrutural e histórico na sociedade, é sempre atual, tanto em decorrência da sua persistência, como pelo impacto negativo que causa na vida das mulheres; o que acaba por respingar direto ou indiretamente nas pessoas à sua volta, o que torna um problema coletivo, político. A diversidade de impactos negativos desdobra-se por todas as áreas da vida e sociabilidade, causam adoecimento físico e emocional/psicológico, pois as violências são múltiplas; dessa forma, coaduna-se com o conceito amplo de saúde, com a abrangência do trabalho da saúde coletiva e seu potencial. E, portanto, com mulheres cientistas a história não é diferente, pois menos mulheres na ciência está associado à uma ciência que não compreende a totalidade das mulheres que conformam a sociedade, logo, não sendo possível atender a suas demandas e tornar possível uma saúde ampla, universal, equânime, justa socialmente.

Consideramos que nossos objetivos foram alcançados, que nossas questões iniciais foram respondidas. Foi possível identificar as ações e estratégias de atuação da RBMC nas mídias digitais, as pautas reivindicadas, as temáticas abordadas, as articulações feitas e as possibilidades de sua atuação ainda recente. Foi possível identificar os quadros interpretativos e noticiosos emergiram das interações em seu primeiro ano de atuação e que constituíram a comunicação estabelecida; considerando a centralidade na desigualdade de gênero e a transversalidade dessa problemática, aprofundar a análise desse enquadramento foi relevante para compreendermos as abordagens feitas, a forma como foi discutido, as prioridades nas discussões.

Também conseguimos identificar e conhecer as pesquisadoras do Campo da Saúde Coletiva atuantes na RBMC, com base no critério que estabelecemos; ou seja, as que conseguimos identificar nas ações monitoradas. Não em relação a todas, pois ponderamos sobre narrativas com menor e/ou maior intensidade no contato com a desigualdade de gênero; mas podemos apontar a relação entre determinadas experiências (pessoais, políticas e acadêmicas) das pesquisadoras da Saúde Coletiva, que integram e atuam na RBMC, às suas ideias sobre gênero, conhecimento e política pública para mulheres; o que vivenciaram, os seus incômodos,

as violências vividas ao longo de suas vidas as levaram procurar fortalecimento individual (no que se refere ao autocuidado, acompanhamento psicológico, priorizar afastamento de determinados espaços ou sobrecarga no trabalho para cuidar da saúde mental e priorizar outras áreas de suas vidas) e coletivo (a exemplo da RBMC e outros coletivos que integram; ações institucionais; bem como suas redes de apoio). Com tudo, ainda deixa a desejar a contribuição da RBMC para a discussão relativas às questões de gênero na Saúde Coletiva; mas com potencial de contribuição, desde que sejam estabelecidas estratégias para isso, conforme as sugestões. Não só sobre essa aproximação com a saúde coletiva, mas sobre o fortalecimento coletivo da RBMC.

Reforçamos que os dados analisados despertam novos questionamentos. Pois considerando a voz em todas as possibilidades comunicativas, quem está ouvindo? Quais reivindicações e propostas encontraram materialidade? Quais espaços foram conquistados? Como a RBMC está atuando com um processo pandêmico mais ameno? Surgiram novas estratégias? A nova gestão que foi anunciada para a RBMC está conseguindo captar essas demandas internas? A RBMC está conseguindo ampliar suas articulações institucionais e manter sua autonomia? Conhecimentos e populações tradicionais e movimentos sociais ganharam espaço ou a RBMC continua priorizando o academicismo? Quais pautas vêm ganhando destaque na nova conjuntura que se instala nacionalmente?

São muitas possibilidades de agenda de pesquisa. Assim como de articulações, reivindicações e intervenções a fim de garantir direitos e políticas públicas para mulheres que assegurem possibilidades de existências mais justas e equânimes.

REFERÊNCIAS

ABRASCO, Associação Brasileira de Saúde Coletiva. 2022. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/>. Acesso em: 01 Maio 2022.

ABRASCO, Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da COVID-19**. 2ª versão. Rio de Janeiro: Abrasco, 2020. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/07/PEP-COVID19-SUMARIO_RCMND_V2_150720.pdf. Acesso em: 16 Fev 2021.

ABRUCIO, F. L. et al. **Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista**: um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 663–677, jul. 2020.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Bolsonarismo e Educação**: quando a meta é desconstruir uma política pública. 2021. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2021.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto / Chimamanda Ngozi Adichie; tradução Denise Bottmann. 1ª ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2017.

ADLER, Emanuel; HAAS, Peter M. **Conclusion**: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program. *International Organization*, 46 (1): 367-390. 1992

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Jane Soares de. **As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade**. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande-MS*, n. 31, p. 165-181, jan./jun. 2011.

ALMEIDA, Márcia Furquim de Almeida; GOLDBAUM, Moisés; CARVALHEIRO, José da Rocha. **A Revista Brasileira de Epidemiologia**: 18 anos de contribuição à difusão de conhecimentos. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 20, n. 7, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gGBbnRtX5TMPmQ4kYDsJVfb/?lang=pt#>. Acesso em 20 Jun 2022.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Ed. Letramento, 2018.

ALVAREZ, S. E.. **Para além da sociedade civil**: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13–56, jul. 2014.

ALVES-BRITO, Alan; MACEDO, José Rivair. **A história da ciência e a educação científica pelas perspectivas ameríndia e amefricana**. *Revista Brasileira de História da Ciência*, ISSN 2176-3275, v. 15, n. 2, p. 400-417, jul |dez 2022.

AMB, Articulação de Mulheres Brasileiras *et al.* **Mulheres em luta contra o desgoverno genocida**. 2020. Disponível em: <https://ambfeminista.org.br/wp->

content/uploads/2021/04/2020-Nota-Mulheres-em-luta-contra-o-desgoverno-genocida.pdf. Acesso em 20 Jun 2022.

ANAQUIRI, Ezineide Rodrigues; DANTAS, Sebartiã Romulo de Oliveira; MARTINS, Gizelly de Carvalho. **Como a síndrome burnout pode afetar mulheres docentes**. Revista Contemporânea, v. 3, n. 11, ISSN 2447-0961, 2023.

ANDRADE, Thales; SILVA, Andrade Novo. **A internacionalização do conhecimento científico e tecnológico e seus efeitos nos Institutos Públicos de Pesquisa**. In HAYASHI, MCPI., SOUSA, CM., and ROTHBERG, D., orgs. Apropriação social da ciência e da tecnologia: contribuições para uma agenda [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 281-316. ISBN 978-85-7879-187-2. Available from SciELO Books.

AQUINO, Estela M. L. **Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil**. Rev Saúde Pública 2006;40(N Esp):121-32, 2006.

AQUINO, Estela M. L. et al. **Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva: a constituição de um novo campo na Saúde Coletiva**. Editorial. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2). 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800001>. Acesso em: 30 Abr 2022.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva; JESUS, Marta Lícia Teles Brito de. **A construção da agenda de pesquisas sobre ação afirmativa na pós-graduação brasileira**. Seção Especial | Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial na Educação: Lutas, Conquistas e Desafios. Educ. Soc., Campinas, v. 43, e254626, 2022.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. **Prefácio**. 2016. in.: FILHO, José Marques de Vasconcelos; COUTINHO, Sérgio. O ativismo digital brasileiro. Coleção o que saber. São Paulo, SP, Fundação Perseu Abramo, 2016.

ARENDT, Hanna. **On Violence**. New York: Harcourt, 1969.

ARTUR, Francisco. **Mulheres são minoria em cargos de chefia do Executivo Federal, aponta levantamento**. Correio Brasiliense. Abr, 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2024/04/6832331-mulheres-sao-minoria-em-cargos-de-chefia-do-executivo-federal.html>. Acesso em: 20 Jun 2022.

ASSA, Leonor. **Povos tradicionais e os biomas brasileiros**. Revista Ciência e Cultura, 2023.

ASSIS, Carolina de. **Infográfico: Os caminhos de mulheres e homens na ciência brasileira – Gênero e Número**. 26 jun 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/infografico-os-caminhos-de-mulheres-e-homens-na-ciencia-brasileira>. Acesso em 10 Maio 2022.

Ativismo digital: **16% dos brasileiros assinaram petições online em 2021**. TI Inside. 07 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://tiinside.com.br/07/01/2022/ativismo-digital-16-dos-brasileiros-assinaram-peticoes-online-em-2021/>. Acesso em: 20 Jun 2022.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política** 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2021.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** Soc. estado. 29 (2). Ago 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>. Acesso em 10 Maio 2022.

BARBIERI, Giseli, *et al.* **Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos entre 2 de setembro de 2020 e 31 de outubro de 2022 / organização Justiça Global, Terra de Direitos; coordenação Gisele Barbieri... [et al.] ; compilação Marah Rafaela da Silva.** -- 2. ed. -- Rio de Janeiro: Justiça Global : Terra de Direitos, 2023.

BARROS, Antonio Teixeira. **Internet e política para mulheres: análise dos websites das parlamentares da Bancada Feminina do Congresso Nacional.** Democracia Digital e Governo Eletrônico, Florianópolis, n° 12, p 183-211, 2015.

BARROS, S. C. V.; SILVA, L. M. C. **Desenvolvimento na carreira de bolsistas produtividade: uma análise de gênero.** Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 68-83, 2019.

BARTHOLOMEU, Juliana. **Escrevivências: as contribuições de Sueli Carneiro e Lélia Gonzales ao pensamento social brasileiro.** Pensata. v.9/n.2 l. DOSSIÊ 1 DOI: <https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11758>.

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Laiana de Andrade. **Análise de Narrativa e prática de entendimento da vida social.** D.E.L.T.A. 31, especial, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-445083363903760077>. Acesso em: 20 Jun 2022.

BATISTA, Karina Barros Calife. **As políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher nos serviços de saúde do município de São Paulo.** Tese (doutorado) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Programa de Medicina Preventiva. Orientador: Lilia Blima Schraiber. São Paulo, 2017.

BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa em texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis. Vozes, 2017.

BAYES, Jane H. Introdução: **Situating the Field of Gender and Politics.** 2012. In.: BAYES, Jane H (ed.). Gender and Politics: The State of the Discipline. Barbara Budrich Publishers, Toronto, 2012. P. 11-32.

BEATON, C. (2016). Too young to lead? When youth works against you Forbes. 2016. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/carolinebeaton/2016/11/11/too-young-to-lead-when-youth-works-against-you/#213c2ed53c2a>
» <https://www.forbes.com/sites/carolinebeaton/2016/11/11/too-young-to-lead-when-youth-works-against-you/#213c2ed53c2a>. Acesso em: 20 Jun 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Vol. 2. A experiência vivida.** 2ª ed. São Paulo. Difusão europeia do livro. 1967.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** Biblioteca Básica do Serviço Social. 4ª ed. Vol. 02. São Paulo: Cortez, 2006.

BELANÇON, Milena Cristina. **Feminismo de Estado Pós 2016: o contexto importa?** Revista Movimentação, Dourados, MS, v.6, n.10, - ISSN 2358-9205. jan./jun. 2019.

BELANÇON, Milena Cristina. **Ondas e ressacas do feminismo de Estado no Brasil: ativistas institucionais em contexto de mudança.** Orientadora: Profa. Dra. Carla Cecilia Rodrigues Almeida. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Maringá, PR, 2020.

BELTRAMINI, Luisa de Moraes; CAPELLOS, Vanessa Martines; PEREIRA, Jussara Jéssica. **Mulheres Jovens, “teto de vidro” e estratégias para o enfrentamento de paredes de cristal.** FGV EAESP | RAE | São Paulo | V. 62 | n. 6 | 2022 | 1-25 | e2021-0073. 2022.

BEMFEITO, Natália et al. **Mulheres que inspiram.** Textos para reflexão. 2021.

BERNARDES, C. **Uso do Twitter para engajamento político.** Compolítica, v. 10, n. 3, p. 5-48, 28 dez. 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Política afirmativa, democratização do acesso à universidade e propostas de avaliação.** Revista Ciência e Cultura, 2023.

BERTH, Joice. **Empoderamento.** Feminismos Plurais. ISBN 978-85-98349-75-6 São Paulo. Pólen, 2020.

BEZERRA, Francisca Elizabeth Cristina Araújo; ARAUJO, Carmem Emmanuely Leitão. **Comunidades Epistêmicas, Ideias e Políticas Públicas: Entre a definição teórica-conceitual, aplicação em estudos de casos e a análise de perspectivas.** XI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2023.

BEZERRA, Francisca Elizabeth Cristina Araújo; SILVA, Juliana Guimarães e; ARAÚJO, Carmem Emmanuely Leitão. **Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC) e o enquadramento da desigualdade de gênero nas mídias sociais.** Revista Transversos. Dossiê Gêneros, poderes e sexualidades nas tramas da história. Rio de Janeiro, nº. 29, 2023. pp. 98-120. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/79565>. ISSN 2179-7528.DOI: 10.12957/transversos.2023.79565.

BIROLI, Flávia. **Teorias feministas da política, empiria e normatividade.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, núm. 102, DOI: 10.1590/0102-173210/102. Setembro-Dezembro, 2017. pp. 173-210.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e Desigualdade de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática.** Vinhedo – SP: Editora Horizonte, 2013.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil** São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia. **Ciência, política e gênero**. 2020. In: BIROLI, Flávia et al. *Mulheres, Poder e Ciência Política: Debates e Trajetórias*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2020a.

BIROLI, Flávia. **Gênero, "valores familiares" e democracia**. 2020. In.: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marcos (Org.) *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. **Mulheres e Direitos humanos: sob a ideologia da defesa da família**. 2021. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2021.

BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Introdução – Desigualdades e Resistência Política**. 2020. In.: BIROLI, Flávia et al (Org.). *Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias / organização: Flávia Biroli... [et al.] – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020*.

BIROLI, Flávia; GUARNIERI, Fernando; TATAGIMA, Luciana. **Apresentação**. 2020. In.: BIROLI, Flávia et al (Org.). *Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias / organização: Flávia Biroli... [et al.] – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020*.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Nova ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2004.

BOHN, Simone R. **Feminismo estatal sob a presidência lula: O caso da secretaria de políticas para as mulheres**. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 81-106, jul.-dez. 2010.

BONONE, Luana Meneguelli. **Construção de método para pesquisas de Frame Analysis**. *Estudos em Jornalismo e Mídia* Vol. 13 N° 2 Julho a Dezembro de 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2016v13n2p78> Acesso em 18 mar 2022.

BORDIANO, G. et al. **COVID-19, vulnerabilidade social e saúde mental das populações LGBTQIA+**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 3, p. e00287220, 2021.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. **Pesquisa qualitativa em saúde coletiva: panorama e desafios**. *Ciência e saúde coletiva*. 17 (3). Mar 2012a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300002>. Acesso em 25 Abr 2022.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. **Produtivismo e avaliação acadêmica na Saúde Coletiva brasileira: desafios para a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. *Cad. Saúde Pública*. 28(12). Dez, 2012b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012001400018>. Acesso em: 25 Abr. 2022b.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; PRADO, Shirley Donizete. **Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: constituição, contornos e estatuto científico**. *Ciência e Saúde Coletiva*. 16 (1). Jan 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100002>. Acesso em: 25 Abr. 2022.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; PAIM, Jairnilson Silva. **Graduação em Saúde Coletiva: limites e possibilidades como estratégia de formação profissional**. *Ciênc. Saúde coletiva*. 15

(4). Jul 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000400017>. Acesso em: 27 Abr 2022.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; UCHIMURA, Kátia Yumi. **Avaliação da qualidade ou avaliação qualitativa do cuidado em saúde?** Rev. Saúde Pública 41 (1). Fev 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000100020>. Acesso em: 30 Abr 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico** / Pierre Bourdieu; texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrik Champagne e Etienne Landais; tradução Denice Babosa Catani. São Paulo. Editora UNESP, 2004.

BRASIL, Karine Brandão Nunes. **“Desenhe um cientista”**: as concepções dos estudantes do centro juvenil de ciência e cultura sobre os cientistas. Revista Cenas Educacionais, Caetité – Bahia - Brasil, v. 3, n. e8670, p. 1-15, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde**. Brasília – DF. 1986.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Brasília, Presidência da República, 2009 [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm - acesso em: 25 set. 2022.

BRANDÃO, Elaine Reis; ALZUGUIR, Fernanda de Carvalho Vecchi. **Gênero e Saúde: uma articulação necessária**. RJ. Ed. Fiocruz, 2022.

BRUNORO, Thaís Ferraz Matos. **Da Rookie à Capitolina: Novas narrativas para garotas adolescentes em revistas independentes online**. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo). Orientadora: Cristiane Henriques Costa. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Escola de Comunicação – ECO. 2017.

BRUCE, Raphael; CAVGIAS, Alexsandro; MELONI, Luis; REMÍGIO, Mário. **Under Pressure: Women’s Leadership During the COVID-19 Crisis**. Electronic copy available at: <https://ssrn.com/abstract=3883010>, 2021.

BUENO, Flávia Thedim Costa; SOUTO, Ester Paiva; MATTA, Gustavo Corrêa. **Notas sobre a trajetória da Covid-19 no Brasil**. 2021. In.: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320>.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero** [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade / Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CABRAL, Thiago Luiz de Oliveira; SILVA, Fernanda Cristina da; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques; MELO, Pedro Antônio de. “**A Capes e suas Sete Décadas**: trajetória da pós-graduação stricto sensu no Brasil”. Revista Brasileira de Pós-graduação-RBPG, ISSN (online): 2358-2332. Brasília, v.16, n. 36, outubro de 2020.

CAMPOS, Mariana de Lima. **Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro**: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. Revista Sociais & Humanas - Vol. 30 / Ed. 2 – 2017.

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V. **Violência contra a mulher**: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo. Psicologia & Sociedade, v. 32, p. e020015, 2020.

CANDIDO, Márcia Rangel; FELIZ, Marcelle. **Desigualdades de gênero na ciência brasileira**. Gênero e Número. Jul, 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/desigualdades-genero-ciencia-brasileira>. Acesso em 12 mai 2024.

CARDOSO, Ana Carolina Alifantis; VIVIAM, Aline Grof. **Maternidade e Suas Vicissitudes**: a importância do apoio social no desenvolvimento da díade mãe-bebê. Diaphora | Porto Alegre, v. 17 (1) | jan/dez 2017.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e Desigualdade no Brasil**. Consciência em debate. São Paulo: Selo Negro; 2011.

CARVALHO, Marília Sá; TRAVASSOS, Cláudia; COELI, Cláudia Medina. **Editorial – A internacionalização da ciência**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 30(8):1585-1587, ago, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XED010814>.

CASTRO, Mary Garcia. **O Golpe de 2016 e a demonização do gênero**. IN: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs.). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador, BA: EDUFBA, 2018, p. 127-145.

CASTRO, Márcia Corrêa e. **Indígenas na Ciência - Tocando a Real**. Canal Saúde Fiocruz, 18 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/indigenas-na-ciencia-tcrl-0091>. Acesso em 20 Jun 2022.

CECCON, Roger Flores et al. (Org.) **Narrativas em Saúde Coletiva**: memória, método e discurso. RJ. Ed. Fiocruz, 2022.

CFEMEA, Centro Feminista de Estudos e Assessoria. 2022a. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/>. Acesso em 20 Jun 2022.

CFEMEA, Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Segunda Onda Feminista - 1979**. Plataforma 25 anos CFEMEA - Movimento e transformação. Timeline. 2014. Disponível em:

https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1979.php?iframe=2_onda_feminista. Acesso em 20 Jun 2022.

CHAN, W.; McCRAE, R. R.; FRUYT, F. de; JUSSIM, L.; LÖCKENHOFF, C. E.; BOLLE, M. de; ALLIK, J. (2012). **Stereotypes of age differences in personality traits: Universal and accurate?** Journal of Personality and Social Psychology, 103(6), 1050. doi: 10.1037/a0029712 » <https://doi.org/10.1037/a0029712>.

CHARÃO, Cristina. **Políticas Sociais - O longo combate às desigualdades raciais**. Instituto de Políticas Sociais Aplicadas. Desenvolvimento, 2011, Ano 8, nº 70. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=826&catid=43. Acesso em mai de 2024.

CIMINI, Fernanda; PONTE, Amanda Diana Rodrigues da; FILHO, Wellington Luiz Osterno Duarte. **Sem mulheres não há saúde: o desmantelamento da política exterior de saúde pública do Brasil durante a pandemia da covid-19**. Desafíos, 35(2), 1-31. 2023 <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/desafios/a.11983>.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. **Feminismo, Estado e Políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres**. Ser Social. Brasília, v. 10, c. 22, p69-96, jan/jun, 2008.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

COCHRANE, Kira. **The fourth wave of feminism: meet the rebel women**. The Guardian Women awards. 2013. Disponível em: < The fourth wave of feminism: meet the rebel women | Feminism | The Guardian >. Acesso em 11 Fev. 2022.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** / Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. 1ª Ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2020.

CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo *et al.* **Educando pesquisadores qualitativos em saúde no Brasil: perspectivas discentes e docentes**. Physis 30 (04). Dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300412>. Acesso em: 26 Abr 2022.

CONCEIÇÃO, Josefa Martins da; TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura. **A produção científica sobre as mulheres na ciência brasileira**. Revista Contexto e Educação. Editora Unijuí • ISSN 2179-1309 • Ano 35 • nº 112 • Set./Dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/8231>. Acesso em: 15 mar 2022.

COSTA, Albertina de O. **Women's studies in Brazil; or the tightrope-walking strategy**. In: BARRETO, Elba; ZIBAS, Dagmar (Org.). Brazilian issues on education, gender and race. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1996. p. 36-47.

COSTA, Albertina de O. **O campo de estudos de gênero e suas duas revistas: uma pauta de pesquisa**. Rev. Estud. Fem.. v. 16 n. 1. Abr 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100014>. Acesso em: 30 Abr 2022.

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil.** Texto para discussão nº 1137. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Governo Federal. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2005.

COSTA, Joyce Pereira da; COSTA, Ana Ludmila Freire; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **A internacionalização na política científica brasileira e seus impactos para os programas de pós-graduação.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 03, p. 881-899, nov. 2021.

COSTA, Fernanda da. **Do exemplo ao retrocesso: país sofre desmonte da política para o HIV.** Jornal da Universidade. UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/do-exemplo-ao-retrocesso-pais-sofre-desmonte-da-politica-para-o-hiv/>. Acesso em: 10 mai 2024.

COUTINHO, Sabrine Mantuan dos Santos et al. **“Por que os homens não cuidam da saúde?”** A saúde masculina na perspectiva de estudantes da área da saúde. Revista APS, v. 17, n. 2, 2014 abr/jun; 17(2): 167 – 179. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15215>. Acesso em 10 mai 2024.

CRESWELL, J. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions.** Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 7, n. 12, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Márcia Borin da et al. **As mulheres na ciência: o interesse das estudantes brasileiras pela carreira científica.** Educ. quím. [online]. vol.25, n.4, pp.407-417. ISSN 0187-893X. 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187-893X2014000400002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 Mar 2022.

CUNHA, Rocelly; DIMENSTEIN, Magda; DANTAS, Cândida. **Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq.** Saúde debate 45 (spe1) • Oct 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E107>. Acesso em: 10 Mar 2022.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe.** Tradução Heci: Regina Candiani. São Paulo. Boitempo, 2016.

DESLANDES, Suely; MAKSUD, Ivia. **Capitais científicos em saúde coletiva: proposta de análise inspirada nas fontes utilizadas na obra Homo academicus.** Saude soc. 28 (3) • Jul-Sep 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019181028>. Acesso em: 25 Abr. 2022.

DIAS, Luciene de Oliveira. **Aquilombamento** [Ebook] / Luciene de Oliveira Dias. – Dados eletrônicos (1 arquivo: PDF). - Goiânia : Cegraf UFG, 2022.

DWECK, Esther. **A agenda neoliberal em marcha forçada.** 2021. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2021.

ENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino: limites das políticas universalistas.** Brasília, UNESCO, UNDP, 2003.

ESCOBAR, Herton. **A ciência contra o negacionismo.** Jornal da USP. 22 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/a-ciencia-contra-o-negacionismo/>. Acesso em: 25 Jul. 2022.

ESCORSIM, Silvana Maria. **O debate entre violência de gênero e saúde coletiva.** Rev. Katál. 17 (2). Jul-Dec 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802014000200009>. Acesso em: 25 Abr. 2022.

FABRICIO, Sarah Amaral; FERREIRA, Denize Demarche Minatti Ferreira; Borba, José, Alonso. **Enfrentamento aos impactos da covid-19: governos liderados por mulheres apresentam melhor resposta em prevenção a pandemia?** Rgo - Revista Gestão Organizacional, Chapecó, v. 14, n. 1, p. 390-415, jan./abr. 2021.

FACIOLI, Lara. **Movimentos, ativismos feministas e precisões conceituais: o caso do feminismo digital.** GT 10- Movimentos sociais, protestos e ativismos em contextos de crises: abordagens analíticas e empíricas. 20º Congresso Brasileiro de Sociologia - Sociedade, Estado e Natureza. Belém, PA, 2021.

FALUDI, Susan. **Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres / Susan Faludi; tradução Mário Fondelli.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FCA/UNESP. Faculdade de Ciências Agrárias; Universidade Estadual de São Paulo. **Tipos de Revisão de Literatura.** Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. Faculdade de Ciências Agrárias. Universidade Estadual de São Paulo. Botucatu, 2015.

FALKENBERG, Mirian Benites et al. **Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.847-852, Mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000300847&lng=en&nrm=iso> Acesso em 21 Ago 2020.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes.** Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 18 Nº. 51, 2013.

FERNANDES, Nathaly Cristina; NATIVIDADE, Carolina dos Santos Jesuino da. **A naturalização da violência contra a mulher.** V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS Universidade Estadual de Londrina 13 a 15 de junho de 2018 ISSN 2177-8248. 2018.

FERREIRA, Eduarda. **Estar na Academia é Também Estar no Ativismo – Há outra Forma?.** Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 13, n. 1, p. 244-252, 2022. ISSN 2177-2886.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. **Sobre a legitimação do campo do gênero na ANPED.** Educ. Pesqui. 43 (3). Jul-Sep 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201707159961>. Acesso em: 30 Abr 2022.

FERREIRA, V.B. **A prática colaborativa: tradição e contemporaneidade**. In: E-science e políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação no Brasil [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 57-75.

FERREIRA, Eduarda. **Estar na Academia é Também Estar no Ativismo – Há outra Forma?**. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 13, n. 1, p. 244-252, 2022. ISSN 21772886. 2022.

FERREIRA DE SOUSA, Íris; DAMIANO TEIXEIRA, K. M.; SARAIVA DE LORETO, M. D. D.; BARTOLOMEU, T. A. “... **Não tem jeito de eu acordar hoje e dizer: hoje eu não vou ser mãe!**”: trabalho, maternidade e redes de apoio. Oikos: Família e Sociedade em Debate, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 46–63, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3610>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FHC. Fundação Henrique Cardoso. **Direitos das mulheres**: as lutas dos movimentos feministas desde a redemocratização e seus resultados. 2020. Disponível em: [Direitos das mulheres: lutas e resultados do movimento feminista no Brasil \(fundacaofhc.org.br\)](https://fundacaofhc.org.br) Acesso em 30 Out. 2023.

FILHO, José Marques de Vasconcelos; COUTINHO, Sérgio. **O ativismo digital brasileiro**. Coleção o que saber. São Paulo, SP, Fundação Perseu Abramo, 2016.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Boletim Observatório Covid-19 após 6 meses de pandemia no Brasil**, Portal Fiocruz, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_6meses.pdf>. Acesso em: 20 Jun 2022.

FONSECA, Luciana Nunes; SILVA, Berenice Gomes da. **Marcha das Margaridas**: saúde pública, defesa da vida e do SUS. 20º Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém. 12 a 17 de julho de 2021. Disponível em: https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=470. Acesso em: 20 Jun 2022.

FONTOURA, Loiraci Firmo da; BRITO, Annie Mehes Maldonado. **Ações afirmativas e cotas**: um estudo de revisão bibliográfica. Unipampa, 2019.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização**: Redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais. Tradução Tereza Tavares. v. 63. 2002. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1250>. Acesso em 20 Jun 2022.

FRASER, Nancy. **Social justice in the age of identity politics**: redistribution, recognition and participation. 2003. In.: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. Redistribution or recognition? A politicalphilosophical Exchange. London: Verso; pp. 7-109.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução: Júlio Assis. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy. **Fortunas del Feminismo**: Del capitalismo gestionado por el Estado a la crisis neoliberal. Traducción: Cristina Piña Aldao. ISBN: 978-84-943111-9-2. Madrid, Traficantes de Sueños, 2015.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem Ética**. Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

FRASER, Nancy. **Contradições entre capital e cuidado**. Princípios: Revista de Filosofia, Natal, v. 27, n. 53, maio - ago. 2020. ISSN1983-2109.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Lucas Bueno de; LUZ, Nanci Stancki da. **Gênero, Ciência e Tecnologia**: estado da arte a partir de periódicos de gênero. Dossiê gênero e ciências: histórias e políticas no contexto ibero-americano. Cad. Pagu. 000 (49). 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700490008>. Acesso em 28 Abr 2022.

FROTA, Cristiane de Medeiros Brito Chave. **A importância da formação política no processo democrático**. Revista Justiça Eleitoral em Debate - v. 10. n. 1, 2020.

FUNCAP, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Anexo I - O Desequilíbrio de Gênero na Ciência do Estado do Ceará**. In.: Edital N° 01 /2022 MULHERES NA CIÊNCIA Apoio a projetos de pesquisa coordenados por mulheres. 2022. Disponível em: <http://montenegro.funcap.ce.gov.br/sugba/edital/498.pdf>. Acesso em 10 mar 2022.

FURLAN, Maria Luiza Favacho; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. **A aplicação do conceito de grupo vulnerabilizado a mulheres migrantes**: uma perspectiva interseccional. Revista Eletrônica Direito e Sociedade, Canoas, v. 11, n. 1, p. 193-206, jun. 2023.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Ed. 32. Companhia Editorial Nacional. Biblioteca Universitária. Série 2. Ciências Sociais. v. 23. São Paulo, 2005.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo** / Verónica Gago; tradução Igor Peres. 1ª Ed. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GAILLE, Marie; TERRAL, Philippe. **Uma contribuição da pesquisa francesa em ciências humanas e sociais para a Análise Internacional da Pandemia de Covid-19**. 2021. In.: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320>.

GASPARETTO, Vera Fátima. **O campo dos estudos de gênero em Moçambique/África**. Dossiê Mundos de Mulheres 2021: Pensamentos Feministas Afro-Moçambicanos – Ativismos. Rev. Estudos Feministas. v. 28, n. 1. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n168326>. Acesso em: 25 Abr 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados na pesquisa qualitativa**. 2016. in.: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade. Série Manuais Acadêmicos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

GOMES, Augusta Antônia. **A Teoria da Justiça de John Rawls: Crítica e Defesa Feminista**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UFSC, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSGOUEL, Ramón (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 223-247.

GOMES, Pedro Alves. **Teoria do Processo Político: dimensões analíticas**. Revista Sinais. Sinais. N 23/1, ISSN: 1981-3988, 2019.

GOMES, Romeu et al. **Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde**. Ciênc. Saúde colet. 23 (6). Jun 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04872018>. Acesso em 29 Abr 2022.

GOUGES, Olympe de. **Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne**, 1791. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/essentiels/anthologie/declaration-droits-femme-citoyenne-0>>. Acesso em: 08 Maio 2022.

GUERRA, Maria de Fátima Lage; CAMARGO, Regina Coeli Moreira. **Reformas Trabalhistas e previdenciárias: o desmonte da regulação das relações de trabalho e da seguridade social**. 2021. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2021.

GUGEL, Maria Aparecida. **Mulher com deficiência – medidas adequadas para o seu desenvolvimento, avanço e empoderamento**. In: GUGEL, Maria Aparecida (org.). Diálogos aprofundados sobre os direitos das pessoas com deficiência. São Paulo: RTM, 2019.

GROSSI, Márcia Goretti Ribeiro et al. **As mulheres praticando ciência no Brasil**. Rev. Estud. Fem. 24 (1) • Jan-Apr 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p11>. Acesso em: 10 Mar 2022.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença: as mulheres na política**. Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 167, 2001. DOI: 10.1590/S0104-026X2001000100010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100010>. Acesso em: 23 mai. 2024.

HAAS, Peter M. **Introduction**: epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, 46 (1): 1-35. 1992

HALL, Shanon. **Uma crise de saúde mental está dominando a ciência - a culpa é da cultura de pesquisa tóxica**. *Nature*. Mai 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-023-01708-4>. Acesso em: 20 Fev. 2024.

HANGAI, Luis Antonio. **A Framing Analisis de Goffman e sua aplicação nos estudos em Comunicação**. *Revista Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Vol 2. Nº 1. Ano 2012.

HANISCH, Carol. **O Pessoal é Político**. Tradução livre. Fevereiro, 1969. Disponível em: Acesso em: < carol hanisch | Resistência Radical (wordpress.com)>. Acesso em: 20 Fev. 2022.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu, Situando diferenças*, v.5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <<https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/31102009-083336haraway.pdf>>. Acesso em 21 mai 2024.

HEERDT, Bettina; BATISTA, Irinéa de Lourdes. **Representações sociais de ciência e gênero no ensino de Ciências**. *Práxis Educativa*, v. 12, n. 3, p. 995-1012, 3 out. 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10317>. Acesso em 20 mar 2022.

HEIDARI, Shirin; BABOR, Thomas F.; CASTRO, Paola de; TORT, Sera; CURNO, Mirjan. **Equidade de sexo e gênero na pesquisa**: fundamentação das diretrizes SAGER e uso recomendado. *Epidemiol. Serv. Saude, Brasília*, 26(3):665-676, jul-set 2017.

HOCHSTETLER, Kathyn. **O meio ambiente no governo Bolsonaro**. 2021. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2021.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher?** *Mulheres negras e feminismo*. 1ª ed. Rosa dos Tempos. 1981.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** *Mulheres negras e feminismo*. Tradução Bhuvi Libanio. 4ª ed. Rio de Janeiro: Rosados Tempos, 2020.

HORTA, J. S. B.; MORAES, M. C. M. **O Sistema CAPES de Avaliação da Pós-graduação**: da Área de Educação à grande Área de Ciências Humanas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 30, p. 95-117, 2005.

HORTON, Richard. **The covid-19 catastrophe**: what's gone wrong and how to stop it happening again. ISBN: 978-1-5095-4646-6. Cambridge: Polity; 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Aurea Maria Zöllner et al. **As Ciências Sociais e Humanas em Saúde na ABRASCO: a construção de um pensamento social em saúde.** Cad. Saúde Pública. 30 (11) • Nov 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00214213>. Acesso em: 25 Abr. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38, 2ª edição. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>. Acesso em: 15 mar 2022.

IBP, Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. **Infográfico: desigualdade de gênero e mudanças climáticas. Por que a emergência climática afeta mais as mulheres?** 2023.

INSTITUTO ALZIRAS. **Censo das Prefeitas Brasileiras (Mandato 2021-2024).** 2024. Disponível em: <https://preefitas.institutoalziras.org.br/censo>. Acesso em: 25 Abr. 2022.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade: Notas sobre a mentira na era Trump.** Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018, 272 p.

KNAUTH, Daniela Riva. **25 anos do GT Gênero e Saúde da Abrasco.** 2021. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/25-anos-do-gt-genero-e-saude-da-abrasco/64655/>. Acesso em: 01 Maio 2022.

KROPF, Simone Petraglia et al. **A Fiocruz no Tempo Presente: ciência, saúde e sociedade no enfrentamento da pandemia de Covid-19,** 2021. In.: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320>.

LARIVIÈRE, V., Ni, C., GINGRAS, Y. et al. **Bibliometria: Disparidades globais de gênero na ciência.** Natureza 504, 211–213 (2013). <https://doi.org/10.1038/504211a>.

LEAL, José. **Universidade discute a pandemia da desinformação.** 2021. In: UFCSPA, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Fake News: Contra o vírus da desinformação. Revista Panorama. Ano XIII. Nº 68. Maio/Junho/Julho, 2021.

LETA, Jacqueline. **As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso.** Estudos Avançados. 17 (49), 2003.

LETA, Jacqueline. **Mulheres na Ciência Brasileira: desempenho inferior?** Revista Feminismos, [S. l.], v. 2, n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30039>. Acesso em: 11 maio. 2022.

LIAZIBRA, Luis Felipe. **Senado 200 Anos: Senadoras falam sobre representação feminina nos 200 anos do Senado.** Rádio Senado. Mar, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/03/27/senadoras-falam-sobre-representacao-feminina-nos-200-anos-do-senado>. Acesso em: 11 maio. 2022.

LICHOTE, Davis Anzolin; REIS, Verusca Simões Moss dos. **O Produtivismo Acadêmico E Seus Impactos Na Saúde Mental Dos Discentes**. IV Congresso Fluminense de Pós-Graduação – CONPG. Disponível em:

<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/CONPG/article/view/21499> Acesso em: 20 abr 2024.

LIMA, Betina Stefanello et al. **Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação: Olhares e Possibilidades para a Pluralidade**, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/artigo-painel-de-fomento-em-ciencia-tecnologia-e-inovacao-olhares-e-possibilidades-para-a-pluralidade>. Acesso em: 10 abr 2024.

LIMA, Fernanda Felício de et al. **Percepções e experiências de mulheres atuantes no campo da saúde sobre violências de gênero**. Saúde debate. 46 (132). Jan-Mar 2022.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213205>. Acesso em: 28 Abr 2022.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de; CASAZZA, Ingrid Fonseca; BRITO Carolina Arouca Gomes de. **As ciências na formação do Brasil entre 1822 e 2022: história e reflexões sobre o futuro**. Estudos Avançados 36 (105), 2022.

LIMA, Nísia Trindade; SANTANA, José Paranagua de; PAIVA, Carlos Henrique Assunção (Org.). **Saúde coletiva: a Abrasco em 35 anos de história** [online]. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2015, 322 p. ISBN: 978-85-7541-590-0. Available from: doi:

10.7476/9788575415900. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/q4gzb/epub/lima-9788575415900.epub>.

LINO, Tayane Rogeria; CASTRO, Ricardo Dias; MAYORGA, Claudia. **Desobediências epistêmicas: propostas feministas e antirracistas em direção a um projeto de ciência e sociedade decolonial**. CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIS, v. 2, n. 24, p. 209-226, 2020.

LOPES, Dawisson Belém. **Dois anos de uma política externa rudimentar**. 2021. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2021.

LOPES, Maria Margaret; PISCITELLI, Adriana. **Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as "margens"**. Rev. Estud. Fem. 12 (spe) • Dez 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300013>. Acesso em: 29 Abr 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUCIA, Isadora; FERNANDES, Laura. **Movimento antivacina no Brasil: entenda esse fenômeno e seu fortalecimento durante a pandemia**. Lamparina – portal de notícias dos alunos UFOP. 24 de agosto de 2021. Disponível em: <https://sites.ufop.br/lamparina/blog/movimento-antivacina-no-brasil-entenda-esse-fenomeno-e-seu-fortalecimento-durante>. Acesso em 25 jul 2022.

LUGONES, M.. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935–952, set. 2014.

MAGNAGO, Carinne; MARTINS, Cleide Lavieri. **Crises contemporâneas: retrocessos sociais, políticas de saúde e desafios democráticos**. Saúde Soc. São Paulo, v.32, n.1, e230228pt, 2023.

MACIEL, Gabriel. **Pesquisadores brasileiros sofrem com transtornos mentais: 'Pressão cruel'**. UOL. Jul 2023. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2023/07/03/ambiente-hostil-gera-crise-de-saude-mental-entre-pesquisadores.htm>. Acesso em 01 Jun 2024.

MAIA, Rousiley C. M. **Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa**. Lua Nova, São Paulo, 76: 87-118, 2009.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia**. 2020 . In.: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marcos (Org.) **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

MALTERUD, Kirsti; SIERSMA, Volkert Dirk; GUASSORA, Ann Dorrit. **Sample Size in Qualitative Interview Studies**. Qualitative Health Research, [s.l.], v. 26, n. 13, p. 1753-1760, 10 jul. 2015. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1049732315617444>. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/284904065_Sample_Size_in_Qualitative_Interview_Studies_Guided_by_Information_Power. Acesso em 01 Jun 2024.

MARQUES, Fabrício. **Consórcio mapeia desigualdade de gênero na ciência em 16 países e propõe ações: Pesquisadores buscam remover obstáculos estruturais que prejudicam as mulheres**. Revista Pesquisa FAPESP. Ed. 337. mar, 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/consorcio-mapeia-desigualdade-de-genero-na-ciencia-em-16-paises-e-propoe-acoas>. Acesso em 20 Jun 2022.

MARQUES, Tereza Cristina Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2ª ed. Brasília. Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2019.

MARQUES, E. S. et al. **A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento**. Cadernos de Saúde Pública, 6(4): e00074420, 2020".

MARTIN, Denise *et al.* **As contribuições das Ciências Sociais e Humanas no campo da Saúde Coletiva: vinte anos da revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. Interfaces. v. 22, n. 67, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0219>>. Acesso em 20 Jun 2022.

MARTINS, Eneida Valarini. **A política de cotas e a representação feminina na Câmara dos Deputados** [manuscrito]. – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social.** In.: O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social: um instigante desafio. Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre identidades, n. 1, São Paulo, 1994.

MARTINELLI, Bruni M.; NUNES, José Walter. **Saberes tradicionais, seu lugar na estrutura de ciência e tecnologia e o potencial da pesquisa intercultural.** IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2019

MARTINEZ, Fabiana Jordão. **Militantes e radicais da quarta onda:** o feminismo na era digital. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. 2021. v.29. n. 3. e70177. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n370177. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/jTjDvt7MK4h4vjnjPwchhZR/#>. Acesso em 20 Jun 2022.

MATO, D. **Superar el racismo oculto e interculturizar las universidades.** Experiencias, avances y desafíos. Revista +E versión em línea, 7(7), 188-203. Santa Fe, Argentina: Ediciones UNL. 2017.

MATOS, Marlise. **“Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero se transformaram em um campo analítico novo para as ciências humanas e sociais”.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 16(2): 333-357, maio-agosto/2008.

MATOS, Marlise. **“Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista partir do Sul global?”** Revista de Sociologia e Política, junho, Nº 36, Vol. 18. 2010.

MATOS, Marlise. **O Campo Científico-crítico-emancipatório das Diferenças como Experiência de Descolonização Acadêmica.** 2012. In: Flavia Biroli ; Luis Felipe Miguel. (Org.). Teoria Política e Feminismo. Vinhedo Belo Horizonte, 2012, v. 01, p. 47-101.

MATOS, Marlise. **A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil:** entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. 38º Encontro Anual da ANPOCS. MR20 Teoria Feminista e a Teoria Política: encontros, convergências e desafio. 2014.

MATOS, Marlise. **Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia.** In: BIROLI, Flavia... [et al.]. Mulher, poder e ciência política: debates e trajetórias. Campinas: Ed Unicamp, 2020.

MATOS, Marlise; ANDRADE, Luciana. **Mulheres, Violências, Pandemia e as Reações do Estado Brasileiro.** In: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320>.

MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno Henrique Ferreira. **Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social:** em busca de uma teoria crítico-emancipatória de gênero. 32º Encontro Anual da ANPOCS. GT 27: Para onde vai a Teoria Social contemporânea? 2008.

MATOS, Marlise; LINS, Isabella Lourenço. **As conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres: histórico, regras, temáticas, desafios e proposições.** In.: Matos, Marlise Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: o feminismo estatal participativo brasileiro Vol 1 / Marlise Matos, Sonia E. Alvarez. - Porto Alegre, RS : Zouk, 2018. 276 p

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557080320>. Acesso em: 09 Mai 2022.

MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. **The Content Analysis of Media Frames: Toward Improving Reliability and Validity.** Journal of Communication, v.58, n.2, p.258-279, 2008.

MAZOTTE, Natália. **“Os homens avançam mais rápido na carreira porque não têm o trabalho doméstico nas costas”.** Gênero e Número. Jun, 2017. Disponível em: <https://www.generonumero.media/entrevistas/os-homens-avancam-mais-rapido-na-carreira-porque-nao-tem-o-trabalho-domestico-nas-costas>. Acesso em: 09 Maio 2022.

MELLO, Christine Pires Nelson de; PAGEL, Geovana Cleni. **REDES FEMINISTAS: a potência insurgente das hashtags #ChegadeFiuFiu, #PrimeiroAssédio e #EleNão.** Revista Eco-Pós, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 587–626, 2021. DOI: 10.29146/ecopos.v24i2.27597. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27597. Acesso em: 20 jun. 2022.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. **ENQUADRAMENTO** Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. Revista Brasileira De Ciências Sociais - VOL. 27. N° 79, junho /2012.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Valores Democráticos.** 2021. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Dimensões democráticas nas jornadas de junho:** reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 33. n. 98, 2018.

MENICUCCI, Telma. **Políticas Sociais: conceitos, trajetórias e experiência brasileira /** Telma Menicucci e Sandra Gomes. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Métodos e Técnicas e Relações em triangulação.** 2005. in.: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415474>. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Trabalho de campo:** contexto de observação, interação e descoberta. 2016. in.: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade. Série Manuais Acadêmicos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias**. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017.

MINELLA, Luzinete Simões. **Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna?** Cad. Pagu (40). Jun 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000100003>. Acesso em: 26 Abr 2022.

MIRANDA, Maria Soledad Martinez. “**Algunos debates contemporâneos em torno a la categoría género y sus implicaciones para el contexto universitario**”. Identidades, vol!, Núm.1, Agosto, 2003, pp.: 33-38.

MONNERAT, Alessandra. “**Teto de vidro**” na ciência: apenas 25% na categoria mais alta do CNPq são mulheres. Gênero e Número. Set, 2017. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/2mulheres-representam-metade-da-producao-cientifica-no-brasil-mas-sao-apenas-25-em-categoria-mais-alta-do-cnpq>. Acesso em: 12 mai de 2024.

MONTENEGRO, Rosiran Carvalho de Freitas. **Mulheres e cuidado**: responsabilização, sobrecarga e adoecimento. v.1, n. 1, 2018. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22257>. Acesso em 12 mar 2024.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes; DIAS, Francine de Souza. **Deficiência e Interseccionalidade na Pandemia de Covid-19**. 2021. In.: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320>.

MOREIRA, Jessika; DINIZ, Ana; MPF, Movimento Pessoas à Frente. **A desigualdade na ascensão de mulheres no setor público**. Mar, 2024. Nexo Jornal Políticas Públicas, 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/desigualdade-genero-mulheres-gestao-publica>. Acesso em: 20 Jun 2022.

MORENO, Meire Ellen; PIO, Lorena Ingrid Moreira. **Limites para a participação das mulheres nos espaços de poder no contexto de avanço do conservadorismo e de vozes antifeministas**. VI SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. ISSN 2177-8248. DOI: 10.5433/SGPP.2020.

MOUSINHO, Fabíola Cunha. **Ciberfeminismo em 140 caracteres**: o caso da #EuParo no Twitter. Orientadora: Dra. Inês Conceição Farinha Pereira. 2017. 64fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL. Lisboa-Portugal, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/15613>. Acesso em 20 Jun 2022.

MUSSE, Ricardo. **Governo Bolsonaro**: a calamidade triunfal. 2021. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2021.

MUSSI, Daniela. **Pesquisando o pensamento político**: o conceito e a prática. Documentos de trabalho do GPMPP, Campinas n. 3, 2016.

NASCIMENTO, Janaína Xavier. **Políticas Públicas e Desigualdade de Gênero na Sociedade Brasileira**: Considerações Sobre os Campos do Trabalho, da Política e da Ciência. Mediações, Londrina, v. 21 n. 1, p. 317-337, jul./dez. 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. In: RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. SP: Instituto Kuanza, 2006, p. 117-125;

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. Feminismos Plurais. São Paulo. Jandira, 2021.

NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. **Silêncios da memória**: o apagamento do protagonismo indígena em goiás. Fronteiras: Revista de História a | Dourados, MS | v. 18 | n. 32 | p. 215 - 238 | Jul. / Dez. 2016.

NASSER, M.A., CALAZANS, M.O., FEGADOLLI, C., et al. **Vulnerabilidade e resposta social à pandemia de Covid-19 em territórios metropolitanos de São Paulo e da Baixada Santista, SP, Brasil**. Interface (Botucatu). 2021; 25 (Supl. 1): e210125
<https://doi.org/10.1590/interface.210125>.

NETO, M. M.; BARRETO, L. K. S.; SOUZA, L. A. **As mídias sociais digitais como ferramentas de comunicação e marketing na contemporaneidade**. QUIPUS - ISSN 2237-8987, v. 4, n. 2, p. 11-21, 22 set. 2016.

NICOLAU, S. M.; SCHRAIBER, L. B.; AYRES, J. R. DE C. M.. **Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade**: contribuições para a construção da integralidade em saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 3, p. 863-872, mar. 2013.

NOGUEIRA, Cristiano Miranda. **A mulher na política: um estudo sobre a participação da mulher nas eleições de 2014**. Revista Cadernos de Gênero de Diversidade. Vol 01, 2015.

NOGUEIRA, Luiza Souto. **Desigualdade de gênero e a vulnerabilidade das mulheres com deficiência**. Revista Jurídica Da Escola Superior Do Ministério Público De São Paulo, V. 18, 73-89, 2020.

NUNES, Everardo Duarte. **Saúde coletiva**: história de uma ideia e de um conceito. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 5-21, 1994. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12901994000200002>. Acesso em: 14 Maio 2022.

NUNES, Everardo Duarte. **Saúde Coletiva**: uma história recente de um passado remoto. 2006. In.: CAMPOS, G.W.S. et. Al. (Org.). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fiocruz. 2006.

NUNES, Fernanda. **Ciência contra a desinformação**: pesquisadora da UFF explica a importância do combate à anticiência em tempos de coronavírus. UFF – Universidade Federal Fluminense. 09 de Abril de 2020. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=noticias/09-04->

2020/ciencia-contra-desinformacao-pesquisadora-da-uff-explica-importancia-do-combate. Acesso em: 25 Jul. 2022.

NUNES, Everardo Duarte et al. **O campo da saúde coletiva na perspectiva das disciplinas**. *Ciência e Saúde Coletiva*. 15(4): Jul, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000400007>. Acesso em 25 Abr 2022.

NUNES, Larissa Soares et al. **A análise da narrativa como instrumento para pesquisas qualitativas**. *Revista Ciências Exatas*. Vol. 23. Nº. 1. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/exatas/article/view/2547>. Acesso em 20 Jun 2022.

NUSSENZVEIG, Paulo. **Movimentos contra vacinação usam redes para difundir teorias anti-ciência**. *Jornal da USP*. 20 de maio de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/movimentos-contra-vacinacao-usam-redes-para-difundir-teorias-anti-ciencia/>. Acesso em 25 Jul. 2022.

OKIN, Susan Moller. **Justice, Gender and the Family**. New York. Basic Books. 1989.

OKIN, S. M. **Gênero, o público e o privado**. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 305–332, maio, 2008.

OGANDO, Ana Carolina Freitas Limas. **Da república sem mulheres à modernização patriarcal: origens e metamorfoses das relações de gênero no Brasil**. Orientador: Marlise Miriam de Matos Almeida, Juarez Rocha Guimarães. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

OLIVEIRA, Laura. **Qual é a aparência de um cientista?** Projeto da USP quer desmistificar estereótipos. *Jornal da USP*. Mar, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/qual-e-a-aparencia-de-um-cientista-projeto-da-usp-quer-desmistificar-estereotipos>. Acesso em: 29 Abr 2022.

OLIVEIRA, Renata Greco de; BORSSOI, Berenice Lurdes; GENRO, Maria Elly Herz. **Políticas de formação e formação política: possibilidades e desafios para o curso de pedagogia**. *Imagens da Educação*, v. 1, n. 3, p. 65-76, 2011. doi: 10.4025/imagenseduc.v1i3.13032.

OLIVEIRA, Ridiney Santos et al. **A questão de gênero na percepção do processo saúde-doença de pessoas privadas de liberdade em delegacias**. *Interface* 25. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200199>. Acesso em: 29 Abr 2022.

OLIVEIRA, V. E.; FERNANDEZ, M. **Política de saúde no governo Bolsonaro: desmonte e negacionismo**, 2021. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Org.). *Governo Bolsonaro. retrocesso democrático e degradação política*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2021. p. 287-302.

ONOKO-CAMPOS, Rosana. **Fale com eles!** O trabalho interpretativo e a produção de consenso na pesquisa qualitativa em saúde: inovações a partir de desenhos participativos. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, 21 (4): 1269-1286, 2011.

ONU Mulheres. **Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos da pandemia da COVID-19**. Brasília: ONU Mulheres, 2020.

ONU News. **Mulheres e crianças têm 14 vezes mais chances de morrer em desastres**. 2015. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2015/10/1530121>. Acesso em 15 jun de 2024.

OLIVEIRA, Amanda; OTTO, Isabela. **A linha do tempo do feminismo no Brasil**. Revista Capricho – Editora Abril. 2019. Disponível em: <Empoderamento: A linha do tempo do feminismo no Brasil de 1827 a 2019 | Capricho (abril.com.br)>. Acesso em 12 Fev. 2022.

OLINTO, Maria Teresa Anselmo. **Reflexões sobre o uso do conceito de gênero e/ou sexo na epidemiologia: um exemplo nos modelos hierarquizados de análise**. Revista Brasileira de Epidemiologia. São Paulo, v.1, n.2, p. 161-69, ago.1998.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)**. 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em 15 Jun. 2022.

OMV, Observatório da Mulher contra a Violência. **Data Senado – Mulheres na política**. Maio, 2022. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/datasetenado-mulheres-na-politica-datasetenado-observatorio-da-mulher-contr-a-violencia-omv-2022/>. Acesso em 15 mai de 2024.

OMV, Observatório da Mulher contra a Violência. **Boletim Técnico**. Abril, 2023. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/observatorio-da-mulher-contr-a-violencia-boletim-tecnico-observatorio-da-mulher-contr-a-violencia-omv-abril-2022/>. Acesso em 15 mai de 2024.

OXFAM Brasil. **A desigualdade de gênero, suas injustiças e desafios**. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/a-desigualdade-de-genero-suas-injusticas-e-desafios>. Acesso em 10 mai de 2024.

PARADIS, Clarisse. **O papel e o desenvolvimento dos mecanismos institucionais de mulheres na américa latina: uma quarta onda do feminismo em curso na região?** Seminário Internacional fazendo gênero 10 (anais eletrônicos). Desafios Atuais dos Feminismos. ISSN 2179-510X. Florianópolis, 2013.

PASSOS, R.G.; NOGUEIRA, C.M. **O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho**. Revista Katalysis. 2018;21(3): 484-503.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola AfroBrasileira Maria Felipa (2018-2020)**. ISSN 2525-6904. Cadernos de Gênero e Diversidade. Vol 07, N. 01 - Jan. - Mar., 2021| <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>.

PEDRO, Joana Maria. **O feminismo de "segunda onda"**. 2013 in.: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. /

organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2013.

PATROCINIO, Laís Barbosa. et al. **Mulheres na ciência – uma reflexão sobre desigualdade de gênero e raça**. Caderno Espaço Feminino | Uberlândia, MG | v.33 | n.1 | seer.ufu.br/index.php/neguem | jan./jun. 2020.

PEIXOTO, Valdenízia Bento; SALVADOR, Evilásio; BIANCHETTI, Ana Luiza Rosenbaum. **Direitos sexuais e reprodutivos: políticas e orçamentos nos governos Temer e Bolsonaro**. Argum., Vitória, v. 15, n. 1, p. 23-37, jan./abr. 2023.

PEAY, Pythia. **Feminism's Fourth Wave**. UTNE Reader – Cure Ignorance. 2005. Disponível em <Feminism's Fourth Wave - Utne - Cure Ignorance>. Acesso em: 11 Fev. 2022.

PELLANDA, Lúcia. et. al. **NOTA TÉCNICA Nº 7 - A importância do uso de máscara na prevenção da Covid-19**. Rede Brasileira de Mulheres Cientistas – RBMC. 2021. Disponível em: <https://mulherescientistas.org/wp-content/uploads/2021/06/NT-7.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2021.

PEREIRA, K.G. et al. **Fatores associados à masculinidade no diagnóstico precoce do câncer de próstata: revisão narrativa**. Revista Nursing, 2021; 24 (277): 5803-5810. DOI: <https://doi.org/10.36489/nursing.2021v24i277p5803-5818>.

PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. **A quarta onda do feminismo?** Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. 42º Encontro Anual da ANPOCS. GT8 - Democracia e desigualdades. 2018.

PERRELLA, Cileda dos Santos Sant'Anna. **Movimentos sociais e contribuições à formação política**. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4., 2012, São Paulo. Proceedings online... Associação Brasileira de Educadores Sociais, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000009201200100011&lng=en&nrm=abn>. Access on: 21 mar. 2024.

PINA, Jéssica Bley da Silva. **As Cientistas Mulheres Na Sociedade Brasileira Para O Progresso Da Ciência: Uma Perspectiva Da Inserção Feminina Em Comunidade Científica (1948-1958)**. Orientadora – Ana Carolina Vimieiro Gomes. UFMG, 2010.

PIMENTA, Raquel. **Maternidade, políticas públicas e condições de permanência no mercado de trabalho: narrativas de mulheres-mães-trabalhadoras**. Revista Feminismos, Vol.7, N.3, Set. – Dez. 2019.

PINHEIRO, Thiago Félix; COUTO, Márcia Thereza. **Sexualidade e reprodução nas discussões de gênero e integralidade na atenção primária à saúde**. Physis 23 (1). 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312013000100005>. Acesso em: 20 Abr 2022.

PINTO, Brena Oliveira. **Antifeminismo e violência política sexista**: entraves para a participação das mulheres na política no Brasil. *Revista Feminismos*. Vol.9, N.2, Maio - Agosto 2021. www.feminismos.neim.ufba.br ISSN: 2317-2932, 2021.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. 2012. In. BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. *Teoria Política e Feminismo: Abordagens Brasileiras*. Vinhedo-SP: Editora Horizonte. 2012. 273-292p

PIMENTA, Denise Nascif et al. **Leituras de Gênero sobre Covid-19 no Brasil**. 2021. In.: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320>.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas no Brasil**: desafios e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo e Estado**: A experiência do CNDM. 2008. In.: *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas* / Ana Alice Alcantara Costa, Cecília Maria B. Sardenberg, organizadoras. – Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

PORTALES, Patrícia. **Mulheres ocupam mais postos no serviço público, mas menos cargos de liderança**. Conselho Federal de Administração. Mar, 2023. Disponível em: <https://cfa.org.br/mulheres-ocupam-mais-postos-no-servico-publico-mas-menos-cargos-de-lideranca/>. Acesso em: 24 Abr 2021.

QUEIROZ, Christina. **O Gênero da Ciência**. *Revista Pesquisa Fapesp*. Edição 289. Mar 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-genero-da-ciencia/>. Acesso em 20 mar 2022.

RATHSAM, Luciana. **Negacionismo na pandemia**: a virulência da ignorância. *Cultura e Sociedade*. Unicamp. 14 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/14/negacionismo-na-pandemia-virulencia-da-ignorancia>. Acesso em 25 Jul. 2022.

RBMC, Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. **Lista RBMC**. 2021a. Disponível em: <https://mulherescientistas.org>. Acesso em: 10 mar 2022.

RBMC, Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. **Lançamento** - Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. 2021b. YouTube RBMC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JIUsptHUWI>. Acesso em: 24 Abr 2021.

RBMC, Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. **Carta de Lançamento**. 2021c. Rede Brasileira de Mulheres Cientistas - RBMC. Disponível em: <https://mulherescientistas.org>. Acesso em 17 Jun. 2021.

RBMC, Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. RBMC. 2024. Disponível em: <https://mulherescientistas.org>. Acesso em: 05 Jul 2024.

RECUERO, Raquel da Cunha. **A internet e a nova revolução na comunicação mundial**. 2000. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/revolucao.htm>. Acesso em 20 Jun 2022.

REIS, Josemira Silva. **Feminismo por Hashtags**: as potencialidades e riscos tecidos pela rede. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), ISSN 2179-510X. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503731675_ARQUIVO_josemirareis_fazendogenerov2.pdf. Acesso em 20 Jun 2022.

REIS, Ana Paula. **25 anos do GT Gênero e Saúde da Abrasco**. 2021. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/25-anos-do-gt-genero-e-saude-da-abrasco/64655/>. Acesso em: 01 Maio 2022.

REZNIK, Gabriela; MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. **Como a imagem de cientista aparece em curtas de animação?** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 26, n.3, jul.-set. 2019, p.753-777.

RHODEN, Valmor; ANDRES, Fernanda Sagrilo; RHODEN, Juliana Lima Moreira. **A comunicação face a face e digital**: uma discussão sobre suas dinâmicas e impactos na perspectiva das relações públicas. Comunicologia. | v. 15, n. 3, set./dez. 2022 | ISSN 1981-2132.

RIMOLI, Thaís Menezes; SANTOS, Laurenice de Jesus Alves Pires; MENDES; Arnani Costa. **Aquilombamento como ferramenta de resistência e promoção de saúde da população negra**. Rev. Saúde Col. UEFS 2023; 13(2): e9284.

RIBEIRO, Karla Pinhel. **Violência e Poder em Hannah Arendt**. CADERNOS ARENDT, V. 01, N. 01, 2022.

RIBEIRO, Darcy. **Teoria do Brasil**. Biblioteca Básica Brasileira. ISBN 978-85-63574-14-5. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro. 2013.

RIPPON, Gina. **Gênero e os nossos cérebros**: como a neurociência acabou com o mito de um cérebro feminino ou masculino. Tradução Ryta Vinagre. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2021.

ROBLES, Martha. **Mulheres, mitos e deusas**: o feminino através dos tempos / Martha Robles; tradução William Lagos, Débora Dutra Vieira. São Paulo-SP: Aleph, 2006.

ROCHA, Fabiana Cristina Silva da Rocha et al. **Acolhimento da população masculina sob a percepção dos profissionais de enfermagem: desconstrução da invisibilidade**. Research, Society and Development, v. 9, n. 12, e6791210708, 2020 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i12.10708>.

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. **A quarta onda do movimento feminista**: o fenômeno do ativismo digital. 2017, 136 f. Orientador (a): Dr.ª Marília Veríssimo Veronese. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2017.

ROCHA, Luciana Helena Silva. **CAP-05 Desigualdade de gênero e ciência**. 2024. In.: ARAÚJO, John Fontenele (Org.). A questão de gênero no fazer ciência - Palavras de jovens mulheres cientistas / Organizador John Fontenele Araujo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. **Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 34. P. 1-54. Março, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>. Acesso em: 09 Maio 2022.

ROLIM, Paulo Yvens Farias; RAMOS, Anatália Saraiva Martins. **Análise da gestão dos Programas de Pós-Graduação baseada no resultado da avaliação CAPES por meio da matriz importância-desempenho**. Avaliação (Campinas); Sorocaba, SP, v. 25, n. 03, p. 525-545, nov. 2020.

SABOYA, Maria Clara Lopes. **Relações de Gênero, Ciência e Tecnologia: uma revisão da bibliografia nacional e internacional**. Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 3, n. 12, nov. 2013. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509155548.pdf. Acesso em 20 Jun 2022.

SACCHET, Teresa. **A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais**. In: BIROLI, Flavia... [et al.]. Mulher, poder e ciência política: debates e trajetórias. Campinas: Ed Unicamp, 2020.

SALVAGNI, Julice; AZAMBUJA, Monique; REICHERT, Fernanda Maciel; VERONESE, Marília Veríssimo. **Maternidade e mercado de trabalho: A trajetória das mulheres no desenvolvimento de carreiras**. CONFLUÊNCIAS – ISSN 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ Volume 25 | Número 1 | Janeiro - Abril de 2023.

SCOTT, J. W. **Preface a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHEZ, Beatriz. **Teoria política feminista e representação: uma análise da bancada feminina da câmara dos deputados**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANCHEZ, Beatriz. **Feminismo estatal: uma análise das interações entre movimentos feministas e o Congresso Nacional Brasileiro**. Orientador Adrian Gurza Lavalle. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2021.

SANTINI, Dirce Maria; VANZ, Samili Andrea de Souza; STUMPF, Ida Regina Chitó. **Internacionalização da produção científica brasileira: políticas, estratégias e medidas de avaliação**. RBPG, Brasília, v. 13, n. 30, p. 81 - 100, jan./abr. 2016.

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social"**: particularidades no Brasil. Coleção Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Edson Manoel dos; ADINOLFF, Valéria Trigueiro Santos. **O estereótipo do cientista representado em desenhos animados**. 11º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP – 2020.

SARDENBERG, Cecília. **História e memória do feminismo acadêmico no Brasil: o núcleo de estudos interdisciplinares sobre a mulher/UFBA (1983-2020)**. Revistas Feminismos. Vol.8, N.3, Set. – Dez. 2020.

SARDENBERG, Cecília (org). **Quinze Anos de NEIM**. Salvador, BA: NEIM/UFBA, 1998.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice. **Feminismos, Feministas e Movimentos Sociais**. In: BRANDÃO, M.; BINGHEMER, M. Clara (Orgs.). Mulher e relações de gênero. São Paulo: Loyola, 1994. p. 81-114.

SARMENTO, Raíza. **Ativismo Feminista Online: mapeando eixos de atuação**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 7, n. 1, 19-37. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/20245>. Acesso em 20 Jun 2022.

SATYRO, Natália. **Desigualdade**: crônica de uma morte trágica. In. AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. 1º ed. Belo Horizonte. Autêntica. 2021.

SCAVONE, Lucila. **Estudos de gênero e feministas: um campo científico?** Anais - 31º Encontro Anual da ANPOCS. 2007. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/31-encontro-anual-da-anpocs/st-7/st18-5/2952-lucilascavone-estudos>. Acesso em: 29 Abr 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. **"Redes Sociales y de Movimientos em la Sociedad de la Información"**. Revista Nueva Sociedad. Caracas, nº 196, março-abril, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes e movimentos sociais projetando o futuro**. Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 01, n. 01, Jan/Jul, 2013.

SCHRAIBER, Lília Blima et al. **Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios**. Ciênc. Saúde coletiva 14 (4). Ago 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400009>. Acesso em: 30 Abr 2022.

SCHRAIBER, Lília Blima. **Necessidades de saúde, políticas públicas e gênero: a perspectiva das práticas profissionais**. Ciênc. Saúde coletiva 17 (10). Out 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000013>. Acesso em: 30 Abr 2022.

SCHUMACHER, Schuma. **Os movimentos feministas ontem e hoje no Brasil: desafios da sua institucionalização**. 2018. In.: MATOS, Marlise. Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: expressões feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres Vol 2 / Marlise Matos, Sonia E. Alvarez. - Porto Alegre, RS : Zouk, 2018. 312 p.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 5ª edição. São Paulo, Cortez, 2013.

SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD; Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesus Pascual. **A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica**. TransInformação, Campinas, 28(1):15-31, jan./abr., 2016.

SÍGOLE, Vanessa Moreira; GAVA, Thaís; UNBEHAUM, Sandra. **Equidade de gênero na educação e nas ciências: novos desafios no Brasil atual**. Cadernos pagu (63), 2021.

SILVA, Maria Nilza. **A População Negra e o Ensino Superior no Brasil: algumas considerações**. Universidades | núm. 87, enero-marzo 2021.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo e Identidade de Gênero: considerações com base no pensamento de Judith Butler**. Recife. Independently published. 2018.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Recife. Independently published. 2019.

SILVA, Fabiane Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Trajetória de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”**. Ciênc. Educ., Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, Abr/Jun, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200012>. Acesso em: 18 mar 2022.

SILVA, Jéssica Maísa Nogueira; PAULINO, Danilo Borges; RAIMONDI, Gustavo Antônio. **Gênero e Sexualidade na Graduação em Saúde Coletiva no Brasil**. Ciênc. Saúde coletiva. 25 (6). Jun 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.25822018>. Acesso em: 30 Abr 2022.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Cláudio (Org.). **Cultura, política e ativismo nas redes digitais** / Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Braga, Cláudio Penteado (organizadores). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, 342p.

SIQUEIRA, Egberto. **Em tempos de pandemia e negacionismo, debate sobre cultura científica ressurge com força**. Edgar Digital – Universidade Federal da Bahia. 30 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.edgardigital.ufba.br/?p=17189>. Acesso em: 25 Jul. 2022.

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. Imagens Ana Teresa Fernandez; tradução Isa Mara Lando. São Paulo. Editora Cutrix. 2017.

SORICE, Gabriela. **Igualdade de Gênero**. Espaço do conhecimento. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/igualdade-de-genero/>. Acesso em: 20 mai 2024

SOUTO, Stéfane. **Aquilombar-se: Insurgências negras na gestão cultural contemporânea**. Revista Metamorfose, vol. 4, nº 4, jun de 2020. S. Souto 133-144.

SOUZA, Maria Angélica de. **Epistemicídio: o silenciamento de vozes negras nos cursos de Ciências Sociais da Universidade de Brasília**. Graduação bacharel em Ciência Política Orientador: Prof. Dr. Carlos Mello Machado. 2018.

SOUZA, Marlene Ricardi de. **Marcha Mundial das Mulheres**: um movimento feminista para além dos olhares midiáticos. XIII Encontro Regional de História - História e democracia: possibilidades do saber histórico. Coxim-MS, 06 a 11 de Novembro, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478270446_ARQUIVO_MarchaMundialdasMulheresartigofinalizado.pdf. Acesso em 20 Jun 2022.

SZWAKO, José; LAVALLE, Adrian Gurza. **Movimentos Sociais e Sociedade Civil**. 2021. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2021.

TAGLIAMENTO, Grazielle. **Direitos humanos e a saúde**: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans. In: BRASIL. Transexualidade e travestilidade na saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2015, p. 65-80.

TEIXEIRA, Simone Andrade; FERREIRA, Silvia Lúcia. **Aproximações de acadêmicas do campo da saúde coletiva ao feminismo e às temáticas da saúde sexual e da saúde reprodutiva**. Revista Esboços, Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 91-112, dez. 2010.

TORKASKI, Carolina Pereira; MATIAS, Krislane de Andrade; PINHEIRO, Luana Simões; CORREA, Rana Mirthes Sousa. **Capítulo 11 – de política pública à ideologia de gênero**: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020. 2023. In. GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVIA, Michelle Moraes de Sá e; LEOPOLDINI, Maria Antonieta (Org.). DESMONTE E RECONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2016- 2022). ISBN 978-65-5635-049-3. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, 2023.

TOURINHO, Manoel Malheiros; PALHA, Maria das Dores Correia. **A Capes, a universidade e a alienação gestada na pósgraduação**. Cad. EBAPE.BR, v. 12, nº 2, artigo 5, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2014.

TSE Notícias. Tribunal Superior Eleitoral. **Mulheres e política**: decisões do TSE combatem fraude à cota de gênero. Mar, 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Marco/mulheres-e-politica-decisoes-do-tse-combatem-fraude-a-cota-de-genero>. Acesso em: 10 abr de 2024.

UCHIMURA, Kátia Yumi; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. **Qualidade e subjetividade na avaliação de programas e serviços em saúde**. Cad. Saúde Pública. 18 (6). Dez 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000600009>. Acesso em: 30 abr. 2022.

UCHOA, Pablo. **Coronavírus**: por que países liderados por mulheres se destacam no combate à pandemia? Abril, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52376867>. Acesso em 25 mai de 2024.

UFCSPA, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. **Fake News**: Contra o vírus da desinformação. Revista Panorama. Ano XIII. Nº 68. Maio/Junho/Julho, 2021.

UFF, Universidade Federal Fluminense. **Fundamentos da Saúde Coletiva**. Apostila de Estudo. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Saúde Coletiva. Departamento de Saúde e Sociedade. Graduação em Farmácia. Niterói, RJ. UFF, 2019. Disponível em: funsaco.uff.br/apostila/. Acesso em: 15 Maio 2022.

UNFPA, United Nations sexual and reproductive health agency (Agência das Nações Unidas para a saúde sexual e reprodutiva). **Situação da População Mundial 2023 - 8 Bilhões de Vidas, Infinitas Possibilidades**: Em defesa de direitos e escolhas. 2023. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/situacao-da-populacao-mundial-2023-8-bilhoes-de-vidas-infinitas-possibilidades>. Acesso em 02 mai 2024.

UNFPA, United Nations sexual and reproductive health agency (Agência das Nações Unidas para a saúde sexual e reprodutiva). **Relatório Situação da População Mundial 2022 - "Vendo o invisível**: em defesa da ação na negligenciada crise da gravidez não intencional". 2022. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/situacao-da-populacao-mundial-2022>. Acesso em 02 mai 2024.

UNFPA, United Nations sexual and reproductive health agency (Agência das Nações Unidas para a saúde sexual e reprodutiva). **Situação da População Mundial 2019 - Um Trabalho Inacabado**. 2019. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/situacao-da-populacao-mundial-2019>. Acesso em 02 mai 2024.

UNFPA, United Nations sexual and reproductive health agency (Agência das Nações Unidas para a saúde sexual e reprodutiva). **Situação da População Mundial 2018 - O Poder de Escolha**: Direitos reprodutivos e a transição demográfica. 2018. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/situacao-da-populacao-mundial-2018>. Acesso em 02 mai 2024.

VALIENGO, Caio Becsi; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; FORTUNATO, Ivan. **Pesquisa sobre e com movimentos sociais**. Sinergia, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 263-268, out./dez. 2019.

VALENTE, Polyana et al. **Narrativas sobre a Covid-19 na vida de mulheres quilombolas do vale do Jequitinhonha**: estratégias contracolonizadoras de luta e (re)existência. 2021. In.: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320>.

VARGAS, Juliana; SARAIVA, Karla. **Feminismos e redes sociais**: (in)ações e (im)possibilidades de jovens de periferia urbana. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 3, p. 1188-1209, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 15 Maio 2022.

VERDADE, K. K.; FISCHER, Amália (Coord.). **Impacto de COVID-19 em organizações da sociedade civil lideradas por mulheres e pessoas trans no Brasil** [livro eletrônico]: ativismo e pandemia /ELAS+ Doar para Transformar; [coordenação K. K. Verdade, Amália Fischer]. Rio de Janeiro: Elas+ Doar para Transformar, 2021. Disponível em: <http://www.fundosocialelas.org/ativismo-e-pandemia-no-brasil/uploads/publicacao-ativismo-e-pandemia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 20 Jun 2022.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado; ANDRADE, Alice Oliveira de. **Aquilombamento virtual midiático**: Uma estratégia metodológica para o estudo das mídias negras. ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 21, Nº 44, p.172-189, mai./ago. 2021.

VIEIRA-DA-SILVA, Lígia Maria et al. **O que é saúde coletiva?** 2014. In.: Paim, J. S.; Almeida-Filho, N. (Org.). Saúde coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: MedBook, 2014. p. 3-12.

VIEIRA-DA-SILVA, Lígia Maria et al. **A construção do campo da Saúde Coletiva e as políticas de saúde** - Contribuições da Revista Ciência & Saúde Coletiva. Ciênc. Saúde Colet. 25 (12) • Dez 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.21912020>. Acesso em: 26 Abr 2022.

VILLELA, Wilza; MONTEIRO, Simone. **A promissora expansão do uso da categoria gênero pela Saúde Coletiva Brasileira**. Editorial. Ciênc. Saúde coletiva 14 (4). Ago 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400001>. Acesso em: 30 Abr 2022.

VILLELA, Wilza; MONTEIRO, Simone; VARGAS, Eliane. **A incorporação de novos temas e saberes nos estudos em saúde coletiva**: o caso do uso da categoria gênero. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 4, p. 997-1006, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/31050>. Acesso em: 30 Abr 2022.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. **Avaliação da pós-graduação brasileira**: análise dos quesitos utilizados pela Capes e das críticas da comunidade acadêmica. 2015. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.27.2015.tde-29062015-150747. Acesso em: 22 mai de 2024.

ZIRBEL, Ilze. **Ondas do Feminismo**. Blog de Ciências da Universidade Estadual de Campinas. Mulheres na Filosofia. V. 7, n. 2, 2021. Disponível em: <Ondas do Feminismo - (unicamp.br)>. Acesso em: 10 Fev. 2022.

WALKER, Rebecca. **“I am the third wave”**. 1992. Disponível em: < Handout-1-Rebecca-Walker-“I-Am-the-Third-Wave”.pdf (teachrock.org) >. Acesso em 20 de Fev. 2022.

WELCH, Shay. **A Theory of Freedom**: Feminism and the Social Contract. New York, Palgrave Macmillan Editors, 2012.

WERNECK, J. **Racismo institucional**, uma abordagem conceitual, Geledés – Instituto Mulher Negra, 2013.

WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Edição de Bolso. L & PM. 2012.

YAMASHITA, Marcelo Takeshi. **Lista Qualis e a duvidosa qualidade dos critérios de qualidade**. Jornal Unesp, 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada pela pesquisadora responsável, Francisca Elizabeth Cristina Araújo Bezerra, a participar da pesquisa intitulada “**REDE BRASILEIRA DE MULHERES CIENTISTAS (RBMC): UM ESTUDO SOBRE ATIVISMO DIGITAL, EXPERIÊNCIAS E IDEIAS SOBRE GÊNERO NA SAÚDE COLETIVA**”, porque é uma pesquisadora com vinculação ao campo da Saúde Coletiva e com atuação ativa junto à Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC). Leia as informações abaixo com atenção e converse com a pesquisadora responsável sobre quaisquer dúvidas que você tenha. Após receber todas as informações, e todas as dúvidas forem esclarecidas, você poderá fornecer seu consentimento, caso queira participar.

PROPÓSITO DA PESQUISA: O objetivo deste estudo é compreender a atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas nas mídias sociais, bem como as experiências, ideias e contribuições de suas integrantes vinculadas ao campo da saúde coletiva. Em específico, queremos: 1) Identificar a atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas nas mídias sociais em seu primeiro ano de atuação; 2) Analisar os quadros interpretativos que emergem a partir das interações estabelecidas pela Rede Brasileira de Mulheres Cientistas; 3) Caracterizar as pesquisadoras que integram a RBMC vinculadas ao campo da saúde; 4) Compreender as experiências pessoais, políticas e acadêmicas das integrantes com atuação notória na RBMC e vinculadas ao campo da saúde coletiva, bem como suas ideias sobre gênero, conhecimento e políticas públicas para mulheres; E por fim, 5) compreender como pesquisadoras da saúde coletiva atuantes na RBMC percebem a contribuição dessa experiência para a consolidação do campo temático gênero na saúde coletiva.

PROCEDIMENTO DA PESQUISA: A Participação nesta pesquisa acontecerá por meio do convite e envio do TCLE, via e-mail, por meio da ferramenta *Google Forms*. Também será disponibilizado um questionário para as características sociodemográficas. As entrevistas serão realizadas com roteiro semiestruturado previamente estabelecido, prioritariamente, de forma presencial e em local favorável para a entrevistada. Podendo ocorrer, se necessário, através do programa *Google Meet*, *Zoom* ou por ligação telefônica (na impossibilidade dessas plataformas). Ressaltamos que a realização da entrevista seguirá a demanda e necessidade da entrevistada.

BENEFÍCIOS: Esta pesquisa trará como benefício direto para a participante a possibilidade de reconhecimento e compreensão de sua atuação como mulher cientista, pesquisadora da área saúde coletiva, suas experiências (pessoais, políticas e acadêmicas), a atuação junto a RBMC e contribuições dessa experiência para a consolidação do campo temático gênero na saúde coletiva, bem como para vida e saúde das mulheres via políticas públicas para mulheres. Esta participação poderá contribuir para a valorização de mulheres na ciência e no campo da saúde coletiva, na consolidação do campo temático de gênero junto a esse, das mudanças que podem promover por meio do conhecimento produzido na vida e saúde de mulheres via políticas públicas para mulheres.

RISCOS: A pesquisa não apresenta qualquer risco à integridade física e a participação é voluntária. Possíveis riscos sociais e psicológicos às entrevistadas como constrangimento ou incômodo emocional, serão mitigados ao se realizar orientações e/ou encaminhamentos que se mostrem necessários para serviços de atenção psicossocial ou de proteção social e defesa de direitos. A participante terá liberdade para escolher o melhor dia e horário para realização da entrevista, a fim de não causar prejuízos à organização de sua rotina. Ressaltamos ainda que nenhuma outra participante terá acesso às informações e, caso sinta a necessidade, a entrevista poderá ser interrompida ou encerrada imediatamente.

RESSARCIMENTO: Será garantido ressarcimento às participantes, se necessário, em caso de despesas e danos referentes à pesquisa e dela decorrentes, como: com transporte, hospedagem e alimentação.

INDENIZAÇÃO: As participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação no estudo, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte da pesquisadora, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE: Se optar por participar desta pesquisa, as informações coletadas serão mantidas de maneira com total confidencialidade e sigilo.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: A sua participação é voluntária e a recusa não acarretará quaisquer penalidades ou perdas de benefícios aos quais tenha direito. Ratificamos que poderá retirar seu consentimento a qualquer momento sem qualquer prejuízo. E caso decida interromper a participação, a pesquisadora deve ser comunicada e o processo de coleta de informações será imediatamente interrompido.

ACESSO AOS RESULTADOS: Caso tenha interesse, poderá receber uma cópia da transcrição de sua entrevista.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTOS: A pesquisadora garante acesso sobre qualquer esclarecimento, eventuais dúvidas e resultados desta pesquisa. Neste caso, segue o contato da pesquisadora responsável pela pesquisa.

Nome: Francisca Elizabeth Cristina Araújo Bezerra

Instituição: Universidade Federal do Ceará – UFC; Departamento de Saúde Pública, Programa de Pós-graduação em Saúde Pública;

Endereço: Rua Abel Queiroz Soares, 1356, Bairro Santa Luzia, Canindé, Ceará.

E-mail: beth.ab@hotmail.com; fecab22@alu.ufc.br.

Telefone: (88) 999729583

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – RUA Coronel Nunes de Melo, 1000 – Rodolfo Teófilo, fone: (85) 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROSPEQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

CONSENTIMENTO

Li as informações acima e entendi o propósito do estudo. Ficaram evidentes para mim quais são os procedimentos a serem realizados, benefícios e a garantia de esclarecimentos permanentes.

Ficou nítido, também, que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos dados e de sanar minhas dúvidas a qualquer tempo.

Entendo que meu nome não será publicado e toda tentativa será feita para assegurar o meu anonimato.

Concordo, voluntariamente, em participar desta pesquisa e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu tenha adquirido.

Eu, por meio deste, dou livremente meu consentimento para participação nesta pesquisa.

() SIM

() NÃO (Caso essa seja a sua resposta, pode ignorar a página subsequente)

Nome do participante da pesquisa _____

Assinatura da (o) participante da pesquisa: _____

Data: ____/____/____

Nome da pesquisadora: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Data: ____/____/____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS

Nome do Registro Ofic.: _____

Idade: _____

Nome Social: _____

Sexo Biológico: _____

Id. de Gênero: _____

Orientação Sexual: _____

Raça/cor/etnia: _____

Estado Civil: _____

Filhos: _____ Se sim, Quantos: _____

Nacionalidade: _____

Estado que Reside: _____

Cidade que Reside: _____

Formação profissional: _____

Vínculo Profissional: _____

Programa de Pós-graduação ao qual está vinculada: _____

Tempo vinculado ao programa _____

Disciplinas ministradas: _____

Grupos de Pesquisa: _____

Áreas de Interesse: _____

- Como você percebe a desigualdade de gênero e suas consequências na vida e saúde das mulheres?
- Já percebeu a presença da desigualdade de gênero em sua vida? Se sim, poderia comentar sobre suas experiências (pessoais, políticas e acadêmicas)?
- Como surgiu seu interesse pela área da saúde, em específico, para as pesquisas que vem desenvolvendo e suas áreas de interesse?
- Como é ser uma mulher cientista, em específico, no campo da Saúde Coletiva e com um olhar atento para as questões de gênero e a saúde e vida das mulheres?
- Como observa a relação dos estudos sobre gênero e o campo da Saúde coletiva?
- Qual a sua percepção e ideias sobre gênero, ciência (produção do conhecimento e mulheres na ciência), saúde coletiva e políticas públicas para mulheres (considerando que políticas públicas demandam conhecimento), não só no contexto do governo Bolsonaro e Pandêmico, mas numa perspectiva futura?
- Você percebe alguma relação entre suas experiências (pessoais, políticas e acadêmicas) e suas ideias sobre gênero, ciência (produção do conhecimento), saúde e política pública para mulheres?
- A RBMC está entre suas experiências. Como ocorreu sua aproximação com a RBMC?
- Como define e analisa a RBMC e sua experiência junto a esse coletivo?
- Como percebe a contribuição da RBMC para a consolidação do campo temático gênero na saúde coletiva?

ANEXOS**ANEXO I – Parecer comitê de ética**

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REDE BRASILEIRA DE MULHERES CIENTISTAS (RBMC): UM ESTUDO SOBRE ATIVISMO DIGITAL, EXPERIÊNCIAS E IDEIAS SOBRE GÊNERO NA SAÚDE

Pesquisador: FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 63590122.6.0000.5054

Instituição Proponente: Departamento de Saúde Comunitária

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.726.953

Apresentação do Projeto:

A desigualdade de gênero é um problema complexo e histórico. Com a pandemia da Covid-19, a situação das mulheres foi agravada ao tempo que ganhou espaço no debate público. Neste contexto, a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC) constitui-se como uma experiência inédita de natureza interdisciplinar, ao agregar milhares de mulheres inseridas em diferentes campos do conhecimento, bem como vinculadas a diversas instituições de ensino e pesquisa do território nacional. Para enfrentar condições e crises múltiplas que atingem a vida de mulheres, especialmente das mais vulnerabilizadas, a RBMC utiliza as mídias sociais. Questões de gênero são abordadas com o intuito de influenciar a elaboração de políticas públicas para mulheres. Há também iniciativas para enfrentar, inclusive, movimentos de contestação da relevância da ciência. Essa experiência relevante de ativismo digital incita-nos a responder algumas questões: como a RBMC utiliza as mídias sociais para abordar questões de gênero e políticas para mulheres? Quem são as pesquisadoras do Campo da Saúde Coletiva que integram a Rede e como suas experiências pessoais, políticas e acadêmicas se relacionam às suas ideias sobre gênero, conhecimento e política pública para mulheres? O objetivo geral é compreender a atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas nas mídias sociais, bem como as experiências, ideias e contribuições de suas integrantes vinculadas ao Campo da Saúde Coletiva. Trata-se de um estudo multimétodos que envolve: 1) Análise do Enquadramento para mapear e analisar os quadros interpretativos e noticiosos nas interações da RBMC nas mídias sociais; 2) Análise Bibliométrica para caracterizar

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 5.726.953

vínculos institucionais, áreas de interesse, projetos de pesquisa, produções e outras informações das pesquisadoras integrantes da RBMC que atuam no campo da Saúde Coletiva; 3) Análise de Narrativas para compreender as experiências e ideias das pesquisadoras do campo da saúde coletiva com notória atuação na Rede. Como resultados parciais, identificamos 732 publicações entre abril de 2021 e abril de 2022, primeiro ano de atuação da RBMC. Apesar da alta concentração nas plataformas da RBMC, foram incluídos eventos com parceiros, convidados e divulgação de outras iniciativas em diversas mídias sociais. 05 quadros (frames) foram identificados: Movimento e Articulação, Saúde e Pandemia, Ciência e Educação, Política Pública, Estado e Direito, Gênero, Desigualdade e Vulnerabilidade. Os quadros identificados constituem a comunicação estabelecida em redes sociais e meios de comunicação digitais. Eles são constituídos pelas interações e temáticas percebidas nos recortes analisados, revelando as questões interseccionais que os atravessam. Apesar das restrições decorrentes da Pandemia, o ativismo digital da RBMC se manifesta por meio da divulgação de estudos, produção de materiais, debate e estabelecimento de parcerias a fim de dar voz às mulheres e abordar como suas condições de vida interferem no bem-estar da sociedade. Dentre os 3.609 cadastros de pesquisadoras que integram a RBMC, 315 estão vinculadas ao Campo da Saúde Coletiva. E dessas, considerando a presença nas ações da Rede, buscaremos estudar em profundidade as experiências e ideias de mulheres mais atuantes na RBMC.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender a atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas nas mídias sociais, bem como as experiências, ideias e contribuições de suas integrantes vinculadas ao campo da saúde coletiva

Objetivo Secundário:

- 1) Identificar a atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas nas mídias sociais em seu primeiro ano de atuação;
- 2) Analisar os quadros interpretativos que emergem a partir das interações estabelecidas pela Rede Brasileira de Mulheres Cientistas;
- 3) Caracterizar as pesquisadoras que integram a RBMC vinculadas ao campo da saúde;
- 4) Compreender as experiências pessoais, políticas e acadêmicas das integrantes com atuação notória na RBMC e vinculadas ao campo da saúde coletiva, bem como suas ideias sobre gênero, conhecimento e políticas públicas para mulheres;
- 5) compreender como pesquisadoras da saúde coletiva atuantes na RBMC percebem a contribuição dessa experiência para a consolidação do campo temático gênero na saúde coletiva;

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 5.726.953

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa não apresenta qualquer risco à integridade física e a participação é voluntária. Possíveis riscos sociais e psicológicos às entrevistadas como constrangimento ou incômodo emocional, serão mitigados ao se realizar orientações e/ou encaminhamentos que se mostrem necessários para serviços de atenção psicossocial ou de proteção social e defesa de direitos. A participante terá liberdade para escolher o melhor dia e horário para realização da entrevista, a fim de não causar prejuízos à organização de sua rotina. Ressaltamos ainda que nenhuma outra participante terá acesso às informações e, caso sinta a necessidade, a entrevista poderá ser interrompida ou encerrada imediatamente.

Benefícios:

Esta pesquisa trará como benefício direto para a participante a possibilidade de reconhecimento e compreensão de sua atuação como mulher cientista, pesquisadora da área saúde coletiva, suas experiências (pessoais, políticas e acadêmicas), a atuação junto a RBMC e contribuições dessa experiência para a consolidação do campo temático gênero na saúde coletiva, bem como para vida e saúde das mulheres via políticas públicas para mulheres. Esta participação poderá contribuir para a valorização de mulheres na ciência e no campo da saúde coletiva, na consolidação do campo temático de gênero junto a esse, das mudanças que podem promover por meio do conhecimento produzido na vida e saúde de mulheres via políticas públicas para mulheres.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e factível trazendo como hipótese:

* A RBMC age divulgando informações com embasamento científico via redes sociais, por posts audiovisuais, mensagens menores, mas também ações maiores, como debates e discussões com outros atores, gerando engajamento e estabelecendo parcerias;/, ao chamar atenção de novas integrantes e apoiadores para as pautas levantadas.* Os quadros, possivelmente, fazem referência a questões relacionadas à gênero, desigualdade, saúde, ciência e mobilização social;* As pesquisadoras vinculadas ao campo da saúde coletiva estão distribuídas no território nacional, assim como as demais integrantes da RBMC. * As ideias sobre gênero, conhecimento e política pública para mulheres das pesquisadoras vinculadas ao campo da saúde coletiva tem relação direta e indireta com as experiências que vivenciaram ao longo de suas vidas, em diferentes espaços, sejam elas pessoais, políticas e/ou acadêmicas. De modo que ao vivenciá-las, despertaram interesse para atuação direta na política pública, bem como nas pesquisas que desenvolvem e pautas que defendem;* A RBMC aproximou pesquisadoras do campo da saúde

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 5.726.953

coletiva com as das demais áreas, que mantem relação com a vida e saúde das mulheres e demais questões de gênero, fazendo dessa forma com que as trocas de conhecimento e o capital científico compartilhado fortalecessem e ampliassem o debate sobre gênero na saúde coletiva, em meio a estudos, discussões, publicações, parcerias, novos interesses de pesquisa e o um novo olhar, um olhar de gênero para questões já vistas anteriormente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou todos os termos de inserção do projeto ao CEP_UFC.

Recomendações:

Aprovado salvo melhor juízo do CEP_UFC.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2014107.pdf	13/09/2022 10:21:36		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_RBMC_SC_assinado.pdf	13/09/2022 10:19:19	FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_COMITE_RBMC_SC.pdf	12/09/2022 21:35:31	FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA	Aceito
Outros	Lattes_meu.pdf	12/09/2022 16:53:01	FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA	Aceito
Outros	TERMO_USO_DE_DADOS_RBMC_SC.pdf	12/09/2022 16:45:50	FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA	Aceito
Outros	TERMO_FIEL_DEPOSITARIO_RBMC_SC.pdf	12/09/2022 16:45:10	FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO	Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 5.726.953

Outros	TERMO_FIEL_DEPOSITARIO_RBMC_SC.pdf	12/09/2022 16:45:10	BEZERRA	Aceito
Parecer Anterior	APENDICE_B_ROTUIRO_SEMI_ESTRUTURADO_DE_ENTREVISTAS_RBMC_SC.pdf	12/09/2022 16:44:25	FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA	Aceito
Outros	CRONOGRAMA_RBMC_SC.pdf	12/09/2022 16:43:41	FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO_LOCAL_DE_PESQUIS A_RBMC_SC_assinado.pdf	12/09/2022 16:42:39	FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_PESQUISADORES_ENVOLVIDOS_RBMC_SC.pdf	12/09/2022 16:42:13	FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_RBMC_SC.pdf	12/09/2022 16:41:42	FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	CARTA_SOLICITACAO_APRECIACAO_RBMC_SC.pdf	12/09/2022 16:41:05	FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	APENDICE_A_TCLE_RBMC_SC.pdf	12/09/2022 16:40:14	FRANCISCA ELIZABETH CRISTINA ARAUJO BEZERRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 27 de Outubro de 2022

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br